

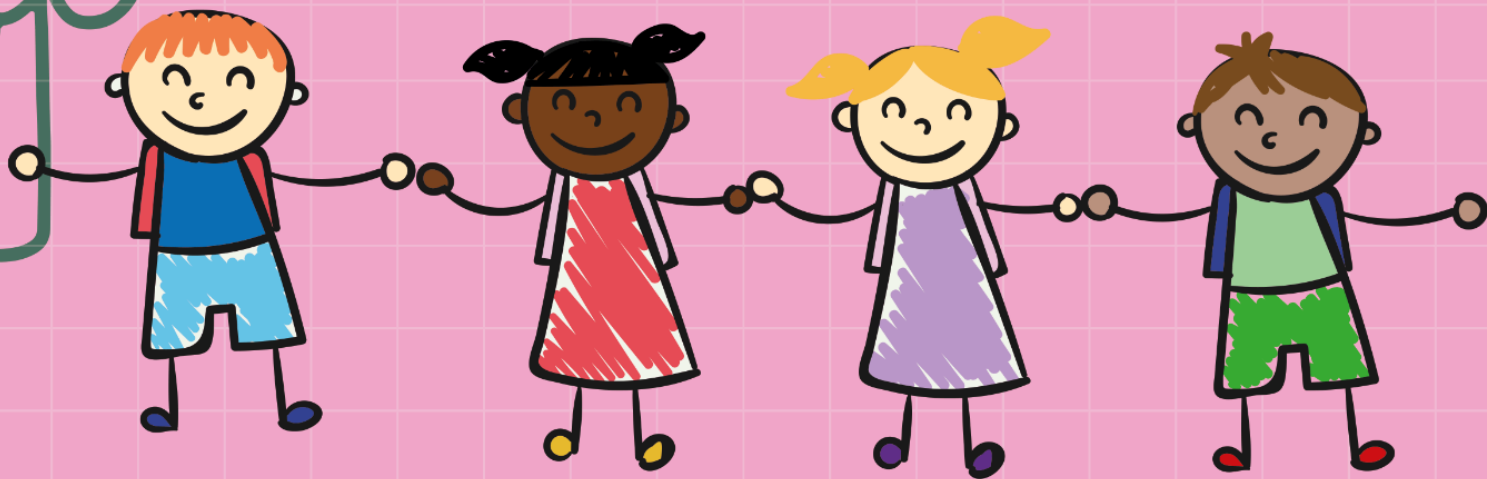
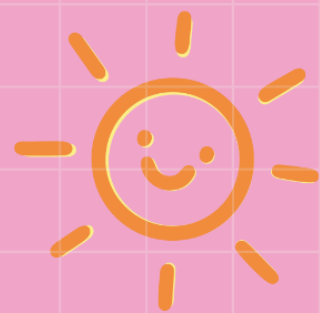
Aa

# Caderno de orientações para o planejamento

Bb

## 2026

n.º 20



Cc



$$1 + 2 = 3$$

Secretaria da  
Educação



Prefeitura de  
**SOROCABA**

**Prefeito**

Fernando Martins da Costa Neto

**Secretário da Educação**

Fernando Marques da Silva Filho

**Gestor de Planejamento e Execução**

Leandro Aparecido Soares

**Coordenadora de Planejamento Estratégico**

Maria Angélica Martins Alves Porto

**Assistente de Secretaria e Expediente**

Ana Carolina Rosa de Almeida

Camila de Melo Cardia Morais

Paula de Fátima Soares

Thaís Mirela Andrade Reiss

**Coordenadoras Administrativas**

Andréa Picanço Souza Tichy

Izaura Mendes Rosa Maganhato

**Gestores de Desenvolvimento****Administrativo**

Felipe Rubinato Seabra

Mariana Gonçalves Magon

Fernando Augusto de Souza

Gessé Luiz de Farias Junior

Daniela Fernandes

**Gestores de Desenvolvimento Educacional**

Ana Paula Fernandes

Andréia de Lima Schott Meira

Flávia Arruda Costa

Lauren Delgado Messias Cazerta

Liani de Souza Sai

Lidia Falci Trujillo

Marília Maria R. A. Barreto

Michele Regina Oliveira Loriano

Patricia Justo Machado

Rafael Augusto Nunes Silva Amadio

Thais Helena de Oliveira Moraes

Tully Vicentin de Almeida

**Supervisores de Ensino**

Ana Paula Libório Arruda

Ana Rosa Rezende

Antônio Rogério Bernardo

Clayton Cesar de Oliveira Borges

Daniel Tadeu Moreira dos Santos Merlin

Daniela de Ávila Pereira Lourenço

Edmara Aparecida Parra Melati

Elaine Cristina Nochelli Braz

Everton de Paula Silveira

Gilsemara Vasques Rodrigues Almenara

Jaqueline Latance Amorim Oliveira

Jessimeire Alessandra D. C. Grosso

Luiz Fábio Santos

Luis Gustavo Rodrigues Marcondes

Luciana Maria Balsamo

Maria Cristina Camargo

Renan Luiz Genaro

Rogeria Fernandes do Nascimento

Solange Aparecida da Silva Brito

Tatiana Arruda Turini

Urata Alves Caldeira

Washington Rodrigo Neres da Silva

Yara Marina Alexandre Libâneo

**Divisão de Administração e Finanças**

Agnaldo Gonçalves Bento

Lais Elaine Gorroy Foglia

Juliana Goya Smegal

**Divisão de Alimentação Escolar**

Leandro Lemos da Silva

Felipe Dias Morales

Wesley Cardoso Lovantino

**Divisão de Apoio Técnico Pedagógico**

Mellany Caroline Pires Rodrigues

Deila Regina Dias dos Santos

Elisa Ivace Momoshima

Maria Maia da Cruz Clarke

**Equipe Formativa de Apoio Técnico Pedagógico**

Murilo Henrique Rodrigues Brizola

Nídia Dessordi Soares

Taís Cristina Klarosk

**Docente responsável por projetos**

Luis Gustavo Maganhato



$$1 + 2 = 3$$





**Divisão de Compras e Contratos**

Camila Bispo  
Valquíria Bernardo da Silva Conceição

**Divisão de Gestão e Controle de Convênios**

Brisa Helen de Lucena Silva  
Rosa Santana Aragão  
Thomaz Mauro Maiello Neto  
Vergilio Aparecido Castro

**Divisão de Educação Básica**

Débora Bona Dal Pian Nunes da Silva  
Drielly de Oliveira Alves Ribeiro  
Leandro Augusto Machado  
Miltes Maria de Salles

**Divisão de Educação Especial**

Rafael Antonio Fernandes  
Andréia Cardoso Avallone  
Jessica Pinheiro Mimi

**Divisão de Obras, Manutenção Escolar e Apoio Logístico**

Edson Floreano de Sales  
Denise dos Santos Vieira Campioni  
Luís Carlos Soufen  
Rosiane Aparecida Tenório  
Vagner Brazão Avena

**Colaboradores**

Ana Paula Souza Brito - Orientadora Pedagógica

[Comissão de Trabalho Mista](#)

$1 + 2 = 3$





## Apresentação

Prezada Equipe Escolar,

Iniciamos o ano de 2026 com a convicção de que a força da educação municipal de Sorocaba está nas pessoas que a constroem todos os dias. Diretores, vice-diretores, orientadores, professores e equipes de apoio são protagonistas de um trabalho que transforma realidades e dá sentido às políticas públicas que formulamos enquanto Secretaria.

Que este novo ano seja marcado por conquistas, produtividade e realizações, fruto do compromisso, da dedicação e da excelência que sempre caracterizaram nossas unidades escolares. Que o retorno do recesso traga ânimo renovado, confiança e disposição para seguirmos avançando juntos.

Nossos estudantes continuam sendo o centro de todas as nossas ações. No entanto, sabemos que nenhuma política educacional se concretiza sem o olhar atento, a escuta sensível e a liderança responsável das equipes gestoras. É no cotidiano das escolas que as diretrizes ganham vida, e é por meio do trabalho de cada unidade que garantimos o desenvolvimento integral dos nossos estudantes.

Reconhecemos a importância estratégica do papel dos diretores escolares como líderes pedagógicos e gestores públicos. Cada decisão, cada planejamento e cada escolha feita nas unidades contribui diretamente para a construção de uma rede mais forte, coerente e comprometida com a aprendizagem e com a equidade.

Nesse espírito de parceria, apresentamos o Caderno de Orientações nº 20, elaborado para apoiar, dialogar e caminhar ao lado das escolas ao longo do ano letivo. Este material traz uma conquista significativa: a versão preliminar do Documento Curricular do Ensino Fundamental, que representa um passo importante na consolidação da identidade da nossa rede e na garantia da continuidade das aprendizagens.

Destacamos também que o Documento Curricular da Educação Infantil, já finalizado, será publicado em caderno próprio, com diretrizes alinhadas ao Currículo Paulista, fortalecendo práticas pedagógicas cada vez mais qualificadas e coerentes em toda a rede.

Que 2026 seja um ano de escuta, estudos, reflexões e avanços concretos. A Secretaria Municipal da Educação reafirma seu compromisso de atuar de forma próxima, colaborativa e responsável, reconhecendo as escolas como parte indissociável da Secretaria e como espaço legítimo de construção das políticas educacionais.

Seguimos juntos na construção de uma educação pública cada vez mais forte, pois é na unidade escolar que as orientações e o planejamento ganham sentido. Juntos, somos a Secretaria de Educação.

**Fernando Marques da Silva Filho**

Secretário da Educação



$$1 + 2 = 3$$



**Sumário**

<b>1. Diretrizes Estratégicas</b>	<b>8</b>
<b>2. Considerações sobre o planejamento</b>	<b>8</b>
<b>3. Reuniões e Organizações</b>	<b>10</b>
3.1 Reunião de Equipe e Planejamento (04/02/2026 - não letivo)	10
3.2 Reunião de Planejamento (05/02 e 06/02 - dia letivo com meio período de aula)	10
3.3 Reunião de Equipe e Replanejamento - 31/07 (dia letivo com meio período de aula)	11
3.4 Reunião de Avaliação de Ensino e Aprendizagem – RAEA	12
3.5 Reunião de Avaliação e Acompanhamento na Educação Infantil -RAAEI	12
3.6 Reunião de Acompanhamento de Vida Escolar do Estudante (RAVEE)	13
3.7 Reunião de Conselho de Classe/Ano/Termo	14
3.8 Primeiro dia letivo: Escola aberta (05/02/2026)	14
3.9 Primeiros dias letivos - Acolhimento Inicial	15
<b>4. PAF – Plano Anual Formativo- NAP &amp; DATP 2026</b>	<b>17</b>
4.1 Formação em rede para auxiliares de educação e agentes infantis	18
4.2 Formação em rede para docentes	20
4.3 Momentos formativos de livre escolha	22
4.4 Formação em rede – Educação de Jovens e Adultos (EJA)	22
4.5 Formação em rede para as Oficinas de Aprendizagem	24
4.6 Formação em rede para auxiliares administrativos(as), secretários(as) de escola e inspetores(as) de alunos	24
4.7 Formação em Rede para gestores escolares	25
<b>5. Especificidades da Educação Infantil</b>	<b>28</b>
5.1 Organização e Acolhimento	28
5.2 Organização do Trabalho do(a) Auxiliar de Educação	29
5.3 Organização do Trabalho Pedagógico e Docente	31
5.4 Documento Curricular da Educação Infantil	37
<b>6. Especificidades do Ensino Fundamental</b>	<b>39</b>
6.1 Organização e Acolhimento	39
6.2 Organização do Trabalho Pedagógico	40
6.3 Texto Introdutório - Documento Curricular Preliminar para o Ensino Fundamental	43
6.4 Educação Física	45
<b>7. Especificidades da Educação de Jovens e Adultos - EJA</b>	<b>48</b>
7.1 Organização do Trabalho Pedagógico	49
<b>8. Ensino em Período Integral</b>	<b>50</b>
<b>9. Recomendações - uso de telas</b>	<b>51</b>
<b>10. Considerações sobre o trabalho com a leitura e a escrita</b>	<b>52</b>
<b>11. Documentação Pedagógica</b>	<b>77</b>
<b>12. Avaliação/Acompanhamento da aprendizagem</b>	<b>80</b>
<b>13. Avaliação Diagnóstica</b>	<b>84</b>
<b>14. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva</b>	<b>86</b>
14.1 Conceito	86
14.2 Público	86
14.2.1 Necessidades Educacionais Especiais - NEE	86
14.3 Plano de Desenvolvimento Individual - PDI	87
<b>15. Educação para as Relações Étnico-Raciais</b>	<b>88</b>
15.1 Sugestões de materiais e links para o planejamento de atividades da ERER	93
15.2 Protocolo de Prevenção e Combate ao Racismo nas Escolas	95

$$1 + 2 = 3$$





15.3 Fluxo de Atuação das Instituições na Ocorrência de Situações de Racismo	118
15.4 Critérios para avaliação de livros	122
15.5 Categorização raça/cor	124
<b>16. Orientações da Rede de Proteção</b>	<b>125</b>
16.1 Conselho Tutelar	125
16.2 Escuta Especializada	126
16.3 Demais Casos	127
<b>17. Orientações sobre Parcerias, Programas e Projetos</b>	<b>127</b>
17.1 Compromisso Nacional Criança Alfabetizada	127
17.1.1 Programa Alfabetiza Juntos SP	128
17.1.2 Plataforma Elefante Letrado	128
17.1.3 Plataforma Matific	129
17.1.4 Plataforma da Avaliação Contínua da Aprendizagem - Compromisso Nacional Criança Alfabetizada	129
17.1.5 SARESP	130
17.1.6 Avaliação de Fluência Leitora	131
17.2 Programa EDUTEC – Tecnologias Educacionais	131
17.2.1 Projetos e Ações EDUTEC	133
17.3 Projeto “Eu Pratico” - Esporte Educacional Escolar	134
17.3.1 Público Atendido	135
17.3.2 Desenvolvimento	136
17.4 Projeto Oficinas de Aprendizagem – Recuperação Paralela	136
17.4.1 Cabe aos(as) Docentes	137
17.4.2 Plano de Trabalho	138
17.4.3 Acompanhamento dos Resultados	138
17.5 Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP)	139
17.5.1 Formação dos professores	139
17.5.2 Material	139
17.5.3 Desenvolvimento e Metodologia	140
17.6 Projeto “Convivência - Práticas Restaurativas no Ensino Fundamental Anos Finais”	141
17.6.1. Histórico e contextualização	141
17.6.2. Justificativa e articulação com o currículo da rede	141
17.6.3. Objetivos do Projeto	142
<b>18. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)</b>	<b>143</b>
<b>19. Orientações da Supervisão de Ensino</b>	<b>143</b>
19.1 Plantão da Supervisão de Ensino	143
19.2 Procedimento de Encaminhamento do Plantão da Supervisão	144
19.3 Termo de Orientações Gerais da Supervisão de Ensino	145
19.4 Pasta Supervisão - Orientações e Documentos Legais	145
<b>20. Orientações específicas de Divisões e Seções</b>	<b>146</b>
20.1 Divisão de Alimentação Escolar	146
20.1.1 Seção de Apoio à Alimentação Escolar	146
20.1.2. Seção de Apoio aos Programas de Saúde Escolar	154
20.1.2.1 Encaminhamentos aos Serviços de Saúde	155
20.1.2.2 Acidentes	155
20.1.2.3 Atestados Médicos	156
20.1.2.4 Medicamentos	156
20.1.2.5 Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD)	157
20.1.2.6 Doenças de Notificação Compulsória	157



$$1 + 2 = 3$$





20.1.2.7 Demais Assuntos	158
20.2 Divisão de Administração e Finanças	158
20.2.1 Seção de Estágio e Apoio Funcional	158
20.2.1.2 Estágio Remunerado	159
20.2.1.3 Estágio Obrigatório(Não Remunerado)	162
20.3 Divisão de Apoio Técnico Pedagógico	162
20.3.1 Seção de Apoio às Políticas Educacionais	162
20.3.1.1 PDDE	162
20.3.1.2 Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)	168
20.4 Divisão da Educação Básica	169
20.5 Divisão da Educação Especial	171
20.6 Divisão de Gestão e Controle de Convênios	176
20.6.1 Seção de Apoio a Editais e Controle de Convênios	176
20.6.1.1 Gestão Compartilhada	176
20.6.1.2 Gestão Conveniada	176
20.6.2 Seção de Gestão do Fundo Rotativo e do PDDE	176
20.7 Divisão de Obras, Manutenção Escolar e Apoio Logístico	177
20.7.1 Seção de Apoio Administrativo a Equipamentos e Materiais Escolares	177
20.7.1.1 Solicitação de Materiais	177
20.7.1.2 Transferência de Materiais Permanentes	178
20.7.2 Seção de Apoio Administrativo e Operacional	178
20.7.2.1 A Seção de Apoio Administrativo e Operacional tem por finalidade:	178
20.7.2.2 Destinação de inservíveis das instituições educacionais:	178
20.7.2.3 Informações complementares sobre descarte de inservíveis:	180
20.7.3 Seção de Apoio à Próprios Escolares	182
20.7.3.1 Programa Escola Linda de Verdade	182
20.7.4 Seção de Logística e Suporte às Tecnologias Educacionais	182
<b>21. Referências</b>	<b>182</b>



$$1 + 2 = 3$$





## 1. Diretrizes Estratégicas

### Missão

Ofertar aos(as) nossos(as) estudantes uma educação pública de excelência comprometida com a formação cidadã para todos(as).

### Visão

Tornar-se referência em educação pública, por meio da inovação.

### Valores

Ética, empatia, proatividade, responsabilidade social e comprometimento com os resultados.

## 2. Considerações sobre o planejamento



Fonte da imagem: Secretaria Municipal da Educação, 2025.

O planejamento na perspectiva da participação, parte da análise situacional do “o que fazer” e “para que fazer”, incluindo a distribuição do poder e das responsabilidades. É uma tomada de decisões coletiva de “**para onde ir**” e “**quais maneiras adequadas para chegar lá**”. Para tanto, é necessário compreender o processo de desenvolvimento como algo forjado nas relações sociais, tendo a instituição educacional como local de destaque na potencialidade desse desenvolvimento, posto que é na intervenção pedagógica que ocorrem as aprendizagens que não ocorreriam sem essa mediação. Nesse sentido, o diálogo se configura como um fator de transformação da prática docente e na relação docente/estudante. Há três modalidades de planejamento que estão intimamente interligadas e devem ser observadas no espaço educacional: **o plano da escola**, que é um documento macroestrutural, com orientações gerais em conformidade ao sistema de ensino e ao projeto pedagógico da escola; **o plano de ensino**, que compreende uma previsão de objetivos semestrais ou anuais, em que são especificados também os objetivos, conteúdos, recursos, metodologia e o(s) processo(s) de avaliação e **o plano de aula**, que traz as especificidades relacionadas ao desenvolvimento dos conteúdos para uma determinada aula ou um conjunto de aulas (LIBÂNEO, 1994).

Conforme Silva (2008), é fundamental que o plano de ensino fundamente-se em alguns elementos:

- No estudo real da escola em relação ao contexto: o que demanda a caracterização do universo sociocultural, que evidencia os interesses e as necessidades dos(as) estudantes; Na

organização do trabalho didático propriamente dito, o que implica em:





1. **Definir objetivos** - em função do desenvolvimento de todos(as);
2. **Prever conteúdos** - com critérios de seleção e finalidade de instrumento de compreensão crítica da realidade;
3. **Selecionar procedimentos metodológicos** - considerando os diferentes níveis de aprendizagem e a natureza da área do conhecimento;
4. **Estabelecer critérios e procedimentos de avaliação** - considerando a finalidade de intervenção e retomada no processo de ensino e aprendizagem, sempre que necessário.

Em consonância à legislação vigente, ao Marco Referencial da rede municipal de ensino de Sorocaba e às Diretrizes para a construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das Instituições Educacionais de Sorocaba, conforme [Caderno de Orientações SEDU nº 05](#), entende-se que as instituições escolares necessitam definir sua identidade político-pedagógica. Assim, a elaboração, revisão e/ou atualização do Projeto Político-Pedagógico (PPP), é fundamental. A Secretaria da Educação orienta que esse documento esteja disponível a toda comunidade escolar em sua versão atualizada, para tal, solicita que sejam planejados e organizados momentos em equipe para que esse documento seja visto e revisto de acordo com as especificidades de cada instituição educacional, estimando que sua versão oficial seja finalizada ao final do primeiro semestre de 2026.

Neste documento construído em co-participação da equipe escolar juntamente a comunidade, se faz necessário que contenha as principais características e concepções éticas, estéticas, identitárias, culturais, de espaços e tempos educacionais, e os desafios postos à tarefa de oferecer uma educação de qualidade aos estudantes.

A elaboração do documento deve partir, segundo Libâneo (2018), das seguintes reflexões:

- Que tipo de escola, nós, profissionais que nela trabalhamos, desejamos construir?
- Quais objetivos e metas correspondem às necessidades e expectativas dessa comunidade escolar?
- Quais as necessidades das crianças e/ou dos(as) estudantes são necessárias atender em termos de cuidados e de formação para contribuirmos com a construção de sua autonomia, participação e efetivo exercício da cidadania?
- Como faremos para colocar nosso projeto em permanente avaliação, dentro da prática da ação-reflexão-ação?

Por fim, o planejamento escolar, via de regra, prevê, segundo ainda Libâneo (2018), as etapas gerais:

- **Diagnóstico e análise da realidade da escola:** busca de informações reais e atualizadas que permitam identificar as dificuldades e suas causas, em relação aos resultados desejados ou esperados.
- **Definição de objetivos e metas:** compatibilizando a política e as diretrizes do sistema escolar com as intenções, expectativas e decisões da comunidade.
- **Determinação de atividades e tarefas a serem desenvolvidas:** elencar em função das prioridades, recursos disponíveis, prazos estabelecidos e mecanismos de controle e avaliação.



$$1 + 2 = 3$$





O processo de planejamento implica a reflexão permanente por meio da elaboração, conforme Fusari, o planejamento escolar pode ser concebido como:

[...] processo que envolve a prática docente no cotidiano escolar, durante todo ano letivo, onde o trabalho de formação do estudante, através do currículo escolar, será priorizado. Assim, o planejamento envolve a fase anterior do início das aulas, o durante e o depois, significando o exercício contínuo da ação-reflexão-ação, o que caracteriza o ser educador. (FUSARI, 1988, p.9)

Assim, o planejamento consiste na organização do processo de trabalho a ser desenvolvido pelo professor, constituídos dentro de um fazer/olhar dialógico para, assim, serem propulsores da reflexão sobre a prática, ratificando a necessidade do registro desse documento, por meio do plano de ensino e também do plano de aula. Vale ressaltar a importância do acompanhamento e da intervenção da Orientação Pedagógica ao analisar os planejamentos apresentados pelos docentes, antes que sejam implementados.

### 3. Reuniões e Organizações

#### 3.1 Reunião de Equipe e Planejamento (04/02/2026 - não letivo)

Momento em que gestores, docentes e equipes de apoio escolar se encontram e se reencontram para planejar, de forma colaborativa, os tempos e espaços educativos, dialogando com a cultura escolar e alinhando ações para que os objetivos educacionais sejam efetivamente alcançados ao longo do ano letivo.

##### Sugestões de pauta:

- Acolhimento e apresentação dos integrantes da equipe escolar;
- Apresentação e estudo do Caderno de Orientações para o Planejamento 2026 (A Secretaria da Educação solicita que neste momento, as equipes gestoras se organizem para transmitir o vídeo de planejamento enviado pelo Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) na reunião de planejamento. Caso não seja possível, o vídeo deverá ser transmitido nos próximos dias de planejamento subsequentes);
- Atualização da Caracterização da Equipe Escolar com informações que compõem o PPP e o Marco Situacional da Escola.
- Contextualização da escola: breve apresentação do processo de revisão do PPP, do Regimento Escolar e dos Resultados da Avaliação Institucional, visando à construção dos planos de ações para o ano de 2026 (Marco Operacional);
- Entrega de horários, listagem das turmas e organização da escola para o início do ano letivo.

#### 3.2 Reunião de Planejamento (05/02 e 06/02 - dia letivo com meio período de aula)

Por meio do trabalho coletivo e tendo como referência os documentos orientadores em âmbito sistêmico e institucional, considera-se oportuno que os dias de planejamento sejam direcionados ao desenvolvimento de ações articuladas entre docentes da mesma etapa, ano ou termo, de modo que contemplem:



$$1 + 2 = 3$$





- Organização e socialização, entre os pares, das atividades diagnósticas e dos planos de aula.
- Descrição por etapa/ano/termo dos aspectos que serão observados, durante as primeiras semanas de aula, para caracterização dos grupos em suas necessidades e potencialidades. Os(as) docentes deverão construir o registro de observações dos(as) estudantes durante as atividades diagnósticas adequadas às diferentes etapas e modalidades da Educação Básica. Essas informações serão utilizadas para revisar o PPP e o Marco Situacional da Instituição.
- Realizar o estudo do Documento Curricular da Rede, retomando seus princípios, diretrizes e intencionalidades pedagógicas.
- Promover a leitura e discussão do texto introdutório do Documento Curricular da Educação Infantil, considerando as especificidades dessa etapa.
- Analisar, na Educação Infantil, os Objetivos de Aprendizagem, Objetos de Conhecimento e Ações Educativas organizadas por Campos de Experiência, de acordo com a faixa etária e as turmas atendidas no ano letivo.
- Refletir, no Ensino Fundamental, sobre os Objetos de Conhecimento e habilidades, alinhando-os às práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula.
- Garantir que o planejamento considere as singularidades das crianças e estudantes, respeitando seus tempos, interesses e necessidades.
- Alinhar as práticas pedagógicas ao Documento Curricular, fortalecendo a intencionalidade educativa e a coerência entre planejamento, desenvolvimento e avaliação das aprendizagens.

### 3.3 Reunião de Equipe e Replanejamento - 31/07 (dia letivo com meio período de aula)

Considerando que o replanejamento constitui um momento fundamental de reflexão e intervenção sobre as práticas pedagógicas, torna-se imprescindível que as instituições educacionais, no começo do segundo semestre, analisem e avaliem os processos desenvolvidos até então. Nesse sentido, faz-se necessário refletir sobre o grau de inclusão das práticas pedagógicas, seu alinhamento ao sucesso da aprendizagem e ao desenvolvimento integral das crianças e estudantes, bem como sobre a adequação do ambiente escolar e a qualidade das relações sociais estabelecidas nesse espaço. Em razão das particularidades do calendário escolar de 2026, a reunião de replanejamento foi realocada para o dia 31/07, data letiva, com o objetivo de não comprometer outras organizações previstas no calendário escolar.

Cabem aos profissionais da educação envolvidos nessa atividade a análise e a reflexão sobre as estratégias até então utilizadas, se contemplaram a integralidade dos sujeitos em seus processos de desenvolvimento, se as ações foram relevantes e se houve avanços nos processos de ensino e de aprendizagem.

Ao avaliar os processos desenvolvidos ao longo do 1º semestre, a escola poderá propor ações de continuidade para o 2º semestre, realizando as alterações necessárias.

#### Dessa maneira, segue sugestão para a pauta:

- Rever o Projeto Político-Pedagógico (PPP);



$$1 + 2 = 3$$





- Observar o que está previsto no Cronograma de Estudos dos Documentos Curriculares;
- Rever a documentação pedagógica da escola, analisando e acompanhando o desenvolvimento da aprendizagem para proposições e ajustes necessários nesse processo;
- Reorganizar, se necessário, os Planos de Ação entre os pares para o semestre que se inicia.
- Analisar os indicadores educacionais referentes à instituição - Dados do Conselho do ano de 2025 e avaliações externas como SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) e IFL (Índice de Fluência Leitora), disponibilizados no drive de cada unidade;

### 3.4 Reunião de Avaliação de Ensino e Aprendizagem – RAEA

Em razão das particularidades do calendário escolar de 2026, especialmente quanto aos pontos facultativos, e visando assegurar o cumprimento das 800 horas mínimas previstas na legislação vigente, estão previstas, ao longo do ano letivo de 2026, a realização de três (03) Reuniões de Avaliação do Ensino e da Aprendizagem (RAEA). Tais reuniões, instituídas no Calendário Escolar, serão organizadas pela equipe escolar e configuram-se como encontros destinados ao estudo, à reflexão e à análise dos dados referentes ao processo de ensino e aprendizagem, tendo como princípio o aprimoramento dos Planos de Ensino e das metodologias pedagógicas.

Serão consideradas como dia letivo, para a Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) e para o Ensino Fundamental — Anos Iniciais e Finais, as reuniões previstas. No mês de dezembro, a RAEA será destinada à Avaliação Institucional. Todas as datas previstas para a realização das reuniões serão consideradas dias letivos.

Seguem as datas propostas, cabendo à Unidade Escolar a escolha do dia que coincida com o seu Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC).

<b>MARÇO</b>	23/03 à 26/03
<b>OUTUBRO</b>	02/10 - Dia fixo devido à eleição municipal
<b>DEZEMBRO</b>	14/12 à 17/12 – Avaliação Institucional

É de suma importância que o suporte pedagógico siga as orientações referentes às especificidades do atendimento Creche Integral, Creche Parcial, Pré-Escola e Ensino Fundamental Parcial, Pré-Escola e Ensino Fundamental Integral, presentes no Comunicado SEDU/GS nº 127/2025 que organiza a elaboração do calendário escolar de 2026, para adequação do atendimento letivo quando em data de RAEA.

### 3.5 Reunião de Avaliação e Acompanhamento na Educação Infantil -RAEI

No decorrer do ano letivo de 2026, estão previstas duas (02) Reuniões de Avaliação e Acompanhamento na Educação Infantil, configuradas como momentos institucionalizados



$$1 + 2 = 3$$





destinados ao estudo, à reflexão, ao acompanhamento da documentação pedagógica e à elaboração de ações coletivas. As datas foram definidas pela Comissão do Calendário com o objetivo de possibilitar que os relatórios individuais da Educação Infantil sirvam também, como subsídios para a pauta das reuniões. Diante disso, a Secretaria da Educação orienta a realização das seguintes ações:

- Observar o que está previsto no Cronograma de Estudos - Documento Curricular para Educação Infantil
- Estudo sistemático das Concepções de Avaliação na Educação Infantil;
- Análise coletiva de relatórios individuais;
- Análise coletiva de portfólios dos(as) docentes e portfólios dos(as) estudantes;
- Entre outras ações relacionadas à avaliação do desenvolvimento das crianças na Educação Infantil.

Importante destacar que, diferente da RAEA, que tem como foco as concepções e os processos metodológicos que se efetivam na escola para avanços contínuos na aprendizagem dos estudantes, na RAAEI o foco está na avaliação do desenvolvimento e aprendizagem das crianças da Educação Infantil.

As Reuniões de Avaliação e Acompanhamento na Educação Infantil estão previstas em Calendário Escolar, sendo consideradas dias letivos. Seguem as datas propostas, cabendo à Unidade Escolar a escolha do dia que coincida com o seu Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC).

<b>MAIO</b>	18/05 à 21/05
<b>AGOSTO/SETEMBRO</b>	31/08 à 03/09

### 3.6 Reunião de Acompanhamento de Vida Escolar do Estudante (RAVEE)

A Reunião de Acompanhamento da Vida Escolar do Estudante (RAVEE) deverá ser realizada, no mínimo, uma vez por bimestre, com a participação dos responsáveis e dos docentes. Trata-se de um dos momentos mais representativos da parceria entre família e escola, a qual deve ser construída de forma colaborativa, fortalecendo e reconhecendo o papel de cada um dos participantes no processo de ensino e aprendizagem das crianças e adolescentes.

De acordo com a Lei nº 8.069/1990 (ECA), em seu artigo 53, parágrafo único, é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. Nesse sentido, a RAVEE deve ser planejada, organizada e executada de forma coletiva, em diálogo permanente entre a equipe gestora e a equipe docente, assegurando que os encontros sejam intencionalmente estruturados para abordar aspectos relacionados à aprendizagem, ao desenvolvimento dos estudantes e ao acompanhamento pedagógico, fortalecendo a parceria entre escola e família, tais como: apresentação do planejamento pedagógico de acordo com o PPP da Instituição Educacional; formação sobre temas pertinentes à turma e à escola; trocas sobre os desafios e dificuldades enfrentados e como podem ser superados a partir da parceria e da divisão de responsabilidades entre família e escola; apresentação dos critérios e instrumentos de avaliação, numa perspectiva formativa, entre outros assuntos



$$1 + 2 = 3$$





pedagógicos pertinentes.

Este também deve ser um momento para ouvir as famílias/responsáveis, de modo que todos possam expor suas opiniões, trocar pontos de vista e colocar-se no lugar do outro, em um processo de cooperação, parceria e respeito mútuo. As decisões tomadas devem beneficiar todos os envolvidos e, em especial, os(as) estudantes. Como aponta o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a educação é um direito da criança que deve ser assegurado pela família/responsáveis, escola e comunidade e é nesse sentido de trabalho em conjunto que essa relação deve se fortalecer. Por isso, é importante que todos os envolvidos na RAVEE estejam comprometidos com o processo de escuta, diálogo e construção conjunta de soluções.

### 3.7 Reunião de Conselho de Classe/Ano/Termo

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN-1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN-2013) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC-2017) apresentam a perspectiva de uma educação pautada no desenvolvimento integral dos(as) estudantes, assim como a plena participação social e o exercício da cidadania, por meio da realização do potencial físico, psicológico, intelectual e social de crianças, adolescentes, jovens e adultos. Nesse sentido, um dos principais meios de investimento no desenvolvimento integral dos(as) estudantes da rede municipal de ensino de Sorocaba é a Avaliação Formativa, considerada um processo transversal e não unicamente classificatório, que se sustenta em dados e relatórios.

Nesse contexto, o Conselho de Classe, como instância reveladora das concepções políticas e pedagógicas de avaliação deve se consolidar como um espaço de mudança e revisão das práticas; condição necessária para que os diversos fatores relacionados ao processo de ensino e aprendizagem sejam desvelados, pois a interseção desses fatores é a determinação do ponto de partida para novas ações.

As datas previstas para realização do Conselho de Classe/Ano/Termo para 2026, cabendo à Unidade Escolar a escolha do dia que coincida com o seu Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC). são:

MAIO	04/05 à 07/05
JUNHO/JULHO	29/06 à 02/07
OUTUBRO	05/10 à 08/10
DEZEMBRO	07/12 à 10/12
DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS FINAIS	14/12
RECONSIDERAÇÃO E RECURSOS	14/12 à 18/12

### 3.8 Primeiro dia letivo: Escola aberta (05/02/2026)

A dimensão afetiva que é estabelecida entre docente e estudante tem forte influência sobre a aprendizagem, posto que “uma história de mediação afetivamente positiva produz, a curto e médio prazo, um movimento de aproximação afetiva entre o sujeito e o objeto” (LEITE, 2018).



$$1 + 2 = 3$$





O desenvolvimento do gosto por estar na escola, portanto, perpassa pela afetividade que permeia as relações sociais estabelecidas nesse espaço e trata-se de condição para a promoção de um ambiente de aprendizagem eficiente e significativo. Dito isso, faz-se necessário o investimento em tempo para um amplo momento de acolhimento entre famílias/responsáveis, estudantes e equipes escolares.

Assim, tendo em vista a Instrução Normativa SEDU/GS nº 28/2025 que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração do Calendário Escolar do Ano Letivo de 2026 para as Instituições Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba:

**Artigo 2º** Consideram-se como efetivo trabalho escolar, na educação básica, os dias em que forem desenvolvidas atividades regulares de aula ou outras atividades didático-pedagógicas com o controle de frequência dos alunos e sob a orientação dos professores/equipe pedagógica.

Orienta-se, que neste dia, as Instituições Educacionais apresentem aos familiares e responsáveis:

- O plano para o acolhimento dos estudantes com seus objetivos;
- Apresentem às famílias o Calendário preliminar da Unidade Escolar e as atividades previstas no Calendário Escolar e a periodicidade dos encontros com as famílias; solicitamos que a Unidade Escolar afixe em local visível o Calendário Escolar para que toda a comunidade escolar tenha acesso.
- Que haja apresentação dos(as) docentes e organização das turmas, dos espaços da unidade e como se dará o início deste ano letivo,
- Os projetos da unidade;
- A configuração/atualização da APM e Conselho Escolar, se for o caso;
- Que sejam proporcionadas atividades de integração entre os familiares/responsáveis, as crianças/adolescentes e os profissionais da Instituição Educacional;
- As orientações gerais da Instituição Educacional;
- Que haja mobilização para participação dos familiares e responsáveis na construção/consolidação do Projeto Político-Pedagógico da Instituição Educacional.

A organização das atividades planejadas fica a critério de cada Instituição Educacional que deverá observar, obrigatoriamente, o atendimento dos estudantes conforme horário previsto no Regimento Escolar e, quando for o caso, o horário de acolhimento.

### 3.9 Primeiros dias letivos - Acolhimento Inicial

A Secretaria da Educação orienta que sejam consideradas as necessidades de um período de acolhimento inicial das crianças, com horário reduzido conforme tabela abaixo, reunindo, sempre que possível, todos(as) os(as) profissionais no mesmo período, para que neste momento, as crianças que retornam e/ou iniciam seu processo de socialização no ambiente escolar, possam criar vínculos e despertar o sentimento de pertencimento. É fundamental o atendimento às necessidades individuais **de cada criança**, analisando individualmente a rotina de alimentação e



$$1 + 2 = 3$$





bem estar no ambiente educacional.

A expectativa em relação ao conteúdo pedagógico perpassa o planejamento no contexto escolar, em nível de rede, de forma significativa. Entretanto, como a aprendizagem não se restringe ao cognitivo, sendo também responsabilidade da escola trabalhar de maneira intencional para alcançar o desenvolvimento integral dos estudantes, esse período de acolhimento inicial configura-se como um momento importante e necessário no cuidado das dimensões afetivas e socioemocionais das crianças e adolescentes.

A Instituição Educacional, ao configurar-se como local de acolhimento e escuta, deve permanecer sempre atenta às necessidades observadas, demonstrando interesse, atuando como uma instituição que pertence à rede de proteção da criança e do adolescente, por meio da validação do sentimento dos(as) estudantes, facilitando para que contem sua história e, a partir dela, sejam elaboradas estratégias de ação conjunta e em rede, ao se estabelecer espaços de diálogo e escuta dentro da rotina de sala de aula.

Dessa forma, torna-se fundamental considerar as singularidades de cada criança, compreendendo que ela expressa seus sentimentos, prioritariamente, por meio de suas ações e reações ao ambiente, mais do que pela linguagem verbal. Assim, é imprescindível que a equipe observe, de maneira atenta e sensível, manifestações como choro intenso e recorrente, irritabilidade, dificuldades na aceitação alimentar ou aumento excessivo do apetite, necessidade constante de colo ou proximidade de um(a) adulto(a), alterações no sono — como dificuldade para dormir ou sonolência excessiva —, uso contínuo de objeto de apego, apatia, agitação atípica, medo dos(as) profissionais de apoio escolar, estranhamento exagerado diante de outros(as) adultos(as) do ambiente escolar, entre outros comportamentos que possam sinalizar desconforto.

Essa observação deve ser realizada de forma individualizada, respeitando o ritmo, o desenvolvimento e as necessidades específicas de cada criança, e exige sensibilidade, escuta atenta e diálogo permanente com a família ou responsáveis. A partir dessa escuta compartilhada, a gestão da Unidade Escolar poderá, quando necessário, organizar e ajustar os horários de permanência da criança no ambiente escolar, de modo a atender suas necessidades, garantir seu bem-estar e favorecer, de forma gradual e segura, o desejo de permanecer na instituição sempre com alinhamento junto à família.

Seguem as datas e carga horária para o acolhimento inicial, ressaltando que a redução de período não é obrigatória, mas deve ocorrer conforme a necessidade de cada criança em diálogo com as famílias:

Instituição de Educação Infantil – Creche e Pré-escola Integral	
Data	Carga horária
05/02 e 06/02	03h30 Conforme comunicado Sedu/GS 127/2025
A partir de 09/02	Horário normal



1 + 2 = 3





Instituição de Educação Infantil – Creche e Pré-escola Parcial	
Data	Carga horária
05/02 e 06/02	02h30 Conforme comunicado Sedu/GS 127/2025
A partir de 09/02	Horário normal

Instituição de Ensino Fundamental Integral	
Data	Carga horária
05/02 e 06/02	03h30 Conforme comunicado Sedu/GS 127/2025
A partir de 09/02	Horário normal

Instituição de Ensino Fundamental Parcial	
Data	Carga horária
05/02 e 06/02	02h30 Conforme comunicado Sedu/GS 127/2025
A partir de 09/02	Horário normal

#### 4. PAF – Plano Anual Formativo- NAP & DATP 2026

##### Importância das formações e fundamentos no Marco Referencial de Sorocaba

A formação continuada é um dos pilares fundamentais para a consolidação de uma educação pública de qualidade social, democrática e inclusiva. Investir na formação dos profissionais da educação da Rede é investir diretamente na transformação das práticas educativas e na consolidação de uma escola que ensina, acolhe e emancipa.

O Marco Referencial da Rede Municipal de Sorocaba (2016) reconhece explicitamente que a formação é um processo coletivo, permanente e contextualizado, devendo estar intrinsecamente ligada ao fazer pedagógico. No Eixo IV – Formação e Condição de Trabalho dos Profissionais da Educação, o documento orienta que:

“A formação dos profissionais da educação deve estar alicerçada em bases teóricas sólidas e articulada à prática cotidiana, de modo que o educador se reconheça como sujeito histórico e protagonista da transformação social.”

O Marco ainda enfatiza que a formação é uma dimensão do trabalho docente e não um evento pontual, devendo ocorrer em tempos e espaços institucionais garantidos, com foco na reflexão crítica, na produção de saberes e na ampliação das condições de trabalho. Assim, as formações continuadas precisam:

- **Articular teoria e prática**, unindo o conhecimento acadêmico e o saber da experiência;



$$1 + 2 = 3$$





- **Promover a autonomia intelectual** e a pesquisa sobre o próprio fazer docente;
- **Favorecer o diálogo entre os diferentes segmentos escolares**, valorizando o papel de todos no processo educativo;
- **Consolidar a cultura da formação como eixo permanente** da política educacional municipal.

Nesse sentido, o PAF/2026 – Plano Anual Formativo propõe retomar a intencionalidade pedagógica que o Marco Referencial defende: formar sujeitos críticos, reflexivos e comprometidos com a qualidade social da educação, garantindo que cada encontro formativo seja um espaço de construção coletiva, alinhado aos Documentos Curriculares e ao compromisso com a educação pública democrática.

Referência:

SOROCABA. Secretaria da Educação. *Marco Referencial da Rede Pública Municipal de Sorocaba*. Sorocaba: Prefeitura Municipal de Sorocaba, 2016. 188 p.

Responsáveis pela Equipe Formativa – Educação Infantil	Responsáveis pela Equipe Formativa – Ensino Fundamental
Izaura Mendes Rosa Maganhato – <b>Coordenadora Administrativa</b> Mellany Caroline Pires Rodrigues – <b>Chefe de Divisão (DATP)</b> Ana Paula Fernandes – <b>Gestora de Desenvolvimento Educacional</b> Maria Maia da C. Clarke Maia – <b>Chefe da Seção de Acompanhamento dos Dados Educacionais e Formação da Educação Infantil</b> Murilo Henrique Rodrigues Brizola – <b>Apoio Técnico Pedagógico</b> Nídia Dessordi Soares – <b>Apoio Técnico Pedagógico</b> Taís Cristina Klarosk – <b>Apoio Técnico Pedagógico</b>	Izaura Mendes Rosa Maganhato – <b>Coordenadora Administrativa</b> Mellany Caroline Pires Rodrigues – <b>Chefe de Divisão (DATP)</b> Lídia Falci Trujillo – <b>Gestora de Desenvolvimento Educacional</b> Tully Vicentin de Almeida – <b>Gestora de Desenvolvimento Educacional</b> Elisa Ivace Momoshima – <b>Chefe da Seção de Acompanhamento dos Dados Educacionais e Formação do Ensino Fundamental</b> Murilo Henrique Rodrigues Brizola – <b>Apoio Técnico Pedagógico</b> Nídia Dessordi Soares – <b>Apoio Técnico Pedagógico</b> Taís Cristina Klarosk – <b>Apoio Técnico Pedagógico</b>

#### 4.1 Formação em rede para auxiliares de educação e agentes infantis

As formações ocorrerão mensalmente, mediante convocação, aproveitando o horário de formação semanal destinado ao respectivo cargo. Os temas abordados serão definidos a partir das necessidades e contribuições apontadas pelos servidores no período de agosto de 2025, quando puderam sugerir assuntos alinhados à sua prática profissional, articuladas às diretrizes, prioridades institucionais e demandas formativas identificadas pela Secretaria da Educação e pelas equipes gestoras das unidades escolares. As Formações em Rede, iniciadas em 2025, já representam um avanço nesse processo, e o Plano de Formação 2026 surge para ampliar as oportunidades de aprofundamento e atender às demandas apresentadas pelos participantes.

#### Observações gerais sobre a organização das formações

1. O mês de julho não será contemplado no cronograma, em razão da escala de dispensa de ponto, considerando tratar-se de um período com maior rotatividade de auxiliares nas Unidades Escolares.
2. Com exceção do mês de dezembro, em cada mês, apenas as Unidades Escolares que realizam formação no dia definido para o encontro online serão convocadas oficialmente.



$$1 + 2 = 3$$





As demais unidades realizarão a formação de forma assíncrona, utilizando a gravação e o material disponibilizado, obrigatoriamente na semana subsequente.

### Observações pertinentes sobre os temas

1. Todos os temas das formações estarão vinculados aos materiais das Trilhas Formativas, incluindo o vídeo da gravação mensal, garantindo assim uniformidade temática e acesso equitativo a todas as Unidades Escolares.
2. Essa organização assegura que todas as equipes possam participar do processo formativo, independentemente do dia de formação presencial, fortalecendo a articulação e a continuidade das ações formativas na Rede Municipal.

### Cronograma de encontros formativos para os auxiliares de educação e agentes infantis – 2026

#### 1º Semestre – 2026

Mês	Dia da Semana	Horário	Tema
Março 18/03	Quarta-feira	08h às 10h 14h às 16h	<b>Fundamentos e Legislação da Educação Inclusiva</b> – Relação da prática com a súmula de atribuição
Abril 28/04	Terça-feira	08h às 10h 14h às 16h	<b>Conselho Tutelar, Família e Escola</b>
Maio 25/05	Segunda-feira	08h às 10h 14h às 16h	<b>Organização dos Espaços Infantis, Cuidado e Rotina na Educação Infantil</b> – Relação da prática com a súmula de atribuição
Junho 25/06	Quinta-feira	08h às 10h 14h às 16h	<b>História e Concepção de Infância</b> – Relação da prática com a súmula de atribuição

#### 2º Semestre – 2026

Mês	Dia da Semana	Horário	Tema
Agosto 24/08	Segunda-feira	08h às 10h 14h às 16h	<b>Percurso Formativo – EREER – Educação para as Relações Étnico-raciais</b>
Setembro 22/09	Terça-feira	08h às 10h 14h às 16h	<b>Percurso Formativo – EREER – Educação para as Relações Étnico-raciais</b>
Outubro 21/10	Quarta-feira	08h às 10h 14h às 16h	<b>Finalização do Percurso Formativo – EREER – Educação para as Relações Étnico-raciais</b>
Novembro 26/11	Quinta-feira	08h às 10h 14h às 16h	<b>Musicalização e Contação de História</b>
Dezembro 04/12	Sexta-feira <u>Síncrono para todos</u>	08h às 10h 14h às 16h	<b>I Seminário de Boas Práticas dos Auxiliares e Agentes Infantis</b> Oportunidade de Socialização da Equipes acerca das práticas Exitosas Institucionais das Unidades escolares de Educação Infantil

#### Observação:

O mês de dezembro será destinado à realização do Seminário de Boas Práticas dos Auxiliares de Educação e Agentes Infantis, configurando-se como um momento de socialização e valorização das experiências exitosas institucionais desenvolvidas ao longo do ano letivo, visro que



$$1 + 2 = 3$$





se compreende, nos processos de socialização de práticas, um potencial formador importante.

Nesse evento, as equipes das Unidades Escolares, em conjunto com seus gestores, terão a oportunidade de apresentar práticas exitosas e ações significativas realizadas pelos servidores desses cargos. A proposta é que o seminário se consolide como uma ação anual, fortalecendo a cultura formativa e o reconhecimento do trabalho coletivo na Rede Municipal de Ensino.

#### 4.2 Formação em rede para docentes

A Secretaria da Educação, por meio do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) e da Divisão de Apoio Técnico Pedagógico (DATP), organizará e ofertará as formações do ano de 2026 em consonância com o Marco Referencial de Sorocaba, articulando-o aos marcos regulatórios que fundamentam a formação continuada como princípio estruturante da política educacional e como condição para a garantia do direito à educação de qualidade.

Nesse sentido, a formação dos(as) profissionais da educação é compreendida como um direito assegurado e um dever do sistema de ensino, conforme preconizam a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e as normativas do Conselho Nacional de Educação, devendo ocorrer em tempos e espaços institucionais próprios. Assim, a oferta de formações com temáticas relevantes ao trabalho pedagógico será garantida de forma sistemática e contínua, reafirmando o compromisso da Rede Municipal com o desenvolvimento profissional, a valorização docente e o fortalecimento das práticas educativas nas unidades escolares.

Com o intuito de otimizar recursos e levando em consideração questões orçamentárias, as formações serão realizadas de forma online e/ou gravada, podendo ocorrer durante os momentos de HTPC, RAEA, HTP (Turma ou período) ou outras reuniões previstas no calendário escolar.

Dessa forma, o planejamento formativo de docentes apresentado a seguir está alinhado ao Marco Referencial de Sorocaba e assegura o acesso à formação continuada a todos os profissionais da rede, através de convocação ou não.

**Para 2026, as formações docentes ocorrerão de modo assíncrono, sempre no 2º HTPC de cada mês (exceto setembro e outubro), conforme cronograma abaixo:**

#### 1º Semestre – Educação Infantil

Mês	Creche	Pré Escola
Fevereiro 04/Fevereiro*	Caderno de Orientações 2026 – Observações Importantes (Reunião de planejamento) *Sugere-se que o vídeo acerca do Caderno de Orientações organizado pela SEDU seja reproduzido na reunião de planejamento do dia 04 de fevereiro de 2026, caso não seja possível, o mesmo deverá ser reproduzido nos próximos dias de planejamento subsequentes.	
Março 09/03 a 13/03	Fundamentos e Legislação da Educação Inclusiva e Profissionais de Apoio	
Abril 06/04 a 10/04	Avaliação na Educação Infantil Creche e Pré Escola	



$$1 + 2 = 3$$





Maio 11/05 a 15/05	Organização dos Espaços Infantis segundo o Documento Curricular Creche e Pré Escola
Junho 08/06 a 12/06	ERER – Educação para as Relações Étnico-raciais (Encontro I)

**2º Semestre – Educação Infantil**

Mês	Creche	Pré Escola
Agosto 10/08 a 14/08	Primeira Infância: Rotina na Educação e Gerenciamento e Mediação de Conflitos	
Setembro 14/09 a 18/09	História e Concepção de Infância	
Outubro 19/10 a 23/10	Conselho Tutelar, Família e Escola	
Novembro 09/11 a 13/11	ERER – Educação para as Relações Étnico-raciais (Encontro II)	

**Observação:** Em diversos temas propostos faremos a inserção do bloco “AEE: Caderno de Orientações da Divisão de Educação Especial”.

**1º Semestre – Docentes do Ensino Fundamental**

Mês	Ensino Fundamental I	Ensino Fundamental II Para o Fund. II, devido às especificidades de cada escola, as formações em rede serão oferecidas por escolha
Fevereiro 04/Fevereiro*	Caderno de Orientações 2026 – Observações Importantes (Reunião de planejamento) *Sugere-se que o vídeo acerca do Caderno de Orientações organizado pela SEDU seja reproduzido na reunião de planejamento do dia 04 de fevereiro de 2026, caso não seja possível, o mesmo deverá ser reproduzido nos próximos dias de planejamento subsequentes.	
Março 09/03 a 13/03	Avaliação Escolar & Avaliação Externa: Fluência Leitora	Avaliação Escolar
Março 16/03 a 19/03	Fundamentos e Legislação da Educação Inclusiva e Profissionais de Apoio	
Abril 06/04 a 10/04	Documentos Pedagógicos – FADA Ata de Conselho de Classe, Ano, Turma – Fund. I	Documento Pedagógico – Ata de Conselho de Classe, Ano, Turma – Fund. II
Maio 11/05 a 15/05	Plataformas Educacionais – Elefante Letrado e Matific	Práticas Educacionais Lúdicas para o Ensino Fundamental II
Junho 08/06 a 12/06	ERER – Educação para as Relações Étnico-raciais (Encontro I)	





**2º Semestre – Docentes do Ensino Fundamental**

Mês	Ensino Fundamental I	Ensino Fundamental II Para o Fund. II, devido às especificidades de cada escola, as formações em rede serão oferecidas por escolha
Agosto 10/08 a 14/08	Alfabetização Matemática	
Setembro 14/09 a 18/09	Avaliação Externa – SARESP – Formação para Compreensão, Análise e Apropriação Pedagógica do Processo Avaliativo	
Outubro 19/10 a 23/10		
Novembro 09/11 a 13/11	ERER – Educação para as Relações Étnico-raciais (Encontro II)	

**Observação:** Em diversos temas propostos faremos a inserção do bloco “AEE: Caderno de Orientações da Divisão de Educação Especial”.

**4.3 Momentos formativos de livre escolha**

Com o objetivo de assegurar as especificidades da Rede e contemplar seus diferentes segmentos, serão ofertados também momentos formativos de livre escolha, possibilitando que os(as) profissionais participem conforme seus interesses, ampliando seus conhecimentos e práticas profissionais.

Mês	Tema
Data a ser definida em Março	Documento Curricular Infantil – Creche e Pré Escola
Data a ser definida em Março	Documento Curricular do Ensino Fundamental – Ensino Fundamental I e II
Data a ser definida em Abril	Alfabetização e Hipóteses de escrita
Data a ser definida em Junho	Primeiros Socorros
Data a ser definida em Agosto	Experiências Educativas Brincantes
Data a ser definida em Setembro	Educação Física Escolar na Educação Básica

**4.4 Formação em rede – Educação de Jovens e Adultos (EJA)**

O PAF/2026 contempla, de forma intencional e estruturada, a formação continuada dos(as) docentes que atuam na Educação de Jovens e Adultos (EJA), reconhecendo essa modalidade como um espaço educativo singular, marcado por trajetórias diversas, saberes constituídos ao longo da vida e experiências sociais, culturais e profissionais dos sujeitos que dela participam.

A formação destinada à EJA é fundamental para fortalecer práticas pedagógicas que dialoguem com a realidade dos(as) estudantes jovens, adultos e idosos, promovendo aprendizagens significativas, emancipadoras e socialmente contextualizadas. Nesse sentido,



$1 + 2 = 3$





investir na formação dos(as) docentes da EJA significa reafirmar o compromisso da rede com uma educação inclusiva, equitativa e comprometida com o direito à aprendizagem ao longo da vida.

A formação da EJA ocorrerá por meio de um HTP mensal presencialmente (uma quarta-feira de cada mês, preferencialmente a terceira) com duração de 03h00, destinado especificamente a momentos de estudo, reflexão e qualificação das práticas pedagógicas, considerando os desafios cotidianos da modalidade. Os temas formativos serão propostos pelos(as) próprios(as) docentes, a partir das demandas identificadas em suas realidades escolares, visando o aprimoramento do trabalho pedagógico para o próximo ano letivo. As temáticas do Plano de Formação são definidas a partir da articulação entre as necessidades formativas indicadas pelos(as) profissionais da Rede, aquelas identificadas pela gestão das unidades escolares e as demandas institucionais apontadas pela Secretaria da Educação, assegurando coerência, pertinência pedagógica e alinhamento às diretrizes da Rede.

Essa organização formativa valoriza o protagonismo docente, a troca de experiências e a construção coletiva do conhecimento, fortalecendo a prática pedagógica na EJA e contribuindo para a consolidação de uma educação que respeita as histórias, os tempos e os saberes dos sujeitos que compõem essa modalidade.

Mês	Assunto	Horário
Fevereiro 04/02 Quarta-feira	Planejamento	18h30 às 21h00
Fevereiro 25/02 Quarta-feira	Aplicabilidade EREER	8h30 - 11h30 13h30 - 16h30
Março 18/03 Quarta-feira	Currículo e Diversidade	8h30 - 11h30 13h30 - 16h30
Abril 15/04 Quarta-feira	Reorganização do Caderno nº 15 - Currículo da EJA	8h30 - 11h30 13h30 - 16h30
Mai 20/05 Quarta-feira	Ensino da Matemática	8h30 - 11h30 13h30 - 16h30
Junho 17/06 Quarta-feira	História de Sorocaba	8h30 - 11h30 13h30 - 16h30
Julho 29/07 Quarta-feira	Compartilhamento Pedagógico - EREER	8h30 - 11h30 13h30 - 16h30
Agosto 19/08 Quarta-feira	Educação Física na EJA	8h30 - 11h30 13h30 - 16h30
Setembro 16/09 Quarta-feira	Ensino de Ciências	8h30 - 11h30 13h30 - 16h30
Outubro 21/10 Quarta-feira	Ensino da Língua Portuguesa	8h30 - 11h30 13h30 - 16h30
Novembro 18/11 Quarta-feira	Ensino da Língua Portuguesa	8h30 - 11h30 13h30 - 16h30
Dezembro 02/12 Quarta-feira	Compartilhamento Pedagógico das Práticas Exitosas	8h30 - 11h30 13h30 - 16h30

$$1 + 2 = 3$$





#### 4.5 Formação em rede para as Oficinas de Aprendizagem

O PAF/2026 contempla, de forma intencional e estruturada, a formação continuada dos(as) docentes que atuam nas Oficinas de Aprendizagem, projeto da Rede Municipal voltado à recomposição das aprendizagens dos estudantes do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Reconhece-se que a efetividade desse projeto está diretamente vinculada à qualificação pedagógica dos(as) docentes, considerando as diferentes trajetórias escolares, ritmos de aprendizagem e necessidades educacionais dos(as) estudantes.

As formações ofertadas aos(as) docentes têm como finalidade subsidiar práticas pedagógicas intencionais, sistemáticas e contextualizadas, voltadas à superação das defasagens de aprendizagem identificadas por meio de diagnósticos pedagógicos e acompanhamento contínuo. Nesse sentido, os momentos formativos buscam fortalecer o planejamento, a mediação didática, a avaliação formativa e a escolha de estratégias adequadas para o trabalho em pequenos grupos, respeitando as singularidades de cada estudante.

A organização das formações prevê momentos de estudo, reflexão e aprofundamento das práticas pedagógicas, articulando fundamentos teóricos, análise de dados educacionais e socialização de experiências exitosas desenvolvidas nas unidades escolares. Os temas formativos serão definidos a partir das demandas da Rede, das necessidades apontadas pelos(as) docentes e dos desafios observados no desenvolvimento do projeto, garantindo a pertinência e a aplicabilidade dos conteúdos trabalhados, as datas das formações do projeto serão definidas posteriormente pela gestora responsável.

#### 4.6 Formação em rede para auxiliares administrativos(as), secretários(as) de escola e inspetores(as) de alunos

O PAF/2026 contempla, de forma intencional e estruturada, a formação continuada dos(as) auxiliares administrativos(as), secretários(as) de escola e inspetores(as) de alunos, reconhecendo esses profissionais como agentes fundamentais para o funcionamento qualificado das unidades escolares e para a efetivação das políticas educacionais da Rede Municipal.

Reconhece-se que a qualidade da organização administrativa, do atendimento à comunidade escolar, do acompanhamento da rotina dos(as) estudantes e do apoio à gestão pedagógica está diretamente relacionada à formação contínua desses(as) profissionais, considerando as especificidades de suas atribuições, os diferentes contextos escolares e as demandas cotidianas do trabalho educativo.

As formações ofertadas têm como finalidade subsidiar práticas profissionais éticas, responsáveis e alinhadas às normativas da Secretaria da Educação, fortalecendo competências relacionadas à organização dos processos administrativos e escolares, à comunicação institucional,



$$1 + 2 = 3$$





ao registro e acompanhamento da vida escolar dos(as) estudantes, bem como à atuação preventiva e orientadora no ambiente educativo. As datas das formações serão definidas posteriormente pela Secretaria da Educação e enviadas através de comunicado oficial.

#### 4.7 Formação em Rede para gestores escolares

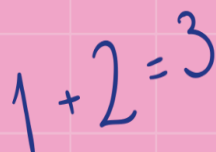
A Secretaria da Educação, por intermédio do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) e da Divisão de Apoio Técnico-Pedagógico (DATP), promoverá, ao longo do ano de 2026, um plano formativo destinado aos gestores escolares, fundamentado nos marcos regulatórios da educação nacional e municipal, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Marco Referencial de Sorocaba. Tal iniciativa visa assegurar o desenvolvimento profissional contínuo da equipe gestora, compreendido como condição indispensável para a efetivação do direito à educação de qualidade socialmente referenciada.

Com o propósito de estimular o diálogo, a reflexão coletiva e a integração das ações educativas, as formações serão realizadas presencialmente, mediante convocação oficial, em datas previamente definidas no cronograma formativo do ano.

Dessa maneira, o plano de formação destinado aos gestores escolares apresentado a seguir reafirma o compromisso da Secretaria da Educação com a qualificação contínua das equipes gestoras e com o fortalecimento da gestão democrática nas unidades educacionais.

#### Diretor(a) e Vice-diretor(a)

Mês	Oportunidade	Tema	Responsáveis
23/02 Segunda-feira	Diretores(as) Ed. Infantil e Ensino Fundamental	Reunião de acolhimento: Primeiro Dia "D" ires – Acolhimento, afeto e sensibilidade (convite)	DATP & NAP
26/02 Quinta-feira	Vice-Diretores(as) Ed. Infantil e Ensino Fundamental	Reunião de acolhimento: Dia + "VC" Vices – Acolhimento, afeto e sensibilidade (convite)	DATP & NAP
02/03 Segunda-feira	Diretores(as) ou Vices Ed. Infantil e Ensino Fundamental	Reunião de Apresentação e Alinhamento com o Núcleo de Apoio Pedagógico e a Divisão de Apoio Técnico Pedagógico Apresentação do PAF – Plano Anual Formativo	DATP & NAP
05/03 Quinta-feira	Diretores(as) ou Vices Ed. Infantil e Ensino Fundamental	Apresentação e Alinhamento com a Divisão de Educação Especial	DEE
12/03 Quinta-feira	Diretores(as) ou Vices Ed. Infantil e Ensino Fundamental	Apresentação do caderno da Educação Especial Nº 21	DEE
19/03 Quinta-feira	Diretores(as) ou Vices Ed. Infantil e Ensino Fundamental	Fundamentos e Legislação da Educação Inclusiva e Profissionais de Apoio Conselho Tutelar - Fluxograma de Ações	DATP & NAP
16/04 Quinta-feira	Diretores(as) ou Vices Ed. Infantil e Ensino Fundamental	Reuniões Escolares/ Caderno de Orientações Nº 20/PPP Subdivisão de grupos: Educação Infantil e Ensino Fundamental	DATP & NAP
07/05 Quinta-feira	Diretores(as) Ed. Infantil	Documento Curricular da Educação Infantil	DATP & NAP
14/05 Quinta-feira	Diretores(as) ou Vices Ed. Infantil e Ensino Fundamental	Estudo do caderno da Educação Especial Nº 21	DEE
21/05	Diretores(as) ou Vices	Documento Curricular Preliminar do Ensino Fundamental	DATP & NAP





Quinta-feira	Ensino Fundamental		
18/06 Quinta-feira	Diretores(as) ou Vices Ed. Infantil e Ensino Fundamental	ERER – Educação para as Relações Étnico-raciais	DATP & NAP CTM
13/08 Quinta-feira	Diretores(as) ou Vices Ed. Infantil	História e Concepção de Infância	DATP & NAP
20/08 Quinta-feira	Diretores(as) ou Vices Ed. Infantil e Ensino Fundamental	Compartilhamento de contribuições acerca do caderno da Educação Especial Nº 21	DEE
27/08 Quinta-feira	Diretores(as) ou Vices Ensino Fundamental	Documento Curricular Preliminar do Ensino Fundamental	DATP & NAP
10/09 Quinta-feira	Diretores(as) Ed. Infantil	Documento Curricular da Educação Infantil	DATP & NAP
17/09 Quinta-feira	Diretores(as) ou Vices Ensino Fundamental	Documento Curricular Preliminar do Ensino Fundamental	DATP & NAP
24/09 Quinta-feira	Diretores(as) Ensino Fundamental	Avaliação Externa – SARESP - O que é? Práticas docentes	DATP & NAP
29/10 Quinta-feira	Diretores(as) ou Vices Ed. Infantil e Ensino Fundamental	Devolutivas e adequações do caderno da Educação Especial Nº 21	DEE
Novembro A definir	Diretores(as) ou Vices Ed. Infantil e Ensino Fundamental	8º Fórum ERER – Educação para as Relações Étnico Raciais	DATP & NAP CTM

## Orientadores(as) Pedagógicos(as)

Mês	Oportunidade	Tema	Responsáveis
12/02 Sexta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ed. Infantil	Formação para Orientadores(as) Pedagógicos(as) Designados da Educação Infantil	Supervisores de Ensino DATP & NAP
13/02 Sexta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ed. Infantil	Formação para Orientadores(as) Pedagógicos(as) Designados da Educação Infantil	Supervisores de Ensino DATP & NAP
20/02 Sexta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ed. Infantil e Ensino Fundamental	Reunião de Apresentação e Alinhamento com o Núcleo de Apoio Pedagógico e a Divisão de Apoio Técnico Pedagógico Apresentação do PAF – Plano Anual Formativo	DATP & NAP
27/02 Sexta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ensino Fundamental	Reunião de Planejamento Pedagógico e Avaliações do Ensino Fundamental	DATP & NAP
04/03 Quarta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ed. Infantil e Ensino Fundamental	Apresentação e Alinhamento com a Divisão de Educação Especial	DEE
06/03 Sexta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ed. Infantil e Ensino Fundamental	Reuniões Escolares, Documentações Pedagógicas e Caderno de Orientações Nº 20 Subdivisão de grupos: Educação Infantil e Ensino Fundamental	DATP & NAP
09/03 Segunda-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ed. Infantil e Ensino Fundamental	Apresentação do caderno da Educação Especial Nº 21	DEE





13/03 Sexta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ed. Infantil	Documento Curricular da Educação Infantil	DATP & NAP
27/03 Sexta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ensino Fundamental	Introdução do Documento Curricular Preliminar do Ensino Fundamental	DATP & NAP
09/04 Quinta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ed. Infantil	Documento Curricular da Educação Infantil	DATP & NAP
10/04 Sexta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ensino Fundamental	Documento Curricular Preliminar do Ensino Fundamental - Componente de Língua Portuguesa	DATP & NAP
17/04 Sexta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ensino Fundamental	Documento Curricular Preliminar do Ensino Fundamental - Componente de Matemática	DATP & NAP
24/04 Sexta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ed. Infantil	Processos Pedagógicos na Educação Infantil Educação Alimentar e Nutricional no Cotidiano Escola	DATP & NAP DAE
08/05 Sexta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ensino Fundamental	Documento Curricular Preliminar do Ensino Fundamental - Componente de Arte	DATP & NAP
15/05 Sexta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ed. Infantil e Ensino Fundamental	Estudo do caderno da Educação Especial Nº 21	DEE
22/05 Sexta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ensino Fundamental	Educação Alimentar e Nutricional no Cotidiano Escola	DAE
29/05 Sexta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ensino Fundamental	Formação Matemática	DATP & NAP
11/06 Quinta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ed. Infantil	Documento Curricular da Educação Infantil	DATP & NAP
12/06 Sexta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ensino Fundamental	Documento Curricular Preliminar do Ensino Fundamental - Componente de Ed. Física	DATP & NAP
19/06 Sexta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ed. Infantil e Ensino Fundamental	ERER – Educação para as Relações Étnico-raciais	DATP & NAP CTM
26/06 Sexta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ensino Fundamental	Formação Matemática	DATP & NAP
06/08 Quinta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ed. Infantil	Documento Curricular da Educação Infantil	DATP & NAP
07/08 Sexta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ensino Fundamental	Documento Curricular Preliminar do Ensino Fundamental - Componente de História	DATP & NAP
14/08 Sexta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ensino Fundamental	Documento Curricular Preliminar do Ensino Fundamental - Componente de Geografia	DATP & NAP
21/08 Sexta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ed. Infantil e Ensino Fundamental	Compartilhamento de contribuições acerca do caderno da Educação Especial Nº 21	DEE



$$1 + 2 = 3$$





28/08 Sexta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ed. Infantil	História e Concepção de Infância	DATP & NAP
04/09 Sexta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ensino Fundamental	Documento Curricular Preliminar do Ensino Fundamental - Componente de Ciências	DATP & NAP
18/09 Sexta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ensino Fundamental	Formação Matemática	DATP & NAP
25/09 Sexta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ensino Fundamental	Avaliação Externa – SARESP - O que é? Práticas docentes	DATP & NAP
09/10 Sexta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ensino Fundamental	Formação Matemática	DATP & NAP
23/10 Sexta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ed. Infantil e Ensino Fundamental	Devolutivas e adequações do caderno da Educação Especial Nº 21	DEE
06/11 Sexta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ensino Fundamental	Formação Matemática	DATP & NAP
27/11 Sexta-feira	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ensino Fundamental	Educação Alimentar e Nutricional no Cotidiano Escola	DAE
Novembro A definir	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ed. Infantil e Ensino Fundamental	8º Fórum ERER – Educação para as Relações Étnico Raciais	DATP & NAP CTM
Dezembro A definir	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ensino Fundamental	3º Seminário de Boas Práticas – Alfabetiza Juntos SP	DATP & NAP URE – Unidade Regional de Ensino
Dezembro A definir	Orientadores(as) Pedagógicos(as) Ed. Infantil e Ensino Fundamental	2º OPicnic dos(as) Orientadores(as) da Rede Municipal de Sorocaba (convite)	DATP & NAP

## 5. Especificidades da Educação Infantil

### 5.1 Organização e Acolhimento

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, o período de vida atendido pela Educação Infantil caracteriza-se por marcantes aquisições: a marcha, a fala, o controle esfinteriano, o desenvolvimento da imaginação e da capacidade de “fazer de conta” e de, representar, usando diferentes linguagens. Embora nessas aquisições a dimensão orgânica da criança se faça presente, suas capacidades para discriminar cores, memorizar poemas, representar uma paisagem através de um desenho, consolar uma criança que chora, etc. são histórica e culturalmente produzidas nas relações que estabelecem com o mundo material e social mediadas por parceiros mais experientes. (BRASIL, 2013, p.86). Nota-se que a criança de 0 a 6 anos é complexa, desafiadora, surpreendente e exuberante.



$$1 + 2 = 3$$





Dessa forma, a organização e o planejamento na elaboração do trabalho pedagógico no dia a dia da Educação Infantil são essenciais para o(a) docente. Estes(as) devem permitir a reconstrução e aquisição de novos conhecimentos, construção de ideias, tentativas e negociações entre as crianças, tais como: desenhos, esculturas, engenhocas, maquetes, falas e expressões. Desse modo, é possível refletir sobre sua prática e quais intervenções pedagógicas serão necessárias diante do contexto educativo. Tais elementos permitirão ao docente a elaboração de relatórios de acompanhamento do processo de aprendizagem, focando-se nas experiências vividas e ainda possibilitando às famílias/responsáveis o acompanhamento do desenvolvimento do(a) estudante.

As Instituições de Educação Infantil deverão elaborar suas propostas pedagógicas, baseadas nos documentos estruturantes da rede ([Deliberação CMESO nº03/2020](#)) e no Documento Curricular para Educação Infantil, partindo da organização de uma rotina flexível para atendimentos das necessidades observadas, do tempo e dos espaços de aprendizagens para as crianças, que fazem parte desta etapa de ensino; garantindo condições para o desenvolvimento de todos(as) e promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças e o desenvolvimento de hábitos de convivência no ambiente escolar.

Objetivando a promoção de uma estreita relação entre a família/responsáveis e a instituição educacional, sugere-se que sejam utilizadas as seguintes estratégias:

1. Reuniões com as famílias/responsáveis: é fundamental que sejam realizadas reuniões para que haja o devido acolhimento e diálogo com as famílias/responsáveis sobre o funcionamento da creche/pré-escola e sua organização cotidiana, assim como a observação do espaço físico. Dessa forma, a sensação de segurança em relação à escola fará toda a diferença no processo de acolhimento inicial da criança.
2. Recepção da criança e auxílio nas atividades de vida diária: verificar com quem a criança mais se vinculou no ambiente escolar e priorizar que os momentos de atividades de vida diária (banho, troca, alimentação e sono) sejam realizados/mediados por esse adulto, a fim de ajudar a criança a se sentir segura e acolhida.

Atenção aos sinais: choro excessivo, irritabilidade, ansiedade. Quanto mais uma criança está irritada, mais ela precisa de um adulto preparado por perto, que a acolha neste momento e a auxilie no reconhecimento de suas emoções para criar um repertório que possibilite responder de forma mais saudável às situações que o ambiente social e emocional proporciona. Procurar reconhecer se há alguma necessidade (sono, fome, frio ou calor, medo, frustração), que não foi atendida e, se possível, atender prontamente. Acolher a criança com colo, abraço, afeto, estabelecendo contato visual. Ações como estas, ajudarão as crianças a se sentirem seguras e a estabelecer vínculos. É importante lembrar que, enquanto a criança estiver chorando muito ou com sono, é bom evitar oferecer alimentação, de modo a assegurar o bem estar físico do menor.

## 5.2 Organização do Trabalho do(a) Auxiliar de Educação

O(a) Profissional Auxiliar de Educação exerce uma função essencial no cotidiano escolar, especialmente no atendimento aos bebês e às crianças, contribuindo de forma direta para a



$$1 + 2 = 3$$





garantia do cuidado, do bem-estar e do desenvolvimento integral dos(as) estudantes. Sua atuação deve estar alinhada aos objetivos educacionais definidos no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da unidade escolar e às diretrizes estabelecidas pela Secretaria da Educação, respeitando as especificidades de cada faixa etária.

Espera-se que o(a) Auxiliar de Educação atue de maneira ética, responsável e acolhedora, zelando pela saúde, alimentação, higiene pessoal, segurança, cultura, recreação e lazer das crianças. O cuidado deve ser compreendido como uma prática educativa, integrada às ações pedagógicas, favorecendo a construção de hábitos saudáveis e o desenvolvimento da autonomia infantil.

No âmbito da rotina diária, compete ao(à) profissional executar, orientar, acompanhar e complementar os cuidados de higiene das crianças, incluindo momentos como troca de vestuário, banho, escovação dos dentes, bem como os cuidados necessários após a micção e defecação, sempre com respeito, sensibilidade e atenção às necessidades individuais. Durante os momentos de sono ou repouso, é fundamental acompanhar as crianças, garantindo um ambiente seguro, tranquilo e respeitoso.

A alimentação deve ser oferecida e acompanhada de acordo com as orientações dos setores competentes, assegurando condições adequadas para que esse momento ocorra de forma saudável, educativa e acolhedora. Da mesma forma, cabe ao(à) Auxiliar zelar pelo uso adequado dos espaços, materiais, brinquedos e recursos, contribuindo para a organização do ambiente e para a realização das atividades propostas.

Espera-se, ainda, a colaboração na organização e no desenvolvimento de atividades lúdicas e culturais, realizadas de forma integrada com os(as) docentes e demais profissionais da unidade escolar, reconhecendo o brincar como elemento fundamental do processo de aprendizagem e do desenvolvimento infantil.

O acompanhamento cotidiano das crianças envolve também o monitoramento da frequência, o registro das ocorrências do dia e a comunicação imediata ao(à) docente e/ou à equipe gestora sobre qualquer incidente, dificuldade ou necessidade observada. Sempre que houver demanda de comunicação com as famílias, essa deverá ser realizada com ciência e orientação do(a) docente e/ou da gestão escolar.

É imprescindível que o(a) Auxiliar de Educação respeite a criança em sua integralidade, não a submetendo, em hipótese alguma, a situações de constrangimento, humilhação, violência verbal ou física. A atuação deve favorecer a construção de vínculos seguros, estáveis e afetivos, contribuindo para o desenvolvimento social, emocional, físico e cognitivo das crianças.

No exercício de suas atribuições e de acordo com a sua respectiva súmula de trabalho, o(a) profissional deverá elaborar relatórios das atividades desenvolvidas, submetendo-os à apreciação superior, além de participar de reuniões, capacitações e cursos sempre que convocado(a), compreendendo a formação continuada como parte integrante do exercício profissional.

No atendimento aos(às) estudantes que apresentem necessidades educacionais especiais, o(a) profissional deverá atuar conforme as orientações e determinações da Divisão da Educação



$$1 + 2 = 3$$





Especial e da Secretaria da Educação, assegurando um atendimento respeitoso, inclusivo e adequado às especificidades de cada criança.

Por fim, espera-se o cumprimento da jornada de trabalho e o exercício das funções nas unidades escolares de educação básica ou nos programas e projetos da Secretaria da Educação, conforme atividades, horários e turmas definidos pela chefia imediata, mantendo postura profissional, colaborativa e comprometida com a função pública e com o direito das crianças à educação de qualidade.

### 5.3 Organização do Trabalho Pedagógico e Docente

A organização do trabalho pedagógico no dia a dia da Educação Infantil mantém-se no cerne das discussões no que tange à forma como registrar o planejamento dessa etapa da educação básica, considerando que o Caderno Nº04: Diretrizes para Documentação Pedagógica na Educação Infantil da Rede Municipal de Sorocaba (2016) prevê que os professores produzam registros prévios de suas intenções educativas e as incluam no que institui-se como Portfólio do docente, por muitos conhecido como semanário/quinzenário. Os processos, pesquisas e práticas reflexivas acerca do fazer educativo não se esgotam, portanto, faz-se necessário seguir na constante qualificação destes.

Sendo assim, ao planejar situações de aprendizagem, é fundamental considerar as crianças em sua realidade concreta, reconhecendo seus interesses e necessidades como ponto de partida. Contudo, essas experiências devem ser intencionalmente organizadas para possibilitar a apropriação do conhecimento historicamente produzido, articulando brincadeiras, interações e explorações que promovam o desenvolvimento integral. Assim, o processo educativo não se fragmenta em vivências isoladas, mas se organiza intencionalmente para garantir que as crianças avancem do saber cotidiano para o conhecimento sistematizado, em uma perspectiva crítica e emancipadora.

Para tanto, o registro do planejamento, deve externar quais objetivos de aprendizagem inspiram a ação educativa planejada, considerando o eixo estruturante interação e brincadeira, e de acordo como o objeto de conhecimento relacionado, qual a intencionalidade em sua propositura, em quais “espaços e tempos” do cotidiano serão desenvolvidas, quais materialidades (recursos) serão necessárias, e quais estratégias/metodologias serão utilizadas.

Como acentua o Currículo Paulista (2019), “as instituições de Educação Infantil, responsáveis pela primeira etapa da educação básica, visam atender as especificidades da criança pequena, sem, contudo, ser preparação para o ensino fundamental”, devendo-se observar os campos de experiências dispostos na BNCC, no Currículo Paulista e no Documento Curricular para Educação Infantil.

Assim, todo planejamento deve ser elaborado visando proporcionar tempos e espaços de exploração dos sentidos, da linguagem, dos objetos, do ambiente e do próprio corpo e movimento, considerando que, para uma formação integral do ser humano, é preciso aprender com o corpo inteiro.



$$1 + 2 = 3$$





Para tanto, evidencia-se a função do(a) docente como mediador(a) que organiza os ambientes, tempos, espaços e materiais, na propositura de uma escola cada vez mais próxima do trabalho com situações de aprendizagens, vivências e experiências significativas e com intencionalidade pedagógica, distanciando-se das atividades impressas e fragmentadas.

A partir da compreensão que o cuidar e o educar são intrínsecos, nesta etapa da educação, é preciso alinhar as ações de cuidados básicos ao fazer pedagógico, tornando-os momentos afetuosos e repletos de aprendizagens, como salienta o Currículo Paulista:

Também é imprescindível ter clareza de que os cuidados nesta fase são necessidades intrínsecas ao educar e que trocas e banhos acontecem ao longo da rotina sempre que necessários, sem horas engessadas e demarcadas. **O cotidiano precisa estar explicitamente a favor das necessidades das crianças** (SÃO PAULO, 2019, p. 61 - grifo nosso).

O planejamento comprometido com a descrição dos processos e propostas é essencial para que as experiências, de curta duração (respeitando os tempos dos bebês e crianças, sempre), ou que se estendam por dias e semanas, sejam atentamente observadas pelos docentes e agentes do fazer educativo, propiciando o acompanhamento dos coletivos e das individualidades, sendo ainda, facilitador na produção dos registros narrativos/avaliativos do desenvolvimento de cada criança, bem como da avaliação do próprio processo educacional. Dessa forma, ao organizar e planejar, faz-se imprescindível observar também, nessa etapa da educação infantil, as seguintes especificidades, no que couber:

#### a) Banho

Esse momento de estreito convívio e de cuidado com o corpo dos bebês e crianças bem pequenas estabelece representações de afeto e segurança. Uma vez que até sua chegada nos espaços educativos, esse cuidado básico é realizado pelos adultos familiares/responsáveis mais próximos com os quais já se estabeleceram relações de confiança, assim, o papel dos educadores é de criar vínculos ao longo do processo de desenvolvimento dessa ação.

É interessante que, sempre que possível, os mesmos profissionais possam realizar tal atividade, a fim de que se estabeleça um elo entre a criança e o adulto educador, propiciando uma abordagem mais próxima e garantindo tempo de qualidade, diálogo, atenção e afeto. Considera-se imprescindível que:

- O banho seja realizado conforme as necessidades individuais de cada bebê e criança, priorizando os períodos mais quentes do dia (principalmente no inverno);
- Seja sempre verificada, pelo adulto, a temperatura da água antes de iniciar o banho;
- Toda criança tenha seus itens de higiene (sabonete, xampu, toalha, condicionador, escova de dente), que devem ser acondicionados separadamente em recipientes devidamente identificados com o nome da criança;
- Não se faça necessário lavar a cabeça da criança em todos os banhos do dia (principalmente no inverno);
- Proteja-se a orelha da criança, durante o banho, especialmente quando há suspeita de otite (aguda ou média - com presença de secreção);
- Dê-se um meio banho quando a criança evacuar, sem que o tórax seja descoberto;



$$1 + 2 = 3$$





- Haja cuidado com o uso das luvas de borracha pois as mesmas são um meio de contaminação cruzada entre o profissional de apoio escolar, às crianças e as superfícies tocadas com elas;
- Haja cuidado com a lavagem das mãos antes e após os cuidados com as crianças, pois esse é o passo mais importante na prevenção e redução de contaminação e disseminação de doenças;
- O local do banho esteja limpo e que este seja reservado (evitando correntes de vento);
- As roupas sejam separadas antecipadamente, para que a troca aconteça o mais rápido possível após o banho e que a troca seja total;
- O momento do banho seja o mais agradável possível (água em temperatura ideal para a estação do ano, movimentos firmes e delicados; a limpeza feita com carinho e eficiência, (com atenção especial aos órgãos genitais, que com higiene inapropriada pode ser foco de infecções);
- Ao cuidar da criança, utilize-se da voz sempre em tom suave, explicando todos os procedimentos que estão sendo realizados, antes mesmo de se pegar na criança, ao retirá-la do berço, colchonete, bebê conforto ou outro. É muito importante avisá-la que está se aproximando e irá tocá-la, a fim de evitar que a criança se assuste com a presença ou o movimento;
- Ao secar a criança, tome-se cuidado especial com as regiões de dobras e com o pavilhão auricular (área mais externa da orelha), secando-as muito bem, mas com suavidade;
- As toalhas sejam individuais, lavadas, trocadas diariamente e penduradas com uma distância de aproximadamente 20 cm para não haver contaminação cruzada (não deixá-las próximas às mochilas) no momento da secagem;
- A limpeza das cubas, das banheiras ou tanque (tipo banheira), entre um banho e outro, seja feita com esponja ou escova com água e sabão, sendo enxaguadas em água corrente. É importante também, ao final do dia, encher com água limpa e adicionar 5 ml (uma colher de sopa) de água sanitária para cada litro de água. Deixar em repouso por 30 minutos. Ao término desse tempo, esvaziar a cuba e repassar muito bem com água corrente (remova todo excesso de água sanitária).

Para os bebês, o banho deve seguir este protocolo:

- Despir a criança, retirando resíduos das fezes com lenço umedecido ou algodão levemente úmido.
- Observar condições da pele, assaduras, fezes, urina, etc;
- Segurar a criança com uma mão colocada nas costas, apoiando a cabeça e prendendo o ombro com os dedos polegar e indicador;
- Fazer a higienização com a outra mão, iniciando pelo rosto e cabeça, tendo o cuidado de lavar bem as dobras (pescoço, axilas);
- Lavar os genitais por último;
- Virar a criança e lavar as costas (mantendo a cabeça apoiada no braço e os ombros com os dedos polegar e indicador);
- Enxugar a criança, pressionando suavemente a toalha, sem esfregá-la na pele;
- Vesti-la;
- Pentear os cabelos com pentes individuais.

$$1 + 2 = 3$$





Para outros grupos, os protocolos de banho são os mesmos que para os bebês, mas com adequações às faixas etárias.

### b) Troca de fraldas

Estabelecido também como momento de estreita relação, a troca de fraldas deve ser momento de cuidado, respeito e afeto. É preciso considerar o que se diz ao bebê e à criança bem pequena e também como a tocamos. Assim, podemos dispor de um tempo individual com a criança e recomenda-se utilizá-lo para além da troca e do cuidado com a higiene, mas também como tempo para conversar e estimular sentidos. Pode-se dispensar brinquedos e outros objetos manipuláveis, uma vez que a atenção da criança e do educador deve estar no encontro para o cuidado.

- Deve-se trocar a fralda todas as vezes que a criança necessitar, evitando o desconforto e assaduras;
- As mãos do adulto devem ser lavadas com água e sabão, antes e após a troca de fraldas;
- O uso das luvas requer atenção para evitar contaminações cruzadas.

A troca da fralda deve seguir este protocolo:

- Higienizar o trocador e preparar todo o material antes de iniciar a troca;
- Manter atenção à movimentação da criança e garantir seu conforto;
- Retirar a fralda suja, descartando-a em cesto de lixo onde não seja necessário tocar na tampa;
- Fazer a limpeza de frente para trás, evitando que os microrganismos das fezes sejam levados aos demais órgãos genitais;
- Feita a higienização com algodão e água, lenço umedecido ou papel higiênico e, na sequência, lavar as regiões genitais com água e sabão;
- Antes de colocar a fralda limpa, se necessário, usar a pomada habitual da criança.

Obs: Em casos especiais, a pomada é prescrita pelo pediatra.

### c) Alimentação

O momento da alimentação é rico em experimentação e vínculo entre bebês/crianças bem pequenas/crianças pequenas e adulto educador, possibilitando espaço/tempo de conexão/afeto.

Para aqueles que ainda fazem uso das mamadeiras, é importante atentar-se à forma como as mesmas são disponibilizadas e a atenção que se dá para este momento. Considerando a idade e grau de autonomia, é interessante que o bebê esteja no colo, evitando sempre que a criança receba a mamadeira em equipamento como o “bebê conforto” ou deitado, que podem provocar o desvio do líquido alimentar e ocasionar otites de repetição e riscos de engasgos.

Ao servir papinhas e/ou sopas, atentar-se ao uso das colheres e pratos individuais, possibilitando à criança a experimentação da autonomia e exploração do alimento. Para crianças bem pequenas e pequenas, esse momento de alimentação é excelente para explorar as texturas, as cores e os sabores, a fim de possibilitar a aprendizagem da pega da colher e/ou uso das mãos. Considerando que as crianças têm ritmos diferentes, bem como processos específicos de desenvolvimento, o olhar/escuta atenta dos adultos educadores possibilita o cuidar sem ferir os



$$1 + 2 = 3$$





direitos dos bebês e crianças, lembrando que, se a criança estiver chorando ou muito sonolenta, é importante evitar oferecer alimentação.

A criança que não estiver disposta para comer no momento da refeição, seja por sono, choro ou irritabilidade, deve ter sua necessidade acolhida para então dar seguimento a rotina escolar. Crianças que não consigam participar de uma das refeições devem ser olhadas individualmente, priorizando seu bem estar.

A alimentação deve ser servida, preferencialmente, nos refeitórios. A necessidade de fazê-la na sala de referência ou berçário deve ser avaliada junto à equipe gestora e ser o último recurso para organizar este momento. É importante observar as orientações específicas relacionadas à alimentação escolar apresentada em item próprio neste caderno de orientações.

#### d) Sono/descanso

O tempo de sono/descanso destinado às turmas de creche em período integral visam respeitar as **necessidades individuais** de cada bebê e criança. Sendo assim, é preciso repensar os horários fixos de sono/descanso e a obrigatoriedade de dormir, organizando o espaço e os educadores de forma a contemplar as crianças que desejam dormir/descansar e aquelas que preferirem manter-se acordadas com oferta de brinquedos e outras possibilidades.

Faz-se necessário também avaliar o mobiliário/equipamento ofertado para o sono, considerando o tamanho dos bebês/crianças a fim de que o “bebê conforto” seja utilizado apenas em casos específicos, priorizando o uso de colchonetes e o conforto dos bebês/crianças, retirando tênis, desamarrando cabelos “apertados” e avaliando se a vestimenta é compatível com tal momento, e ofertando mantas/cobertores em dias de temperatura mais baixa. Em turmas de atendimento parcial, a avaliação individual de cada criança é viável em respeito ao tempo de cada bebê/criança.

A preparação para o sono/descanso deve considerar que:

- Na creche, os ambientes podem ser pensados e organizados para que haja lugares/espacos que favoreçam a condição de descanso como colchonetes (cobertos com lençóis limpos e trocados sempre que utilizados), cadeiras de balanço e/ou “redários” à disposição das crianças ao longo do dia;
- As instituições com atendimento em período integral, além de seguir a orientação 1, devem organizar sala(s)/espaco(s) para as crianças que necessitam dormir ou descansar e sala(s)/espaco(s) para as que não dormem;
- O uso de “bebê conforto” deve ocorrer **apenas** para acalantar o bebê, que deverá ser conduzido ao colchão para o momento do sono/repouso, pois o “bebê conforto” e outras cadeirinhas foram desenvolvidos somente para **transporte**;
- O local deverá estar arejado;
- O ambiente **não deve ser escuro**, pois precisa de luz indireta para que as crianças diferenciem o sono da tarde do sono da noite. Dessa forma, possibilita-se o descanso necessário sem prejuízo do sono noturno e a iluminação adequada também garante a visualização da sala a fim de evitar acidentes;
- Televisores e ou aparelhos eletrônicos **não devem** ser utilizados como recurso para o sono e o uso de cantigas e músicas de ninar pode ser avaliado pela equipe.



$$1 + 2 = 3$$





### e) Escovação dos dentes

Quantidade de creme dental para bebês:  Apenas uma quantidade mínima, equivalente a um grão cru de arroz: 0,01 g.	
Quantidade de creme dental para crianças:  Crianças que não conseguem cuspir: o equivalente a um grão cru de arroz (0,1 g);  Crianças que conseguem cuspir: o equivalente a um grão de ervilha (0,3 g).	

Fonte: [Guia de Saúde Oral Materno-Infantil da Sociedade Brasileira de Pediatria](#)

#### No Berçário e na Creche I:

- Higiene bucal dos bebês sem presença de dentes - deve ser feita por um adulto após as refeições com pano limpo umedecido em água filtrada, em toda a cavidade bucal (gengiva, bochecha e língua).
- Higiene bucal dos bebês com presença de dentes- deve-se introduzir o uso de escova de dente (cabeça pequena com cerdas macias) e creme dental com flúor com quantidade mínima adequada à idade.

#### Na Creche II e III, Pré I e Pré II:

Deverá ser feita pela criança com a supervisão do adulto, com pequena quantidade de creme dental (grão de arroz) e água filtrada, após as refeições, deixando as crianças terem contato com a escova por um período de tempo.

São procedimentos de escovação:

- Iniciar a escovação pela arcada superior, somente atrás do último dente do fundo, do lado direito (da criança) – usar uma referência, como por exemplo, do lado do parque – movimento de limpador de para-brisa;
- Escovar por dentro, a partir do último dente de cima (lado direito), “varrendo” de cima para baixo (da gengiva para o dente) até o último dente do lado esquerdo (da criança);
- Escovar somente atrás do último dente do fundo, do lado esquerdo (da criança), com movimento de limpador de para-brisa;
- Voltar escovando por fora, a partir do último dente de cima (do lado esquerdo para o lado direito da criança);
- Escovar a face mastigatória (trilho) dos dentes de cima, fazendo movimentos de vai e vem com a escova em ambos os lados (Ex.: pode ser usado o som do trem para escovação dos trilhos);



$$1 + 2 = 3$$





- Repetir a operação na arcada inferior, “varrendo” os dentes de baixo para cima (da gengiva para os dentes);
- Finalizar escovando a língua de dentro para fora.
- Conversar e explicar para a criança todo o processo.

#### f) Escovação dos cabelos

Após o banho é importante fazer uso de pente individual e fazer limpeza periódica dos pentes com água e sabão. Neste ato de cuidar, é imprescindível manter-se atento à forma como os cabelos são presos e amarrados, pois as crianças não podem sentir-se desconfortáveis.

É importante, também, sempre que for iniciar tais cuidados básicos com os bebês, informá-los que irá tocá-los. Com as crianças maiores, pedir para fazê-lo, pois são ações sobre o corpo do outro.

#### g) Limpeza do nariz

Sempre que necessário, fazer uso de lenço de papel para higienização do nariz e, em seguida, jogar fora após o uso (em lixo ou saco plástico quando estiver em locais que não possuem cestos).

Como parte do processo educativo, deve-se utilizar tais momentos como oportunos para o desenvolvimento da autonomia e sempre que for iniciar tais cuidados básicos em bebês, informá-los que irá tocá-lo, e com as crianças maiores pedir para fazê-lo, pois são ações sobre o corpo do outro.

### 5.4 Documento Curricular da Educação Infantil

O Documento Curricular para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba resulta de um processo histórico, coletivo e intencional de revisão e reorganização curricular, fundamentado nos marcos legais, normativos e conceituais que orientam a Educação Básica no Brasil. Sua elaboração expressa o compromisso da Secretaria Municipal da Educação com a garantia do direito à aprendizagem e ao desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos, reconhecendo a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica e como espaço privilegiado de formação humana.

O percurso que culmina na construção deste Documento está diretamente relacionado à adesão formal do Município de Sorocaba ao Currículo Paulista, realizada em 2020 e posteriormente homologada pelo Conselho Municipal de Educação de Sorocaba (CMESO), em 2023. Tal adesão implicou o compromisso institucional de revisão da matriz curricular vigente, de promoção de ações formativas aos profissionais da rede e de reelaboração dos materiais orientadores do trabalho pedagógico, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes Curriculares Nacionais e o Marco Referencial da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba

Nesse contexto, a Secretaria Municipal da Educação constituiu, no segundo semestre de 2023, uma Comissão responsável pela elaboração do Documento Curricular, composta por profissionais do suporte pedagógico, gestores(as) escolares e representantes de diferentes setores



$$1 + 2 = 3$$





da Secretaria. Tal comissão foi oficialmente instituída por meio de Portaria publicada no Jornal do Município, reafirmando o caráter democrático e participativo do processo. Paralelamente, docentes da rede foram convidados a contribuir por meio de consultas realizadas nas unidades escolares, garantindo a escuta dos sujeitos que vivenciam cotidianamente o trabalho educativo na Educação Infantil.

Os dados coletados junto às unidades escolares evidenciaram a necessidade de um documento curricular que fortalecesse a identidade pedagógica da rede, organizasse o trabalho docente e promovesse maior unissonância entre as práticas desenvolvidas nas instituições. As análises apontaram diferentes níveis de apropriação do Currículo Paulista pelas escolas, o que reforçou a importância de sistematizar orientações que dialogassem com a realidade local, respeitando as especificidades dos territórios, das comunidades e das infâncias atendidas

Dessa forma, o Documento Curricular da Educação Infantil foi concebido não como um instrumento prescritivo ou normativo, mas como uma referência orientadora para a organização do trabalho pedagógico. Seu objetivo central é subsidiar o planejamento docente, fortalecer o Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares e assegurar que todas as crianças tenham acesso a experiências educativas significativas, que contemplem os direitos de aprendizagem e desenvolvimento em todos os Campos de Experiência.

O documento está ancorado, conceitualmente, nas perspectivas da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica, conforme explicitado no Marco Referencial da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba. Essas abordagens compreendem o desenvolvimento humano como resultado das relações sociais, históricas e culturais, e atribuem à escola a função social de garantir o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. Nesse sentido, a intencionalidade pedagógica é compreendida como ato consciente de organização das condições educativas, sem se confundir com padronização de práticas ou supressão do protagonismo infantil.

Ao longo do Documento Curricular, o(a) leitor(a) encontrará a explicitação das concepções de criança, infância, desenvolvimento e educação que orientam a Educação Infantil na rede. A criança é reconhecida como sujeito histórico, social e cultural, produtora de sentidos, saberes e cultura, que se desenvolve nas interações com os pares, com os adultos e com o mundo. A infância é compreendida como uma construção histórica e social, marcada por direitos, especificidades e potencialidades próprias.

O Documento apresenta, ainda, reflexões sobre a periodização do desenvolvimento infantil, fundamentadas nos estudos da Psicologia Histórico-Cultural, destacando a importância de compreender as diferentes etapas do desenvolvimento e as atividades que assumem papel central em cada período. Essa compreensão subsidia a organização dos tempos, espaços, materiais e propostas pedagógicas, garantindo que as experiências educativas estejam alinhadas às necessidades e possibilidades das crianças em cada faixa etária.

No que se refere à organização curricular, o Documento Curricular estrutura-se a partir dos Campos de Experiência definidos na BNCC, articulados aos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento e aos eixos estruturantes das interações e das brincadeiras. São apresentados

$$1 + 2 = 3$$





objetivos de aprendizagem, objetos de conhecimento e ações educativas, compreendidos como proposições teórico-metodológicas que apoiam o planejamento docente. As ações educativas não se configuram como listas de atividades ou sequências obrigatórias, mas como referências abertas, passíveis de ressignificação a partir da realidade de cada unidade escolar.

O Documento Curricular também reafirma a avaliação como um processo contínuo, formativo e qualitativo, indissociável do planejamento e da prática pedagógica. A avaliação é entendida como acompanhamento do desenvolvimento das crianças, orientando as decisões pedagógicas e contribuindo para a reflexão sobre as práticas educativas, em diálogo com a documentação pedagógica e os registros produzidos no cotidiano escolar.

Ao apresentar este Documento Curricular, a Secretaria Municipal da Educação de Sorocaba reafirma seu compromisso com uma educação pública democrática, inclusiva e socialmente referenciada, que reconhece a formação continuada dos(as) profissionais da educação como direito e condição essencial para a qualificação do trabalho pedagógico. Trata-se de um documento vivo, que será estudado, analisado e experienciado nas unidades escolares, permanecendo aberto a contribuições e revisões periódicas, conforme as necessidades da rede.

A Secretaria Municipal de Educação orienta que os planejamentos docentes, bem como as devolutivas da Orientação Pedagógica sejam desenvolvidos com base neste Documento Curricular.

[O Documento Curricular da Educação Infantil, em sua íntegra, poderá ser consultado no Caderno do Documento Curricular, neste link.](#)

## 6. Especificidades do Ensino Fundamental

### 6.1 Organização e Acolhimento

É fundamental que a equipe pedagógica reflita sobre a organização dos tempos e dos espaços destinados ao acolhimento dos(as) estudantes, bem como promova o diálogo entre os pares acerca do planejamento e da elaboração e da aplicação de avaliações diagnósticas.

A Secretaria da Educação orienta quanto ao tempo de atendimento destinado a esse período de acolhimento, encontro e reencontro dos(as) estudantes do 1º ano do Ensino Fundamental, enquanto os demais anos deverão cumprir o horário regular de atendimento. Ressalta-se que a adoção de horário reduzido integra uma organização do atendimento em rede, sem desconsiderar as especificidades e as necessidades individuais de cada estudante. Nesse sentido, orienta-se que a criança seja atendida mesmo na ausência de acompanhamento familiar durante o período de acolhimento.

As Instituições de Ensino Fundamental deverão elaborar seu planejamento pedagógico em consonância com o Documento Curricular do Município de Sorocaba – versão preliminar, considerando a importância de diversificar as situações de aprendizagem propostas. É essencial que as equipes pedagógicas organizem o acolhimento nas primeiras semanas de aula e a rotina escolar, priorizando momentos de ludicidade e situações de aprendizagem possíveis e desafiadoras, que promovam vivências e experiências significativas para os(as) estudantes.



$$1 + 2 = 3$$





## 6.2 Organização do Trabalho Pedagógico

A rotina escolar é essencial tanto no processo de alfabetização quanto nas demais fases do Ensino Fundamental e deve ser pensada e planejada pela equipe pedagógica. Ela deve estar registrada no Projeto Político-Pedagógico (PPP), no plano da escola, no de ensino e materializada no plano de aula, a fim de organizar as ações da Instituição Educacional.

A organização do trabalho pedagógico em rotina:

- Demonstra conhecimento dos objetivos e a definição das ações, procedimentos e estratégias para alcançá-los;
- organiza os tempos e os espaços pedagógicos de forma sistemática;
- contribui para a prática de ensino e para o processo de aprendizagem;
- possibilita o envolvimento dos(as) estudantes no processo de ensino e aprendizagem;
- assegura acordos entre docentes e estudantes;
- Favorece o desenvolvimento do processo de organização da rotina de estudos do estudante na medida em que ele antevê o que será realizado na escola;
- Auxilia o(a) docente a priorizar atividades consideradas importantes para o período e sua distribuição durante a semana.

Ao se falar em rotina, é importante salientar que os estudantes devem ter conhecimento da sua organização, diariamente, no início de cada dia, pois

[...] é importante que o professor estabeleça uma orientação inicial aos alunos, apresentando uma proposta de rotina de trabalho no dia. Nesse sentido, é possível que o professor, ao entrar em sala de aula, explicita na lousa ou quadro uma rotina do que irá acontecer naquele dia, listando e numerando cada atividade. Mesmo que os alunos ainda não saibam ler, o professor pode ir fazendo a leitura e listando as atividades no canto da lousa ou quadro, reduzindo a ansiedade e expectativa dos alunos quanto ao trabalho do dia. Ao mesmo tempo, vai criando o hábito e identificando o tempo que cada uma das atividades foi planejada e como as diferentes disciplinas vão sendo contempladas na rotina do dia e da semana (BRASIL, 2014, p.17).

Para a organização da rotina semanal, pode-se adotar as Modalidades Organizativas do Trabalho Pedagógico, a saber: sequência didática, projetos, atividades permanentes e independentes. O [Caderno de Orientações SEDU N.º 03](#) -Diretrizes Pedagógicas para a Escola de Ensino Fundamental em Tempo Integral apresenta, conceitualmente, as modalidades organizativas do trabalho pedagógico, que podem ser expressas também da seguinte forma:

- h) Sequência didática:** uma sequência de atividades, com um objetivo específico, onde a ordem da atividade interfere na realização; apresenta uma atividade disparadora, normalmente uma situação problema; após a resolução pelos estudantes (individual, duplas, coletivamente), há a socialização das resoluções, o processo de validação e posterior sistematização;
- i) Projeto:** organização pedagógica que possibilita a participação dos estudantes no processo (elaboração, execução e avaliação), gerando um compromisso coletivo em que há a correlação entre ações propostas e é proposto um produto final. Além





disso, articula propósitos didáticos, propósitos sociais e possibilita a interdisciplinaridade;

**j) Atividades permanentes:** são atividades que visam desenvolver conceitos, procedimentos, atitudes e têm periodicidades fixadas com antecedência;

**k) Atividades independentes:** atividades que podem acontecer a qualquer momento dentro da rotina, sendo: a) ocasionais: um evento ou acontecimento que cria a atividade; b) sistematização: atividades que objetivam sistematizar algum conceito ou conhecimento já trabalhado anteriormente.

Por fim, é fundamental a análise coletiva e crítica das possibilidades de (re)organização do trabalho pedagógico, bem como dos tempos e espaços a ele destinados, envolvendo toda equipe pedagógica. Essa análise deve partir da compreensão da educação como prática social intencional, orientada pela mediação sistemática do conhecimento historicamente produzido, de modo a definir estratégias pedagógicas que assegurem a efetivação do processo de ensino e aprendizagem e a apropriação dos conteúdos escolares pelos estudantes.

Em relação aos tempos, espaços e materiais é preciso considerar, na organização do trabalho pedagógico:

- um olhar que contemple, na proposta pedagógica, uma rotina de trabalho flexível, sem perder de vista a intencionalidade pedagógica, os objetivos de ensino e a centralidade dos conteúdos como elementos mediadores da formação humana;
- utilização consciente e sistemática dos tempos e espaços escolares como condições objetivas para o ensino, de modo que contribuam para a eficácia das atividades propostas e para a progressão do conhecimento;
- os materiais pedagógicos como instrumentos de mediação didática, que não restrinjam os percursos de aprendizagem da criança, mas ampliem as possibilidades de apropriação dos conhecimentos científicos, artísticos e culturais pelos(as) estudantes;
- a compreensão de que o processo educativo se realiza na articulação entre escola e família/responsáveis, reconhecendo-se ambas como instâncias formativas que incidem sobre o desenvolvimento humano, ainda que à escola caiba a responsabilidade central pela socialização do saber sistematizado;
- a concepção da criança como sujeito histórico e social, que deve ser considerada em sua totalidade — cognitiva, física, psicológica e social, reafirmando o compromisso com a formação integral do(a) estudante.

No que se refere à organização das salas de aula, o *Caderno nº 01 – Organização do Trabalho Pedagógico*, do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), orienta que cada sala disponha de materiais diversificados, de modo a favorecer situações significativas de ensino e aprendizagem. Entre esses materiais, destacam-se:

[...] portadores de textos com diferentes usos e representações numéricas, como por exemplo: reportagens de jornal com gráficos, tabelas de pontuação de jogos e brincadeiras, rótulos de embalagens, placas de carro, etc.; tabela numérica com números de 1 a 100 para a exploração de



$$1 + 2 = 3$$





regularidades; varal com os símbolos numéricos, construídos com os alunos. Não há necessidade de que este varal só contemple números até o 10; mural que possibilite afixar as produções dos alunos, textos complementares do professor, curiosidades [...] que os alunos desejem compartilhar, etc.; calendário para reconhecimento e contagem do tempo (dia, mês, ano); listas variadas de assuntos que o professor deseja discutir com os alunos, tais como: nomes dos alunos, datas de aniversário, eventos da escola, brinquedos e brincadeiras preferidas, etc.; régua para a medição de altura dos alunos (instalar a régua na parede para que os alunos possam medir sua altura no decorrer do ano); balança que possibilite identificar o “peso” (a massa corporal); relógios para a medição do tempo (seria interessante que tivesse também um relógio analógico uma vez que a escola possivelmente seja um dos poucos espaços atualmente em que esse tipo de relógio apareça e que em muito contribui para a compreensão da contagem do tempo); armários e/ou outros espaços para o armazenamento de materiais de uso contínuo, como jogos, materiais manipuláveis (ábacos, material dourado, sólidos geométricos, etc.), papéis variados e materiais confeccionados pelos alunos; conjunto de calculadoras básicas que pode ser adquirido pela escola, preferencialmente do tipo solares para evitar o uso de pilhas. Seria interessante que fosse 1 calculadora para, no máximo, 2 alunos; outros materiais que o professor julgar necessário, segundo os projetos e as atividades que desenvolve no decorrer do ano, como: livros de histórias infantis, revistas para recorte, caixas, cordas, etc. (BRASIL, 2014, p. 16-17).

Em consonância com essas orientações, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) reafirma o papel do ambiente alfabetizador como elemento central para a garantia do direito à alfabetização. Trata-se de uma política pública estruturada em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, cujo objetivo é assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, bem como promover a recomposição das aprendizagens nos anos iniciais, fortalecendo práticas pedagógicas que ampliem as oportunidades de aprendizagem (BRASIL, 2023).

Destaca-se, ainda, que uma sala excessivamente preenchida por imagens e textos descontextualizados pode configurar-se como fonte de poluição visual, esvaziando o sentido pedagógico do espaço. Assim, orienta-se que os materiais expostos sejam, prioritariamente, construídos coletivamente ou individualmente pelos estudantes, em parceria com seus docentes. Dessa forma, os registros, produções e painéis passam a carregar significado para os(as) estudantes, tornando-se referência constante de consulta, apoio à realização das atividades e elemento fundamental para a consolidação das aprendizagens.

Tal organização do espaço didático também favorece o trabalho reflexivo do(a) docente, conforme preconiza o CNCA, ao possibilitar a observação contínua dos avanços, das hipóteses e das necessidades dos(as) estudantes, fortalecendo o acompanhamento pedagógico e a tomada de decisões no processo de alfabetização.

### 6.3 Texto Introdutório - Documento Curricular Preliminar para o Ensino Fundamental

O Documento Curricular da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba constitui-se como resultado de um processo histórico, coletivo e intencional de reorganização curricular, alinhado aos marcos legais e normativos que orientam a Educação Básica no Brasil. Sua elaboração expressa o compromisso da Secretaria Municipal da Educação com a garantia do direito à aprendizagem e ao



$$1 + 2 = 3$$





desenvolvimento humano integral, reafirmando a escola pública como espaço privilegiado de formação, socialização do conhecimento e produção de sentidos.

O percurso que culmina na construção deste Documento está diretamente relacionado à adesão formal do Município de Sorocaba ao Currículo Paulista, inicialmente oficializada em 2020 e posteriormente reafirmada junto ao Conselho Municipal de Educação de Sorocaba (CMESO), por meio do Parecer nº 01/2023. Tal adesão implicou o compromisso institucional de promover ações integradas de formação continuada, reorganização institucional e adequações pedagógicas em todas as unidades escolares da rede, assegurando a consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e os princípios que orientam o Marco Referencial da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba.

Nesse contexto, tornou-se evidente a necessidade de revisão da matriz curricular municipal vigente, elaborada em 2012, anterior à homologação da BNCC. A defasagem entre os documentos normativos mais recentes e os instrumentos orientadores do trabalho pedagógico reforçou a urgência de uma reorganização curricular que dialogasse com as legislações atuais e com as demandas concretas das unidades escolares. Tal movimento foi impulsionado, sobretudo, pelas contribuições de gestores(as), orientadores(as) pedagógicos(as) e demais profissionais da educação, que indicaram a necessidade de maior clareza conceitual, unidade pedagógica e fortalecimento da identidade curricular da rede.

Para atender a essa demanda, no segundo semestre de 2023, foi instituída uma Comissão de Estudo e Elaboração do Documento Curricular, composta por profissionais do suporte pedagógico, eleitos entre seus pares, posteriormente oficializada por meio de Portaria publicada no Jornal do Município. A Comissão desenvolveu um plano de trabalho fundamentado em estudos sistemáticos do Marco Referencial da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba, no cotejamento entre a BNCC, o Currículo Paulista e demais documentos normativos, bem como na análise de propostas curriculares de outros municípios com afinidade teórico-metodológica.

Ao longo do ano de 2024, os esforços concentraram-se na elaboração do Documento Curricular da Educação Infantil, considerando suas especificidades, concepções de infância e fundamentos teóricos. Em 2025, a Comissão foi reorganizada com vistas à elaboração do Documento Curricular do Ensino Fundamental, compreendido a partir de uma perspectiva unitária, histórica e dialética do desenvolvimento humano, articulando Anos Iniciais e Anos Finais como etapas de um mesmo processo formativo.

O Documento Curricular fundamenta-se, conforme explicitado no Marco Referencial da Rede, nos pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural. Essas perspectivas compreendem a educação escolar como prática social intencional, cuja finalidade é possibilitar a apropriação consciente, crítica e sistematizada do patrimônio cultural, científico, artístico e tecnológico produzido historicamente pela humanidade. Nessa concepção, a escola assume a função social de universalizar o acesso aos conhecimentos mais elaborados, condição essencial para a humanização e para a formação omnilateral dos sujeitos.

Ao longo do Documento, o(a) leitor(a) encontrará a explicitação das concepções de sujeito, escola, currículo, ensino, aprendizagem e avaliação que orientam o trabalho pedagógico na Rede



$$1 + 2 = 3$$





Municipal de Sorocaba. O currículo é compreendido como construção social, histórica e cultural, indissociável do Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares e das práticas educativas cotidianas. Não se trata de um conjunto de prescrições ou de um rol de conteúdos estanques, mas de um projeto intencional de formação humana, que se materializa nas interações, nas mediações docentes e nas experiências de aprendizagem vivenciadas pelos estudantes.

No que se refere à organização curricular, o Documento estrutura-se a partir de quatro elementos centrais: Unidades Temáticas, Habilidades, Objetos do Conhecimento e Conhecimentos Específicos. As Unidades Temáticas organizam os campos amplos do saber; as Habilidades expressam as aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas; os Objetos do Conhecimento indicam os conteúdos centrais a serem trabalhados; e os Conhecimentos Específicos detalham os saberes estruturantes que fundamentam o processo de ensino e aprendizagem. Essa organização visa assegurar a progressão do conhecimento, a coerência curricular e a articulação entre os diferentes componentes curriculares.

O Documento também explicita que as Unidades Temáticas, Habilidades e Objetos do Conhecimento foram adotados conforme o Currículo Paulista, garantindo a articulação com a BNCC. Os Conhecimentos Específicos, por sua vez, foram elaborados pela Comissão a partir da análise de propostas curriculares municipais e organizados por bimestre, considerando a distribuição dos materiais do Currículo em Ação. Ressalta-se, contudo, que tais materiais não se configuram como instrumentos prescritivos ou apostilados, mas como recursos de apoio, que devem ser complementados pelas propostas autorais das unidades escolares.

Outro aspecto central abordado no Documento refere-se à avaliação, compreendida como processo contínuo, diagnóstico, formativo e qualitativo, orientado para a compreensão do desenvolvimento dos estudantes e para a tomada de decisões pedagógicas. A avaliação é entendida como parte constitutiva do trabalho educativo, articulada ao planejamento, à documentação pedagógica e à reflexão coletiva sobre as práticas, superando concepções classificatórias e punitivas.

O Documento Curricular também reafirma a importância da formação continuada dos(as) profissionais da educação, entendida como direito e condição essencial para a qualificação do trabalho pedagógico. Destaca-se a necessidade de garantir tempos e espaços institucionais de estudo, reflexão e diálogo, fortalecendo a formação em contexto, as formações em rede e as propostas formativas de livre escolha, em consonância com as diretrizes da Secretaria Municipal da Educação.

Por fim, este Documento Curricular é apresentado como uma versão preliminar, a ser implementada a partir de 2026, destinada ao estudo, à análise e ao registro de possíveis ajustes e reorganizações. Compreende-se o currículo como construção histórica e coletiva, cuja consolidação depende do diálogo permanente com os(as) profissionais que o colocam em movimento no cotidiano das escolas. Nesse sentido, serão promovidos encontros formativos que visam apoiar a apropriação do Documento, aprofundar seus fundamentos teórico-metodológicos e fortalecer sua vivência nas práticas pedagógicas.



$$1 + 2 = 3$$





A Secretaria Municipal de Educação orienta que os planejamentos docentes, bem como as devolutivas da Orientação Pedagógica sejam desenvolvidos com base neste Documento Curricular.

[O Documento Curricular Preliminar do Ensino Fundamental, em sua íntegra, poderá ser consultado no Caderno do Documento Curricular, neste link.](#)

#### 6.4 Educação Física

A Educação Física tem passado por um processo de significação e tem sido repensada de forma que seja compreendida para além do ensino de seus conteúdos de forma mecânica, isto é, para além do ensino somente do gesto motor, da tática, da técnica, da performance e do condicionamento físico.

Nesse sentido, pensamos em uma Educação Física escolar que entenda os seus objetos do conhecimento como manifestações da cultura corporal histórica e socialmente produzida pelos seres humanos e, dessa forma, considera-se importante que os estudantes compreendam a dimensão cultural e social que atravessa qualquer prática corporal. Assim,

[...] uma proposta para a Educação Física deve respeitar a diversidade humana em qualquer de suas expressões: gênero, biotipo, cor, raça, etnia, sexualidade, bem como as deficiências físicas, sensoriais ou intelectuais aceitando e elegendo as diferenças individuais como fator de enriquecimento cultural. Desse modo, será possibilitada, a todas as crianças da escola, maior oportunidade de aprendizagem, interação com seu meio sociocultural e uma convivência positiva e rica entre todos os alunos (CHICON, 2015, p. 218).

Dessa forma e amparado pela perspectiva cultural, inclusiva, crítica e justa, o ensino de Educação Física se preocupa com diferentes campos da sociedade, identidades e representações, busca a percepção do sujeito inserido em diferentes realidades culturais, reflete sobre o contexto sócio-histórico e, para além disso, ressignifica e transforma a visão de cidadão que se pretende formar por meio dos conhecimentos, métodos e formas de organização escolar que correspondam a essa formação.

Assim, é fundamental que o planejamento curricular seja constantemente revisto e reconstruído. Para isso, faz-se necessário considerar:

- Os documentos norteadores da Educação na rede municipal de ensino (BNCC, Currículo Paulista e Marco Referencial);
- A organização dos tempos, espaços e materialidades;
- Os processos de acompanhamento da aprendizagem.

Além disso, as atividades necessitam ser planejadas/elaboradas e dirigidas de maneira que a teoria e a prática não sejam dissociadas, destacando-se, ainda, a preocupação em considerar as especificidades de cada instituição escolar e de cada criança/estudante.

Os fundamentos pedagógicos fluirão com foco no desenvolvimento de competências e compromisso com a Educação Integral, a fim de que garantam, para além dos direitos de aprendizagem, o desenvolvimento pleno das/os crianças/estudantes, proporcionando espaço e



$$1 + 2 = 3$$





voz e escuta sensível de todos, o respeito às singularidades, o acolhimento das diversidades e a construção da autonomia e da consciência crítica.

Nessa direção, concomitantemente, a Educação Física não deixará de lado seu valor para ações apontadas como necessárias para diminuição dos impactos relacionados à saúde (emocional, física, cognitiva, mental), bem como para se repensar a visão da atividade física no cotidiano, a partir da ressignificação do espaço escolar, assim como a promoção de estratégias que valorizem o cuidado de si e de outros, a atividade física, o brincar e as relações sociais integradas às outras dimensões do aprendizado.

Nas aulas de Educação Física, é possível que os estudantes também busquem a (re)construção de conhecimentos relacionados aos seus movimentos e aos recursos para o cuidado de si e dos outros e o desenvolvimento da autonomia para atuar na sociedade, no que diz respeito à apropriação, utilização e (re)significação da cultura corporal, por meio das práticas corporais, que são fundamentadas em três elementos comuns: “movimento corporal como elemento essencial; **organização interna** (de maior e menor grau), pautada por uma lógica específica; e **produto cultural** vinculado com o lazer/entretenimento e/ou o cuidado com o corpo e a saúde” (BRASIL, 2018, p. 213, *grifos nossos*).

Nos documentos atuais da educação brasileira, relacionados a esse componente curricular, as práticas corporais são “[...] entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos, produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história” (BRASIL, 2018, p. 213) e compõem as Unidades Temáticas, tanto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), quanto no Currículo Paulista, quais sejam: Brincadeiras e jogos, Danças, Lutas, Ginásticas, Esportes e Práticas corporais de aventura (Brasil, 2018; SÃO PAULO, 2019). O Currículo Paulista destaca ainda a Unidade Temática “Corpo, Movimento e Saúde” (SÃO PAULO, 2019). Além destas unidades presentes nos respectivos documentos, consideramos relevante acrescentar as “Práticas corporais circenses” como uma unidade a compor o universo temático.



$$1 + 2 = 3$$





Fonte: Profs. Luiz Renato Assunção Vieira e Wellington Santana Silva Júnior.

Entretanto, ressalta-se que a organização dessas categorias não deve ser restrita ou engessar o desenvolvimento dos conteúdos diante das propostas de tais documentos. Apenas indicam possibilidades que devem respeitar as realidades específicas de cada contexto. Dessa forma, as aulas de Educação Física podem contribuir por meio de suas práticas, considerando que, para muitos estudantes, serão o único tempo-espço para a realização de atividades físicas e reflexão sobre a cultura corporal.

Dessa forma, essa proposta da Educação Física, pautada na perspectiva da Educação Inclusiva, deve ser aquela que respeita a diversidade humana e que pode fazer da diferença um ponto positivo para que as crianças consigam conviver com e compreender essas diferenças e disso surjam os resultados, para além dos conteúdos da educação física, de modo que essa esteja comprometida com a construção de uma sociedade justa e crítica (CHICON, 2015).

E, diante disso tudo, como é possível proporcionar aulas de educação física, na perspectiva inclusiva?

Primeiramente, deve-se lembrar que as pessoas aprendem de formas diferentes, independente da condição humana. Mesmo que se considerem duas pessoas com a mesma causa comum de deficiência, as implicações tanto sociais, quanto econômicas, quanto pedagógicas, entre outras, serão diferentes.

Assim, para as aulas de Educação Física, é necessário identificar esses fatores que interferem no desenvolvimento dos indivíduos, das capacidades físicas, das habilidades motoras, do gesto motor, enfim, identificando a causa da deficiência, o tempo decorrido, o nível funcional dos membros, o estado geral de saúde, além do repertório motor (MUNSTER, 2011). É importante lembrar, também, que para promover essas aulas não se tem que necessariamente mudar os conteúdos, mas, sim, manejar as estratégias e as metodologias para garantir que esse estudante tenha acesso a eles (BUENO; RESA, 1995; MUNSTER, 2011). É fato que nem sempre todas essas possibilidades serão suficientes para garantir a qualidade do ensino e da



$$1 + 2 = 3$$





aprendizagem de todos os estudantes, bem como das condições de trabalho para os docentes. Assim como, para isso, ainda são necessários estudos voltados às estratégias e serviços de suporte com foco na Educação Física na escola. Entretanto, os apontamentos apresentados são alguns caminhos possíveis para se alcançar uma Educação Física voltada a uma perspectiva educacional inclusiva, crítica e justa.

Portanto, estas orientações têm como objetivo subsidiar a organização e o desenvolvimento do planejamento das ações pedagógicas e do atendimento às/aos crianças/estudantes nas aulas de Educação Física que considere os espaços e estruturas, o tempo de aula, o contato físico, os equipamentos e materiais pedagógicos, as regras, as instruções e outros, que são muito díspares dos demais componentes curriculares.

## 7. Especificidades da Educação de Jovens e Adultos - EJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desponta como uma modalidade fundamental para a construção de um projeto de sociedade orientado ao bem comum, à inclusão e à democracia. Isso se deve, inicialmente, ao fato de a educação constituir um campo capaz de promover o desenvolvimento pessoal e profissional, o exercício da cidadania, a produção cultural e o fortalecimento de processos sociais. Além disso, configura-se como um espaço privilegiado de reflexão e auto construção de sujeitos sensíveis às questões sociais e comprometidos com a prática da liberdade. Por fim, a educação é também um espaço de mobilização social, sem o qual não se viabilizam transformações estruturais, não se amplia a prosperidade de forma equitativa e não se superam as desigualdades e a exclusão.

A EJA configura-se como um campo de práticas e reflexões que extrapolam os limites da escolarização em sentido estrito. Isso ocorre porque abrange processos formativos diversos, incluindo iniciativas voltadas à qualificação profissional, ao desenvolvimento comunitário, à formação política e a múltiplas questões culturais próprias do público atendido, como as relacionadas à etnia, ao gênero e à sexualidade. Tais experiências, muitas vezes vivenciadas em espaços não escolares, não podem ser desconsideradas, pois os fatores extraescolares têm relevância equivalente aos escolares nos processos de aprendizagem.

Nesse contexto, considerando os apontamentos apresentados e as reflexões anteriores acerca do acolhimento, torna-se fundamental reconhecer que o público da Educação de Jovens e Adultos também demanda ações sistemáticas de acolhida, escuta qualificada e avaliações diagnósticas. Esses elementos são essenciais para a construção de um planejamento pedagógico que contemple os objetivos de ensino e adote estratégias diversificadas de aprendizagem, assegurando uma educação de qualidade e socialmente significativa.

Em 2024, a Secretaria da Educação realizou a adesão ao Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos, política pública construída de forma colaborativa pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. O Pacto articula ações intersetoriais com a participação de ministérios, da sociedade civil organizada, de organismos internacionais e do setor produtivo. Suas finalidades incluem a superação do analfabetismo, a elevação da escolaridade, a ampliação da



$$1 + 2 = 3$$





oferta de matrículas na EJA nos sistemas públicos de ensino — inclusive para pessoas privadas de liberdade — e o fortalecimento da EJA integrada à educação profissional. Dessa forma, a Secretaria da Educação de Sorocaba integra e fortalece o conjunto de ações decorrentes dessa política nacional.

### 7.1 Organização do Trabalho Pedagógico

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), conforme estabelece a Lei nº 9.394/96, constitui uma modalidade da Educação Básica nas etapas do Ensino Fundamental e Médio, possuindo especificidades próprias que exigem um tratamento pedagógico adequado.

Essa modalidade representa uma ação voltada à reparação de uma dívida social histórica com aqueles que não tiveram acesso ou permanência na escolarização, tampouco o domínio da leitura e da escrita como bens sociais, seja no espaço escolar ou fora dele.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, a EJA fundamenta-se em três princípios:

“[...] a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio.” (BRASIL, 2000, p. 06).

São atribuídas à EJA as seguintes funções:

Reparadora, ao assegurar o ingresso no conjunto dos direitos civis por meio da restituição do direito negado a uma educação de qualidade, reconhecendo a igualdade ontológica de todos os seres humanos.

Equalizadora, ao atender trabalhadores e diversos segmentos sociais, como donas de casa, migrantes, aposentados e pessoas privadas de liberdade, possibilitando a reentrada no sistema educacional daqueles que tiveram sua trajetória escolar interrompida por repetência, evasão ou condições adversas, promovendo novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, cultural e política.

Qualificadora, que constitui o próprio sentido da EJA, fundamentada no caráter inacabado do ser humano e em seu potencial permanente de desenvolvimento, tanto em espaços escolares quanto não escolares (BRASIL, 2000, p. 08).

Dessa forma, destacam-se como objetivos da Educação de Jovens e Adultos:

- Oportunizar o acesso ao Ensino Fundamental e Médio àqueles que não o concluíram na idade própria;
- Acelerar os estudos nos níveis Fundamental e Médio;
- Assegurar níveis elevados de letramento, condição essencial para o exercício da cidadania plena;
- Possibilitar a inserção do indivíduo no mundo do trabalho e na vida social.

Conforme o artigo 64 do Regimento Escolar, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos oferecerá curso de alfabetização organizado em dois anos de duração, sendo o 1º termo





correspondente ao 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, e o 2º termo aos 4º e 5º anos, com carga horária diária de três horas/aula de 45 minutos cada, destinada a estudantes com idade mínima de 15 anos completos.

Assim, na rede municipal de ensino, ocorre exclusivamente a oferta da EJA no Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

Outras informações e orientações pertinentes à Educação de Jovens e Adultos encontram-se disponíveis no Caderno nº 15 – Currículo da EJA.

## 8. Ensino em Período Integral

A Secretaria da Educação de Sorocaba tem como objetivo garantir uma educação integral e de qualidade, compreendendo-a como direito de todos(as) e que deve ocorrer em todas suas dimensões (cognitiva, social, afetiva, ética, lúdica, estética, física e biológica), contribuindo para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva. Nesse contexto, promove-se a Educação em período integral, visando ampliar o tempo de vivência escolar e seu desenvolvimento educacional.

A educação em período integral amplia as possibilidades de planejamento de experiências e situações de aprendizagem previstas nas orientações deste caderno para cada etapa da educação básica atendida pela rede municipal.

No caso do Ensino Fundamental em período integral, a rede municipal estabelece diretrizes específicas, apresentadas no *Caderno de Orientação nº 3 – Diretrizes Pedagógicas para Escola de Ensino Fundamental Integral*. Ressalta-se a importância de que as equipes escolares conheçam essas orientações e as utilizem como referência para a organização de seus planejamentos.

A organização do trabalho pedagógico deve contemplar a distribuição dos tempos e espaços escolares, garantindo que os componentes curriculares sejam desenvolvidos no período da manhã e os eixos estruturantes no período da tarde.

Nas turmas de pré-escola em tempo integral os(as) docentes deverão elaborar propostas alinhadas aos campos de experiência definidos no Caderno - *Documento Curricular para a Educação Infantil*.

Em 2025, durante reuniões convocadas pela Secretaria Municipal da Educação com supervisores(as), diretores(as) e orientadores(as) pedagógicos(as) das unidades que atendem essa modalidade, foi destacada a necessidade de revisar e reorganizar o *Caderno de Orientação nº 3*, considerando as especificidades atuais da rede no atendimento em período integral.

Diante disso, foi criada e divulgada a Comissão Escola em Tempo Integral, cuja constituição foi publicada no Jornal do Município por meio da Portaria SEDU/GS nº 73, de 02 de outubro de 2025. A comissão é composta pelos seguintes membros:

- Aine Korina Miranda Pinheiro – Diretora de Escola
- Claudia Almeida Lima – Diretora de Escola
- Eloísa Santos Bueno – Diretora de Escola
- Kátia Alessandra Leme Machado – Diretora de Escola



$$1 + 2 = 3$$





- Daniel Tadeu Moreira dos Santos Merlin – Supervisor de Ensino
- Jaqueline Latance Amorim Oliveira – Supervisora de Ensino
- Andreia de Lima Schott Meira – Gestora de Desenvolvimento Educacional
- Drielly de Oliveira Alves Ribeiro – Chefe da Seção de Educação Infantil
- Nídia Soares Dessordi – Apoio Técnico Pedagógico
- Patrícia Justo Machado – Gestora de Desenvolvimento Educacional

A primeira reunião da comissão ocorreu em 04/11/2025, ocasião em que foram analisadas a pertinência do trabalho e os encaminhamentos possíveis. Nessa reunião, foi indicada a necessidade de leitura e análise do *Caderno nº 3*, publicado em 2016, documento oficial vigente que trata das diretrizes pedagógicas para escolas de ensino fundamental em tempo integral.

A segunda reunião, realizada em 17/12/2025, contou com a presença do secretário da educação, supervisores(as), diretores(as) das escolas de tempo integral e membros(as) da comissão. O encontro teve como objetivo levantar informações sobre o processo de implementação nas novas unidades, bem como identificar as dificuldades apontadas nesse segmento.

Para 2026, estão previstos encontros estratégicos voltados à atualização do *Caderno de Orientação nº 3 – Diretrizes Pedagógicas para a Escola de Ensino Fundamental Integral*. Esses encontros terão como propósito consolidar as análises realizadas, incorporar contribuições das equipes escolares e alinhar as diretrizes às necessidades atuais da rede municipal, garantindo que o documento continue sendo uma referência sólida para a promoção da educação integral com qualidade.

## 9. Recomendações - uso de telas

A tecnologia enquanto linguagem, respeitada sua intencionalidade, tem importante participação nos processos de ensino e aprendizagem. Considerando o uso da mesa interativa, projetor, computador, lousa digital, tablet, chromebook, televisão, entre outros, desde que observada com muita atenção e cuidado em sua utilização.

A instituição educacional é um espaço de vivências, experiências, aprendizagens. Nela, as crianças se socializam, brincam e convivem, assim a organização/utilização dos espaços, tempos e materiais precisa ser pensada a fim de promover esta diversidade de propostas.

Tendo em vista que as crianças têm direito a relações e expressões pelas múltiplas linguagens, entende-se que os recursos tecnológicos, fazem parte desse contexto, podendo ser utilizados em situações de escuta, para além das palavras, como uma ação intencional e planejada, permitindo conhecer e investigar com as crianças suas hipóteses. Ainda assim, reafirmamos que a intencionalidade dos profissionais da educação em consonância com os documentos orientadores







$$1 + 2 = 3$$





desta rede de ensino, bem como as recomendações dos órgãos de saúde, precisam ser considerados.

Faixa etária	Recomendação
 Bebês menores de 02 anos	Evitar a exposição.
 Bebês e crianças de 02 a 05 anos	Tempo máximo de 1 hora com supervisão.
 Crianças de 06 a 10 anos	Tempo máximo de 1-2 horas com supervisão.
 Crianças e adolescentes de 11 a 18 anos	Tempo máximo de 2-3 horas com supervisão.

Fonte: [Sociedade Brasileira de Pediatria, 2024.](#)

### [Resolução do CNE/CEB sobre o uso de telas](#)

## 10. Considerações sobre o trabalho com a leitura e a escrita

Considerando as demandas apresentadas pelas unidades escolares do município de Sorocaba (SP), em especial após o período de pandemia do COVID-19, no que se refere à dificuldade em relação ao trabalho que vem sendo realizado quanto à alfabetização e à apropriação da linguagem escrita, foi apresentada, pela Prof<sup>a</sup> Dra. Ana Paula Souza Brito, (orientadora pedagógica), a proposta de um curso a ser oferecido aos pares da Rede Municipal de Ensino do município, tendo em vista o caráter mediador e de acompanhamento inerentes ao cargo.

O curso parte da constatação de que os profissionais da rede têm externado a necessidade de construção de norteadores comuns para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, do ponto de vista teórico, epistemológico e metodológico. Nesse sentido, vislumbrou-se, por meio do curso, a oportunidade de reflexão a respeito da sistematização de práticas de alfabetização nas unidades escolares.

O tema da alfabetização, apesar de contar com amplo acervo de pesquisas e produções teóricas, ainda demanda problematizações e reflexões sobre fundamentos, conceitos e práticas pedagógicas, uma vez que não envolve apenas o domínio de um código. Exige a apropriação de signos produzidos pela humanidade, já que a escrita é uma função que se realiza, culturalmente, por mediação.

Mortatti (2006) aponta que, à medida que a leitura e escrita se tornaram fundamentos da escola obrigatória, caracterizaram-se como objetos de ensino e aprendizagem escolarizados. A pesquisadora propõe uma reflexão sobre os problemas referentes aos resultados de alfabetização em nosso país, a partir de diferentes aspectos contextuais. Apresenta um resgate da História da



$$1 + 2 = 3$$





Alfabetização, discutindo os métodos produzidos ao longo do tempo. Dessa forma, organiza uma sistematização em quatro períodos diferentes, os quais nos ajudam a compreender algumas ações e práticas pedagógicas que perduram nos contextos escolares.

<p><b>A metodização do ensino da leitura</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Segunda metade do século XIX.</li> <li>● Cartas de ABC: materiais produzidos pelos professores (método alfabético, pautado no nome de cada letra).</li> <li>● Método sintético (da "parte" para o "todo"):             <ul style="list-style-type: none"> <li>● Soletração (método alfabético, partindo do nome das letras);</li> <li>● Fônico (partindo dos sons correspondentes às letras);</li> <li>● Silabação (partindo das sílabas);</li> </ul> </li> <li>- Ordem crescente de dificuldade.</li> <li>- Leitura: palavras formadas com as letras e/ou sons e/ou sílabas e, por fim, ensino de frases isoladas ou agrupadas.</li> <li>- Escrita: caligrafia e ortografia, cópia, ditados e formação de frases, enfatizando-se o desenho correto das letras.</li> </ul>
<p><b>A Institucionalização do método analítico</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Até meados de 1920.</li> <li>✓ Método analítico para o ensino da leitura.</li> <li>✓ Inicia pelo “todo” para, depois, proceder à análise de suas partes constitutivas.</li> <li>✓ Palavra ou historietas utilizadas para alfabetizar.</li> <li>✓ Ensino da escrita: caligrafia, tipo de letra a ser usada, cópia e ditado.</li> <li>✓ Termo “alfabetização” começa a ser utilizado para se referir ao ensino inicial da leitura e da escrita.</li> </ul>
<p><b>A alfabetização sob medida</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>a) Até final da década de 1970.</li> <li>b) Busca de novas propostas de solução para os problemas do ensino e aprendizagem iniciais da leitura e da escrita.</li> <li>c) Métodos mistos ou ecléticos (analítico-sintético ou vice-versa).</li> <li>d) Relativização da importância do método.</li> <li>e) Escrita continua sendo entendida como uma habilidade caligráfica e ortográfica.</li> <li>f) Bases psicológicas da alfabetização: Testes ABC para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita (1934), de M. B. Lourenço Filho.</li> </ol>
<p><b>Alfabetização: construtivismo e desmetodização</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Início da década de 1980.</li> <li>→ Fracasso da escola na alfabetização de crianças: necessidade de enfrentamento do problema.</li> <li>→ Pensamento construtivista sobre alfabetização (psicogênese da língua escrita).</li> <li>→ Disputa entre os partidários do construtivismo e os defensores dos tradicionais métodos.</li> <li>→ Cartilhas e institucionalização do construtivismo pelos PCNs.</li> <li>→ Silenciamento sobre a didática/ certo ‘ilusório’ consenso: a aprendizagem independe do ensino.</li> </ul>



$$1 + 2 = 3$$





Fonte: Quadro de sistematização das principais ideias, organizado a partir do texto “História dos métodos de alfabetização no Brasil” (MORTATTI, 2006)

Em sua elaboração teórica, Mortatti (2006) assevera que a alfabetização é o signo mais complexo na relação dos processos educacionais, necessitando, assim, de método. Sua produção nos possibilita pensar nas permanências operantes nos contextos escolares, com o intuito de problematizá-las para ressignificarmos as ações pedagógicas.

No que se refere a situações operantes nas práticas escolares cotidianas, cabe uma reflexão em relação ao trabalho com as habilidades fonológicas, tão presentes nos planejamentos docentes, principalmente naqueles destinados às turmas dedicadas à alfabetização.

Morais et al (2012) indicam que o Sistema de Escrita Alfabética envolve a aprendizagem de regras e princípios próprios, ou seja, de conceitos específicos. Evidenciam a consciência fonológica como conjunto de habilidades que permite refletir a respeito das partes das palavras e manipulá-las de maneira intencional. Entretanto, os autores diferem a consciência fonológica do trabalho fragmentado com fonemas, ressaltando que o método fônico é abstrato e não significativo, já que dá a ver o ensino isolado de sons.

Sabemos que as propriedades apontadas por Moraes et al (2012) fazem parte do nosso sistema de escrita alfabética, a saber:

- 1) Escreve-se com letras, que não podem ser inventadas, que têm um repertório finito e que são diferentes de números e de outros símbolos.
- 2) As letras têm formatos fixos e pequenas variações produzem mudanças na identidade das mesmas (p, q, b, d), embora uma letra assuma formatos variados (P, p, P, p).
- 3) A ordem das letras no interior da palavra não pode ser mudada.
- 4) Uma letra pode se repetir no interior de uma palavra e em diferentes palavras, ao mesmo tempo em que distintas palavras compartilham as mesmas letras.
- 5) Nem todas as letras podem ocupar certas posições no interior das palavras e nem todas as letras podem vir juntas de quaisquer outras.
- 6) As letras notam ou substituem a pauta sonora das palavras que pronunciamos e nunca levam em conta as características físicas ou funcionais dos referentes que substituem.
- 7) As letras notam segmentos sonoros menores que as sílabas orais que pronunciamos.
- 8) As letras têm valores sonoros fixos, apesar de muitas terem mais de um valor sonoro e certos sons poderem ser notados com mais de uma letra.
- 9) Além de letras, na escrita de palavras, usam-se, também, algumas marcas (acentos) que podem modificar a tonicidade ou o som das letras ou sílabas onde aparecem.
- 10) As sílabas podem variar quanto às combinações entre consoantes e vogais (CV, CCV, CVV, CVC, V, VC, VCC, CCVCC...), mas a estrutura predominante no português é a sílaba CV (consoante-vogal), e todas as sílabas do português contêm, ao menos, uma vogal



$$1 + 2 = 3$$





Contudo, organizar o trabalho pedagógico somente a partir dessas propriedades, desconsidera as práticas sociais e culturais da escrita e leitura, sobretudo, a complexidade simbólica presente nesse contexto.

Pino (1995), apoiado nas considerações da Perspectiva Histórico-Cultural, colabora com essa reflexão, afirmando que nossa atividade humana é instrumental, ou seja, mediada por instrumentos técnicos (elaborados para nossas ações sobre a realidade material) e semióticos (signos, produzidos para a comunicação entre os sujeitos). É pela criação do sistema de signos, especialmente o linguístico, que podemos nomear coisas, experiências, compartilhar, interrelacionar, transformar, ressignificar e desenvolver a consciência sobre a realidade concreta. Tratar do sistema de signos é lidar com os processos de significação, os quais exigem mediação simbólica e apropriação por parte dos sujeitos. Isso nos remete à função representativa na linguagem. O sujeito, na relação com objetos e fenômenos, os percebe e, a partir da mediação, se apropria das palavras, das denominações, ou seja, do processo de significação. Esse processo permite generalização, fenômeno que possibilita o desenvolvimento do pensamento.

Nesse sentido, tomando como referência, também, o Marco Referencial da Rede Municipal de Ensino<sup>1</sup> (Sorocaba, 2017), os estudos, no curso oferecido, se estruturaram a partir da Perspectiva Histórico-Cultural, fundamentando a discussão teórico-metodológica nos diferentes encontros que ocorreram durante o ano de 2024.

A partir dessa perspectiva, formulada por Vigotski (1989) e colaboradores, consideramos a natureza social do desenvolvimento e a importância da mediação escolar pelos docentes nos processos de apropriação do conhecimento produzido historicamente. A escrita é, aqui, entendida como um instrumento semiótico, parte da cultura e que é usado para expressão e comunicação entre os sujeitos.

Segundo a Perspectiva Histórico-cultural, o desenvolvimento da linguagem escrita não se inicia quando a criança ingressa na escola. Ele começa logo após o nascimento, com os primeiros signos visuais (gestos). A evolução dos gestos representativos nos jogos infantis, quando acompanhado do uso da linguagem verbal e, também, o desenho podem determinar o desenvolvimento da linguagem escrita, porque, assim, já se constituem.

Luria (2001) nos traz contribuições sobre a pré-história da escrita, indicando a necessidade de compreendermos esse processo como um instrumento fundamental para reconhecermos as relações com a escrita que as crianças têm antes de se inserirem no contexto escolar, a partir de deduções e hipóteses, já que nosso contexto é constituído por esse sistema de representação da realidade. Nessa pré-história da escrita infantil há indícios de um caminho gradual de diferenciação

---

<sup>1</sup> O Marco Referencial da Rede de Ensino Municipal de Sorocaba (2017) apresenta outros teóricos em sua construção, como Piaget, Freire e Arroyo. Entretanto, no Eixo 2 “A constituição do sujeito”, explicita-se o referencial priorizado: “Dessa forma, o Comitê para atualização do Marco Referencial, por meio das contribuições das escolas, bem como de estudos e reflexões, inclusive contando com a presença de pesquisadores da própria rede, fez a opção de atualizar o eixo “desenvolvimento humano”, alterando o mesmo para “Constituição do sujeito” e *priorizando enquanto referência, para o sistema de Educação, a Psicologia Sócio Histórica de Vygotsky* e Wallon, pois ambos procuraram construir uma teoria psicológica fundamentada no materialismo histórico e dialético e compromissada com o pleno desenvolvimento da humanização dos indivíduos” (Sorocaba, 2017, p. 53, grifos nossos).



$$1 + 2 = 3$$





dos símbolos empregados. No início, a criança se relaciona com a escrita sem compreender o significado partilhado. A escrita se caracteriza, nesse aspecto, como um processo que envolve imitação do adulto. Posteriormente, o símbolo ganha significado funcional e inicia-se a diferenciação. Entretanto, esse não é um processo linear, nem natural da infância. Luria ressalta a fundamental participação de um adulto, no caso, professor, que, intencionalmente, pode oportunizar condições para operações culturais mais complexas, mediando a apropriação das formas culturais presentes no contexto.

A perspectiva Histórico-Cultural, dessa forma, considera a linguagem escrita como meio para a aquisição de formas mais complexas do sujeito e de acesso ao patrimônio cultural, registrados em diferentes portadores. É essa aquisição que pode promover o desenvolvimento de funções psíquicas que não aconteceriam de forma espontânea.

No processo de produção da significação referente à apropriação das palavras e conceitos, os sujeitos podem desenvolver a capacidade de analisar, distinguir propriedades essenciais e relacioná-las a determinadas categorias. A linguagem possui, assim, duas funções básicas principais: a de intercâmbio social e a de desenvolvimento do pensamento generalizante (capaz de instrumentalizar o pensamento).

Encontramos no significado da palavra essa unidade que reflete da forma mais simples a unidade do pensamento e da linguagem. O significado da palavra, como tentamos elucidar anteriormente, é uma unidade indecomponível de ambos os processos e não podemos dizer que ele seja um fenômeno da linguagem ou um fenômeno do pensamento. A palavra desprovida de significado não é palavra, é um som vazio. Logo, o significado é um traço constitutivo indispensável da palavra. E a própria palavra vista no seu aspecto interior. Deste modo, parece que temos todo o fundamento para considerá-la como um fenômeno de discurso. Mas, como nos convencemos reiteradas vezes, ao longo de toda nossa investigação, do ponto de vista psicológico o significado da palavra não é senão uma generalização ou conceito. Generalização e significado da palavra são sinônimos. Toda generalização, toda formação de conceitos é o ato mais específico, mais autêntico e mais indiscutível de pensamento. Consequentemente, estamos autorizados a considerar o significado da palavra como um fenômeno de pensamento. (Vigotski, 2001, p. 398)

Deste modo, o desenvolvimento das funções psíquicas superiores depende do processo de ensino e aprendizagem, de construções resultantes da coletividade, da ação sobre o meio da apropriação dos bens culturais para o seu desenvolvimento. Assim, percebe-se a importância do aprendizado escolar, intencional e sistematizado, que introduzirá elementos novos para o desenvolvimento da inteligência e personalidade.

[...] o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer. Assim, o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas (Vigotski, 1989, p.101).



$$1 + 2 = 3$$





Nesse sentido, concordamos com Smolka (1989, p.45), ao salientar que “não se trata, então, apenas de ensinar (no sentido de transmitir) a escrita, mas de usar, fazer funcionar a escrita como interação e interlocução na sala de aula, experienciando a linguagem nas suas várias possibilidades”.

Aqui estamos compreendendo, concordando com a autora, que leitura e escrita devem ser abordadas em seu funcionamento. O processo de alfabetização envolve a apropriação complexa de signos, significados, sentidos, a qual exige atividade de interação e interlocução. Há uma dimensão discursiva presente nesse processo, marcada pela relação dialógica no trabalho simbólico de ler e escrever. É a emergência do processo de alfabetização como processo discursivo: produzir leitura e escrita a partir da prática social, no funcionamento da língua, envolvendo as marcas da realidade sócio-cultural dos sujeitos em interação.

Smolka (1989) reconhece os estudos de Emília Ferreiro, mas nos alerta sobre a “rotulação” de sujeitos pelas hipóteses de escrita, a partir, apenas, de uma lista de palavras para classificá-las.

Ferreiro (2011) elaborou suas contribuições teóricas a partir de problematizações sobre a situação educacional na América Latina, deslocando a investigação do ponto de vista de “como ensinar” para buscar compreender “como se aprende”, no sentido de tentar romper com a reprodução do analfabetismo. Destacou, nesse sentido, o papel ativo da criança na relação com a escrita, objeto social complexo. Por intermédio de sua pesquisa, a autora identificou que as produções escritas das crianças apontam hipóteses e ideias sobre a escrita, seguindo uma evolução surpreendente.

- a) distinção entre o modo de representação icônico e não icônico;
- b) a construção de formas de diferenciação (controle progressivo das variações sobre os eixos qualitativo e quantitativo);
- c) a fonetização da escrita (que se inicia com um período silábico e culmina no período alfabético). (Ferreiro, 2011, p. 22)

As contribuições de Ferreiro foram significativas, porém Smolka (1989) aponta que as mesmas se referem ao âmbito da psicologia cognitiva, investigando o processo individual do desenvolvimento das hipóteses e ideias sobre a escrita, fator que precisa ser compreendido no processo de alfabetização. Contudo, as condições do trabalho em sala de aula, nas questões pedagógicas, exigem considerar a complexidade das interações e, prioritariamente, as funções socialmente mediadas da escrita.

Smolka, também, traz importantes apontamentos sobre o método de silabação, uma vez que o mesmo aborda uma relação unívoca entre sílaba e objeto, fixando fonemas por grau de dificuldade. É certo que as sílabas fazem parte de nosso sistema de escrita alfabética, entretanto, o trabalho a partir das mesmas, fragmenta o processo, não contemplando a dimensão da comparação e contraposição no momento de uso social da escrita produzido nas condições concretas de enunciação.

Tradicionalmente, o ensino da linguagem escrita tem sido realizado de forma desagregada do ensino da escrita de textos. Os conhecimentos linguísticos trabalhados nessa perspectiva, não estão relacionados à prática de produção de textos. Miller nos indica esse indício, citando que



$$1 + 2 = 3$$





[...] a atividade de leitura e produção de textos (atividade linguística) e a análise linguística voltada para a sistematização dos conhecimentos (atividade metalinguística) são atividades desarticuladas não guardando entre si nenhuma relação que possa garantir uma mútua compreensão dos conteúdos e procedimentos envolvidos. Cria-se, com isso, um “vácuo” entre elas que dificulta a transferência do conhecimento relativo a estas últimas para a realização das primeiras, produzindo, como consequência, a falta de domínio do aluno em escrever os seus próprios textos dentro dos requisitos mínimos que caracterizam essa tarefa (Miller, 1998, p.11).

A proposta de alfabetização aqui apresentada nesse documento, prioriza as funções de intercâmbio social e de desenvolvimento do pensamento generalizante. Assim, entendemos que as atividades a serem desenvolvidas, nesta perspectiva, abarcam as dimensões sócio-histórica e de apropriação do processo de significação.

De outra forma, nos processos de avaliações externas, como por exemplo em algumas atividades da Avaliação de Fluência Leitora<sup>2</sup> (ação do Programa Alfabetiza Juntos SP - Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, o qual a Rede Municipal de Ensino de Sorocaba procedeu com a adesão), por exemplo, priorizam somente a leitura de palavras e pseudopalavras (não produzidas socialmente), apesar de contemplar em outras atividades a leitura e interpretação de texto. Nesta proposta, a ênfase está na velocidade, precisão e prosódia na decodificação, em voz alta, pelas crianças.

Desse modo, para organização do trabalho referente à linguagem escrita, há a indicação de um processo de sistematização intencional, a partir da mediação docente, com organização, planejamento e oferecimento de situações de comunicação e reflexão sobre a língua. É trabalhar a linguagem escrita como produto humano, social, cultural, vivo e dinâmico, o que não corresponde à apresentação de termos estáticos ou segregados, desconsiderando o processo de significação, como enfatizou Bakhtin:

[...] se nós perdermos de vista a significação da palavra, perdemos a própria palavra, que fica, assim, reduzida à sua realidade física, acompanhada do processo fisiológico de sua produção. O que faz da palavra uma palavra é a sua significação. (Bakhtin, 1992, p.49)

A leitura e a escrita precisam ser elementos de intercâmbio social. Ou seja, precisam estar presentes no cotidiano da escola, assim como estão nos contextos sociais dos quais fazemos parte.

Dessa forma, a proposta desse curso se justificou pela importância de desenvolver uma ação humanizadora mediada pelas habilidades escritoras e leitoras, a partir do planejamento

---

<sup>2</sup> A avaliação da Fluência Leitora visa verificar a capacidade do estudante de ler palavras e textos voltados à sua etapa escolar de forma fluida e no ritmo adequado. Nesse modelo de avaliação, a criança realiza uma leitura para um professor e tem o seu desempenho associado a um Perfil de Leitor. (Disponível em: <https://institucional.caeddigital.net/tecnologias-2/plataformacaed.html>, acesso em 11/12/2024, às 10h)



$$1 + 2 = 3$$





docente, com a finalidade de oportunizar trabalho com os gêneros do discurso<sup>3</sup> para apropriação da compreensão dos mesmos, nos aspectos de conteúdo temático, estilo e composição. No ensino da linguagem escrita (a partir de atividades de expressão, leitura e escrita), a função docente e da instituição escolar é a de provocar avanços que não aconteceriam de forma espontânea, já que demandam intencionalidade nas práticas pedagógicas.

É importante, também, destacar que o planejamento docente e as intervenções desenvolvidas podem potencializar as aprendizagens, oportunizando experiências diversificadas, na perspectiva da apropriação da linguagem escrita. Isso demanda estudar, refletir e discutir com os docentes sobre conceitos relacionados à escrita, texto, gênero do discurso, alfabetização, produção de texto e análise/reflexão sobre a língua, com viés teórico-metodológico.

Nesse sentido, a proposta deste curso teve como objetivo apresentar pressupostos teóricos, com a finalidade de oportunizar reflexões sobre o cotidiano pedagógico das instituições escolares, a partir da análise de atividades a serem desenvolvidas.

Dessa forma, o curso foi organizado a partir dos eixos temáticos, a saber:

- Conceito de escrita, alfabetização, texto, gênero textual: reflexões teóricas e análises de atividades;
- Ensinar a linguagem que se escreve: as propostas de alfabetização na perspectiva discursiva;
- Planejando a produção de texto como sequência didática;
- O que fazer com a produção de texto dos estudantes? – reflexões sobre atividades de análise da linguagem;

Como produção coletiva desses estudos, esse documento foi elaborado na intenção de oportunizar possíveis indicações que possam instrumentalizar o trabalho pedagógico da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba. Desse modo, tais indicações estão apresentadas e organizadas em duas etapas: Educação Infantil<sup>4</sup> e Ensino Fundamental.

Para a Educação Infantil, assumimos a concepção de infância como construção histórica e social (Áries, 1978; Vigotski, 1995) e, concordando com Pasqualini (2018), apontamos o compromisso ético e político da escola com as crianças de 0 a 5 anos de idade, para o desenvolvimento das máximas possibilidades.

Como apresentado no Documento Curricular da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba (2024), a educação na/para infância é compreendida, assim, como processo de humanização

---

<sup>3</sup> De acordo com Bakhtin (1997, p. 280): “Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. [...] A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua — recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais —, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. [...] Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*”.

<sup>4</sup> Na etapa da Educação Infantil, optamos por utilizar a subdivisão indicada na Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), sistematizada por faixas etárias.



$$1 + 2 = 3$$





(Mello, 2007) e de possibilidades do desenvolvimento das funções psíquicas superiores (fala, pensamento, percepção voluntária, memória, imaginação, função simbólica, entre outras), a partir da organização de propostas dirigidas e de livre iniciativa, com a intencionalidade de conhecer, explorar e descobrir (Arce, 2013).

Dessa forma, durante os encontros do curso, dialogamos sobre possibilidades de organização das vivências, através dos tempos, materiais e espaços, que possam mediar o processo de desenvolvimento<sup>5</sup>. Essas vivências são práticas que precisam ser consideradas na organização metodológica, estruturadas pelos eixos “interações e brincadeiras” (Brasil, 2010), com vistas à apropriação do patrimônio cultural, artístico, tecnológico e científico, possibilitando novos sistemas mais complexos na atividade humana. Ressalta-se o protagonismo infantil, compreendendo a criança como produtora de cultura e como sujeito histórico e de direitos, valorizando a potencialidade do desenvolvimento da mesma, por intermédio de propostas e ações educativas planejadas para a apropriação das riquezas culturais de nossa humanidade.

Para organização das indicações, seguimos alguns eixos de trabalho: Leitura/escuta, Comunicação/oralidade e Escrita.

**Educação Infantil<sup>6</sup>**

**0 a 1 ano e 6 meses**

<b>Leitura/Escuta</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1.Realizar a leitura diariamente aos bebês de diferentes gêneros literários e diversos contextos culturais;</li> <li>2.Organizar intencionalmente situações literárias, utilizando diferentes objetos da cultura;</li> <li>3.Planejar com antecedência os momentos de leitura;</li> <li>4. Proporcionar as vivências de leitura em diferentes espaços da unidade escolar;</li> </ol>
<b>Comunicação/Oralidade</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1.Oportunizar a participação em momentos de comunicação imitando movimentos, gestos, balbucios, falas e outras formas de expressão feitas pelo adulto leitor ao ler histórias e ao cantar;</li> <li>2.Incentivar os bebês a se expressarem, por meio da fala, gestos, expressões, marcas gráficas, pinturas, colagens e modelagens;</li> <li>3.Cantar e contar histórias dramatizando, com gestos e sons;</li> </ol>

<sup>5</sup> Para tratar do processo de desenvolvimento do sujeito, especificamente na Educação Infantil, indicamos os estudos sobre periodização, produzidos por Vigotski e Elkonin, os quais estão registrados no Documento Curricular da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba (2024). Não há, dessa forma, tentativa de antecipação de processos, uma vez que consideramos os aspectos evidenciados em cada período, bem como a atividade guia pela qual a criança se relaciona com a cultura.

<sup>6</sup> No registro das indicações, nos baseamos no Documento Curricular da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba, elaborado em 2024, em versão preliminar, a qual será analisada e ressignificada durante o ano de 2025.



1 + 2 = 3





	<p>4.Oportunizar situações de diálogos em pequenos grupos e diretamente com cada bebê;</p> <p>5.Possibilitar que os bebês tenham oportunidade de ouvir músicas e de assistir teatro de fantoches, entre outros;</p> <p>6.Incentivar que as crianças verbalizem, a seu modo, o próprio nome e de outras pessoas;</p> <p>7.Promover atividades com cantigas de roda que trabalham com a identidade dos bebês envolvendo seu nome;</p>
<b>Escrita</b>	<p>1.Oportunizar riscadores (tudo o que pode deixar marcas) aos bebês;</p> <p>2.Oportunizar, com regularidade, aos bebês o contato com diversos materiais impressos (livros, gibis, revistas, jornais, rótulos) e audiovisuais em diferentes portadores;</p> <p>3.Oportunizar situações nas quais os bebês observem e manuseiem livros com imagens, apontando fotos, figuras ou objetos conhecidos em ilustrações;</p>

**1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses**

<b>Leitura/Escuta</b>	<p>1. Realizar a leitura diariamente às crianças, de diferentes gêneros literários e diversos contextos culturais;</p> <p>2. Incentivar vivências de leituras coletivas e individuais;</p> <p>3. Promover experiências em que o adulto seja a referência de leitor da criança, apontando a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita);</p> <p>4. Organizar intencionalmente situações literárias utilizando diferentes objetos da cultura;</p> <p>5. Recitar com as crianças poesias, trava-línguas, adivinhas e parlendas criando diferentes entonações e ritmos;</p> <p>6. Oportunizar momentos em que as crianças ouçam e contem histórias;</p> <p>7. Planejar com antecedência os momentos de leitura;</p>
<b>Comunicação/Oralidade</b>	<p>1. Oportunizar momentos em que as crianças possam expressar seus desejos, sentimentos, ideias e opiniões, com mediação para a organização do pensamento: respondendo e formulando perguntas, comunicando suas experiências, descrevendo lugares, pessoas e objetos, reconto de histórias lidas e contadas pelos adultos;</p> <p>2. Conversar com as crianças constantemente, nas atividades educativas cotidianas;</p>



1 + 2 = 3





	<ol style="list-style-type: none"><li>3. Estimular, com regularidade, a nomeação de objetos, seres e fenômenos, ações, sujeito da ação, qualidades dos objetos, fenômenos e sujeitos, buscando ampliação de vocabulário e do repertório cultural da criança;</li><li>4. Propiciar rodas de conversa nas quais as crianças são ouvidas, ajudando-as a resolver seus conflitos e valorizando suas falas;</li><li>5. Estimular as crianças a falarem e a escutarem atentamente nas situações do cotidiano para interagir socialmente;</li><li>6. Promover situações em que as crianças possam se expressar utilizando diversas linguagens: artística, corporal, lúdica (brincadeira de papéis sociais/jogo simbólico/faz de conta), entre outras;</li><li>7. Mediar vivências em que as crianças possam ampliar seu vocabulário, iniciando diálogos estruturados, por meio de músicas, narrativas, histórias, poemas, contos, parlendas, conversas e brincadeiras para desenvolver sua capacidade de comunicação;</li><li>8. Participar com as crianças de jogos e brincadeiras de linguagem que exploram a sonoridade das palavras (sons, rimas, sílabas e aliterações);</li></ol>
<b>Escrita</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Disponibilizar materiais e organizar o ambiente possibilitando às crianças o reconhecimento do nome próprio e das outras pessoas com as quais convive;</li><li>2. Oferecer, com regularidade, suportes de escrita diversos;</li><li>3. Oportunizar, com regularidade, às crianças o contato com diversos materiais impressos (livros, gibis, revistas, Disponibilizar materiais e organizar o ambiente possibilitando às crianças o reconhecimento do nome próprio e das outras pessoas com as quais convive;</li><li>4. Oferecer, com regularidade, suportes de escrita diversos;</li><li>5. Oportunizar, com regularidade, às crianças o contato com diversos materiais impressos (livros, gibis, revistas, jornais, rótulos) e audiovisuais em diferentes portadores;</li><li>6. Oportunizar situações onde as crianças observem e manuseiem livros com imagens, apontando e reconhecendo fotos, figuras ou objetos conhecidos em ilustrações, discriminando e diferenciando os diferentes aspectos;</li><li>7. Disponibilizar riscadores para as crianças como: giz grosso, caneta hidrográfica de ponta grossa, pincéis, entre outros;</li><li>8. Oportunizar momentos de apropriação do alfabeto, a partir de diferentes construções coletivas, utilizando-se de referências do repertório das crianças (alfabeto de bolso com rótulos, imagens conhecidas, objetos, fotos entre outros);</li><li>9. Organizar situações de escrita coletiva, tendo o profissional como escriba, considerando as vivências cotidianas, a partir das propostas desenvolvidas</li></ol>

$$1 + 2 = 3$$





	(exemplos: a partir da leitura, criar listas de personagens, registrar o título; construir a rotina do dia; registrar textos curtos, entre outros);
--	---

4 anos a 5 anos e 11 meses	
<b>Leitura/Escuta</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Realizar a leitura, diariamente, às crianças de diferentes gêneros textuais, diferentes portadores e diversos contextos culturais;</li><li>2. Promover experiências em que o adulto seja a referência de leitor da criança, apontando a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita);</li><li>3. Planejar com antecedência os momentos de leitura;</li><li>4. Organizar situações em que as crianças possam participar de brincadeiras coletivas e recontos de histórias, criando enredos com os colegas, assumindo papéis e encenando;</li><li>5. Recitar com as crianças poesias, trava-línguas, adivinhas e parlendas criando diferentes entonações e ritmos;</li><li>6. Trabalhar com as estratégias de leitura: inferência, visualização, sumarização, conexão e síntese;</li></ol>
<b>Comunicação/ Oralidade</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Proporcionar a ampliação de possibilidades de comunicação e expressão das crianças, instigando-as a conhecer vários gêneros orais e escritos, participando de diversas situações de interação social, nas quais possam contar suas vivências, ouvir a de outras pessoas, elaborar e responder perguntas;</li><li>2. Oportunizar brincadeiras e atividades que possibilitem a compreensão do sentido das mensagens, expressão de desejos, necessidades, sentimentos e reprodução de textos oralmente;</li><li>3. Propiciar um ambiente em que as crianças sejam ouvidas e que possam expressar seus pensamentos;</li><li>4. Estimular a criança a comunicar-se com diferentes intenções, em diferentes contextos, com diferentes interlocutores, respeitando sua vez de falar e escutando o outro com atenção;</li><li>5. Mediar vivências em que as crianças possam ampliar seu vocabulário para desenvolver sua capacidade de comunicação por meio de músicas, narrativas, leituras e brincadeiras;</li><li>6. Criar situações em que as crianças possam apropriar-se das narrativas e se interessar por conversar e brincar com elas, desenvolvendo sua imaginação e sua criatividade, ao mesmo tempo em que se apropriam de noções da linguagem e da escrita;</li></ol>

$$1 + 2 = 3$$





<b>Escrita</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Possibilitar que a criança identifique o próprio nome e dos colegas para o reconhecimento dos mesmos em situações cotidianas;</li><li>2. Considerar e explorar as vivências e experiências trazidas pela criança para estimular e despertar hipóteses para a escrita espontânea;</li><li>3. Organizar o ambiente para que as crianças possam explorar livros, ilustrações e outros, adotando procedimentos de leitor, como: ler a partir da capa/tema, virar as páginas sucessivamente, perceber a direção da leitura e a diferença entre texto e imagem;</li><li>4. Incentivar vivências nas quais as crianças possam divertir-se e interessar-se por brincar com textos de diferentes gêneros em suas brincadeiras;</li><li>5. Propor situações para que as crianças possam escolher livros de sua preferência explorando suas ilustrações para imaginar e contar suas histórias;</li><li>6. Planejar situações em que a escrita com sua função social seja valorizada como um instrumento de comunicação e a leitura como instrumento de informação e deleite, a partir de práticas educativas com gêneros textuais;</li><li>7. Apresentar a cultura escrita através da brincadeira de papéis sociais, ampliando a investigação, conhecimento de mundo e a expressão das crianças por meio de outras linguagens;</li><li>8. Oportunizar as escritas espontâneas contextualizadas, vinculadas às práticas sociais, que emergem do ambiente escolar ou são criadas pelo docente (escrever um cartão de aniversário, um bilhete, histórias para compor um livro, entre outras);</li><li>9. Estimular as crianças para que reflitam sobre a diferença entre desenho, letra e número em suas produções;</li><li>10. Disponibilizar riscadores para as crianças como: giz grosso, caneta hidrográfica de ponta grossa, pincéis, entre outros;</li><li>11. Oportunizar momentos de apropriação do alfabeto, a partir de diferentes construções coletivas, utilizando-se de referências do repertório das crianças (alfabeto de bolso, com rótulos, imagens conhecidas, objetos, fotos entre outros);</li><li>12. Organizar situações de escrita coletiva, tendo o profissional como escriba, considerando as vivências cotidianas, a partir das propostas desenvolvidas (exemplos: a partir da leitura, criar listas de personagens, registrar o título; construir a rotina do dia; registrar textos curtos, entre outros);</li></ol>
----------------	--

$$1 + 2 = 3$$



**ENSINO FUNDAMENTAL<sup>7</sup>**

<b>Leitura/Escuta</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Realizar diariamente a leitura de diferentes gêneros literários e diversos contextos culturais;</li><li>2. Colaborar com o processo de compreensão dos diferentes gêneros textuais apresentados em sala ou lidos pelos estudantes;</li><li>3. A partir do 3º ano, sistematizar a leitura e compreensão autônoma de diferentes gêneros textuais);</li><li>4. Organizar intencionalmente situações literárias, utilizando diferentes objetos da cultura;</li><li>5. Planejar com antecedência os momentos de leitura;</li><li>6. Trabalhar com as estratégias de leitura: inferência, visualização, sumarização, conexão e síntese;</li><li>7. Trabalhar, a partir das leituras, com a composição interna (estrutura) dos diferentes gêneros textuais apresentados, bem como com os elementos específicos que os compõem (marcas linguísticas, tempo verbal, presença de personagens, espaço etc) ;</li><li>8. Relacionar texto com ilustrações e outros recursos gráficos;</li><li>9. Promover experiências em que o adulto seja a referência de leitor, apontando a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita);</li><li>10. Colaborar com o processo de ampliação do vocabulário, a partir da leitura e da aprendizagem de novas palavras e significados;</li><li>11. Incentivar a seleção de livros (sala de leitura ou cantinho de leitura), oportunizando diálogos sobre o motivo da escolha e compartilhando impressões/opiniões após a leitura;</li><li>12. Oportunizar, semanalmente, situações de indicações literárias por parte dos estudantes, a partir de seleções prévias e planejamento para esses momentos (indicar quantidade de estudantes por semana?);</li><li>13. Planejar questões que possibilitem a interpretação de questões explícitas e implícitas nos diferentes textos;</li><li>14. Apresentar questões interpretativas de diferentes estruturas: discursivas, múltipla escolha, relacionar colunas, justificar/explicar seleções etc;</li></ol>
<b>Comunicação/ Oralidade</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Oportunizar momentos de comunicação e expressão dos estudantes, instigando-os a conhecer vários gêneros orais e escritos, participando de diversas situações de interação social, nas quais possam contar suas vivências, ouvir a de outras pessoas, resgatar/ recuperar ideias/fatos, elaborar e responder perguntas;</li><li>2. Propiciar possibilidades de reconto oral de textos literários, com e sem apoio de imagens;</li><li>3. Organizar situações nas quais os estudantes necessitem desenvolver exposições orais para outros sujeitos da própria turma ou de outras turmas;</li></ol>

<sup>7</sup> Para o registro das ações educativas na parte do Ensino Fundamental, nos baseamos no Currículo Paulista (2019), uma vez que ainda não há um Documento Curricular produzido pela própria Rede Municipal de Ensino de Sorocaba.



$$1 + 2 = 3$$





	4.Sistematizar o ensino de gêneros orais, a partir das situações comunicativas;
<b>Escrita</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1.Oportunizar momentos de apropriação do alfabeto, a partir de diferentes construções coletivas, utilizando-se de referências do repertório das crianças (alfabeto de bolso, com rótulos, imagens conhecidas, objetos, fotos entre outros);</li><li>2.Organizar situações de escrita coletiva, tendo o profissional como escriba, considerando as vivências cotidianas, a partir das propostas desenvolvidas;</li><li>3.No processo inicial de apropriação da linguagem escrita (1º e 2º anos, bem como com as crianças dos demais anos que necessitem de mediação nesse aspecto), sistematizar o trabalho com produção escrita de títulos de histórias/brincadeiras/produções artísticas; legendas para imagens, manchetes, textos de memória (cantigas e parlendas), listas em situações reais de uso social, agendas, avisos, convites, dentre outros gêneros do campo de vida cotidiana, artístico-literário, jornalístico, considerando a situação comunicativa (tema/assunto, forma/ estrutura e função);</li><li>4.Garantir momentos sistematizados para estudo dos diferentes gêneros textuais a serem apresentados aos estudantes, explorando silhueta, composição interna e análise dos elementos específicos;</li><li>5.Possibilitar produções de textos aos estudantes, a partir da definição de parâmetros de escrita: tema, gênero, função social, conhecimentos linguísticos;</li><li>6.Planejar situações de reflexão sobre a língua, partindo sempre dos textos estudados, apreciados, lidos e produzidos pelos estudantes (apropriação de conhecimentos linguísticos e gramaticais a partir do uso social, em situação de comunicação efetiva);</li><li>7.Organizar propostas de reflexão sobre a correspondência fonema-grafema, a partir da escrita de textos individuais ou coletivos;</li><li>8.Planejar situações didáticas para reflexão sobre segmentação e pontuação, a partir da escrita de textos individuais ou coletivos;</li><li>9.Organizar atividades de reflexão sobre conhecimentos linguísticos e gramaticais, tais como regras de acentuação, concordância nominal e verbal, pontuação (inclusive do uso do discurso direto), a partir da escrita de textos individuais ou coletivos;</li><li>10.Oferecer momentos de sistematização sobre a organização do texto em unidades de sentido, dividindo-o em parágrafos segundo as normas gráficas e de acordo com as características do gênero textual;</li><li>11.Organizar atividades de reflexão sobre a ortografia (correspondência fonema-grafema, regulares, contextuais, morfológicas e palavras de uso frequente que são irregulares), a partir da escrita de textos individuais ou coletivos. Para a reflexão, o docente poderá utilizar-se de atividades de sistematização, como ditados interativos, releitura com focalização, reescrita com transgressão e jogos de reflexão;</li></ol>



$$1 + 2 = 3$$





12. Planejar atividades de reflexão sobre uso de elementos de substituição e conectivos, a partir da escrita de textos individuais ou coletivos, colaborando com o processo de coesão na elaboração da produção.
--

Como procedimento metodológico, houve no curso o estudo sobre as Modalidades Organizativas (Nery, 2007). Dessa forma, indicamos as seguintes possibilidades:

- **Atividades Permanentes:** trabalho que envolve regularidade e frequência (diário, semanal ou quinzenal), com objetivo de oportunizar aprendizagem de características de um gênero textual ou de um assunto/tema presente nos componentes curriculares. Exemplos: “Você sabia”, “Notícia do dia”, “Leitura diária”, “Roda de indicações literárias”, “Cantinhos” etc;
- **Projetos:** modalidade de organização do trabalho pedagógico que prevê uma elaboração conjunta final, a partir de um problema ou questionamento elaborado pela turma ou docente, o qual mobilize todos os envolvidos em busca de instrumentalização para novas aprendizagens. Todos os processos são compartilhados e desenvolvidos de forma coletiva.
- **Atividades de Sistematização:** são destinadas à sistematização de conhecimentos. Envolve o planejamento de atividades voltadas para a reflexão mais específica sobre aspectos peculiares dos conteúdos.
- **Sequências Didáticas:** organização do trabalho pedagógico em uma determinada sequência, durante um determinado tempo, para se ensinar um gênero textual ou uma temática;

Especificamente para o planejamento pedagógico referente ao trabalho com a produção textual, em todos os anos do Ensino Fundamental, sugerimos que o/a docente selecione a temática da prática social a ser explorada/estudada com a turma, selecionando os gêneros e os portadores correspondentes, e organize as propostas em uma Sequência Didática. Optamos por essa modalidade organizativa por entender que a mesma é uma das oportunidades de condições de sistematização do trabalho, produzindo zonas de desenvolvimento (Vigotski<sup>8</sup> 1989), para além das já consolidadas pelo sujeito.

Para essa organização, além das considerações de Nery (2007) sobre as Sequências Didáticas, nos amparamos em Curto (2000), Jolibert (1994), Marcuschi (s/d) Miller (1998) e Schneuwly e Dolz (2004). Estamos considerando, assim, o texto como unidade de sentido e como

---

<sup>8</sup> Vigotski não produziu uma teoria pedagógica, tampouco elaborou considerações sobre Sequências Didáticas. No curso desenvolvido, essa modalidade organizativa foi abordada no intuito de instrumentalizar o trabalho docente, como uma possibilidade. Não há a intenção de padronizar a forma de organizar o trabalho, mas de indicar uma oportunidade de mediação. Sobretudo, a partir do aporte teórico da Perspectiva Histórico-Cultural, compreendemos que os sujeitos vivenciam de forma diferenciada as experiências sociais e culturais. Dessa forma, na organização metodológica da Sequência Didática, organizada pelo docente, há de se considerar as singularidades no processo de relação com os gêneros apresentados (ou com a temática a se trabalhada), a fim de planejar as mediações necessárias e pertinentes à turma, aos diferentes agrupamentos e a cada sujeito. Citamos Vigotski nessa parte, apenas, com o intuito de ressaltar que a organização metodológica pode produzir zonas de desenvolvimento aos sujeitos envolvidos.





atividade de enunciação em situações concretas de interação social. Esse texto é entendido como eixo do ponto de partida e ponto de chegada do trabalho. Dessa forma, o trabalho proposto circunscreve a materialização das situações comunicativas nos diferentes gêneros textuais, abrangendo: a Situação de Comunicação (enunciador, destinatário, objetivo, objeto, suporte), a Estrutura (composição interna do texto), a Linguística do texto (tipo dominante presente – narração, descrição, argumentação, injunção, a enunciação – primeira ou terceira pessoa, os verbos, os léxicos, a coerência, a coesão e os elementos substitutivos), a Linguística da frase (tipos predominantes de frases: afirmativas, curtas, interrogativas...).

Como procedimentos metodológicos para a organização da Sequência Didática, indicamos:

- a) Apresentar a proposta de produção escrita, selecionando o gênero textual a ser ensinado aos/às estudantes, a partir da problematização do uso social na prática social.
- b) Avaliar os conhecimentos cotidianos que os/as estudantes possuem sobre o gênero textual que será ensinado.
- c) Apresentar o gênero textual escolhido, fazendo circular alguns de seus exemplares pela turma.
- d) Estudar detalhadamente o gênero textual, organizando e sistematizando os conhecimentos científicos sobre o mesmo, a situação de produção e a forma como esse gênero textual circula na prática social.
- e) Realizar uma produção escrita coletiva com a turma, tendo o/a docente como escriba, para possível instrumentalização sobre os conhecimentos científicos referentes ao gênero textual.
- f) Organizar o planejamento do texto individual, por meio do pré texto (roteiro organizador que pode ser produzido no coletivo, de forma individual ou em pequenos grupos, para auxiliar na produção).
- g) Realizar a produção escrita individual, com base nos conhecimentos científicos aprendidos no processo de instrumentalização.
- h) Propor a revisão intencional e planejada (módulos organizadores, a partir das necessidades apontadas na produção escrita da turma e de que cada estudante para a análise linguística) e a reescrita da produção individual, de modo a avançar na apropriação dos conhecimentos sobre os conteúdos específicos do componente curricular, previstos para cada ano.

Quadro organizado<sup>9</sup> pela proponente do Curso, a partir do estudo referente aos autores citados.

<sup>9</sup> Alguns exemplos de trabalho, apresentados no curso, poderão ser observados e analisados no Apêndice desse documento.



$$1 + 2 = 3$$





É importante salientar que a opção pela Sequência Didática não pressupõe passos rígidos para a aprendizagem, considerando-se, neste Documento Curricular, o processo formativo como algo dinâmico e em constante movimento. Assim, a apropriação dos conhecimentos científicos pelos/pelas estudantes pode gerar novas demandas de instrumentalização, a partir das possibilidades de análise e compreensão do uso social do gênero em situações concretas de comunicação e expressão. Entendemos essa modalidade organizativa como uma forma de sistematizar metodologicamente o ensino direto e intencional realizado pelo/a docente, tendo como ponto de partida as problematizações da prática social. Reafirmamos o pressuposto de que a organização do trabalho pedagógico deve orientar-se para a apropriação dos conhecimentos científicos e, nesse sentido, cabe a cada docente selecionar conteúdos relevantes que favoreçam a compreensão do gênero textual, a partir do Documento Curricular proposto, articulando-os de maneira indissociável aos conhecimentos de análise linguística.

Para o trabalho de revisão de textos, consideramos os estudos de Miller (1998, 2003) e Possenti (2005), os quais indicam a produção oral e escrita dos estudantes como materiais para análise e estudo dos elementos linguísticos.

[...] a aprendizagem da escrita de textos tem sido feita de forma desarticulada da aprendizagem da gramática da língua materna, cujo ensino orienta o aluno a realizar exercícios que dão prioridade aos aspectos descritivos dos fatos linguísticos e cuja abrangência não excede o limite da frase. Dessa forma, a produção textual acaba por não ser afetada pelos estudos gramaticais realizados pelo aluno, ou seja, o aluno não incorpora a ela os conhecimentos metalinguísticos adquiridos pelos estudos de gramática. Não tem sido feita, portanto, a necessária integração entre os dois domínios, ou seja, a atividade de produção de textos (atividade linguística) e a análise linguística voltada para a sistematização dos conhecimentos (atividade metalinguística) são ações desarticuladas, não guardando entre si nenhuma relação que possa garantir a compreensão dos conteúdos e procedimentos envolvidos em ambas as atividades. (Miller, 2003, p. 1)

Assim, há a proposição de atividades de reflexão e operação sobre a linguagem a partir do processo de escrita de textos, relacionando a compreensão dos conceitos linguísticos presentes na situação de comunicação, utilizando-os de maneira consciente.

Dialogando sobre esses pressupostos, sugerimos algumas propostas de intervenções. Importante salientar que, antes de utilizar as propostas como referências, cada docente necessita realizar um diagnóstico a partir da análise das produções textuais dos estudantes, a fim de identificar as necessidades de intervenções, priorizando um aspecto por vez, como objeto de análise e reflexão coletiva e individual. Para esse diagnóstico, apontamos a necessidade de analisarmos outros aspectos, para além das hipóteses de escrita indicadas por Ferreiro (2011), considerando tema, gênero, coerência, coesão, ortografia, segmentação, pontuação. Para a revisão, o docente pode projetar ou imprimir cópias de textos na íntegra ou partes dos mesmos para esse estudo, dependendo do objetivo a ser alcançado.

### Segmentação:



$$1 + 2 = 3$$





- a) Entregar ou projetar trechos de textos sem segmentação das palavras ou com segmentação inadequada, para análise coletiva;
- b) Possibilitar a tentativa de correção em pequenos grupos;
- c) Propor a sistematização, corrigindo as tentativas de forma coletiva.

**Paragrafação:**

- Produzir escritas coletivas, com foco na definição dos blocos de ideias;
- Colorir textos estudados, identificando a composição interna e os elementos que a compõem. Analisar a ideia de cada parágrafo;
- Entregar textos recortados em parágrafos, para organização;
- Trabalhar com a escrita do pré-texto;
- Revisar um texto selecionado previamente.

**Coerência:**

- a) Oportunizar resgate oral da sequência dos fatos;
- b) Analisar as características dos personagens e a coerência com as ações apresentadas;
- c) Trabalhar com a escrita do pré-texto;
- d) Revisar um texto selecionado previamente.

**Coesão:**

- Revisar um texto selecionado previamente;
- Verificar trocas para substituição de palavras repetidas no texto;
- Elaborar cartazes com possibilidades de uso de conectivos.

**Ampliação de ideias:**

- Selecionar um texto que necessita de ampliação de ideias (produzido pelo professor ou por um estudante). Apresentá-lo e verificar, coletivamente, as possibilidades de ampliar o texto (foco nas ações dos personagens);
- Solicitar que tentem ampliar as ideias de um determinado texto em duplas.

**Pontuação:**

- Identificar sinais e marcas pouco utilizados pela turma para propor reflexões;
- Pontuar pequenos textos conhecidos (por exemplo, piadas);
- Pontuar trechos de textos narrativos de forma coletiva;
- Analisar pontuação nos textos trabalhados com a turma;
- Pontuar o texto de acordo com o sentido proposto.

Para o trabalho com a ortografia, utilizamos como referência as contribuições de Morais (1998), que sugere algumas modalidades básicas de reflexão:

**Ditado Interativo:**

- Realizar ditados, solicitando que os estudantes discutam e combinem a grafia;
- Corrigir a palavra, após a tentativa da turma;
- Refletir sobre os erros que surgiram, sistematizando a forma correta de escrita.

**Releitura com focalização:**

- a) Propor a leitura coletiva de um texto já conhecido, lançando questões sobre a grafia de algumas palavras;
- b) Questionar a turma sobre o motivo de se escrever daquela forma;
- c) Sistematizar a forma correta da escrita, dialogando sobre possibilidades de erros.

**Reescrita com transgressão ou correção:**



- Ditar palavras e pedir que escrevam de forma errada;
- Problematizar o erro e retomar conceitos aprendidos;
- Entregar uma lista de palavras escritas erradas e solicitar que pensem sobre como grafá-las corretamente.

**Jogo de reflexão ortográfica:**

- Entregar uma lista de palavras com a regra que se quer construir. Ex: uso do r;
- Solicitar que agrupem por similaridade;
- Refletir coletivamente sobre o agrupamento;
- Levantar hipóteses sobre as similaridades e sistematizar a regra.

Morais (2007, p. 47) ressalta a importância de, também, realizar diagnósticos para o planejamento das propostas no trabalho com a ortografia.

[...] no caso do ensino de ortografia, os instrumentos diagnósticos cumprem três funções: 1) permitem acompanhar a evolução dos alunos, 2) dão subsídios para o planejamento de atividades a ser desenvolvidas em sala de aula e 3) constituem objeto de estudo importante na formação continuada dos professores.

Ou seja, a abordagem dos conceitos a serem ensinados sobre ortografia exige uma atenção especial por parte do docente, para que as vivências e as análises correspondam às reais necessidades da turma e de cada estudante, a partir das produções escritas em situações de comunicação.

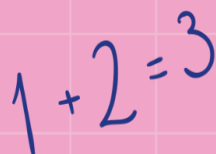
Importante salientar que todas essas propostas de Sequência Didática, desde a apresentação inicial do gênero/tema até o trabalho com os módulos de revisão, foram organizadas especificamente para as turmas do Ensino Fundamental. Na Educação Infantil, docentes, também, podem organizar o trabalho a partir da modalidade organizativa de Sequências Didáticas, elaborando o planejamento com atividades, nas quais as crianças possam ter acesso a instrumentalizações possíveis, através de diferentes vivências, para compreensão de temáticas ou conceitos<sup>10</sup>.

Para finalizar, não menos importante do que todos os aspectos já apresentados, registramos aqui algumas contribuições de Girotto e Souza (2010) sobre o trabalho com a leitura, como processo de produção de significados e sentidos referente aos textos. É necessário, dessa forma, considerar o texto como fonte de sentidos a serem produzidos pelo leitor, na seleção de estratégias adequadas para esse trabalho, envolvendo o levantamento de conhecimentos e as problematizações durante a leitura. Abaixo estão descritas as estratégias indicadas pelas autoras, com algumas possibilidades de propostas elaboradas durante o curso:

**Inferência:**

- leitores inferem quando utilizam o que já sabem e estabelecem relações com as dicas do texto para chegar a uma conclusão, tentar adivinhar um tema, deduzir um resultado, chegar a uma grande ideia, etc;
- quando os leitores inferem e predizem, criam uma interlocução com o texto;

<sup>10</sup> Alguns exemplos de propostas, apresentados no curso, poderão ser observados e analisados no Apêndice desse documento.





→ o acesso ao conhecimento já apropriado, geralmente, ocorre no início da leitura do texto e também durante a leitura;

**POSSIBILIDADES DE PROPOSTAS:**

1. Questionamentos sobre o título, sobre a capa, sobre possíveis personagens;
2. Dar referência do/a autor/a: perguntar se já conhecem;
3. Parar em partes da história e questionar: o que será que vai acontecer? Por qual motivo esse/a personagem pode ter tido essa ação?
4. Perguntar sobre termos específicos utilizados pelo/a autor/a que ainda não tenha aparecido em nenhum momento na turma (sabem o que significa? Pela parte que li, é possível tentar descobrir o significado?)

**Visualização:**

- é uma estratégia cognitiva que muito usamos sem perceber; usamos desenhos para nos ajudar a entender um problema de matemática ou um diagrama para auxiliar nos processos científicos, como no ciclo da água;
- visualizar é inferir significados, por isso visualização é uma forma de inferência;
- quando os leitores visualizam, estão elaborando significados ao criar imagens mentais, isso porque criam cenários e figuras em suas mentes enquanto leem;

**POSSIBILIDADES DE PROPOSTAS:**

- a) Mostrar ilustrações e dialogar sobre as mesmas;
- b) Perguntar que imagens puderam visualizar naquela parte específica da leitura;
- c) Solicitar que imaginem o/a personagem pelas características dadas ou pela situação narrada;
- d) Solicitar que imaginem o cenário;
- e) Solicitar registro das imagens pensadas;
- f) Produzir com diferentes materiais/objetos ou “jogo de papéis” determinadas situações ou personagens;

**Sumarização:**

- a) sumarizar é aprender a determinar a importância, é buscar a essência do texto;
- b) alguns autores pontuam que aquilo que determinamos ser importante em um texto depende do nosso propósito em lê-lo;
- c) o leitor se lembra melhor dos fatos e detalhes quando os relaciona aos conceitos mais amplos, separando o que julga importante do interessante. Só depois que destaca e examina os detalhes da informação é que pode chegar à ideia principal do texto;
- d) ensinar a registrar pensamentos e ideias na margem do texto;

**POSSIBILIDADES DE PROPOSTAS:**

- Educação Infantil, 1º e 2º anos: ilustrações da história, pré texto desenhado (sequência de imagens produzidas);
- Recontar a história oralmente, recuperando cada parte, cada sequência de fatos;
- 3º, 4º e 5º anos: pré texto escrito;
- Para estudo de textos científicos: registrar a ideia de cada parágrafo (PROFESSOR MEDIADOR – ENSINA A FAZER ESSA LEITURA);
- Identificar a organização de parágrafos em um determinado texto através das ideias oportunizadas pelo professor;

**Síntese:**

$$1 + 2 = 3$$





→ resumir e sintetizar permite-nos atribuir sentido às informações importantes que nos rodeiam no cotidiano, pois não podemos lembrar de todas, em todos os momentos;

→ quando os leitores sintetizam, usam uma variedade de estratégias para construir e aumentar o entendimento;

**POSSIBILIDADES DE PROPOSTAS:**

- Perguntar qual a ideia principal do texto;
- Identificar no texto a ideia principal (questões de interpretação com múltipla escolha, por exemplo);
- Realizar momentos de indicações literárias ou compartilhar a experiência da leitura;

**Conexões:**

- fazer conexões com experiências pessoais facilita o entendimento do texto;
- há três tipos de conexões possíveis: as de texto para texto (o leitor estabelece relações com outro texto do mesmo gênero ou de gêneros diferentes); as de texto para leitor (o leitor estabelece conexões com episódios de sua própria vida); as conexões texto-mundo (são estabelecidas entre o texto lido e algum acontecimento mais global);
- essas conexões são estratégias básicas para a compreensão;

**POSSIBILIDADES DE PROPOSTAS:**

- Perguntar quais relações podem estabelecer: já aconteceu algo assim com vocês? Já viram situação parecida?
- Trazer notícias/ imagens/ tirinhas/ charges que tenham relação com o texto;
- Fazer conexão com textos já lidos ou situações já vividas coletivamente;

Para finalizar, destacamos que todas as propostas e situações sugeridas nesse documento foram pensadas, considerando o processo de desenvolvimento do sujeito, a partir da Perspectiva Histórico-Cultural. Vigotski (1989) aponta que o desenvolvimento segue do social para o individual, ressaltando o papel do outro na apropriação de conhecimentos. É um processo intersíquico (entre os sujeitos) para se tornar intrapsíquico (próprio, internalizado individualmente). Por isso, todas as propostas indicam a ação intencional de ensinar do docente, por intermédio de diferentes procedimentos (mostrar, apontar, exibir, sistematizar), seguida de momentos coletivos (da turma ou pequenos grupos, como forma de experimentação, de exercício e de realização), para, então, se chegar ao momento individual, de desenvolvimento mediado pelos processos anteriores, fundamentais para a aprendizagem.

Esperamos que esse documento possa servir como instrumento no planejamento e organização do trabalho pedagógico e apontamos a necessidade de estudo coletivo e reflexão permanente sobre as referências utilizadas, uma vez que os textos subsidiarão a elaboração teórico-metodológica, bem como a revitalização desse documento.

[Referências - Considerações sobre o trabalho com a leitura e a escrita.](#)

**Apêndice**

As propostas aqui apresentadas são inspiradas em planejamentos desenvolvidos com turmas diferentes. O objetivo de apresentá-las, neste documento, é o de socializar possíveis organizações de propostas como referência para produção de novas possibilidades.

Os planejamentos referem-se, prioritariamente, à leitura e escrita. Dessa forma, não estão apresentadas as propostas de outros campos de experiências ou áreas do conhecimento.



$$1 + 2 = 3$$





Nesse documento, as propostas estão registradas a partir da sequência de atividades. Algumas propostas foram desenvolvidas durante uma semana e outras demandaram uma quinzena, oportunizando condições de exploração do tema (ou de outros temas e conceitos), envolvendo campos de experiências e áreas do conhecimento diferentes, com a possibilidade de articulá-los.

**Proposta para crianças de 1 a 2 anos (a partir da referência de um trabalho desenvolvido em Bauru/ SP)**

Objetivo: Compreender como construir uma massinha com os recursos disponibilizados (água, óleo, sal, farinha)

Função: Instruir como confeccionar uma massinha de modelar.

Conteúdo: Pesquisas sensoriais (diferentes sensações proporcionadas pela manipulação de materiais, instrumentos e suportes diversos)

Gênero de Instrução – Sequência visual com os materiais impressos e colados.

Materiais: Bacia grande, copo de plástico, colher, água, sal, óleo, farinha de trigo, corante alimentício

Desenvolvimento: Criarei um cartaz com a sequência de uma receita de massinha e deixarei colado na parede do solário. Irei preparar o espaço com os materiais da receita, cada criança deverá observar os materiais e tentar compreender para que servem esses materiais, o que poderá ser mediado, utilizando a interpretação do cartaz. Farei a leitura do cartaz instrucional e iniciaremos a construção da massinha com a receita, para que as crianças possam manusear e brincar livremente.

Possibilidades de ampliação da proposta: a partir da leitura de livro infantil, mostrar as ilustrações e dialogar sobre elas. Mostrar possibilidades de utilização da massinha para produção de formas, inspiradas nas ilustrações. Dialogar com as crianças sobre as produções.

**Proposta para crianças de 5 anos (a partir da referência de um trabalho desenvolvido em Sorocaba/ SP)**

Leitura do livro: Camilão, o comilão (utilizando as estratégias de inferência/ visualização)  
Farei a leitura da história Camilão, mas antes do término, irei questionar: o que vocês acham que o Camilão fez com tanta comida?

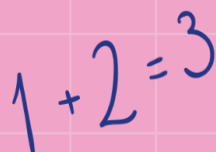
Pedirei que eles respondam em forma de desenho o que acham que aconteceu.

Vou retomar a leitura com os alunos. Faremos uma lista com os nomes dos animais que aparecem na história. No alfabeto da parede, colocaremos cada animal respectivamente em sua letra inicial.

Farei a leitura novamente do livro, porém agora apresentando o final. Após terminar, perguntarei se gostaram do final da história, se a atitude de Camilão foi correta, se teriam a mesma atitude ou comeriam tudo sozinho.

Organizarei jogos de percursos e brincadeiras envolvendo quantidades e alimentos, usando como referência os itens que aparecem na história.

Lerei a história “Viviana, a rainha do pijama”, na qual a personagem convida as crianças para a sua festa. A partir daí, faremos uma roda de conversa para falar sobre o gênero textual convite (o que é, para que serve, quais informações importantes?).





Depois da conversa, montaremos, coletivamente, um convite para a festa do Camilão, que acontecerá em nossa turma, convidando outra turma para participar.

Irei propor uma reflexão sobre alimentação saudável: Quais são os alimentos que fazem bem para o nosso corpo? Quais são os alimentos que você gosta de comer?

Conversaremos sobre essa temática e utilizaremos encartes de supermercado para dividir os alimentos em “saudáveis” e “não saudáveis”.

Organizaremos a Festa do Camilão de nossa turma. Conversaremos sobre o que precisa ter em uma festa. Faremos, então, uma lista coletiva.

Faremos a Festa com itens autorizados pelo setor de alimentação, incentivando a inserção de alimentos saudáveis.

**Proposta para o 1º ano (a partir da referência de um trabalho desenvolvido em Sorocaba/ SP)**

1. Leitura da parlenda: “Hoje é domingo!” - leitura, exploração e identificação das rimas;
2. Texto lacunado: completar a parlenda com as palavras faltantes, utilizando alfabeto móvel;
3. Lista de palavras: “Coisas para fazer no domingo” - escrever 5 coisas para fazer aos domingos;
4. Ditado ilustrado: figuras da parlenda - escrita espontânea;
5. Produção textual: Reescrita da Parlenda: “Hoje é domingo” (propor intervenções a partir das hipóteses de escrita, auxiliando nesse processo).

**Proposta para o 2º ano (a partir da referência de um trabalho desenvolvido em Sorocaba/ SP)**

Proposta para a produção de texto: reescrita de um conto conhecido

Leitura: Versão 1 – Os três porquinhos

Análise das características do conto

Interpretação do texto

Leitura: Versão 2 – Os três porquinhos

Análise das características do conto

Trabalhar tipos de moradia (Ciências Humanas) e relacioná-los com as casas das crianças.

Leitura: Versão 3 – Os três porquinhos

Análise das características do conto, comparando com as duas primeiras versões apresentadas.

Escrita coletiva na lousa (docente como escriba) de uma das 3 versões (escolher com a turma).

Leitura: Versão 4 – Os três porquinhos

Análise das características do conto.

Proposta: cada criança escolherá uma das 4 versões para reescrita individual.

Produção do pré texto com imagens (resgate das partes da história – sequência), com mediação do docente.

Produção de texto: reescrita do conto.

Análise dos textos produzidos pela turma.

Planejamento dos módulos de revisão, a partir das necessidades de intervenção que estiverem presentes nas produções das crianças.

**Proposta para o 3º ano (a partir da referência de um trabalho desenvolvido em Sorocaba/ SP)**



$$1 + 2 = 3$$





Proposta de produção: texto instrucional – regra de brincadeira (enviar para outra turma aprender uma nova brincadeira)

Apresentar o texto instrucional de uma brincadeira

Analisar as características do texto

Desenvolver com as crianças a brincadeira

Apresentar o texto instrucional de uma segunda brincadeira

Analisar as características do texto

Desenvolver com as crianças a segunda brincadeira

Desenvolver com as crianças uma terceira brincadeira

Retomar as características do gênero trabalhado

Propor a escrita coletiva do texto dessa brincadeira (docente como escriba)

Desenvolver com as crianças a quarta brincadeira

Retomar as características do gênero

Propor a escrita coletiva do pré texto em tópicos (docente como escriba)

Solicitar a produção de texto: escrita do texto instrucional da quarta brincadeira

Analisar os textos produzidos pela turma

Planejar os módulos de revisão, a partir das necessidades de intervenção que estiverem presentes nas produções das crianças

Gênero da quinzena: Conto

Análise do gênero conto: Vou fazer a análise de dois contos escritos pelos alunos na última produção de texto. Vou apresentar contos bem escritos, que tenham feito a divisão das partes do conto e que apresentem a divisão dos parágrafos de forma correta.

Produção de texto: Essa quinzena faremos a produção para análise. Decidimos trabalhar com o tema Super Heróis, aproveitando que eles estão bastante empolgados com a escrita de contos.

Tema: Super Heróis

Gênero: Conto

Preparação: Apresentarei a história de alguns super heróis. Também faremos uma roda de conversa para que as crianças possam apresentar heróis que admiram.

Depois disso vou propor o registro de uma ficha técnica de super herói, para que possam criar seu personagem, pensando em seus poderes e outros detalhes relevantes para a história.

Pré-texto: Eles pensarão no que vai acontecer em cada parte do conto e anotarão na folha para facilitar o desenvolvimento das ideias na hora de escrever.

Proposta de produção: Nessa quinzena você conheceu algumas histórias de super heróis. Agora é sua vez de escrever uma super aventura, mas com um herói criado por você. Ele pode salvar uma cidade ou enfrentar um vilão.

Destino do texto: Lerei para a turma algumas histórias.

Análise dos textos produzidos pela turma

Planejamento dos módulos de revisão, a partir das necessidades de intervenção que estiverem presentes nas produções das crianças

**Proposta para o 4º ano (a partir da referência de um trabalho desenvolvido em Sorocaba/ SP)**

**Proposta para o 5º ano (a partir da referência de um trabalho desenvolvido em Sorocaba/ SP)**



$$1 + 2 = 3$$





Proposta de produção de texto: conto – uma nova versão para a história da Chapeuzinho

Leitura: Chapeuzinho Vermelho

Análise das características do gênero

Interpretação de texto

Leitura do livro: Nove chapeuzinhos – Flávio de Souza

Análise das características do gênero

Interpretação de texto

Leitura do livro: Chapeuzinho Amarelo

Análise das características do gênero

Produzir uma versão diferente para a Chapeuzinho (outra cor, com outro enredo) – escrita coletiva – docente como escriba

Leitura de um capítulo do livro: Chapeuzinhos Coloridos, José Torero e Marcus Pimenta

Análise das características do gênero

Produzir uma versão individual diferente para a Chapeuzinho (outra cor, com outro enredo) – pré texto em duplas

Produção de texto: escrita individual da nova versão do conto

Análise dos textos produzidos pela turma

Planejamento dos módulos de revisão, a partir das necessidades de intervenção que estiverem presentes nas produções das crianças

Organizar um livro da turma com todas as versões produzidas

## 11. Documentação Pedagógica

Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças. (BNCC, 2017, p. 41.)

A avaliação da aprendizagem está associada ao ato de conhecer e observar a criança de maneira reflexiva e contínua, em diferentes tempos e espaços educativos. Fochi e Pinazza (2018) afirmam que a documentação pedagógica não deve se confundir com mero registro de práticas, nem tampouco representar um “adereço” que se encaixe em qualquer gramática pedagógica ou perspectiva curricular. Nessa mesma direção, à luz da Pedagogia Histórico-Crítica, Saviani compreende que o trabalho educativo exige intencionalidade, sistematização e mediação consciente do conhecimento, o que implica compreender a documentação pedagógica como instrumento formativo, analítico e político do processo educativo. Assim, documentar não se limita a registrar o que foi feito, mas constitui um ato reflexivo que permite analisar as mediações pedagógicas, acompanhar o desenvolvimento das crianças e orientar a intervenção docente, assegurando a coerência entre objetivos educacionais, práticas pedagógicas e processos avaliativos.

A prática da documentação pedagógica é reconhecida como condição indispensável para garantir a construção de uma memória educativa, de evidenciar o modo como as crianças constroem conhecimento, de fortalecer uma identidade própria da educação das crianças pequenas e da construção da qualidade dos contextos educativos (FOCHI, 2016).



$$1 + 2 = 3$$





Nesse sentido, na concepção de Barbosa, Faria e Mello (2017) a documentação, pressuposta a organização, deve acontecer para os diversos sujeitos da comunidade escolar:

- Documentação para as crianças: Dar a elas oportunidade de reconhecer seus próprios avanços e interiorizar as experiências construídas a partir desse repensar.
- Documentação para professores: Oportunizar a reconstituição do processo e a partir disso a reflexão crítica acerca do que foi edificado em comparação ao que foi planejado.
- Documentação para as famílias/responsáveis: Envolver as famílias/responsáveis para que eles se sintam partícipes das experiências vividas das crianças.
- Documentação para a comunidade: Apresentar a escola à comunidade, dar vistas ao que acontece no seu interior gerando assim um sentimento de pertencimento.

É importante salientar, ainda conforme Fochi e Pinazza (2018), que sempre que se busca a construção de um novo paradigma, faz-se necessária a busca de uma nova didática. Sendo assim, como nos apresenta Alfredo Hoyuelos (2020), ao escrever sobre o trabalho desenvolvido por Loris Malaguzzi e, considerando todos os agentes e atores aos quais a Documentação Pedagógica abarca em sua possibilidade de modificar a imagem muito banal que se tem das infâncias e juventudes, faz-se necessário a utilização de diversas formas de registros e maneiras de comunicar os processos de ensino e de aprendizagem aos familiares/responsáveis.

Essa comunicação pode ocorrer por meio de murais e painéis, documentos apresentados nas reuniões de classe, relatórios e outros instrumentos de registro do processo de avaliação, apresentando assim elementos para criar memórias, recuperando ou trazendo a luz o protagonismo das crianças e jovens, na abertura de “caminhos para dotar de historicidade crianças [jovens] e pessoas adultas” (HOYUELOS, 2020, p. 177).

De acordo com o que se apresenta no [Caderno Nº04: Diretrizes para Documentação Pedagógica](#) na Educação Infantil da Rede Municipal de Sorocaba (2016) “o ato de documentar é singular e plural, acontece na sala de aula e na escola, sendo assim, o processo avaliativo se dá por meio da documentação pedagógica”.

A Secretaria da Educação compreende que os elementos apresentados nesta orientação são igualmente coerentes e aplicáveis às demais etapas de ensino. Dessa forma, orienta que as unidades escolares que atendem à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental passem a considerá-los de maneira articulada na constituição da documentação pedagógica de seus(as) estudantes, turmas e da própria escola, assegurando coerência, intencionalidade pedagógica e continuidade dos processos educativos.

Consideram-se elementos da documentação pedagógica:

**a) Portfólio do(a) docente:**

Constitui-se de plano de ensino, planos de aulas (propostas de experiências, vivências, situações de aprendizagens e rotinas), relatórios reflexivos das ações, mini-histórias, crônicas do cotidiano, fotos, filmagens, amostras de produção das crianças, devolutivas da equipe gestora, famílias/responsáveis, entre outros. O portfólio do professor deverá ser apresentado semanal ou quinzenalmente à Equipe Gestora, para acompanhamento, devolutivas e diálogos formativos.



$$1 + 2 = 3$$





### b) Portfólio da criança/estudante:

O portfólio “[...] conta a história das experiências, dos esforços, progressos e realizações da criança [e estudante] e revela suas características únicas”, assim tem como intuito o registro do “[...] processo de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens” (BRASIL, 2009).

O portfólio da(o) criança/estudante é um compilado de itens que revela, cronologicamente, os diferentes aspectos do crescimento, do desenvolvimento, da aprendizagem, possibilitando a reflexão da/o criança/estudante sobre sua própria aprendizagem. Contribui também para que os demais docentes e a família/responsáveis compreendam, de forma longitudinal, os caminhos percorridos ao longo de sua trajetória na educação escolar.

### c) Relatório Individual

Na educação infantil da rede municipal, utiliza-se o relatório individual da criança como registro final do processo de avaliação das crianças matriculadas nessa etapa de ensino. Conforme o Caderno Nº04: Diretrizes para Documentação Pedagógica na Educação Infantil da Rede Municipal de Sorocaba (2016), o relatório deve ser elaborado a cada semestre, de acordo com o Art.59 do Regimento Escolar da Educação Infantil.

O relatório é um instrumento que tem por objetivos principais registrar e historicizar o processo de construção do conhecimento de cada criança, organizado a partir dos registros cotidianos do professor com o intuito de acompanhá-la e intervir pedagogicamente. Ao(A) docente cabe a participação nesse processo como sujeito ativo e corresponsável e, dessa forma, atribui significado pedagógico ao que relata.

O docente, por meio de um olhar sensível, devem considerar algumas questões para compor o relatório individual, tais como: conhecimentos prévios da criança/estudante, comunidade em que está inserida, sua história pessoal familiar, o caminho percorrido para as descobertas e suas aprendizagens, seus questionamentos e hipóteses, suas reações diante dos conflitos e outras observações dignas de nota.

Este relatório, além de ilustrar o trabalho desenvolvido, também pode sugerir aos familiares/responsáveis as posturas a serem adotadas e as possíveis parcerias para avanços no desenvolvimento da criança/estudante.

Cuidados na elaboração dos relatórios individuais:

- Devem ser escritos de maneira narrativa e descritiva;
- O texto precisa ser coeso, coerente e deve ser revisado para evitar erros ortográficos, de pontuação e de digitação;
- Contextualizar as propostas desenvolvidas para aproximar o leitor do que se deseja comunicar;
- Evidenciar as aprendizagens, conquistas e desafios das crianças nos campos de experiências elegidos;
- Priorizar a narração do processo de aprendizagem das crianças, ao invés de evidenciar situações comportamentais;



$$1 + 2 = 3$$





- Registrar o processo da criança, considerando e incluindo o docente como sujeito da ação, inclusive transcrevendo suas mediações, intervenções e problematizações;
- Evitar redundâncias, generalizações e juízo de valor.

Os instrumentos de observação podem interligar-se. Nesse sentido, as filmagens, as fotos e demais pautas de observação devem culminar com um registro escrito que se materializa no Relatório Individual, configurando-se numa avaliação sistematizada que será compartilhada com as famílias/responsáveis, equipe gestora e demais educadores ao final de cada semestre.

#### **d) Ficha de Acompanhamento do Desenvolvimento e da Aprendizagem (FADA)**

Ao avaliar o docente deverá compreender que cada estudante tem seu processo de aprendizagem e considerar a realidade de cada um, portanto, para avaliar é necessário utilizar de vários instrumentos.

Nesse processo de acompanhamento dos estudantes, é importante estar atento ao seu progresso e por meio da avaliação, identificar onde seu trabalho precisa focar e criar mais possibilidades e situações de aprendizagem.

A avaliação é uma reflexão para verificação do nível do trabalho escolar dos estudantes e também do professor. Desta forma, o registro desse acompanhamento dos avanços e dificuldades precisa ser realizado e verificado sempre que necessário, buscando contribuir com a reflexão do docente no sentido de replanejar.

Nos dois primeiros anos do ensino fundamental da rede municipal, utiliza-se a Ficha de Acompanhamento do Desenvolvimento e da Aprendizagem como registro final do processo de avaliação das crianças matriculadas nessa etapa de ensino.

Documento de preenchimento bimestral, a FADA contém os registros da aprendizagem do estudante nas áreas do conhecimento/componentes curriculares de acordo com o Currículo Paulista.

## **12. Avaliação/Acompanhamento da aprendizagem**

Ao se falar de avaliação, a primeira reflexão que devemos propiciar é: o que é avaliação, a que avaliação nos referimos, por que e para que avaliamos, como e quando o fazemos? Nesse sentido, o Marco Referencial da rede municipal de ensino nos aponta que temos três níveis de avaliação em nosso sistema: a avaliação da aprendizagem, a avaliação institucional e as avaliações externas.

- **Avaliação da aprendizagem:**

Segundo o Marco Referencial:

A avaliação da aprendizagem tem como protagonistas o professor e o estudante no lócus da sala de aula das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, subsidiados pelos objetivos educacionais, vivências/conteúdos a serem trabalhados, metodologia de ensino e o processo escolar, no tempo presente. A avaliação da aprendizagem se faz presente não somente de modo técnico e formal (nos diversos instrumentos de avaliação); ela também se processa de modo informal, nas relações nos diferentes ambientes dos espaços escolares, envolvendo atitudes, comportamentos e valores. A observação do estudante no seu processo de aprendizagem (e as decorrentes intervenções do professor) deve lhe



$$1 + 2 = 3$$





proporcionar novas oportunidades de produção de conhecimentos/experiências, de forma a superar dificuldades e avançar sempre, num movimento formativo contínuo e constante (SOROCABA, 2017, p. 102).

O processo de avaliação/acompanhamento da aprendizagem compõe o planejamento educacional e deve estar presente nos planos de ensino e de aula, alinhado com os conceitos preconizados pelos documentos orientadores do trabalho pedagógico. Segundo o [Caderno de Orientações SEDU nº 01](#), a Secretaria da Educação adota a Avaliação Formativa, em sua função inclusiva e potencializadora das aprendizagens de todos os estudantes. A avaliação formativa é uma avaliação que

[...] propõe uma aprendizagem como processo, em que nada é desconectado, em que todas as ações são vistas em relação aos outros atores da comunidade escolar. Uma avaliação feita para garantir as aprendizagens, para a redefinição de um planejamento contínuo. Uma cadeia de ações interligadas. Uma avaliação com ênfase em seu aspecto processual, contínuo, que tem como finalidade compreender o que os alunos já sabem e o que precisam aprender. Sendo assim, serve para que os professores programem intervenções que atendam à diversidade de necessidades pedagógicas de sua turma, considerando que a turma sempre será heterogênea, independente da presença ou não de crianças com necessidades educacionais especiais. Isso significa uma mudança em todos os planos educacionais: currículo, gestão escolar e, naturalmente, o próprio modo de avaliar (BRASIL, 2015, p. 29).

A avaliação formativa informa ao estudante, ao professor e aos gestores sobre o alcance dos domínios dos objetivos e objetos do conhecimento programados; indica e identifica quem é o estudante e quais são as suas fragilidades e potencialidades, visando contribuir com intervenções que ajudem a superar os desafios; permite flexibilidade no planejamento e planos de aula, adaptando-os à realidade encontrada; possibilita tomada de decisão de natureza pedagógica e metodológica; ocorre durante todo processo de ensino e aprendizagem, com a utilização de um ou de vários métodos avaliativos, especialmente no momento em que o estudante está desenvolvendo as atividades; visa à ajuda imediata, em tempo presente e aplica-se a todos que se encontram em processo formativo, pois, “aprendizagem e avaliação andam de mãos dadas – a avaliação sempre ajudando a aprendizagem” (VILLAS BOAS, 2010, p. 29).

Assim, para se trabalhar com avaliação formativa, faz-se necessário abordar

[...] algumas implicações das práticas avaliativas, tais como: avaliar para favorecer a aprendizagem, para redirecionar a prática na sala de aula, e avaliação não só do aprendiz, mas também das estratégias didáticas implementadas. Dito de outra maneira [...] recomenda [-se] que o processo avaliativo perpassa pelos processos educacionais e pelos sujeitos envolvidos na alfabetização, ou seja, é preciso avaliar o sistema educacional, o currículo, a escola, o professor e as próprias práticas de avaliação (BRASIL, 2014, p. 31).

Portanto, ao planejar a aula, deve-se também

[...] prever quais instrumentos serão produzidos pelo professor (diário de classe, registro reflexivo, narrativa de aula), pelos alunos [...] e como será o retorno aos alunos. A correção será coletiva? Individual? Haverá reescrita de textos? Como será a socialização das produções dos alunos? Esse conjunto



$$1 + 2 = 3$$





de produções dos alunos e do professor subsidiará o processo avaliativo. Por isso, é fundamental que se planeje como será a ficha de observação de cada aluno da turma [e da turma como um todo] e de que maneira isso pode ser utilizado enquanto instrumento de avaliação das aprendizagens. Além disso, esses registros serão fundamentais como apoio ao trabalho do professor que assumirá as aulas dessa turma no próximo ano (BRASIL, 2015, p. 15).

Nesse sentido,

[...] é essencial que sejam planejadas boas estratégias para avaliar os alunos, como também boas intervenções, para que eles avancem no seu processo de aprendizagem [...] recomenda[-se] duas ações importantíssimas: 1) estabelecer o que as crianças precisam aprender em um determinado tempo; e 2) selecionar as estratégias de avaliação que sejam mais adequadas à verificação do que foi aprendido (BRASIL, 2014, p. 15).

É de extrema importância que a equipe pedagógica reflita e organize meios para o acompanhamento da aprendizagem, fortalecendo as práticas pedagógicas e de registro já existentes na instituição educacional para essa finalidade e criando novas, de acordo com o contexto de cada escola e sua proposta política pedagógica como, por exemplo, monitoramento das aprendizagens por meio de relatórios dentre outros instrumentos.

O monitoramento tem por objetivo fazer a gestão do processo de ensino e aprendizagem, identificando as falhas no processo. Os dados obtidos do monitoramento possibilitam ao professor fazer a análise pontual do trabalho desenvolvido e as intervenções necessárias para o avanço do estudante.

Cientes do desafio de manter todos os estudantes mobilizados e motivados, o planejamento de intervenções com o objetivo de combater o abandono e a evasão escolar torna-se fundamental para garantir o direito à educação.

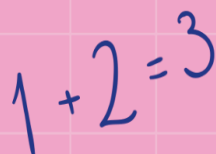
Cabe registrar que, na rede municipal, o processo de avaliação da aprendizagem deve se materializar também na documentação pedagógica produzida durante o processo de ensino e de aprendizagem, conforme apontado anteriormente.

Na educação infantil, o registro final do processo avaliativo materializa-se por meio do relatório individual. No ensino fundamental, do 3º ao 9º ano, por meio de notas e nos dois primeiros anos, por meio da Ficha de Acompanhamento do Desenvolvimento e da Aprendizagem (FADA).

- **Avaliação institucional:**

A Avaliação Institucional é um processo sistemático, democrático e formativo que revela a realidade e as práticas vivenciadas na escola, identificando as carências e potências de todo o processo educacional. Possui caráter participativo e permite que a comunidade escolar (estudantes, famílias, funcionários, docentes, gestão) valide as práticas que, tanto se configuram em ações já consolidadas, como também apontam necessidades e situações que são inexistentes ou que ainda precisam de um plano de ação para que ocorra melhoria do trabalho de todos e, conseqüentemente, a oferta de ensino público de excelência aos estudantes para o próximo ano letivo.

De acordo com o Marco Referencial (2017):





A avaliação institucional implantada na escola é, segundo Freitas (2014, p. 35), “um processo que envolve todos os seus atores, com vistas a negociar patamares adequados de aprimoramento, a partir dos problemas concretos vivenciados por ela”. Tal instrumento possibilita uma revisão geral da situação e dos processos existentes na instituição educacional, localizando seus problemas e contradições, e um repensar coletivo intensivo de como intervir e propor mudanças de rota para otimizar e superar os problemas vivenciados na sua rotina. Assim, na avaliação institucional o protagonista é o coletivo da escola. Implica repensar o significado e a intensidade da participação dos diferentes atores na vida da instituição educacional, corresponsabilizando-os pelos resultados da mesma. É de se considerar a vital importância do setor público em assumir integralmente sua responsabilidade no subsídio das condições para tal fim (SOROCABA, 2017, p. 102).

Dessa forma, anualmente, a rede municipal realiza a avaliação institucional em suas escolas. O resultado dessa avaliação deve ser um dos indicadores utilizados para o planejamento do ano subsequente, tanto da escola quanto da Secretaria da Educação.

- **Avaliação externa**

A avaliação externa é organizada e possibilitada pelo poder público, e tem o objetivo de analisar o desenvolvimento das aprendizagens em nível de rede de ensino. Segundo o Marco Referencial da rede municipal (2017, p.103):

Para uma avaliação que se pretenda qualitativa, dialógica, inclusiva e participativa Freitas (2014) afirma que os diferentes níveis de avaliação devem estar articulados e trabalhando sob suas áreas de abrangência, na medida em que trazem para o palco da escola a reflexão sobre dados produzidos, os quais tornam-se subsídios para implantar ações de melhorias de sua qualidade.

Assim, a Secretaria da Educação orienta que os resultados das avaliações externas sejam utilizados nas escolas, na perspectiva de reflexão por meio da interlocução entre os três níveis de avaliação propiciados na rede.

A rede municipal de ensino participa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb, que ocorre bianualmente. Participa também do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP, com periodicidade anual, e da Avaliação de Fluência Leitora que ocorre em dois momentos do ano, avaliação de entrada e avaliação de saída.

### 13. Avaliação Diagnóstica

Ao se falar de avaliação diagnóstica, é importante compreender que essa faz parte de um processo avaliativo, que deve ser formativo, contínuo e vai além de uma prova ou verificação da hipótese de escrita dos estudantes. A avaliação diagnóstica é composta de diversas ações que possibilitam ao professor, por exemplo, compreender contextos e formas de pensar e agir das(os) crianças/estudantes em diferentes situações.

As avaliações diagnósticas devem ser elaboradas de modo que possam oferecer informações e dados sobre o desenvolvimento das/os crianças/estudantes nos diferentes campos de experiência e componentes curriculares.



$$1 + 2 = 3$$





É preciso que a equipe pedagógica possa conhecer e analisar os instrumentos que podem ser utilizados nesse tipo de avaliação, assim como sua adequada utilização, para definir quais são os mais adequados para cada objetivo que pretendem analisar.

Nesse sentido, recomenda-se que as instituições educacionais definam períodos de avaliação diagnóstica com o objetivo de:

- I. Redimensionar o planejamento nos diversos campos de experiências e nas áreas de conhecimento;
- II. Orientar os trabalhos desenvolvidos com as/os crianças/estudantes conforme suas necessidades de aprendizagem;
- III. Viabilizar a articulação dos resultados da avaliação diagnóstica com o planejamento escolar, a formação dos professores e o redimensionamento do Projeto Político-Pedagógico.

Conforme já apontado no item que discorre sobre a documentação pedagógica, **na educação infantil**, a escuta sensível e o olhar atento permeiam a tão necessária observação que move os processos avaliativos nessa etapa de ensino. A práxis dos profissionais da educação da primeiríssima e primeira infância constitui-se de diversos registros dos momentos, tempos, situações e experiências nas quais pode-se observar a consolidação ou descoberta de saberes construídos historicamente pela humanidade.

Podemos considerar que o processo diagnóstico faz-se no cotidiano observado nas creches e pré-escolas, nas interações, falas e reações dos bebês e crianças, as quais podem apresentar detalhes dos quais “o sulfite”, o desenho pronto ou as atividades fragmentadas jamais seriam capazes de narrar. Assim, a partir desse processo diagnóstico, o planejamento refletirá práticas que promovam novos desafios e situações de aprendizagem.

Para os anos que possuem como foco a **alfabetização**, a avaliação diagnóstica faz-se primordial. Portanto, cabe às equipes pensar com muita atenção sobre os instrumentos que utilizarão para tal diagnóstico. Tão importante quanto sua construção será o processo posterior de tabulação, análise coletiva e elaboração de plano de ação, visando consolidar as futuras intervenções pedagógicas.

A organização da avaliação diagnóstica na fase da alfabetização deve ser pensada, considerando os diferentes instrumentos disponíveis, de modo que possa coletar dados suficientes sobre a leitura e a escrita, a compreensão de textos, o raciocínio lógico-matemático e demais áreas do conhecimento que a equipe pedagógica considerar pertinente para que a análise realizada condiga com a real situação de aprendizagem da/o criança/estudante.

A sondagem, por exemplo, é um instrumento de avaliação diagnóstica que tem objetivos e características próprias e que, quando utilizada juntamente com as demais ações que a envolvem, pode apresentar ao professor uma visão geral de sua turma e específica de cada criança/estudante a respeito de seu processo de aprendizagem do Sistema de Escrita Alfabético (SEA) ou ainda do Sistema de Numeração Decimal (SND).

Para além da sondagem, podem ser instrumentos de coleta de dados numa avaliação diagnóstica: observação dos estudantes em diferentes situações planejadas ou ocasionais,



$$1 + 2 = 3$$





conversa com as crianças e com os responsáveis, diferentes intervenções, questionamentos, escuta, etc. Ressalta-se que tudo que já foi explanado sobre acolhimento e as diferentes estratégias propostas para isso também podem servir de fonte de dados para compor a avaliação diagnóstica das/dos crianças/estudantes.

Nesse sentido e pensando no início do ano letivo, período em que há a orientação de se realizar mais atividades lúdicas, jogos e brincadeiras; bem como outras atividades focadas no acolhimento, é possível, já nesses momentos, observar habilidades e competências, conforme descritas no Currículo Paulista e demais documentos estruturantes do trabalho pedagógico, que podem ser muito úteis neste processo de avaliação diagnóstica.

O professor poderá observar e registrar, por exemplo, aspectos psicomotores, habilidades cognitivo-linguísticas e raciocínio lógico-matemático, durante jogos, brincadeiras e outras atividades mais lúdicas, e utilizar esses registros para compor, também, sua avaliação diagnóstica.

Serão necessários o redimensionamento e a reelaboração dos planos de ensino e de aula, de forma que busquem a recuperação contínua das aprendizagens, sem prejuízo da promoção dos estudantes, por meio da proposição de novos projetos, adequações didáticas e metodológicas, que levem em consideração as peculiaridades deste momento, as experiências desiguais vividas pelas crianças, jovens e adultos e a criação de estratégias e oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento para todos.

Para os **demais anos do ensino fundamental**, considera-se que a avaliação diagnóstica, a exemplo do que já foi explanado acima, busque também conhecer a fundo a real situação da aprendizagem dos estudantes nos diferentes componentes curriculares, de modo que a análise dos dados coletados possa subsidiar um planejamento condizente com as necessidades de aprendizagem de cada estudante.

## 14. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

### 14.1 Conceito

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPI (2008) “A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.”

E conforme as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) “A educação especial como modalidade da educação escolar, organiza-se de modo a considerar uma aproximação sucessiva dos pressupostos e da prática pedagógica social da educação inclusiva[...].”

Desse modo, é necessário que avancemos nas ações de promoção da cultura inclusiva em nossa rede e um dos modos de conseguir isto é organizando e incluindo o Plano de Atendimento aos Estudantes Elegíveis aos Serviços da Educação Especial no Projeto Político-Pedagógico de cada Instituição Educacional.



$$1 + 2 = 3$$





## 14.2 Público

Ainda de acordo com a PNEEPEI, o público atendido pela Educação Especial, temos a seguinte redação:

“Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.(grifo nosso) Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos.”

Importante destacar que os Transtornos Globais do Desenvolvimento, termo ainda presente em diferentes legislações e políticas sobre a Educação Especial, atualmente estão reunidos sob o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista, de acordo com o DSM-5 e CID-11.

E a Lei Brasileira de Inclusão - LBI (2015) nos apresenta o conceito de Pessoa Com Deficiência em seu artigo 2º “Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.”

### 14.2.1 Necessidades Educacionais Especiais - NEE

Além dos estudantes com deficiência ou Altas Habilidades/Superdotação, temos também os estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) como público da Educação Especial que de acordo com a Resolução CNE/CEB nº02/2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, às necessidades educacionais especiais são definidas como:

Art. 5º Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem: I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis; III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

Sendo assim, deve-se entender também como público os estudantes com transtornos específicos de aprendizagem e/ou do neurodesenvolvimento como o Transtorno de Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade e a Dislexia, amparados pela Lei 14.254/2021.

Desta forma, cabe ressaltar que assim que as dificuldades acentuadas de aprendizagem, limitações no processo de desenvolvimento, dificuldades de comunicação e grande facilidade de aprendizagem forem identificadas pela equipe de profissionais da escola (docentes e gestores), o planejamento pedagógico deverá ser direcionado para o atendimento dessas necessidades.

## 14.3 Plano de Desenvolvimento Individual - PDI

O Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) constitui-se como um instrumento pedagógico de acompanhamento e registro do processo de aprendizagem dos estudantes que são



$$1 + 2 = 3$$





públicos da Educação Especial, articulado diretamente ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a ação docente na sala regular. Sua função principal é organizar e orientar o planejamento das intervenções pedagógicas, garantindo que cada estudante tenha seu percurso formativo respeitado em suas singularidades, potencialidades e necessidades específicas.

O PDI encontra fundamento legal na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP, 2008) e na Resolução CNE/CEB nº 4/2009, a qual define as Diretrizes Operacionais para o AEE; além da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a qual assegura o direito à educação em igualdade de condições e oportunidades. Esses marcos orientam que o processo educativo deve se pautar em práticas flexíveis e acessíveis, voltadas à eliminação das barreiras que limitam a participação e a aprendizagem.

A elaboração do PDI envolve toda a comunidade escolar: famílias/responsáveis, equipe escolar e os profissionais que, de alguma forma, estejam envolvidos no atendimento direto e/ou indireto do (a) estudante, dentro e/ou fora da escola, uma vez que são vários os atores envolvidos na elaboração, atualização constante, monitoramento e adequação das ações propostas, incluindo o(a) próprio(a) estudante, quando isso for possível (MASCARO, 2017).

Conforme as *Orientações para a elaboração do PDI* (Sorocaba, 2024), o plano também pode ser estendido a estudantes que, embora não pertençam ao público do AEE, apresentam Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno Opositivo-Desafiador (TOD) ou transtornos de aprendizagem, tais como dislexia, discalculia e disortografia. Essa ampliação de uso do PDI visa favorecer um olhar pedagógico de modo mais individualizado, contribuindo para o planejamento de estratégias que promovam equidade na aprendizagem e, em última instância, até mesmo na permanência do estudante no ambiente educacional.

Com o objetivo de apoiar equipes escolares, foi desenvolvido um Documento de Orientações para a Elaboração do PDI, que apresenta os princípios, fundamentos e procedimentos necessários para conceber, elaborar e executá-lo. O material completo pode ser acessado pelo link: [https://drive.google.com/drive/folders/1Wwx\\_Qh7qh90UXOc7\\_gfuriBlrdERUu5l?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1Wwx_Qh7qh90UXOc7_gfuriBlrdERUu5l?usp=sharing).

## 15. Educação para as Relações Étnico-Raciais

As discussões sobre as relações étnico-raciais devem integrar o planejamento de todas as instituições educacionais de nossa rede. Os princípios destas ações devem estar pautados na legislação vigente, Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), com vistas a este objetivo e em busca da qualidade e alinhamento das ações. É fundamental a formação para docentes e gestores(as) da Rede Municipal de Ensino.

Visando atender aos propósitos expressos na Constituição Federal em seus Art.5º, I, §1º do Art.210, Art.210, Art.206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, Indicação CNE/CP 6/2006, bem como a alteração trazida à Lei 9.394/96 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), pela Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional); que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania,



$$1 + 2 = 3$$





assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos(as) brasileiros(as).

Junta-se, também, o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.096, de 13 de junho de 1990), bem como no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001 e PNE para o decênio 2014/2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014), como dispositivos legais e as reivindicações e propostas do Movimento Negro ao longo do século XX, que apoiam a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, assim como outros que também são comprometidos com a educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir.

Ainda, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais:

É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. É necessário sublinhar que tais políticas têm, também, como meta o direito dos negros, assim como de todos cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas. Estas condições materiais das escolas e de formação de professores são indispensáveis para uma educação de qualidade, para todos, assim como o é o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos. (BRASIL, 2013).

Tais legislações não são apenas instrumentos de orientação para o combate à discriminação. São leis que reconhecem “a escola como lugar da formação de cidadãos e de relevância para promover a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil o país rico, múltiplo e plural que somos” (Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana).

Para além dessa matriz, é fundamental que crianças, adolescentes, jovens e adultos possam refletir sobre a presença indígena, africana e afro-brasileira em nossa constituição. Ou seja, independentemente dos traços fenotípicos da cor ou do pertencimento racial, toda a população brasileira possui em suas crenças e religiosidades, no seu jeito de andar, falar, ver o mundo, comer, vestir, a contribuição das culturas dos povos indígenas e das diferentes etnias africanas que aqui foram forçadas a viver com o tráfico de negros escravizados e, posteriormente, fizeram desse país o seu espaço de cidadania.

É fundamental entender que as posturas discriminatórias se evidenciam pela ausência de reconhecimento das diferenças de origem, pelos maus-tratos e, principalmente, pelo silêncio diante de situações de discriminação vivenciadas pelas crianças negras no espaço escolar. Todos que compõem as equipes escolares têm importante papel na transformação dessa realidade, por meio de estudos, reflexões e ações que busquem a equidade das relações no ambiente educativo.



$$1 + 2 = 3$$





Por meio de projetos pedagógicos, os(as) docentes, a comunidade e os demais profissionais envolvidos com a história, a vida e a educação das crianças, poderão construir atividades e desenvolver práticas pedagógicas promotoras da igualdade étnico-racial. Essas atividades contribuirão para a institucionalização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, e também para o desenvolvimento do Plano Nacional de Implementação dessas Diretrizes:

[...] é significativo para o desenvolvimento humano, para a formação da personalidade e aprendizagem. Nos primeiros anos de vida, os espaços coletivos educacionais que a criança pequena frequenta são privilegiados para promover a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito, discriminação e racismo. As crianças deverão ser estimuladas desde muito pequenas a se envolverem em atividades que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico-raciais na construção da história e da cultura brasileiras. (BRASIL, 2009).

Sabemos que há muito a se aprender sobre o continente africano e os processos de recriação de suas culturas, presentes em todos os lugares do mundo para os quais as diferentes etnias africanas foram dispersas, seja por processos comerciais, seja pela imigração espontânea, ou pelo movimento violento do tráfico negroiro.

É preciso garantir o conhecimento público sobre cientistas e artistas negros, filosofias africanas e afro-diaspóricas, línguas africanas e contribuições africanas ao português brasileiro, geografia desse continente e da diáspora, técnicas, astronomia, metalurgia, farmacopeia africanas como temas das aulas da Educação Infantil ao Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais. No que tange à História Geral, o eixo norteador da seleção de temas tem sido a história europeia. A presença negra ora aparece exclusivamente na condição submissa, ora na ambígua condição de resistente: à escravização ou à modernização? A História da África, em livros didáticos, muitas vezes é reduzida à presença europeia no continente.

As instituições educacionais devem ser espaços que possibilitem a construção de personalidades humanas autônomas, críticas em que todos aprendam a ser pessoas e sejam levados a exercitar as diferenças pela convivência com seus pares, pelo ensino diversificado ministrado, pelo clima solidário e socioafetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar.

Destaca-se a importância de os debates sobre a temática não ocorrerem apenas nesses componentes curriculares. As alterações necessárias não se limitam à inclusão de conteúdos na organização do trabalho docente.

É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia. É preciso ter clareza que o Art. 26A acrescido à Lei 9.394/1996 provoca bem mais do que inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais,



$$1 + 2 = 3$$





pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas (CNE, 2004, p. 17).

Para que sejam capazes de reconhecer a diversidade de matrizes que compõem a cultura nacional, é fundamental aos estudantes brancos que sejam capazes de reconhecer a diversidade de matrizes que compõem a cultura nacional, que tenham elementos para compreender culturas que podem eventualmente não conhecer e reconhecer a necessidade de se mobilizar pela igualdade de direitos, compreendendo-a como um produto benéfico para todos. É preciso que estudantes brancos saibam identificar claramente o racismo, para não o praticar.

Planejar Educação das Relações Étnico-Raciais é buscar fortalecer a valorização da cultura e o reconhecimento da diversidade étnico-racial e, notadamente, a educação antirracista, em prol do combate ao racismo e à discriminação que atingem a sociedade, particularmente, afrodescendente e indígena. Pensar em educar para a formação de atitudes, posturas e valores que conscientizem sobre o pertencimento étnico-racial de cada indivíduo, para a interação e construção de uma sociedade democrática, comprometida com a igualdade, com a garantia de direitos e com a valorização da identidade de todos.

Quando estamos diante da temática Educação para as Relações Étnico-Raciais, precisamos compreender que estamos frente às questões mais amplas que apenas a prática e manutenção da diversidade, uma vez que o escopo dessa temática e, concomitantemente, o seu exercício, refere-se intensamente a uma abordagem antirracista, na atuação efetiva de ações afirmativas no combate a toda e qualquer proposição excludente, ilegítima e de segregação de povos e etnias não brancas, protagonizados por povos eurocêntrico-patriarcais, que há muito tempo impõem sua cultura, saberes e religiosidades como majoritários na constituição de povos escravizados e renegados de nossa terra.

Sendo assim, as propostas pedagógicas de cada instituição educacional têm o desafio de fortalecer esse trabalho, centradas na conscientização e na mudança de comportamento. Cabe salientar que a temática da Educação das Relações Étnico-Raciais deve ser trabalhada durante o ano todo, sendo parte da proposta pedagógica da escola.

Assim, tendo em vista a Lei nº 11.645, de 10 março de 2008 que torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, a partir da Lei nº14.402/22 que denomina o 19 de abril como Dia dos Povos Indígenas, em substituição ao Dia do Índio.

Nesse sentido, a data de 9 de agosto: Dia Internacional dos Povos Indígenas, criada em 1995 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e ainda o que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ressalta, sendo o planejamento de ações pedagógicas como “[...] compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos – como os povos indígenas originários e as populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afrodescendentes [...]”.

Destaca-se, assim, o Abril indígena e a importância de ressignificar o 19 de abril nas escolas.



$$1 + 2 = 3$$





Nesse âmbito, informa que para celebrar a cultura indígena e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira é necessária a desconstrução de estereótipos e resgate de suas contribuições sociais, econômicas, políticas etc.

O Abril indígena pode ser mais uma oportunidade de reflexão e luta contra o preconceito, bem como a divulgação de informações atualizadas e assertivas, porém, ressalta-se que, para além de uma data estipulada em calendário, o estudo da história e cultura indígena é obrigatório (Lei nº 11.645) e deve acontecer durante todo o ano letivo e em uma perspectiva intercultural.

A Educação Intercultural parte da afirmação da diferença como riqueza. Promove processos sistemáticos de diálogo entre diversos sujeitos individuais e coletivos, saberes e práticas na perspectiva da afirmação da justiça social, econômica, cognitiva e cultural, assim como da construção de relações igualitárias entre grupos socioculturais e da democratização da sociedade, através de políticas que articulam direitos da igualdade e da diferença (CANDAU, 2014, p. 1).

Assim, informa que para celebrar esta data, é necessária a desconstrução de estereótipos sobre os povos originários, que seja uma oportunidade de reflexão contra o preconceito bem como a divulgação de informações atualizadas e assertivas, como prevê a legislação.

Ressalta-se que, para além de uma data estipulada em calendário este trabalho sobre os povos indígenas aconteça durante todo o ano letivo, considerando mostrar aos estudantes a realidade contemporânea de algumas das 305 etnias indígenas brasileiras, em todos os componentes curriculares.

Lembrando que, além de não culminarem em aprendizagens, atividades descontextualizadas (cocares para serem confeccionados, enfeites de pena, cartazes com cabelos de materiais que não demonstram a diversidade, etc) contribuem para mitificar a figura do indígena e reforçam preconceitos e estereótipos. Planejar e eleger vivências e situações de aprendizagem que valorizem a diversidade, a cultura, a história dos povos originários e africanos, trazendo informações que enalteçam suas contribuições.

Apenas enfeitar a escola com elementos da “cultura africana e indígena”, ou fazer pinturas faciais sem contexto, pode transformar a data em uma mera festividade visual, sem abordar a importância histórica, cultural e social das contribuições africanas e dos povos originários. Vestir as crianças com trajes tradicionais ou usá-los de forma caricatural pode se transformar em apropriação cultural, desrespeitando a importância simbólica de trajes tradicionais e descontextualizando a cultura.

As ações educativas no âmbito da Educação para as Relações Étnico-Raciais, precisa trazer para o centro do currículo todas as contribuições de todos os povos: indígenas, africanos, asiáticos e europeus:[...] Nesta perspectiva, propõe à divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, postura e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial- descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeu, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada. (BRASIL, 2013, p.83).

$$1 + 2 = 3$$





Ainda que a temática da EREER esteja prevista em alguns componentes curriculares específicos, como Educação Artística, Literatura e História, tais práticas podem/devem acontecer em todo o currículo escolar, para além da transversalidade.

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a educação das relações étnico-raciais, tal como explicita o presente parecer, se desenvolverão no cotidiano das escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como conteúdo de disciplinas, particularmente, Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem prejuízo das demais, em atividades curriculares ou não, trabalhos em salas de aula, nos laboratórios de ciências e de informática, na utilização de sala de leitura, biblioteca, brinquedoteca, áreas de recreação, quadra de esportes e outros ambientes escolares (CNE, 2004, p. 21).

Destacam-se algumas sugestões:

- buscar trabalhos publicados pelos próprios indígenas ou autores negros a respeito do assunto;
- dialogar sobre a cultura indígena e africana usando fotos, vídeos, músicas e a literatura, especialmente dos autores indígenas e/ou negros;
- mostrar aos estudantes que os povos indígenas não vivem mais como em 1500. Hoje, muitos têm acesso à tecnologia, à universidade e a tudo o que a cidade proporciona. Nem por isso deixam de ser indígenas e de preservar a cultura e os costumes;
- utilizar exemplos reais e explicar qual é a etnia, a língua falada, o local e os costumes, cada etnia tem sua identidade, rituais, modo de vestir e de se organizar;
- usar o globo terrestre e/ou mapa para mostrar o continente africano e os países que o compõe;
- fazer rodas de leitura com livros sobre a temática indígena e africana no Brasil ou obras escritas por autores indígenas/negros;
- dialogar com estudantes mais velhos sobre a situação dos indígenas e também dos negros no Brasil;
- dialogar sobre os termos adequados atualmente, como qual a forma correta de se referir aos povos originários, “índio” ou indígena?, negro, preto, afrodescendente, entre outros;
- debater sobre o que podemos aprender com povos indígenas, em relação à sustentabilidade, por exemplo, como poderíamos aprender a nos sentir parte da terra e a cuidar melhor dela, tal como fazem e valorizam as sociedades indígenas;
- investigar brincadeiras e costumes indígenas e africanos, se possível, vivenciar com os estudante;
- trazer objetos da cultura indígena e africana para que a turma possa conhecê-los;
- buscar músicas dos povos originários e africanos para que os pequenos possam conhecê-las e apreciá-las;
- estudar características das diferentes línguas indígenas e africanas;
- apresentar os adinkras (símbolos africanos);
- apresentar personalidades negras e indígenas em diferentes colocações profissionais, tanto do esporte, música, como os cientistas, intelectuais, filósofos, etc;



$$1 + 2 = 3$$





- apresentar exemplos de indígenas que vivem em nossa sociedade e trabalham como médicos, fotógrafos, professores, entre outras atividades;
- ao realizar atividades com representações, cuidar para que estereótipos não sejam reforçados (cabelo, pinturas, entre outros) e refletir se a atividade proposta enaltece as contribuições culturais e históricas dos povos indígenas e africanos.

A partir da adesão à Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola - PNEERQ, instituída pela Portaria nº 470, de 14 de maio de 2024, que tem como objetivo a implementação de ações e programas voltados à superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo na educação brasileira, assim como à promoção da política educacional para a população quilombola, a Secretaria da Educação de Sorocaba integra o conjunto de ações e propostas advindas dessa política nacional. Até o momento, foi disponibilizado o Curso de extensão "Formação para Docência e Gestão em Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola", que é uma ação do Eixo 03 da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola – PNEERQ.

### 15.1 Sugestões de materiais e links para o planejamento de atividades da ERER

→ Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais Brasília: SECAD, 2006. [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes\\_etnicoraciais.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf). Acesso em 08 de jan. 2026.

→ Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. -- Brasília : MEC/SECADI, UFSCar, 2014. <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/09/Hist%C3%B3ria-e-cultura-africana-e-afro-brasileira-na-educa%C3%A7%C3%A3o-infantil-do-professor.pdf>. Acesso em 08 de jan. 2026.

→ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Expressões racistas : por que evitá-las. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2022. <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/11048>. Acesso em 08 de jan. 2026.

→ MOTA, Thiago Henrique (Org.) Ensino antirracista na Educação Básica: da formação de professores às práticas escolares [recurso eletrônico] / Thiago Henrique Mota (Org.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. <https://drive.google.com/file/d/1RxGyS-R16ez0uWEk8ZunJ9ZrnixBwJgh/view?usp=sharing>. Acesso em 08 de jan. 2026.

→ RECURSOS digitais para implementação da Lei nº10.639/03 ZELINDA BARROS (Organizadora) <https://bit.ly/3F4fwDd>. Acesso em 08 de jan. 2026.

→ A cor da cultura - livros animados <https://www.youtube.com/playlist?list=PLNM2T4DNzmq5aA3D0dOxNSrhu9g7rxcS>. Acesso em 08 de jan. 2026.

→ Bino e Fino - A Sopa Secreta da Vovó (vídeo) <https://www.youtube.com/watch?v=LmlKuVvAKM>. Acesso em 08 de jan. 2026.



$$1 + 2 = 3$$





- Abayomi-Boneca Preta Brasileira - Lena Martins  
<https://www.youtube.com/watch?v=34Ek5GV11wQ>. Acesso em 08 de jan. 2026.
- Funga Alafia (canção) <https://www.youtube.com/watch?v=Jn07WCBjhYg>.  
Acesso em 08 de jan. 2026.
- Roda Africana - DVD As Melhores Brincadeiras da Palavra Cantada - Palavra Cantada <https://www.youtube.com/watch?v=QjlmRDk9ktI&t=106s>. Acesso em 08 de jan. 2026.
- Canção africana para crianças - Olélé Moliba Makasi  
<https://www.youtube.com/watch?v=LBB4xM--juY>. Acesso em 08 de jan. 2026.
- Que corpo é esse Ariel e Dandara lápis cor de pele (vídeo)  
<https://youtu.be/8UD3LZN3WTK>. Acesso em 08 de jan. 2026.
- Disque Quilombola [https://www.youtube.com/watch?v=GStv-f\\_bcfU](https://www.youtube.com/watch?v=GStv-f_bcfU).  
Acesso em 08 de jan. 2026.
- O que é racismo estrutural?  
<https://www.youtube.com/watch?v=lryL8ZAMq-E>. Acesso em 08 de jan. 2026.
- Símbolos Adinkra | Mwana Afrika Oficina Cultural  
<https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=4wQ1vuvjiac>. Acesso em 08 de jan. 2026.
- O jogo do privilégio branco (dinâmica)  
<https://www.youtube.com/watch?v=MuoE3IJZoZU&t=5s>. Acesso em 08 de jan. 2026.

### 15.2 Protocolo de Prevenção e Combate ao Racismo nas Escolas

O presente documento foi constituído a partir de estudos, pesquisas, reuniões intersetoriais e diálogos dos membros da Comissão de Trabalho Mista (CTM), que formaram um grupo de trabalho para elaboração deste protocolo, com reuniões periódicas, durante o ano de 2024 e foi apresentado às equipes do Suporte Pedagógico durante a realização do 6º Fórum de Educação para as Relações Étnico-Raciais.

A elaboração do protocolo de prevenção e combate ao racismo nas escolas atende à necessidade de estabelecer procedimentos nítidos para lidar com ocorrências envolvendo estudantes, professores/as e funcionários/as nas instituições de ensino.

Ao definir diretrizes para as possíveis situações de violência racial no ambiente escolar, dá-se um passo importante no cuidado com crianças, adolescentes, jovens e adultos da rede municipal de ensino, promovendo um caminho de busca por equidade nas relações que se constroem no cotidiano educativo.

Este protocolo não tem objetivo punitivo, mas é um processo reflexivo e formativo para os envolvidos em situação de racismo e para a prática educacional da instituição como um todo. São metas deste documento: oportunizar a reflexão sobre as práticas da instituição educacional e na comunidade, promover a reflexão para reconstrução de significados por parte dos ofensores e seus responsáveis e oportunizar processos restaurativos nas situações que envolvem racismo nas instituições escolares.



$$1 + 2 = 3$$





## PROTOCOLO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO RACISMO NAS ESCOLAS REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SOROCABA

Estudante (ofensor) contra estudante (vítima)			
O que?	Quem?	Quando?	Como?
<b>Acolhimento</b>  <i>(Movimento inicial de escuta do/a estudante/a vítima)</i>	<b>Estudante vítima ou testemunha de racismo:</b> Deve ser realizada por funcionário/a da escola eleito/a pelo/a estudante. Se desejar, o estudante poderá estar acompanhado de seus responsáveis.  <b>Responsáveis de estudantes vítimas ou testemunhas de racismo:</b> Deve ser realizada pela gestão escolar.	Quando houver manifestação dos estudantes vítimas, seus responsáveis ou testemunhas da ocorrência de racismo na unidade escolar.	Não expor a situação em sala de aula para demais funcionários da escola ou em local onde haja mais pessoas próximas. O relato deverá ser acolhido em local reservado. Não exigir detalhes sobre a situação, porém o registro deve ser o mais detalhado possível, dentro do que a vítima relatar de forma espontânea, a fim de evitar que ela seja questionada novamente, tendo que reviver a agressão. Não fazer julgamentos e não perguntar se a vítima tem certeza sobre o que ouviu ou presenciou, de forma a validar o relato exposto. Deve ser realizado o registro descritivo da ocorrência em impresso próprio, conforme modelo anexo.
<b>Ações Administrativas</b>	Gestão Escolar	Após o processo de acolhimento.	<p><b>Ciência dos responsáveis do/a estudante (vítima):</b> Caso a ocorrência tenha sido acolhida sem a ciência dos responsáveis do/a estudante (vítima), a gestão da escola deverá convocá-los para que tomem ciência do ocorrido, bem como informar sobre todas as providências que a escola procederá. É importante que a escola estabeleça uma parceria com a família do estudante, considerando a observação e o acompanhamento dos impactos que o fato poderá ter no seu comportamento. É importante observar que a gestão da escola deve garantir o sigilo de identidade do estudante ofensor.</p> <p><b>Verificação:</b> O gestor escolar deverá proceder com a verificação dos fatos narrados, mediante escuta do estudante (ofensor). Que deverá ser ouvido sem julgamentos e não poderá passar por qualquer situação de constrangimento, devendo ocorrer em local reservado. Constatado a ocorrência de racismo, a gestão deverá proceder com as ações relacionadas abaixo.</p> <p><b>Orientação disciplinar:</b> Essa orientação ao estudante deve ser conduzida de forma acolhedora e educativa, adequada à faixa etária do/a estudante, promovendo uma reflexão profunda sobre o impacto do racismo e a importância das ações antirracistas. É essencial abordar os seguintes pontos durante a conversa:</p> <p><b>Reconhecimento da Atitude Racista:</b> Explique ao estudante a gravidade da ação racista praticada e como ela perpetua desigualdades históricas. Ajude-o a compreender como esse comportamento fere pessoas e desvaloriza culturas. Esse reconhecimento é o primeiro passo para a transformação.</p> <p><b>Ações Antirracistas Necessárias:</b> Enfatize a importância de não apenas evitar comportamentos racistas, mas também de adotar uma postura ativa contra o racismo. Isso inclui:</p> <p>→ Desconstruir preconceitos;</p>



$$1 + 2 = 3$$





- Intervir em situações de discriminação;
- Ampliar o conhecimento sobre as contribuições culturais, sociais e históricas dos povos marginalizados.

**Valorização da Estética Negra, Indígena e Amarela:** Incentive o estudante a enxergar a beleza e riqueza cultural dessas estéticas de forma positiva e celebratória, quebrando estereótipos raciais. Discuta a importância de representações positivas na mídia, nos espaços de ensino e na sociedade.

**Celebração da Diversidade:** Reforce o valor da diversidade e como ela fortalece e enriquece a convivência social. Incentive o respeito à pluralidade de culturas e identidades que compõem a sociedade.

**Respeito à Visão de Mundo e Ancestralidade:** Explique a relevância dos valores e princípios que remetem à ancestralidade dos povos africanos e indígenas. A visão de mundo, a sabedoria ancestral, as tradições e culturas desses povos devem ser respeitadas e valorizadas, tanto no contexto escolar quanto na sociedade em geral. Conduza essa orientação de forma que o estudante se sinta motivado a refletir, aprender e transformar suas atitudes, contribuindo ativamente para uma convivência mais inclusiva e respeitosa.

**Convocação da família e/ou do responsável para comparecimento à instituição escolar:** A gestão escolar deverá convocar os responsáveis do estudante (ofensor) para que seja dada ciência da ocorrência, enfatizando a gravidade do fato bem como a legislação pertinente (**Lei 7.716/89, conhecida com Lei do Racismo; Lei nº 14.532/2023 Lei da Injúria Racial e Lei nº 12.288, de 20 de Julho de 2010 - Estatuto da Igualdade Racial**). É importante que, neste diálogo, a gestão mantenha atenção se o comportamento evidenciado pelo estudante ofensor possa ser uma repetição de comportamentos vivenciados no convívio familiar. A gestão deverá realizar orientação aos responsáveis compartilhando as orientações realizadas ao estudante ofensor/a, refletir sobre o que a legislação vigente estabelece, bem como sugerir material de estudo e reflexão sobre a temática, como textos, vídeos e áudios. Estabelecer um compromisso com a família, no sentido de orientação ao estudante ofensor. Registrar toda a escuta, orientações e compromissos firmados em livro de ocorrência.

**Encaminhamentos:** A gestão escolar deverá proceder o encaminhamento da ocorrência e das ações realizadas pela escola, conforme abaixo:

- Coordenadoria da Igualdade Racial:** Encaminhar para o e-mail [coordenadorias@sorocaba.sp.gov.br](mailto:coordenadorias@sorocaba.sp.gov.br), com um breve relato da ocorrência e as ações realizadas pela escola.
- Escola Saudável:** Caso o/a estudante esteja apresentando alteração no seu comportamento habitual como consequência da agressão sofrida, a escola deve encaminhar para o serviço de saúde de referência para uma avaliação. Utilizar o mesmo procedimento já utilizado pelo setor de saúde escolar, justificando no formulário que o/a estudante foi vítima de racismo.
- CRAS/CREAS:** Deve ser encaminhado quando for observado a violação de direitos do/a estudante dentro do convívio familiar.
- Justiça Restaurativa:** Se a ocorrência de racismo envolver estudantes do Ensino Fundamental Anos Finais, é possível o encaminhamento para a grupo de trabalho da Justiça Restaurativa, nos termos do Comunicado nº 61/2024 - SEDU/GPE
- Supervisão de Ensino:** Encaminhar os fatos e procedimentos adotados para ciência, contribuição e, se

$$1 + 2 = 3$$





ABC



--	--	--

Ações Pedagógicas	Gestão Escolar	Após processo de acolhimento.
-------------------	----------------	-------------------------------

necessário, intervenção da Supervisão de Ensino.

f) **Conselho Tutelar:** Deve ser acionado apenas em situações específicas, quando as intervenções internas da escola não forem suficientes ou quando houver indícios de que o ambiente familiar está contribuindo para a violação dos direitos do estudante. As orientações são as seguintes:

g) **Após esgotamento das ações da escola**

h) Caso todas as ações administrativas e pedagógicas implementadas pela escola tenham sido esgotadas e o comportamento ofensivo do/a estudante persista.

i) Especialmente quando se observar que os responsáveis são negligentes em relação às orientações dadas pela escola, não demonstrando comprometimento com a correção do comportamento do/a estudante.

j) **Relato de Racismo no Ambiente Familiar:**

- Caso o estudante relate que está sofrendo racismo dentro de sua própria família.
- Se o estudante não conseguir verbalizar adequadamente a situação, o encaminhamento para a Escuta Especializada também deve ser feito, para que profissionais capacitados possam lidar com o relato de maneira sensível e apropriada.

Esses encaminhamentos são fundamentais para garantir que os direitos do estudante sejam preservados, com o devido acompanhamento e intervenção, tanto da escola quanto das instâncias legais e sociais responsáveis pela proteção da criança e do adolescente.

Deve ser encaminhado por e-mail, de acordo com o território de atendimento do Conselho Tutelar, com um breve relato dos fatos.

**Conselho de Escola:** A participação do Conselho de Escola pode ser uma ferramenta essencial para legitimar os processos administrativos e pedagógicos no combate ao racismo dentro do ambiente escolar. No entanto, é fundamental garantir a proteção da identidade dos envolvidos e a confidencialidade das ocorrências. As orientações são as seguintes:

- **Legitimação dos Processos pelo Conselho de Escola:**
  - 1) A participação do colegiado contribui para validar as medidas adotadas pela instituição, promovendo uma abordagem coletiva e democrática no combate ao racismo.
  - 2) O Conselho de Escola pode colaborar na elaboração e monitoramento de políticas antirracistas, assegurando que as ações administrativas e pedagógicas sejam justas e eficazes.
- **Confidencialidade e Proteção das Identidades:**
  - 1) Nenhuma ocorrência de racismo ou identidade dos envolvidos (tanto das vítimas quanto dos ofensores) deve ser exposta durante as discussões do Conselho.
  - 2) O respeito à privacidade e ao sigilo é imprescindível para proteger os estudantes e evitar a revitimização ou exposição desnecessária de qualquer pessoa envolvida.

Ao atuar dessa forma, o Conselho de Escola pode fortalecer as ações da instituição no combate ao racismo, promovendo um ambiente mais inclusivo e respeitoso, sem comprometer a integridade e a dignidade dos envolvidos.

A gestão escolar de forma colaborativa com os/as professores/as deverá elaborar um plano de ação voltado para o letramento racial e a promoção de relações étnico-raciais positivas, contemplando a reeducação das relações entre os



$$1 + 2 = 3$$





Docentes

diversos grupos étnicos, o reconhecimento da branquitude e a prevenção e combate ao racismo. O plano deve ser desenvolvido com o cuidado de garantir a privacidade e a dignidade de todas as pessoas envolvidas. A seguir, os principais pontos para estruturação deste plano:

## **Plano de Ação para o Letramento Racial e ERER (Educação das Relações Étnico-Raciais)**

### **1 - Propostas Pedagógicas Envolvendo ERER**

**Projetos Temáticos:** Desenvolver projetos educacionais voltados para a discussão das relações étnico-raciais e o combate ao racismo, explorando temas em observação aos princípios propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

**Sequências Didáticas e Situações de Aprendizagem:** Criar atividades pedagógicas contínuas que abordem a temática da ERER de forma interdisciplinar, envolvendo todos os componentes de aprendizagem e campos de experiência, de modo a integrar o conteúdo ao currículo da instituição.

**Integração Institucional:** Essas propostas devem ser implementadas em todas as turmas da escola, não apenas nas diretamente envolvidas em episódios de racismo, garantindo que toda a comunidade escolar seja impactada pela educação das relações étnico-raciais.

### **2 - Construção de Combinados Coletivos**

- ✓ **Participação de Estudantes, Professores/as e Educadores (todos/as os/as profissionais da instituição):** Envolver os/as estudantes, Professores/as e educadores/as na criação de combinados coletivos sobre as relações étnico-raciais positivas, estabelecendo normas de convivência respeitosa e solidária entre os diferentes grupos étnicos.
- ✓ **Documentação e Divulgação:** Formalizar esses combinados em documentos que sejam acessíveis e compreensíveis para todos/as, e divulgá-los nas salas de aula, nos corredores e em outros espaços comuns, como forma de lembrar a todos/as da importância de respeitar as diferenças.

### **3 - Formação Continuada para Docentes e Funcionários**

- **Formação Contínua sobre ERER:** Promover formações em contexto para os/as docentes e funcionários, abordando temas como o racismo estrutural, as relações étnico-raciais positivas e o papel da escola na construção de uma sociedade antirracista.
- **Reflexão Coletiva:** Criar espaços para a reflexão coletiva e o compartilhamento de experiências entre os/as docentes e profissionais de apoio, promovendo a conscientização sobre como práticas pedagógicas que podem contribuir para o combate ao racismo e à discriminação.

### **4 - Ações Educativas com Famílias e Comunidade**

- a) **Material Informativo:** Desenvolver materiais informativos sobre ERER e letramento racial, incluindo folhetos, boletins informativos e vídeos explicativos, para que as famílias e a comunidade possam ter acesso a informações sobre como promover relações étnico-raciais saudáveis.
- b) **Mostras Culturais e Palestras:** Organizar eventos que celebrem a diversidade étnica, como mostras culturais descoloniais situadas nas cosmovisões dos povos africanos e indígenas. Além disso, realizar palestras e rodas de conversa com especialistas (integrantes dos Movimentos Sociais Negros e de Grupos de Estudos desta temática) sobre a importância da educação antirracista.

$$1 + 2 = 3$$





			<p>c) <b>Envolvimento das Famílias:</b> Convidar as famílias para participar ativamente desses eventos e projetos, fortalecendo o vínculo entre a escola e a comunidade no combate ao racismo e na promoção de uma convivência harmoniosa.</p> <p><b>5 - Prevenção de Exposição das Ocorrências</b></p> <p>a) <b>Sigilo Total:</b> Garantir que as ocorrências de racismo sejam tratadas com absoluto sigilo, preservando a identidade dos envolvidos, tanto de quem cometeu a ação quanto de quem foi vítima. O objetivo é educar e conscientizar sem expor ou estigmatizar.</p> <p>b) <b>Protocolos Antirracistas:</b> Implementar protocolos de atendimento para lidar com as ocorrências de discriminação racial, de forma que todos na escola saibam como agir em situações de conflito, garantindo que o processo seja justo e que as medidas pedagógicas sejam eficazes.</p> <p>Esse plano de ação visa não apenas lidar com ocorrências pontuais de racismo, mas construir uma cultura escolar baseada no respeito, na equidade e na valorização das diversidades étnico-raciais, promovendo a transformação da convivência escolar com vistas a contribuir com os princípios democráticos e de promoção da igualdade racial.</p>
<p><b>Monitoramento</b></p>	<p>Gestão Escolar</p>	<p>Após processo de acolhimento e ações administrativas e pedagógicas</p>	<p>A gestão escolar deverá seguir o protocolo de registro de ocorrência e ações adotadas, com o intuito de monitorar e subsidiar políticas públicas para a prevenção e o combate ao racismo nas escolas. Para garantir a integridade e a privacidade dos envolvidos, é essencial que nenhum dado pessoal seja compartilhado durante esse processo. Abaixo estão as diretrizes para a execução deste registro:</p> <p>Procedimentos para Registro de Ocorrências:</p> <p><b>1 - Registro Detalhado da Ocorrência:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Anotar todas as informações pertinentes à ocorrência, como a natureza do ato racista, o contexto em que ocorreu (sala de aula, recreio, atividades extracurriculares), e as medidas pedagógicas e administrativas adotadas pela escola para lidar com o incidente.</li> <li>• Garantir que todos os registros sejam feitos de forma cuidadosa e precisa, preservando a privacidade de todos os envolvidos.</li> </ul> <p><b>2 - Ações Adotadas pela Escola:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Registrar as intervenções pedagógicas aplicadas, como diálogos com os envolvidos, participação em atividades educativas sobre racismo e antirracismo, e as ações de conscientização realizadas na turma ou na escola como um todo.</li> <li>• Detalhar as medidas administrativas tomadas, caso sejam necessárias, como encaminhamento ao Conselho Tutelar (se aplicável) ou notificação à família.</li> </ul> <p><b>3 - Monitoramento e Avaliação:</b></p> <p>a) O registro das ocorrências e das ações adotadas permitirá à gestão escolar acompanhar os casos de forma contínua, verificando se as ações pedagógicas e administrativas têm sido eficazes na mudança de comportamento e na prevenção de novas ocorrências.</p> <p>b) Manter esses dados organizados e acessíveis à equipe pedagógica e à supervisão de ensino para revisão e avaliação periódica.</p> <p><b>4 - Preenchimento dos Dados no Sistema:</b></p>



$$1 + 2 = 3$$





			<ul style="list-style-type: none"> <li>Os dados coletados devem ser inseridos no sistema respeitando, respeitando o critério de não inclusão de dados pessoais dos estudantes, professores/as, educadores ou quaisquer outros envolvidos. Links:            Protocolo - Educação Infantil.  <a href="https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfyJmsOwyvb2tHIqWx2UZ0hxzUAIJYoesYpuZ3mHHQYYMJGTw/viiewform?usp=header">https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfyJmsOwyvb2tHIqWx2UZ0hxzUAIJYoesYpuZ3mHHQYYMJGTw/viiewform?usp=header</a>            Protocolo - Anos Iniciais do Ensino Fundamental.  <a href="https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeURsCDtd10H9IF6wAFqg-4Eftk8H1YCNqFIR6tvCWuwsLi-g/viiewform?usp=publish-editor">https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeURsCDtd10H9IF6wAFqg-4Eftk8H1YCNqFIR6tvCWuwsLi-g/viiewform?usp=publish-editor</a>            Protocolo - Anos finais do Ensino Fundamental.  <a href="https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdBD-X4Gkt31czJcfjkhYGBKjYcWkPbfwokPFjF-fYnTRoi5A/viewform?usp=publish-editor">https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdBD-X4Gkt31czJcfjkhYGBKjYcWkPbfwokPFjF-fYnTRoi5A/viewform?usp=publish-editor</a>            Protocolo - Educação de Jovens e Adultos.  <a href="https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdxAbws8ZGjlcPupRdCqNG7gSZsyeKn7vPlaeCYCocDON2YKg/viiewform?usp=publish-editor">https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdxAbws8ZGjlcPupRdCqNG7gSZsyeKn7vPlaeCYCocDON2YKg/viiewform?usp=publish-editor</a> </li> <li>Apenas informações genéricas e estatísticas, como o número de ocorrências, o tipo de ação racista, e as medidas pedagógicas adotadas, devem ser encaminhadas, sem identificar os indivíduos.</li> </ul> <p><b>5 - Objetivo do Registro</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Subsidiar Políticas Públicas:</b> Os dados coletados serão usados pela Secretaria da Educação, Comissão de Trabalho Mista (CTM) e outras instituições públicas para desenvolver e aprimorar políticas de prevenção e combate ao racismo nas escolas. Esses registros ajudarão a identificar padrões, necessidades e áreas de melhoria em termos de práticas antirracistas.</li> <li><b>Prevenção e Combate ao Racismo:</b> O monitoramento contínuo das ocorrências permitirá à escola e à Secretaria agir de forma mais proativa na criação de um ambiente educacional democrático e antirracista.</li> </ul> <p>A gestão escolar deve garantir que todo o processo de registro seja conduzido com ética, respeitando os direitos dos envolvidos e contribuindo para a construção de um ambiente educacional antirracista.</p>
<b>Acompanhamento</b>	Gestão Escolar	Acompanhamento contínuo.	<p>A gestão escolar deverá realizar o acompanhamento contínuo da ocorrência, bem como se as ações realizadas apresentaram efeitos positivos, tanto para o estudante vítima e estudante ofensor, bem como a prática na instituição educacional.</p> <p>É importante que a gestão, docente e demais membros da escola designados para esse acompanhamento, observem, com atenção, o comportamento do estudante (vítima), percebendo qualquer estado de sofrimento ou alterações nas relações de convivência que possam ter sido impactadas.</p>



$$1 + 2 = 3$$





## Atuação das instituições de ensino na ocorrência de situações de racismo.

### Estudante (ofensor) contra funcionário (vítima)

O que?	Quem?	Quando?	Como?
<b>Acolhimento</b> (Movimento inicial de escuta do/a funcionário vítima)	Gestão Escolar	Após relato de ocorrência pelo/a próprio/a funcionário (vítima), ou testemunhada por funcionários da escola, por outros estudantes ou pelos seus responsáveis.	<p>A escuta da vítima de violência racial, deverá ocorrer em local reservado para que não haja nenhuma situação de constrangimento, além de trazer segurança para que o funcionário possa trazer o seu relato. O funcionário deve ser acolhido e ouvido, sem julgamento.</p> <p>Se desejar, o funcionário poderá estar acompanhado de alguém de sua confiança.</p> <p>O membro da gestão da escola deverá realizar o registro descritivo da ocorrência em impresso próprio, seguindo o roteiro elaborado neste protocolo.</p>
<b>Ações Administrativas</b>	Gestão escolar	Após o processo de acolhimento.	<p><b>1 - Verificação:</b> O gestor escolar deverá proceder com a verificação dos fatos narrados, mediante escuta do estudante (ofensor). Que deverá ser ouvido sem julgamentos e não poderá passar por qualquer situação de constrangimento, devendo ocorrer em local reservado. Constatado a ocorrência de racismo, a gestão deverá proceder com as ações relacionadas abaixo.</p> <p><b>2 - Orientação disciplinar:</b> Essa orientação ao estudante deve ser conduzida de forma acolhedora e educativa, adequada à faixa etária do/a estudante, promovendo uma reflexão profunda sobre o impacto do racismo e a importância das ações antirracistas. É essencial abordar os seguintes pontos durante a conversa:</p> <p><b>Reconhecimento da Atitude Racista:</b> Explique ao estudante a gravidade da ação racista praticada e como ela perpetua desigualdades históricas. Ajude-o a compreender como esse comportamento fere pessoas e desvaloriza culturas. Esse reconhecimento é o primeiro passo para a transformação.</p> <p><b>Ações Antirracistas Necessárias:</b> Enfatize a importância de não apenas evitar comportamentos racistas, mas também de adotar uma postura ativa contra o racismo. Isso inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Desconstruir preconceitos;</li> <li>→ Intervir em situações de discriminação;</li> <li>→ Ampliar o conhecimento sobre as contribuições culturais, sociais e históricas dos povos marginalizados.</li> </ul> <p><b>Valorização da Estética Negra, Indígena e Amarela:</b> Incentive o estudante a enxergar a beleza e riqueza cultural dessas estéticas de forma positiva e celebratória, quebrando estereótipos raciais. Discuta a importância de representações positivas na mídia, nos espaços de ensino e na sociedade.</p> <p><b>Celebração da Diversidade:</b> Reforce o valor da diversidade e como ela fortalece e enriquece a convivência social. Incentive o respeito à pluralidade de culturas e identidades que compõem a sociedade.</p>



$$1 + 2 = 3$$





**Respeito à Visão de Mundo e Ancestralidade:** Explique a relevância dos valores e princípios que remetem à ancestralidade dos povos africanos e indígenas. A visão de mundo, a sabedoria ancestral, as tradições e culturas desses povos devem ser respeitadas e valorizadas, tanto no contexto escolar quanto na sociedade em geral.

Conduza essa orientação de forma que o estudante se sinta motivado a refletir, aprender e transformar suas atitudes, contribuindo ativamente para uma convivência mais inclusiva e respeitosa.

**3 - Convocação da família e/ou do responsável para comparecimento à instituição escolar:** A gestão escolar deverá convocar os responsáveis do estudante (ofensor) para que seja dada ciência da ocorrência, enfatizando a gravidade do fato bem como a legislação pertinente (**Lei 7.716/89, conhecida com Lei do Racismo; Lei nº 14.532/2023 Lei da Injúria Racial e Lei nº 12.288, de 20 de Julho de 2010 - Estatuto da Igualdade Racial**). É importante que, neste diálogo, a gestão mantenha atenção se o comportamento evidenciado pelo estudante ofensor possa ser uma repetição de comportamentos vivenciados no convívio familiar. A gestão deverá realizar orientação aos responsáveis compartilhando as orientações realizadas ao estudante ofensor/a, refletir sobre o que a legislação vigente estabelece, bem como sugerir material de estudo e reflexão sobre a temática, como textos, vídeos e áudios. Estabelecer um compromisso com a família, no sentido de orientação ao estudante ofensor. Registrar toda a escuta, orientações e compromissos firmados em livro de ocorrência.

**4 - Encaminhamentos:** A gestão escolar deverá proceder o encaminhamento da ocorrência e das ações realizadas pela escola, conforme abaixo:

- **Coordenadoria da Igualdade Racial:** Encaminhar para o e-mail [coordenadorias@sorocaba.sp.gov.br](mailto:coordenadorias@sorocaba.sp.gov.br), com um breve relato da ocorrência e as ações realizadas pela escola.
- **CRAS/CREAS:** Deve ser encaminhado quando for observado a violação de direitos do/a estudante dentro do convívio familiar.
- **Justiça Restaurativa:** Se a ocorrência de racismo envolver estudantes do Ensino Fundamental Anos Finais, é possível o encaminhamento para o grupo de trabalho da Justiça Restaurativa, nos termos do Comunicado nº 61/2024 - SEDU/GPE.
- **Supervisão de Ensino:** Encaminhar os fatos e procedimentos adotados para ciência, contribuição e, se necessário, intervenção da Supervisão de Ensino.
- **Ambulatório de Saúde Ocupacional:** Se o servidor desejar e estiver apresentando sofrimento com a violência sofrida. Encaminhar para avaliação no ambulatório de saúde ocupacional.
- **Conselho Tutelar:** Deve ser acionado apenas em situações específicas, quando as



$$1 + 2 = 3$$





--	--	--

intervenções internas da escola não forem suficientes ou quando houver indícios de que o ambiente familiar está contribuindo para a violação dos direitos do estudante. As orientações são as seguintes:

● **Após esgotamento das ações da escola**

- a) Caso todas as ações administrativas e pedagógicas implementadas pela escola tenham sido esgotadas e o comportamento ofensivo do/a estudante persista.
- b) Especialmente quando se observar que os responsáveis são negligentes em relação às orientações dadas pela escola, não demonstrando comprometimento com a correção do comportamento do/a estudante.

3) **Relato de Racismo no Ambiente Familiar:**

→ Caso o estudante relate que está sofrendo racismo dentro de sua própria família.

→ Se o estudante não conseguir verbalizar adequadamente a situação, o encaminhamento para a Escuta Especializada também deve ser feito, para que profissionais capacitados possam lidar com o relato de maneira sensível e apropriada. Esses encaminhamentos são fundamentais para garantir que os direitos do estudante sejam preservados, com o devido acompanhamento e intervenção, tanto da escola quanto das instâncias legais e sociais responsáveis pela proteção da criança e do adolescente.

Deve ser encaminhado por e-mail, de acordo com o território de atendimento do Conselho Tutelar, com um breve relato dos fatos.

**5 - Conselho de Escola:** A participação do Conselho de Escola pode ser uma ferramenta essencial para legitimar os processos administrativos e pedagógicos no combate ao racismo dentro do ambiente escolar. No entanto, é fundamental garantir a proteção da identidade dos envolvidos e a confidencialidade das ocorrências. As orientações são as seguintes:

● **Legitimação dos Processos pelo Conselho de Escola:**

- 1) A participação do colegiado contribui para validar as medidas adotadas pela instituição, promovendo uma abordagem coletiva e democrática no combate ao racismo.
- 2) O Conselho de Escola pode colaborar na elaboração e monitoramento de políticas antirracistas, assegurando que as ações administrativas e pedagógicas sejam justas e eficazes.

● **Confidencialidade e Proteção das Identidades:**

- 1) Nenhuma ocorrência de racismo ou identidade dos envolvidos (tanto das vítimas quanto dos ofensores) deve ser exposta durante as discussões do Conselho.
- 2) O respeito à privacidade e ao sigilo é imprescindível para proteger os estudantes e



$$1 + 2 = 3$$





ABC



			<p>evitar a revitimização ou exposição desnecessária de qualquer pessoa envolvida. Ao atuar dessa forma, o Conselho de Escola pode fortalecer as ações da instituição no combate ao racismo, promovendo um ambiente mais inclusivo e respeitoso, sem comprometer a integridade e a dignidade dos envolvidos.</p>
<b>Ações Pedagógicas</b>	Gestão Escolar  Docentes	Após processo de acolhimento.	<p>A gestão escolar de forma colaborativa com os/as professores/as deverá elaborar um plano de ação voltado para o letramento racial e a promoção de relações étnico-raciais positivas, contemplando a reeducação das relações entre os diversos grupos étnicos, o reconhecimento da branquitude e a prevenção e combate ao racismo. O plano deve ser desenvolvido com o cuidado de garantir a privacidade e a dignidade de todas as pessoas envolvidas. A seguir, os principais pontos para estruturação deste plano:</p> <p><b>Plano de Ação para o Letramento Racial e EREER (Educação das Relações Étnico-Raciais)</b></p> <p><b>1 - Propostas Pedagógicas Envolvendo EREER</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>→ <b>Projetos Temáticos:</b> Desenvolver projetos educacionais voltados para a discussão das relações étnico-raciais e o combate ao racismo, explorando temas em observação aos princípios propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.</li><li>→ <b>Sequências Didáticas e Situações de Aprendizagem:</b> Criar atividades pedagógicas contínuas que abordem a temática da EREER de forma interdisciplinar, envolvendo todos os componentes de aprendizagem e campos de experiência, de modo a integrar o conteúdo ao currículo da instituição.</li><li>→ <b>Integração Institucional:</b> Essas propostas devem ser implementadas em todas as turmas da escola, não apenas nas diretamente envolvidas em episódios de racismo, garantindo que toda a comunidade escolar seja impactada pela educação das relações étnico-raciais.</li></ul> <p><b>2 - Construção de Combinados Coletivos</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>● <b>Participação de Estudantes, Professores/as e Educadores (todos/as os/as profissionais da instituição):</b> Envolver os/as estudantes, Professores/as e educadores/as na criação de combinados coletivos sobre as relações étnico-raciais positivas, estabelecendo normas de convivência respeitosa e solidária entre os diferentes grupos étnicos.</li><li>● <b>Documentação e Divulgação:</b> Formalizar esses combinados em documentos que sejam acessíveis e compreensíveis para todos/as, e divulgá-los nas salas de aula, nos corredores e em outros espaços comuns, como forma de lembrar a todos/as da importância de respeitar as diferenças.</li></ul> <p><b>3 - Formação Continuada para Docentes e Funcionários</b></p>



$$1 + 2 = 3$$





			<ul style="list-style-type: none"> <li>→ <b>Formação Contínua sobre ERER:</b> Promover formações em contexto para os/as docentes e funcionários, abordando temas como o racismo estrutural, as relações étnico-raciais positivas e o papel da escola na construção de uma sociedade antirracista.</li> <li>→ <b>Reflexão Coletiva:</b> Criar espaços para a reflexão coletiva e o compartilhamento de experiências entre os/as docentes e profissionais de apoio, promovendo a conscientização sobre como práticas pedagógicas que podem contribuir para o combate ao racismo e à discriminação.</li> </ul> <p><b>4 - Ações Educativas com Famílias e Comunidade</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Material Informativo:</b> Desenvolver materiais informativos sobre ERER e letramento racial, incluindo folhetos, boletins informativos e vídeos explicativos, para que as famílias e a comunidade possam ter acesso a informações sobre como promover relações étnico-raciais saudáveis.</li> <li>2. <b>Mostras Culturais e Palestras:</b> Organizar eventos que celebrem a diversidade étnica, como mostras culturais descoloniais situadas nas cosmovisões dos povos africanos e indígenas. Além disso, realizar palestras e rodas de conversa com especialistas (integrantes dos Movimentos Sociais Negros e de Grupos de Estudos desta temática) sobre a importância da educação antirracista.</li> <li>3. <b>Envolvimento das Famílias:</b> Convidar as famílias para participar ativamente desses eventos e projetos, fortalecendo o vínculo entre a escola e a comunidade no combate ao racismo e na promoção de uma convivência harmoniosa.</li> </ol> <p><b>5 - Prevenção de Exposição das Ocorrências</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) <b>Sigilo Total:</b> Garantir que as ocorrências de racismo sejam tratadas com absoluto sigilo, preservando a identidade dos envolvidos, tanto de quem cometeu a ação quanto de quem foi vítima. O objetivo é educar e conscientizar sem expor ou estigmatizar.</li> <li>b) <b>Protocolos Antirracistas:</b> Implementar protocolos de atendimento para lidar com as ocorrências de discriminação racial, de forma que todos na escola saibam como agir em situações de conflito, garantindo que o processo seja justo e que as medidas pedagógicas sejam eficazes.</li> </ol> <p>Esse plano de ação visa não apenas lidar com ocorrências pontuais de racismo, mas construir uma cultura escolar baseada no respeito, na equidade e na valorização das diversidades étnico-raciais, promovendo a transformação da convivência escolar com vistas a contribuir com os princípios democráticos e de promoção da igualdade racial.</p>
<p><b>Monitoramento</b></p>	<p>Gestão Escolar</p>	<p>Após processo de acolhimento e ações administrativas e pedagógicas</p>	<p>A gestão escolar deverá seguir o protocolo de registro de ocorrência e ações adotadas, com o intuito de monitorar e subsidiar políticas públicas para a prevenção e o combate ao racismo nas escolas. Para garantir a integridade e a privacidade dos envolvidos, é essencial que nenhum</p>



$$1 + 2 = 3$$





dado pessoal seja compartilhado durante esse processo. Abaixo estão as diretrizes para a execução deste registro:

### Procedimentos para Registro de Ocorrências:

#### 1 - Registro Detalhado da Ocorrência:

- Anotar todas as informações pertinentes à ocorrência, como a natureza do ato racista, o contexto em que ocorreu (sala de aula, recreio, atividades extracurriculares), e as medidas pedagógicas e administrativas adotadas pela escola para lidar com o incidente.
- Garantir que todos os registros sejam feitos de forma cuidadosa e precisa, preservando a privacidade de todos os envolvidos.

#### 2 - Ações Adotadas pela Escola:

- Registrar as intervenções pedagógicas aplicadas, como diálogos com os envolvidos, participação em atividades educativas sobre racismo e antirracismo, e as ações de conscientização realizadas na turma ou na escola como um todo.
- Detalhar as medidas administrativas tomadas, caso sejam necessárias, como encaminhamento ao Conselho Tutelar (se aplicável) ou notificação à família.

#### 3 - Monitoramento e Avaliação:

- O registro das ocorrências e das ações adotadas permitirá à gestão escolar acompanhar os casos de forma contínua, verificando se as ações pedagógicas e administrativas têm sido eficazes na mudança de comportamento e na prevenção de novas ocorrências.
- Manter esses dados organizados e acessíveis à equipe pedagógica e à supervisão de ensino para revisão e avaliação periódica.

#### 4 - Preenchimento dos Dados no Sistema:

- a) Os dados coletados devem ser inseridos no sistema respeitando, respeitando o critério de não inclusão de dados pessoais dos estudantes, professores/as, educadores ou quaisquer outros envolvidos. Links:

Protocolo - Educação Infantil.

[https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfyJmsOwvyb2tHIqWx2UZ0hxxUAJlYoesYp\\_uZ3mHHOYYMJGTw/viewform?usp=header](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfyJmsOwvyb2tHIqWx2UZ0hxxUAJlYoesYp_uZ3mHHOYYMJGTw/viewform?usp=header)

Protocolo - Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeURsCDtd10H9IF6wAFag-4Eftk8H1YCNqFIR6tvCWuwsLi-g/viewform?usp=publish-editor>

Protocolo - Anos finais do Ensino Fundamental.

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdBD-X4Gkt31czJcfjkhYGBKjYcWkPbfwokPFjF-fYnTRoi5A/viewform?usp=publish-editor>

Protocolo - Educação de Jovens e Adultos.

$$1 + 2 = 3$$





ABC



			<p><a href="https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdxAbws8ZGjIcPupRdCqNG7gSZsyeKn7vPIaeCYCocDQN2YKg/viewform?usp=publish-editor">https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdxAbws8ZGjIcPupRdCqNG7gSZsyeKn7vPIaeCYCocDQN2YKg/viewform?usp=publish-editor</a></p> <p>b) Apenas informações genéricas e estatísticas, como o número de ocorrências, o tipo de ação racista, e as medidas pedagógicas adotadas, devem ser encaminhadas, sem identificar os indivíduos.</p> <p><b>5 - Objetivo do Registro</b></p> <p>a) <b>Subsidiar Políticas Públicas:</b> Os dados coletados serão usados pela Secretaria da Educação, Comissão de Trabalho Mista (CTM) e outras instituições públicas para desenvolver e aprimorar políticas de prevenção e combate ao racismo nas escolas. Esses registros ajudarão a identificar padrões, necessidades e áreas de melhoria em termos de práticas antirracistas.</p> <p>b) <b>Prevenção e Combate ao Racismo:</b> O monitoramento contínuo das ocorrências permitirá à escola e à Secretaria agir de forma mais proativa na criação de um ambiente educacional democrático e antirracista.</p> <p>A gestão escolar deve garantir que todo o processo de registro seja conduzido com ética, respeitando os direitos dos envolvidos e contribuindo para a construção de um ambiente educacional antirracista.</p>
<b>Acompanham ento</b>	Gestão Escolar	Acompanhamento contínuo.	<p>A gestão escolar deverá realizar o acompanhamento contínuo da ocorrência, bem como se as ações realizadas apresentaram efeitos positivos, tanto para o estudante vítima e estudante ofensor, bem como a prática na instituição educacional.</p> <p>É importante que a gestão, docente e demais membros da escola designados para esse acompanhamento, observem, com atenção, o comportamento do estudante (vítima), percebendo qualquer estado de sofrimento ou alterações nas relações de convivência que possam ter sido impactadas.</p>



$$1 + 2 = 3$$





## Funcionário (ofensor) contra estudante (vítima)

O que?	Quem?	Quando?	Como?
<b>Acolhimento</b>  <i>(Movimento inicial de escuta do/a estudante vítima)</i>	<b>Estudante vítima ou testemunha de racismo:</b> Deve ser realizada por funcionário da escola eleito pelo/a estudante. Se desejar, o estudante poderá estar acompanhado de seus responsáveis.  <b>Responsáveis de estudantes vítimas ou testemunhas de racismo:</b> Deve ser realizada pela gestão escolar.	Quando houver manifestação dos estudantes vítimas, seus responsáveis ou testemunhas da ocorrência de racismo na unidade escolar.	<p>Não expor a situação em sala de aula, para demais funcionários da escola ou em local onde haja mais pessoas próximas.</p> <p>O relato deverá ser acolhido em local reservado.</p> <p>Não exigir detalhes sobre a situação, porém o registro deve ser o mais detalhado possível, dentro do que a vítima relatar de forma espontânea, a fim de evitar que ela seja questionada novamente, tendo que reviver a agressão.</p> <p>Não fazer julgamentos e não perguntar se a vítima tem certeza sobre o que ouviu ou presenciou, de forma a validar o relato exposto.</p> <p>Deve ser realizado o registro descritivo da ocorrência em impresso próprio, conforme modelo anexo.</p>
<b>Ações Administrativas</b>	Gestão Escolar	Após o processo de acolhimento.	<p><b>1- Ciência dos responsáveis do/a estudante (vítima):</b> Caso a ocorrência tenha sido acolhida sem a ciência dos responsáveis do/a estudante (vítima), a gestão da escola deverá convocá-los para que tomem ciência do ocorrido, bem como informar sobre todas as providências que a escola procederá. É importante que a escola estabeleça uma parceria com a família do estudante, considerando a observação e o acompanhamento dos impactos que o fato poderá ter no seu comportamento. É importante observar que a gestão da escola deve garantir o sigilo de identidade do estudante ofensor.</p> <p><b>2 - Verificação:</b> A gestão escolar deverá proceder com a verificação dos fatos, mediante escuta do funcionário (ofensor) e/ou testemunhas do fato. Constatado o fato, o funcionário deverá ser devidamente orientado, de acordo com a legislação pertinente, com registro da ocorrência e orientação em ata.</p> <p><b>3 - Encaminhamentos:</b> A gestão escolar deverá proceder o encaminhamento da ocorrência e das ações realizadas pela escola, conforme abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Coordenadoria da Igualdade Racial:</b> Encaminhar para o e-mail</li> </ul>



$$1 + 2 = 3$$





--	--	--

coordenadorias@sorocaba.sp.gov.br , com um breve relato da ocorrência e as ações realizadas pela escola.

- **Escola Saudável:** Caso o/a estudante esteja apresentando alteração no seu comportamento habitual como consequência da agressão sofrida, a escola deve encaminhar para o serviço de saúde de referência para uma avaliação. Utilizar o mesmo procedimento já utilizado pelo setor de saúde escolar, justificando no formulário que o/a estudante foi vítima de racismo.
- **CRAS/CREAS:** Deve ser encaminhado quando for observado a violação de direitos do/a estudante dentro do convívio familiar.
- **Justiça Restaurativa:** Se a ocorrência de racismo envolver estudantes do Ensino Fundamental Anos Finais, é possível o encaminhamento para o grupo de trabalho da Justiça Restaurativa, nos termos do Comunicado nº 61/2024 - SEDU/GPE.
- **Abertura de relatório circunstanciado para averiguação de infração disciplinar:** Nos termos DECRETO MUNICIPAL Nº 26.249, DE 15 DE JUNHO DE 2021, se o funcionário for servidor público.
- **Comunicação da ocorrência ao setor responsável da SEDU:** Em caso de agressão por parte de demais profissionais que atuam na unidade escolar (profissionais na limpeza, alimentação, profissionais de apoio escolar, vigias, estagiários).
- **Ambulatório de Saúde Ocupacional:** Caso a gestão entenda ser necessário e pertinente, encaminhar o/a servidor/a para avaliação no ambulatório de saúde ocupacional.
- **Supervisão de Ensino:** Encaminhar os fatos e procedimentos adotados para ciência, contribuição e, se necessário, intervenção da Supervisão de Ensino.

**4 - Conselho de Escola:** A participação do Conselho de Escola pode ser uma ferramenta essencial para legitimar os processos administrativos e pedagógicos no combate ao racismo dentro do ambiente escolar. No entanto, é fundamental garantir a proteção da identidade dos envolvidos e a confidencialidade das ocorrências. As orientações são as seguintes:

→ **Legitimação dos Processos pelo Conselho de Escola:**

- 1) A participação do colegiado contribui para validar as medidas adotadas pela instituição, promovendo uma abordagem coletiva e democrática no combate ao racismo.
- 2) O Conselho de Escola pode colaborar na elaboração e monitoramento de políticas antirracistas, assegurando que as ações administrativas e pedagógicas sejam justas e



$$1 + 2 = 3$$





			<p>eficazes.</p> <p>→ <b>Confidencialidade e Proteção das Identidades:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Nenhuma ocorrência de racismo ou identidade dos envolvidos (tanto das vítimas quanto dos ofensores) deve ser exposta durante as discussões do Conselho.</li> <li>2) O respeito à privacidade e ao sigilo é imprescindível para proteger os estudantes e evitar a revitimização ou exposição desnecessária de qualquer pessoa envolvida.</li> </ol> <p>Ao atuar dessa forma, o Conselho de Escola pode fortalecer as ações da instituição no combate ao racismo, promovendo um ambiente mais inclusivo e respeitoso, sem comprometer a integridade e a dignidade dos envolvidos.</p>
<b>Ações Pedagógicas</b>	Gestão escolar	Após o processo de acolhimento.	<p>A gestão escolar de forma colaborativa com os/as professores/as deverá elaborar um plano de ação voltado para o letramento racial e a promoção de relações étnico-raciais positivas, contemplando a reeducação das relações entre os diversos grupos étnicos, o reconhecimento da branquitude e a prevenção e combate ao racismo. O plano deve ser desenvolvido com o cuidado de garantir a privacidade e a dignidade de todas as pessoas envolvidas. A seguir, os principais pontos para estruturação deste plano:</p> <p><b>Plano de Ação para o Letramento Racial e ERER (Educação das Relações Étnico-Raciais)</b></p> <p><b>1 - Propostas Pedagógicas Envolvendo ERER</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Projetos Temáticos:</b> Desenvolver projetos educacionais voltados para a discussão das relações étnico-raciais e o combate ao racismo, explorando temas em observação aos princípios propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.</li> <li>- <b>Sequências Didáticas e Situações de Aprendizagem:</b> Criar atividades pedagógicas contínuas que abordem a temática da ERER de forma interdisciplinar, envolvendo todos os componentes de aprendizagem e campos de experiência, de modo a integrar o conteúdo ao currículo da instituição.</li> <li>- <b>Integração Institucional:</b> Essas propostas devem ser implementadas em todas as turmas da escola, não apenas nas diretamente envolvidas em episódios de racismo, garantindo que toda a comunidade escolar seja impactada pela educação das relações</li> </ul>



$$1 + 2 = 3$$





étnico-raciais.

## 2 - Construção de Combinados Coletivos

- a) **Participação de Estudantes, Professores/as e Educadores (todos/as os/as profissionais da instituição):** Envolver os/as estudantes, Professores/as e educadores/as na criação de combinados coletivos sobre as relações étnico-raciais positivas, estabelecendo normas de convivência respeitosa e solidária entre os diferentes grupos étnicos.
- b) **Documentação e Divulgação:** Formalizar esses combinados em documentos que sejam acessíveis e compreensíveis para todos/as, e divulgá-los nas salas de aula, nos corredores e em outros espaços comuns, como forma de lembrar a todos/as da importância de respeitar as diferenças.

## 3 - Formação Continuada para Docentes e Funcionários

- **Formação Contínua sobre ERER:** Promover formações em contexto para os/as docentes e funcionários, abordando temas como o racismo estrutural, as relações étnico-raciais positivas e o papel da escola na construção de uma sociedade antirracista.
- **Reflexão Coletiva:** Criar espaços para a reflexão coletiva e o compartilhamento de experiências entre os/as docentes e profissionais de apoio, promovendo a conscientização sobre como práticas pedagógicas que podem contribuir para o combate ao racismo e à discriminação.

## 4 - Ações Educativas com Famílias e Comunidade

- a) **Material Informativo:** Desenvolver materiais informativos sobre ERER e letramento racial, incluindo folhetos, boletins informativos e vídeos explicativos, para que as famílias e a comunidade possam ter acesso a informações sobre como promover relações étnico-raciais saudáveis.
- b) **Mostras Culturais e Palestras:** Organizar eventos que celebram a diversidade étnica, como mostras culturais descoloniais situadas nas cosmovisões dos povos africanos e indígenas. Além disso, realizar palestras e rodas de conversa com especialistas (integrantes dos Movimentos Sociais Negros e de Grupos de Estudos desta temática) sobre a importância da educação antirracista.
- c) **Envolvimento das Famílias:** Convidar as famílias para participar ativamente desses

$$1 + 2 = 3$$





ABC



			<p>eventos e projetos, fortalecendo o vínculo entre a escola e a comunidade no combate ao racismo e na promoção de uma convivência harmoniosa.</p> <p><b>5 - Prevenção de Exposição das Ocorrências</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Sigilo Total:</b> Garantir que as ocorrências de racismo sejam tratadas com absoluto sigilo, preservando a identidade dos envolvidos, tanto de quem cometeu a ação quanto de quem foi vítima. O objetivo é educar e conscientizar sem expor ou estigmatizar.</li> <li>• <b>Protocolos Antirracistas:</b> Implementar protocolos de atendimento para lidar com as ocorrências de discriminação racial, de forma que todos na escola saibam como agir em situações de conflito, garantindo que o processo seja justo e que as medidas pedagógicas sejam eficazes.</li> </ul> <p>Esse plano de ação visa não apenas lidar com ocorrências pontuais de racismo, mas construir uma cultura escolar baseada no respeito, na equidade e na valorização das diversidades étnico-raciais, promovendo a transformação da convivência escolar com vistas a contribuir com os princípios democráticos e de promoção da igualdade racial.</p>
<b>Monitoramento</b>	Gestão escolar	Após processo de acolhimento e ações administrativas e pedagógicas	<p>A gestão escolar deverá seguir o protocolo de registro de ocorrência e ações adotadas, com o intuito de monitorar e subsidiar políticas públicas para a prevenção e o combate ao racismo nas escolas. Para garantir a integridade e a privacidade dos envolvidos, é essencial que nenhum dado pessoal seja compartilhado durante esse processo. Abaixo estão as diretrizes para a execução deste registro:</p> <p>Procedimentos para Registro de Ocorrências:</p> <p><b>1 - Registro Detalhado da Ocorrência:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Anotar todas as informações pertinentes à ocorrência, como a natureza do ato racista, o contexto em que ocorreu (sala de aula, recreio, atividades extracurriculares), e as medidas pedagógicas e administrativas adotadas pela escola para lidar com o incidente.</li> <li>• Garantir que todos os registros sejam feitos de forma cuidadosa e precisa, preservando a privacidade de todos os envolvidos.</li> </ul> <p><b>2 - Ações Adotadas pela Escola:</b></p> <p>a) Registrar as intervenções pedagógicas aplicadas, como diálogos com os envolvidos, participação em atividades educativas sobre racismo e antirracismo, e as ações de</p>



$$1 + 2 = 3$$





--	--	--

conscientização realizadas na turma ou na escola como um todo.

- b) Detalhar as medidas administrativas tomadas, caso sejam necessárias, como encaminhamento ao Conselho Tutelar (se aplicável) ou notificação à família.

**3 - Monitoramento e Avaliação:**

- O registro das ocorrências e das ações adotadas permitirá à gestão escolar acompanhar os casos de forma contínua, verificando se as ações pedagógicas e administrativas têm sido eficazes na mudança de comportamento e na prevenção de novas ocorrências.
- Manter esses dados organizados e acessíveis à equipe pedagógica e à supervisão de ensino para revisão e avaliação periódica.

**4 - Preenchimento dos Dados no Sistema:**

- Os dados coletados devem ser inseridos no sistema respeitando, respeitando o critério de não inclusão de dados pessoais dos estudantes, professores/as, educadores ou quaisquer outros envolvidos. Links:

Protocolo - Educação Infantil.

[https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfyJmsOwyvb2tHlqWx2UZ0hxzUAJlYoesYp\\_uZ3mHHQYYMJGTw/viewform?usp=header](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfyJmsOwyvb2tHlqWx2UZ0hxzUAJlYoesYp_uZ3mHHQYYMJGTw/viewform?usp=header)

Protocolo - Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeURsCDtd10H9IF6wAFqg-4Eftk8H1YCNqFIR6tvCWuwsLi-g/viewform?usp=publish-editor>

Protocolo - Anos finais do Ensino Fundamental.

[https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdBD-X4Gkt31czJcfjkhYGBKjYcWkPbfwokP\\_fjF-fYnTRoi5A/viewform?usp=publish-editor](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdBD-X4Gkt31czJcfjkhYGBKjYcWkPbfwokP_fjF-fYnTRoi5A/viewform?usp=publish-editor)

Protocolo - Educação de Jovens e Adultos.

[https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdxAbws8ZGjlcPupRdCqNG7gSZsyeKn7vPI\\_aeCYCocDQN2YKg/viewform?usp=publish-editor](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdxAbws8ZGjlcPupRdCqNG7gSZsyeKn7vPI_aeCYCocDQN2YKg/viewform?usp=publish-editor)

- Apenas informações genéricas e estatísticas, como o número de ocorrências, o tipo de ação racista, e as medidas pedagógicas adotadas, devem ser encaminhadas, sem identificar os indivíduos.

**5 - Objetivo do Registro**

- **Subsidiar Políticas Públicas:** Os dados coletados serão usados pela Secretaria da Educação, Comissão de Trabalho Mista (CTM) e outras instituições públicas para



$$1 + 2 = 3$$





			<p>desenvolver e aprimorar políticas de prevenção e combate ao racismo nas escolas. Esses registros ajudarão a identificar padrões, necessidades e áreas de melhoria em termos de práticas antirracistas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Prevenção e Combate ao Racismo:</b> O monitoramento contínuo das ocorrências permitirá à escola e à Secretaria agir de forma mais proativa na criação de um ambiente educacional democrático e antirracista.</li> </ul> <p>A gestão escolar deve garantir que todo o processo de registro seja conduzido com ética, respeitando os direitos dos envolvidos e contribuindo para a construção de um ambiente educacional antirracista.</p>
<b>Acompanham ento</b>	Gestão escolar	Acompanhamento contínuo.	<p>A gestão escolar deverá realizar o acompanhamento contínuo da ocorrência, bem como se as ações realizadas apresentaram efeitos positivos, tanto para a vítima e ofensor, bem como a prática na instituição educacional.</p> <p>É importante que a gestão, docentes e demais membros da escola designados para esse acompanhamento, observem, com atenção, o comportamento do estudante (vítima), percebendo qualquer estado de sofrimento ou alterações nas relações de convivência que possam ter sido impactadas de alguma forma.</p>

**Observação:** Em caso de ocorrências envolvendo apenas adultos (integrantes da equipe escolar; responsáveis pelos estudantes e membros da comunidade em geral. A gestão escolar deverá orientar sobre a legislação vigente, bem como orientar sobre a abertura de boletim de ocorrência. Se o fato envolver funcionários, a ocorrência deverá ser registrada em ata e se o funcionário da escola for o ofensor, encaminhar um relatório circunstanciado para averiguação de infração disciplinar, nos termos do Decreto Nº 26.249, de 15 de junho de 2021.

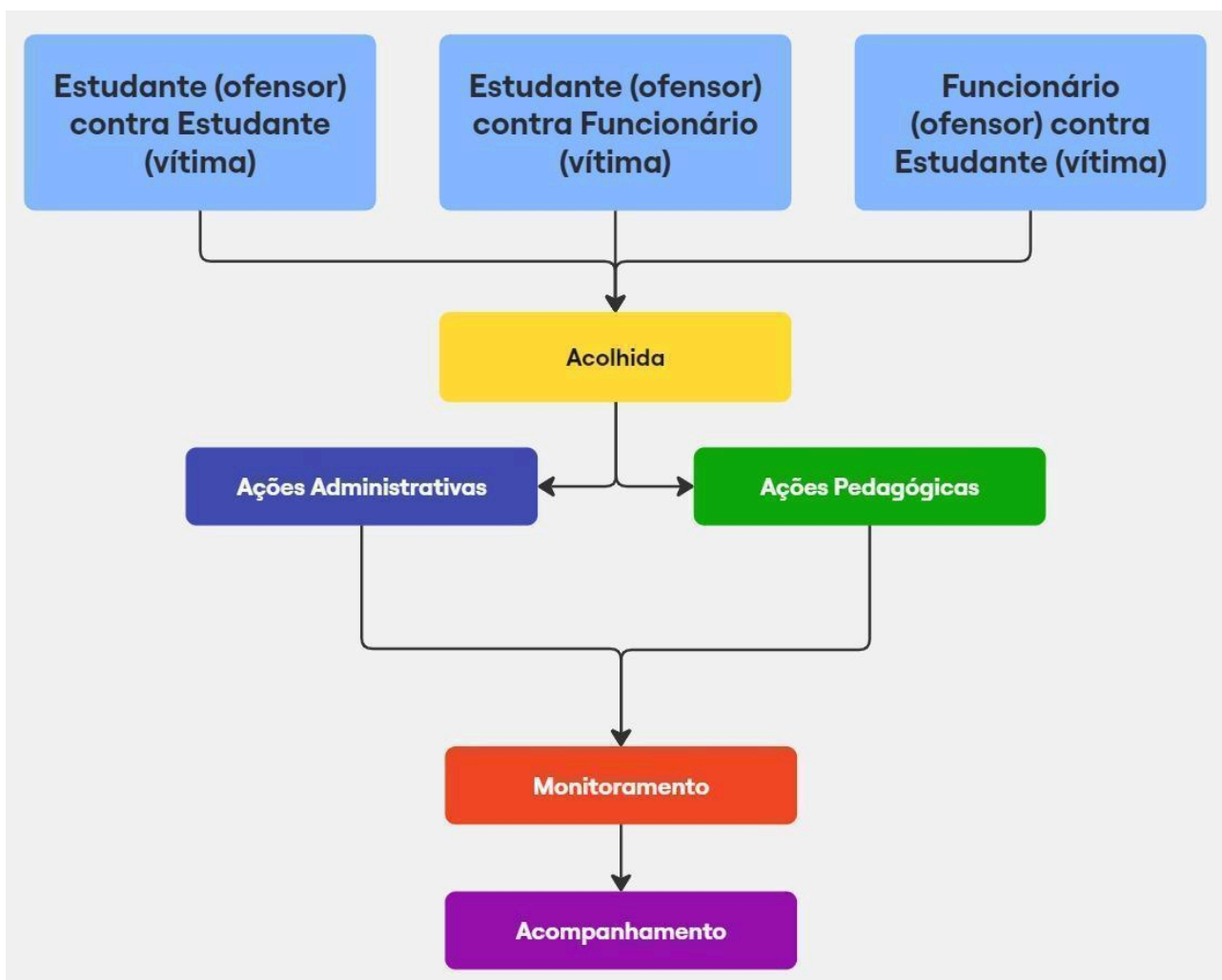


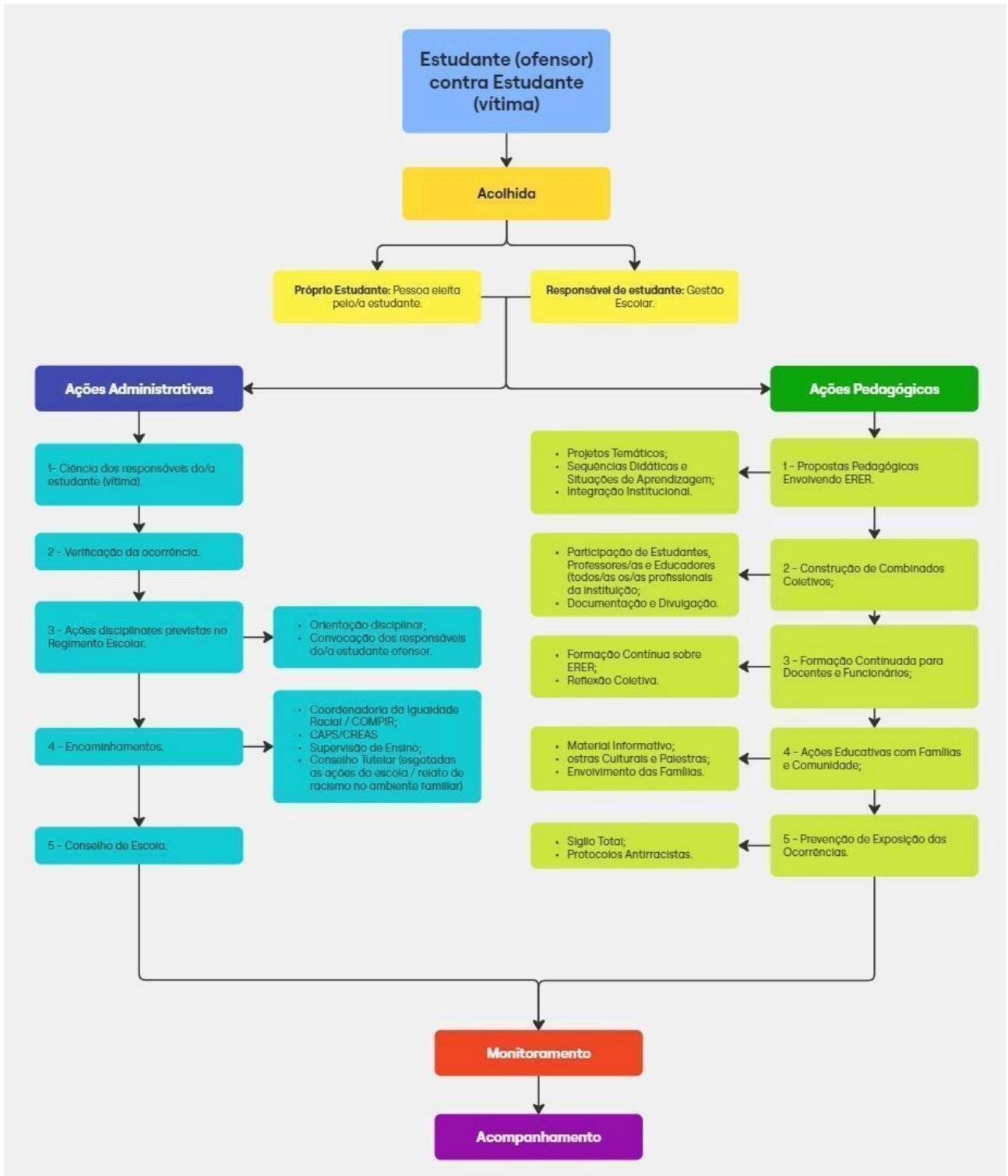
$$1 + 2 = 3$$



### 15.3 Fluxo de Atuação das Instituições na Ocorrência de Situações de Racismo

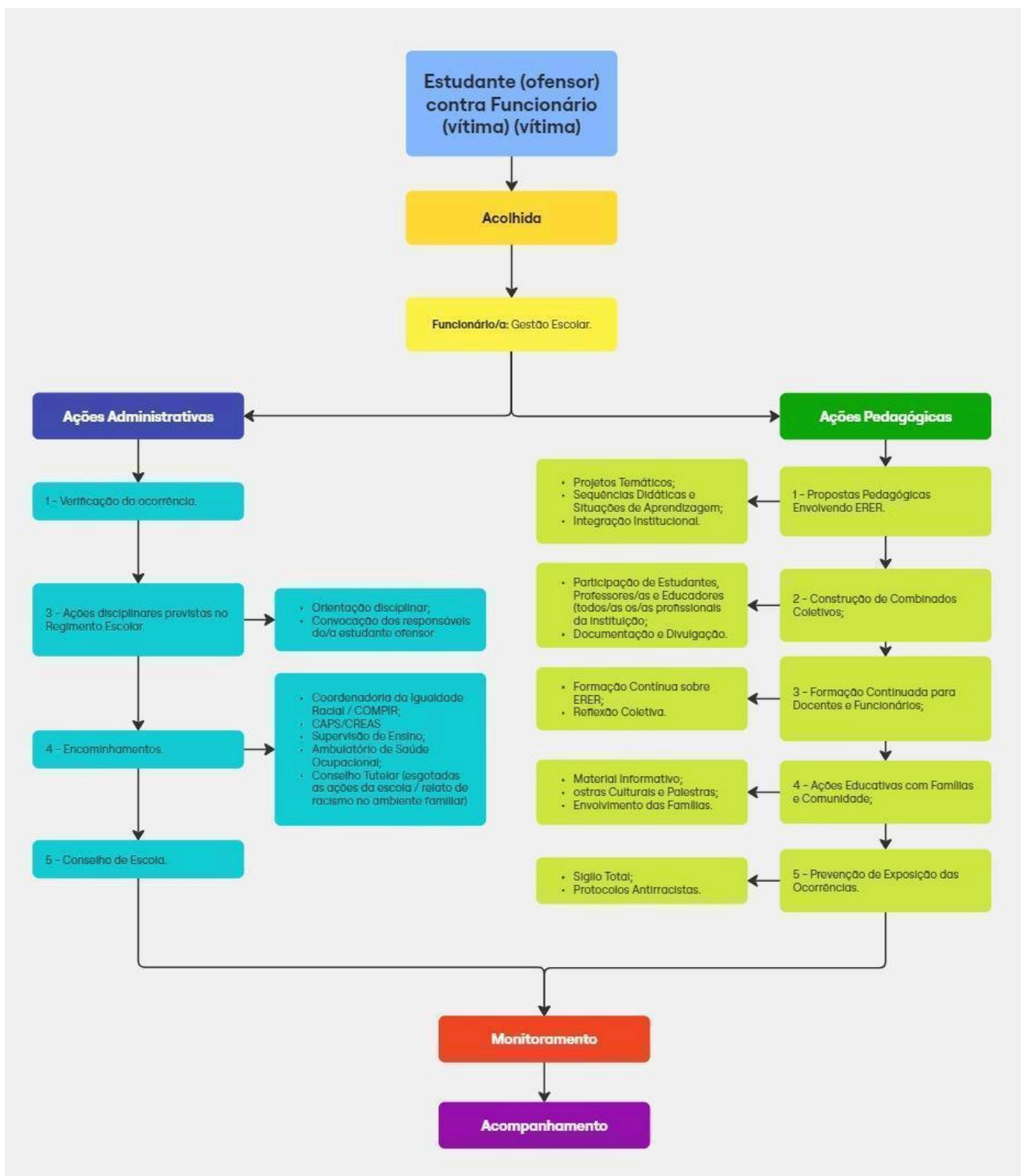
FLUXO:





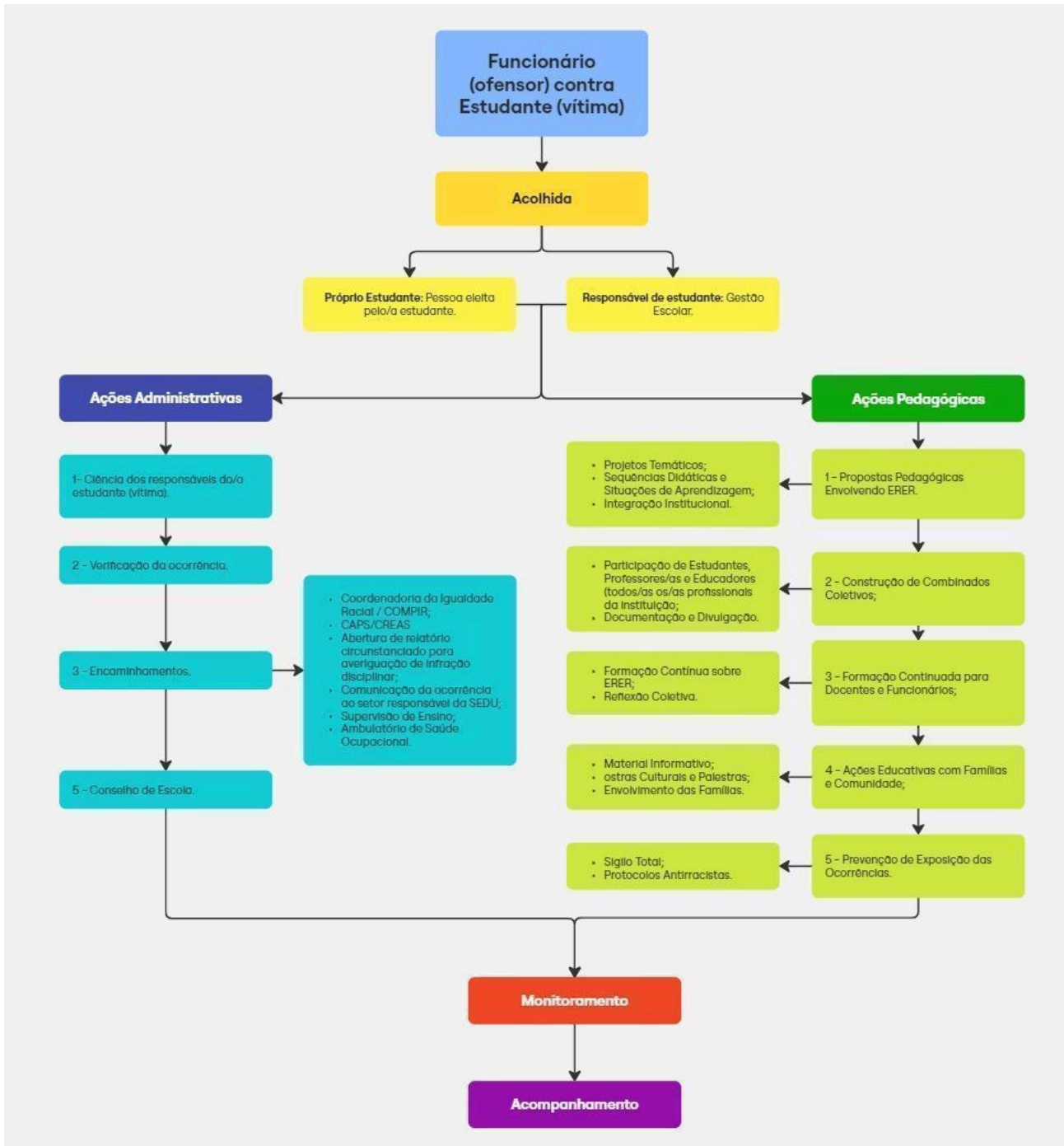
$1 + 2 = 3$





1 + 2 = 3





1 + 2 = 3



15.4 Critérios para avaliação de livros

**CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE LIVROS COM BASE NOS PRESSUPOSTOS DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA (BRASIL, 2004)**

O presente documento é fruto de estudos, reflexões e diálogos dos membros da Comissão de Trabalho Mista (CTM) criada pela Portaria SEDU n. 18, de 22 de fevereiro de 2019, em atendimento à deliberação CMESO Nº 05/2018, de 28 de novembro de 2018, que atualiza Normas para garantir a implementação dos Artigos 26A e 79B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) (BRASIL, 1996) que incluem, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Os critérios, aqui elencados, têm como objetivo trazer subsídios aos profissionais da educação para a análise e escolha de recursos literários que favoreçam a Educação das Relações Étnico-Raciais e a promoção da reparação histórica e justiça social, reconhecimento e valorização de histórias e culturas afro-brasileiras e africanas em suas ações pedagógicas.

De acordo aos preceitos das DCNERER (BRASIL, 2004) é indispensável reflexão constante a respeito dos recursos e escolhas pedagógicas realizadas. Para isso, se faz necessária a construção de um olhar crítico visando contrapor a visão eurocentrada. Nesse contexto, para garantir a oferta de literaturas que contemplem as identidades negras e indígenas, de forma positiva e propositiva, é pertinente considerar o caráter formativo dos livros de literatura infanto-juvenil. Pautados num referencial teórico que assume a categoria racial como critério analítico (SILVA, 2011; ARAUJO; FERRANDO, 2017; PEREIRA; NASCIMENTO, 2020), assumimos que as narrativas e suas ilustrações têm forte impacto na construção do imaginário social, razão pela qual é necessária uma reflexão constante a respeito dos recursos e escolhas pedagógicas realizadas.

Livro:				
Autor/ ilustrador:				
<b>CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE LIVROS COM PERSONAGENS NEGROS/ INDÍGENAS OU COM ABORDAGEM DE TEMAS RELACIONADOS AS COSMOVISÕES DE MATRIZES AFRICANAS/ INDÍGENAS</b>				
	SIM	NÃO	PARCIALM ENTE	<b>OBSERVAÇÕES</b>
• O livro aborda cosmovisões de matrizes africanas ou indígenas?				Por cosmovisão entende-se a visão de mundo, valores e princípios que remetem à ancestralidade dos povos africanos e indígenas. Neste item é preciso avaliar se a narrativa faz referência a temáticas da cultura, modos de pensar o mundo, expressões artísticas e históricas que referenciam as nossas raízes africanas, afro-brasileiras ou indígenas.
• Há personagens negros/ indígenas?				

<ul style="list-style-type: none"> <li>Os personagens são protagonistas?</li> </ul>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>As ilustrações valorizam os fenótipos negros / indígenas?</li> </ul>			<p>Observar se as ilustrações favorecem a construção positiva da imagem das pessoas negras / indígenas. É preciso se atentar a qualidade das ilustrações com foco nos detalhes dos personagens como cabelos, traços fisionômicos e outras formas de representação, avaliando se estas propiciam o reconhecimento da estética negra / indígena de forma positiva.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Há representações estereotipadas dos povos negros/indígenas associados à imagens de animais que contribuam para a sua desumanização?</li> </ul>			<p>Observar se as ilustrações apresentam representações humanas negras/indígenas associadas a animais, ou com traços fenotípicos pejorativos como lábios exageradamente volumosos e avermelhados ou quadris demasiadamente largos, dentre outras representações formuladas na intenção de desumanizar as populações negras/indígenas.</p> <p>Ressalta-se que as associações entre animais e seres humanos, pensadas a partir das cosmovisões africanas e indígenas não compõem perspectivas desumanizadoras.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Os personagens negros estão retratados em posições socialmente desvalorizadas?</li> </ul>			<p>Observar se a narrativa textual e as ilustrações confinam personagens negros/indígenas a profissões e representações socialmente desvalorizadas, com exceção às situações em que, na intenção de agregar valor positivo à história e identidade negra/indígena, tais posições compõem o contexto do histórico de vida da (o) personagem.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Há diversidade estética em representações negras/indígenas nas narrativas textuais e/ou visuais deste livro?</li> </ul>			<p>Nos grupos indígenas é preciso reconhecer as diversas etnias, estéticas e modos de viver possibilitando o respeito aos diferentes modos de ser indígena no contexto atual.</p> <p>Neste sentido, é preciso também compreender que há negros/as com diferentes texturas/ cores de cabelos, tons de peles e fenótipos, sendo este um ponto importante de reconhecimento e valorização das múltiplas identidades negras.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Os adjetivos que caracterizam os/as personagens negros (as) ou indígenas favorecem a construção de imagens positivas dessas populações?</li> </ul>			<p>Refletir se as características dos personagens negros (as)/ indígenas são descritas com adjetivos depreciativos que tendem a desfavorecer a população negra, como nos casos em que, habitualmente, relacionam a cor preta à negatividade.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ao focar povos africanos ou indígenas e suas</li> </ul>			<p>É necessário reconhecer a existência das especificidades que compõem a diversidade</p>

<p>culturas, o livro traz especificidades de cada etnia/localidade/país/região evitando generalizações?</p>				<p>histórica e cultural dos povos africanos e indígenas para evitar generalizações em relação à complexa dimensão espacial e temporal da história da África, dos africanos, de seus descendentes da diáspora e dos povos indígenas.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ao focar os povos africanos e suas culturas, o livro supera estereótipos que relacionam o continente à pobreza/escassez?</li> </ul>				<p>A superação de estereótipos diz respeito ao tratamento da história do continente africano em uma perspectiva positiva e não só de denúncia da miséria e discriminações que atingem o continente. Observa-se a necessidade de um tratamento articulado com a história dos afrodescendentes no Brasil, conforme prerrogativas das DCNERER (2004, p.19)</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ao focar povos indígenas e suas culturas, o livro supera estereótipos que os definem como atrasados e selvagens?</li> </ul>				<p>Esse item diz respeito ao reconhecimento dos povos indígenas e a <b>não-veiculação</b> de preconceitos, estereótipos ou qualquer outra forma de discriminação, conforme PARECER CNE/CEB Nº 14/2015)</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O livro traz referências visuais / textuais que contribuam para o reconhecimento e valorização da beleza e estética negra e indígena?</li> </ul>				<p>Reconhecer exige direcionar positivamente as referências aos negros e indígenas no sentido do respeito e da correção de posturas, palavras preconceituosas e atitudes veladas ou explícitas.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O livro traz referências visuais / textuais que superem a normalização da ideia da cultura e valores brancos como universais?</li> </ul>				<p>As referências visuais e textuais do livro abrigam outro(s) modo (s) de ser e viver de forma a questionar, ainda que indiretamente, a normatização dos padrões da branquitude como constituidora única e universal dos padrões sociais de humanidade.</p> <p>A superação de pressupostos histórico-culturais euro-brancos referenciados como valores universais está também relacionada a superação do mito da democracia racial, pois este se fundamenta na ideia unilateral e branca de conforto e de privilégio nas relações inter-raciais. A qual identifica como bom e perfeito tudo o que é ou se aproxima do branco europeu.</p>
<p>Considerando os critérios elencados acima, este livro é indicado para a composição dos Planos de Ensino/Trabalho conforme as modalidades/etapas atendidas na Instituição Educacional?</p>				

[Referências da ficha dos critérios para avaliação de livros com personagens negros/ indígenas ou com abordagem de temas relacionados as cosmovisões de matrizes africanas/ indígenas](#)

### 15.5 Categorização raça/cor

Considerando a Resolução Nº 01 de 15 de janeiro de 2018, que institui Diretrizes Operacionais para os procedimentos administrativos de registro de dados cadastrais de pessoa

natural referentes aos estudantes e profissionais de educação que atuam em instituições públicas e privadas de ensino em todo o território nacional em seu artigo 7º Inciso IV que consideram-se informações que, obrigatoriamente, devem constar dos registros administrativos das instituições de ensino referentes aos seus estudantes e profissionais de educação o campo cor/raça, entre outros dados.

No mesmo artigo, no parágrafo 2º, institui que as instituições públicas e privadas de ensino, ao incluírem a informação de cor/raça em seus cadastros de estudantes e de profissionais de educação, deverão adotar a categorização dos padrões utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – branco, pardo, preto, amarelo e indígena – e observar a obrigatoriedade de preenchimento dessa informação, instituída por esta Resolução.

Tendo em vista ainda, que o Parecer CNE/CEB Nº 04/2017, que discorre sobre a Resolução supracitada, no sentido de que o campo “não declarado”, contido nas fichas de matrícula dificulta a coleta desses dados e conseqüentemente gerando altos índices de subnotificação.

Intencionando a verificação dos dados quantitativos da população da rede pública municipal de ensino por cor/raça torna-se imprescindível para traçar um panorama situacional da rede e com isso a construção de políticas públicas e propostas pedagógicas voltadas para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, conforme preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Assim, a partir de diversos diálogos durante as reuniões da Comissão de Trabalho Mista, a partir da legislação acima citada, foi apresentada à Secretaria da Educação, a seguinte propositura: que seja adotado a categorização dos padrões utilizados pelo IBGE - branco, pardo, preto, amarelo e indígena nas fichas de matrículas e que seja retirado o campo “não declarado” desses formulários.

Realizados os encaminhamentos necessários, em 10 de outubro de 2024, foi publicado o Parecer 01/2024, aprovado em 17 de setembro de 2024 e a Deliberação CMESO nº 02/2024, de 19 de setembro de 2024, que traz em seu “ Artigo 1º Fica aprovado o Parecer CMESO/CTE nº 01/2024, que trata da categorização dos padrões utilizados pelo IBGE - branco, pardo, preto, amarelo e indígena nas fichas de matrículas dos estudantes da rede municipal de Sorocaba.”

## 16. Orientações da Rede de Proteção

### 16.1 Conselho Tutelar

A Secretaria da Educação vem estreitando os vínculos com os serviços e equipamentos responsáveis por estabelecer a Rede de Proteção dos estudantes e suas famílias/responsáveis.

A escola tem papel fundamental para garantir e assegurar os direitos dos estudantes, sendo um dos mais importantes, acesso e permanência na escola.

Os estudantes com excesso de faltas deverão ser encaminhados ao conselho tutelar via ofício com os dados completos e todas as ações desenvolvidas pela unidade escolar de busca ativa e compensação de ausência.

Os casos graves envolvendo outras violações de direitos deverão ser encaminhados diretamente ao Conselho Tutelar via e-mail, com cópia para o Supervisor de Ensino e para a Gestora de Desenvolvimento Educacional responsável pela Rede de Proteção a fim de auxiliar e acompanhar o fluxo, através do e-mail: [rededeprotecao@sedu.sorocaba.sp.gov.br](mailto:rededeprotecao@sedu.sorocaba.sp.gov.br).

**Importante:** A Secretaria da Educação, por meio da Rede de Proteção da Educação, em parceria com o Conselho Tutelar e em conformidade com o Caderno nº 16 – Regimento Escolar, está reorganizando um material informativo com o objetivo de subsidiar, orientar e alinhar as ações das Unidades Escolares diante de situações de indisciplina, ato infracional, urgência e emergência, evasão escolar, esquecimento de criança na escola, atrasos e diferentes tipos de violência.

O material estará disponível a partir do mês de março, após a realização das formações destinadas às equipes gestoras sobre a temática, previstas no Plano Anual Formativo (PAF) 2026, e poderá ser acessado por meio do link abaixo:

- [Fluxo: CT.](#)

Para o encaminhamento das faltas em excesso dos estudantes ao Conselho Tutelar, é importante observar as orientações previstas na [Indicação CMESO nº01/2024](#) e o Regimento Escolar, Capítulo IX, de forma a reduzir o prejuízo educacional ocasionado pelas faltas.

Art. 113 . O estudante deverá cumprir atividades para compensar ausências no decorrer do ano letivo, sempre que se fizer necessário, de forma permanente e contínua com o objetivo de possibilitar a aprendizagem e favorecer o acompanhamento do processo educacional.

→ [Indicação Conjunta 01/2024 CMESO](#)

Importante: A Secretaria da Educação através da Rede de Proteção da Educação em parceria com o Conselho Tutelar e em conformidade com o Caderno nº 04 - Regimento Escolar, está organizou um material informativo visando facilitar e alinhar as ações das Unidades Escolares noas casos de Indisciplina, Ato Infracional, situações de urgência e emergência, evasão escolar , esquecimento de criança na escola, atrasos e tipos de violência. O material ficará disponível a partir de março, após as formações com os membros da gestão acerca do tema previstas no Plano Anual Formativo - PAF 2026, através do link abaixo:

## 16.2 Escuta Especializada

O serviço da Escuta Especializada realizada pelo GPACI agregou muito na proteção das crianças quanto à violação de direitos e violências sofridas em diversos âmbitos: física, psicológica, sexual, racial, testemunha de violência. Para tanto, quando houver suspeita ou relato no ambiente

escolar, qualquer membro da equipe poderá preencher o formulário de encaminhamento e enviar à Escuta Especializada, que fará a análise e dará prosseguimento no processo.

**Orientações:**

- Quando o estudante trouxer o relato espontâneo, acolher sem questionamentos, e descrever no formulário de encaminhamento a fala de forma fidedigna sem omitir detalhes;
- Quando houver suspeita por algum profissional da educação, levar ao conhecimento da equipe de suporte pedagógico, preencher o formulário e encaminhar;
- Se perceber que a criança corre risco ao retornar para junto do suposto agressor, acionar imediatamente o Conselho Tutelar via telefone e documentar por e-mail;

Os casos de violência, de qualquer natureza, devem ser tratados com discrição e sigilo para preservar o estudante.

Os casos devem ser encaminhados para a Escuta Especializada e Conselho Tutelar via e-mail, no mesmo e-mail, e telefone para orientações. Com cópia para o Supervisor de Ensino e para a Gestora de Desenvolvimento Educacional responsável pela Rede de Proteção a fim de auxiliar e acompanhar o fluxo.

- **Fluxo:** [Fluxo EE-SGD Protocolo EE.xlsx](#)
- **Protocolo:** [Protocolo Escuta Especializada](#)
- Escuta Especializada: 99136-0792
- Conselho Tutelar Leste/ Sul/ Norte: 3235-1212
- Conselho tutelar Oeste: 3202-1759

**16.3 Demais Casos**

Situações encaminhadas via Escola Saudável, que seja apontada negligência familiar, encaminhar via e-mail ao Conselho Tutelar, com cópia para o Supervisor de Ensino e para a Gestora de Desenvolvimento Educacional responsável pela Rede de Proteção a fim de auxiliar e acompanhar o fluxo, o relato da situação e anexo o formulário do encaminhamento.

Os casos encaminhados ao Conselho Tutelar deverão sempre conter os dados dos estudantes: nome completo, idade, nome dos genitores, endereço e telefone para contato.

**17. Orientações sobre Parcerias, Programas e Projetos****17.1 Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**

A rede municipal de Sorocaba aderiu ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), instituído pelo Decreto nº 11.556/2023. O CNCA tem como objetivo garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras até o 2º ano do Ensino Fundamental e a recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização, de 100% das crianças matriculadas no 3º, 4º e 5º ano. O programa é executado por meio da colaboração entre União, estados, Distrito Federal e

municípios, fortalecendo a cooperação entre os diferentes níveis de governo.

O CNCA tem por finalidade garantir que todos os estados e municípios elaborem e publiquem sua política de alfabetização, além de organizar uma política territorial de formação e a escolha e indicação dos materiais didáticos complementares e pedagógicos para o território. Objetiva também o reconhecimento das práticas pedagógicas e de gestão no campo da garantia do direito à alfabetização desenvolvidas por secretarias municipais de educação e escolas. Neste sentido, o estado de São Paulo lançou, no ano de 2024, o Programa Alfabetiza Juntos SP.

### 17.1.1 Programa Alfabetiza Juntos SP

O Governo do Estado de São Paulo, por meio do Decreto nº 68.335, de 20 de fevereiro de 2024, instituiu o Programa Alfabetiza Juntos SP, destinado aos 645 municípios, com o objetivo de fortalecer o regime de colaboração entre Estado e municípios, com ênfase na alfabetização das crianças até o 2º ano do Ensino Fundamental. O programa também oferece suporte aos estudantes do 3º ao 5º ano, promovendo a recomposição das aprendizagens e o desenvolvimento de competências em leitura, escrita, fluência leitora e matemática.

Entre as ações previstas, destacam-se a utilização de recursos digitais, como a Plataforma de Leitura Elefante Letrado, a Plataforma Matific e a Plataforma de Avaliação CNCA, que possibilita três ciclos avaliativos ao longo do ano, além da aplicação do SARESP e da Avaliação de Fluência Leitora.

Essas ferramentas constituem instrumentos de mediação pedagógica, permitindo ao docente acompanhar, de forma sistemática, o progresso dos(as) estudantes, identificar dificuldades específicas e planejar intervenções pedagógicas direcionadas.

### 17.1.2 Plataforma Elefante Letrado

A Plataforma de Leitura Elefante Letrado é uma ferramenta digital voltada para o desenvolvimento da leitura e compreensão de textos por crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Seu objetivo central é fomentar o hábito da leitura e apoiar o(a) docente na mediação do processo de alfabetização, garantindo que as crianças tenham contato regular com diferentes gêneros textuais.

A plataforma está estruturada em duas grandes áreas:

- **Área do aluno:** composta por uma biblioteca digital com livros de variados gêneros textuais, permitindo que os estudantes explorem diferentes formas de linguagem e estilos de escrita. Conta ainda com atividades pedagógicas integradas, que promovem a reflexão sobre os textos, a identificação de ideias principais, a realização de inferências e a interpretação de informações.
- **Área do professor/gestor:** organizada para permitir o acesso a relatórios detalhados sobre o desempenho individual e coletivo, subsidiando a tomada de decisões pedagógicas. Dessa forma, o(a) docente pode identificar pontos fortes, dificuldades e necessidades de intervenção, planejando atividades alinhadas ao desenvolvimento de cada estudante.

Uso recomendado:

- O uso da plataforma deve ocorrer por, no mínimo, 25 minutos semanais.
- Pode ser acessada por tablets, chromebooks ou outros dispositivos digitais, diferentes dos oferecidos pela unidade escolar.
- É pensada para complementar o trabalho em sala de aula, não substituindo o ensino presencial, mas reforçando o desenvolvimento da leitura e compreensão de forma lúdica, interativa e significativa.

### 17.1.3 Plataforma Matific

A Plataforma Matific é um recurso digital educacional voltado para o ensino e aprendizagem da Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Seu objetivo é oferecer atividades interativas e contextualizadas, tornando o aprendizado matemático mais significativo, atrativo e exploratório para os estudantes. Por meio de atividades lúdicas e gamificadas, a plataforma permite que as crianças experimentem, investiguem e resolvam problemas de forma dinâmica, estimulando o raciocínio lógico, a compreensão de conceitos matemáticos e a aplicação do conhecimento em situações concretas.

Entre os principais recursos da Matific estão:

- atividades gamificadas que incentivam a participação ativa dos estudantes;
- conteúdos organizados de acordo com as habilidades do Currículo, apoiando a aprendizagem contínua;
- relatórios de desempenho, que permitem ao docente acompanhar a evolução individual e coletiva, identificando avanços, dificuldades e necessidades de intervenção pedagógica.

A Matific funciona como recurso complementar ao currículo escolar, fortalecendo competências matemáticas, apoiando a prática pedagógica e promovendo um ambiente de ensino que estimula a construção do conhecimento de forma significativa e contextualizada. Pode ser utilizada tanto em sala de aula quanto em atividades extraclasse, em diferentes dispositivos digitais, favorecendo a aprendizagem personalizada e o desenvolvimento integral dos estudantes.

### 17.1.4 Plataforma da Avaliação Contínua da Aprendizagem - Compromisso Nacional Criança Alfabetizada

A plataforma de avaliações periódicas do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada é uma estratégia de apoio às redes municipais e tem como objetivo subsidiar professores e gestores na avaliação do processo de alfabetização e nas intervenções pedagógicas necessárias para garantir o direito à alfabetização. A proposta é trabalhar três ciclos de avaliação contínua da aprendizagem ao longo do ano letivo.

As avaliações são desenvolvidas pela Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC e os cadernos de teste são disponibilizados na plataforma do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada para aplicação. Após a correção é calculado o indicador de acerto e disponibilizado de modo a identificar as habilidades nas quais os(as) estudantes apresentam mais dificuldades e, assim, direcionar o trabalho pedagógico.

A plataforma oferece avaliações formativas para estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental dos seguintes componentes: Leitura, Escrita, Fluência em Leitura e Matemática. Dispõe também de materiais com orientações para o uso dos resultados das avaliações e sugestões de práticas pedagógicas. A meta de aplicação em 2026 é para 2º, 4º e 5º ano e gradativamente, chegar em 100% dos estudantes matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para 2026, os(as) Orientadores(as) Pedagógicos(as) receberão formação para saber como trabalhar com essa plataforma tão importante.

**Datas previstas pelo Estado para a aplicação dos ciclos de avaliação em 2026:**

### Cronograma da Avaliação Contínua da Aprendizagem - 2026

	<b>Ciclo I</b> Março-Abril	<b>Ciclo II</b> Junho-Julho	<b>Ciclo III</b> Setembro-Outubro
<b>Disponibilização dos Cadernos de Testes</b>	09 de fevereiro	1º de junho	28 de setembro
<b>Aplicação e Lançamento de Respostas</b>	11 de março a 17 de abril	de 3 de junho a 31 de julho	de 30 de setembro a 30 de outubro
<b>Publicação de Resultados</b>	A partir de 12 de março, com atualização diária durante a aplicação	A partir de 4 de junho, com atualização diária durante a aplicação	A partir de 01 de outubro, com atualização diária durante a aplicação
<b>Webinário de apropriação</b>	07 e 09 de abril	04 e 06 agosto	10 e 12 de novembro

#### 17.1.5 SARESP

O SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) é uma avaliação externa aplicada aos estudantes da rede pública estadual e municipal, com o objetivo de acompanhar o desempenho escolar em Língua Portuguesa e Matemática, fornecendo informações importantes para o planejamento pedagógico e políticas educacionais.

No caso dos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental, os resultados do SARESP são utilizados para calcular o ICA – Indicador Criança Alfabetizada, que reflete o nível de alfabetização das crianças. O ICA permite identificar as habilidades de leitura e escrita já consolidadas e aquelas que ainda necessitam de intervenção, orientando professores, gestores e redes de ensino na adoção de estratégias pedagógicas direcionadas para garantir que todos os estudantes atinjam a alfabetização adequada.

Dessa forma, o SARESP e o ICA constituem instrumentos essenciais de monitoramento e apoio à alfabetização, contribuindo para o acompanhamento sistemático do desenvolvimento dos estudantes e para a melhoria contínua do processo educativo.

### 17.1.6 Avaliação de Fluência Leitora

A Avaliação de Fluência Leitora tem como objetivo aferir a fluência em leitura dos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental, avaliando o processo de alfabetização por meio da leitura de palavras e textos. A leitura do estudante é registrada pelo aplicativo CAEd (Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação), que posteriormente analisa e classifica cada estudante em um perfil leitor, considerando três critérios principais:

- **precisão** -capacidade de ler corretamente as palavras escritas;
- **velocidade** -realização de uma leitura fluida, sem grandes pausas e dificuldades;
- **prosódia** -uso adequado dos aspectos tônicos e rítmicos do discurso, como a pausa na vírgula e a entoação interrogativa em uma pergunta.

Os resultados são apresentados em diferentes perfis: Pré-Leitor, Leitor Iniciante e Leitor Fluente. Com base nessas informações, é possível planejar e desenvolver estratégias pedagógicas direcionadas ao nível de desenvolvimento de cada estudante.

A avaliação ocorre em dois momentos: uma avaliação de entrada, no início do ano, e uma avaliação somativa, ao final do ano letivo. A meta é atingir 100% dos estudantes matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental, gerando o IFL (Índice de Fluência Leitora) para cada instituição educacional e para o município, subsidiando o acompanhamento pedagógico e o planejamento das intervenções necessárias.

### 17.2 Programa EDUTEC – Tecnologias Educacionais

Considera-se a tecnologia e a informática parte integrante do cotidiano e das vivências sociais, pois estão presentes na maneira como se dá o acesso ao conhecimento, busca e troca de informações e na comunicação com outras pessoas. Nesse contexto, é fundamental que os conceitos, mecanismos e implicações destas áreas sejam disseminados amplamente de forma que possam fomentar a atuação crítica enquanto cidadãos do século XXI.

O campo das tecnologias contempla as habilidades previstas na BNCC, onde de forma mais sensível encontramos estes eixos, nas dimensões 4 e 5 na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), referências da relevância do projeto.

#### Competência 4: Comunicação:

Utilizar diferentes linguagens - verbal (oral ou visual-motora, como Libras e escrita), corporal, visual, sonora e digital -, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo (BRASIL, 2017, p. 9).

#### Competência 5: Cultura digital:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e

exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2017, p. 9).

No Plano Municipal da Educação (2015), ratifica-se a importância do acesso à tecnologias digitais como uma das metas a serem cumpridas na educação básica ao propor: “Utilizar, nas diferentes etapas de ensino da educação básica, as tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas como recursos pedagógicos” (2015, p.37).

O Marco Referencial da Rede de Ensino Municipal de Sorocaba, apresenta-nos que:

[...] a necessidade de repensar os espaços de aprendizagens, estratégias de ensino e o uso das tecnologias digitais, faz-se importante para que se tenha como premissa a mudança da prática escolar, proporcionando recursos necessários para que isso se efetive [...] A utilização das tecnologias educacionais nos processos de ensino e de aprendizagem pode promover a capacitação dos profissionais da educação e apoiar o gerenciamento dos recursos tecnológicos necessários para o alcance desses objetivos (2017, p. 49).

Ao iniciar qualquer ação envolvendo tecnologia educacional, é importante sempre ter em mente o conceito de tecnologia, que, apesar de amplo e complexo, pode ser simplificado à ideia do estudo da técnica, do estudo da própria atividade do modificar, do transformar, do agir.

A partir disso, entende-se que a tecnologia não está apenas relacionada a grandes invenções digitais, internet das coisas (IOT), realidade virtual ou qualquer outro conceito atual que perpassa nosso cotidiano, mas em sua essência, a ação do ser humano sobre a sua realidade, utilizando diferentes ferramentas e metodologias. Logo é parte inerente do processo didático-pedagógico, visto como uma ação essencialmente humana.

As ações de tecnologia educacional, além de serem indispensáveis na composição do Projeto Político Pedagógico, devem também estar relacionadas com as propostas do Programa Edutec, como veremos a seguir.

O **Programa EDUTEC - Educação, Tecnologia e Comunicação**, tem em suas bases as concepções e princípios pedagógicos que orientam o Marco Referencial assim como os demais princípios que orientam os programas da Rede Municipal.

O programa de modernização tecnológica das ações pedagógicas e administrativas da Rede Municipal de Educação de forma humanizada com foco na Inovação, Ciência e Tecnologia, que tem os seguintes objetivos:

- Desenvolver projetos de formação continuada para profissionais da educação nos eixos: Cultura Digital, Tecnologia Digital, Pensamento Computacional, Educomunicação, Ciência e Inovação;
- Desenvolver espaços, para além das instituições de ensino, para o desenvolvimento da educação digital e tecnológica com olhar humanizado e voltado para a concepção de infância e juventude propostas nos documentos orientadores da Rede Municipal de Sorocaba;
- Estimular ações descentralizadas para o fomento e difusão de pesquisas e projetos sobre Educação, Tecnologia, Comunicação e Inovação no município de Sorocaba;

- Desenvolver Políticas Públicas para a área de Educação, Tecnologia, Comunicação e Inovação;
- Informatizar processos administrativos e pedagógicos da Secretaria da Educação;
- Ampliar o acesso à internet nas instituições de ensino;
- Garantir acesso a equipamentos digitais: mesa interativa, projetor, computador, lousa digital, tablet, chromebook, televisão, lousas interativas entre outros para estudantes e educadores, **quando for o caso**;
- Promover ações de Inclusão Digital para estudantes sem acesso à internet e a equipamentos digitais.

### 17.2.1 Projetos e Ações EDUTECH

- ✓ **Google for Education** - Utilização das ferramentas Google pela Secretaria da Educação nas Unidades Escolares e no Centro de Referência para o desenvolvimento de ações e projetos, a ação envolve assessoria às equipes para uso das ferramentas, disponibilização e gestão de contas de e-mail para estudantes, docentes e demais profissionais da rede pública municipal.
- ✓ **Projeto Conectividade** - Expansão da conectividade banda larga nas instituições de ensino do município de Sorocaba em ação conjunta entre Secretaria da Educação de Sorocaba e equipe de Tecnologia de Informação da Prefeitura Municipal de Sorocaba, o projeto tem como objetivo garantir conectividade em todas as salas de aula e ponto de rede wi-fi nas unidades escolares da Rede Municipal.
- ✓ **Telas Interativas: Tablet Educacional, Chromebooks e Lousa Digital** - Ação de manutenção, gerenciamento, formação continuada de utilização dos equipamentos para potencialização da prática pedagógica nas unidades escolares e suporte para uso administrativo.
- ✓ **Projeto Espaço Maker** - Criação de espaços e estrutura de apoio pedagógico nas instituições de ensino com o objetivo de estimular a criação de soluções, ferramentas, tecnologias digitais e/ou analógicas, permitindo a exploração da curiosidade e do desenvolvimento do pensamento científico em escolas de Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais.
- ✓ **Projeto Robótica Móvel** - Projeto em parceria com o Parque Tecnológico de Sorocaba, em que um laboratório de robótica móvel (estruturado em um ônibus), proporciona atividades durante 1 mês em escolas de Ensino Fundamental. Em 2025, foram beneficiados quase 320 estudantes. Para 2026, a proposta é ampliar ainda mais esse atendimento.
- ✓ **Projeto Conect@** - Ressignificação dos prédios públicos outrora conhecido como “Sabe-tudo”, com foco nas áreas de: Cultura Digital, Tecnologia Digital e Pensamento Computacional para estudantes da rede pública.

Unidades do Sabe Tudo Conecta que estão ativas, sendo elas:

**E.M. “Inês Rodrigues Cesarotti”** - Jardim Bonsucesso

- E.M. “Prof. Amin Cassar” - Jardim São Camilo  
E.M. “Maria Domingas Tótora de Góes” - Vila Carol  
E.M. “Duljara Fernandes Oliveira” - Jardim Santo Amaro  
E.M. “Flávio de Souza Nogueira” - Vila Fiori  
E.M. “Quinzinho de Barros” - Vila Hortênciã  
E.M. “Oswaldo de Oliveira” - Éden  
E.M. “Luiz Almeida Marins” - Júlio de Mesquita Filho

### 17.3 Projeto “Eu Pratico” - Esporte Educacional Escolar

O Projeto “Eu pratico” - Esporte Educacional Escolar nasce com o propósito de cumprir as legislações brasileiras vigentes referentes à destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do esporte educacional e apoio às práticas desportivas não formais praticadas nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação. O movimento engendrado é de ultrapassar limitadores, tais como a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer.

Conforme dispõe a Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 217, que “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um” (BRASIL, 1988). Não obstante, em seu inciso II, determina “a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional” (Op. Cit.).

A Lei Geral do Esporte (LGE) adota uma perspectiva federativa alinhada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), ao definir a atuação articulada dos entes federados. No âmbito municipal, estas são elencadas no artigo 18 da Lei Geral do Esporte, que, em seu inciso II, prevê a “execução de políticas públicas esportivas em todos os níveis, com fomento prioritário ao esporte educacional”, e, no inciso III, “determina a disponibilização de profissionais qualificados e de espaços adequados para a prática esportiva, inclusive no ambiente escolar”.

A Lei de Diretrizes e Base de 1996, em seu artigo 27 prevê que: “Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais” (BRASIL, 1996).

No capítulo IV, art. 59 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): “Os Municípios com o apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas à infância e juventude” (BRASIL, 1990) .

Observa-se também a valorização pela UNESCO (2004):

[...] da importância da prática do esporte no desenvolvimento dos povos, na convicção de que o esporte e a educação física podem contribuir positivamente nas problemáticas de saúde e bem-estar, na diminuição da desigualdade, no resgate de valores e de princípios, entre outras questões (BRASIL, 2004, s/p).

A Declaração da IV Conferência Internacional de Ministros, Altos Funcionários e Responsáveis pela Educação Física e Esportes realizada em Atenas, em 2004, apresenta questões

prioritárias e recomenda aos governos que sejam essas implementadas nos países para favorecer o desenvolvimento social por meio de políticas de prática esportiva.

Outro aspecto importante, trazido pelo Marco Referencial da Rede Municipal de Sorocaba (2016), está relacionado com

[...] as singularidades dos sujeitos da Educação Básica, que já se constituem cidadãos e cidadãs de direitos e ativos cultural e socialmente, produtores de cultura, ciência, esporte e arte, que compartilham saberes ao longo do seu processo de desenvolvimento cognitivo, físico, emocional e sócio afetivo (SOROCABA, 2016).

Nas atividades físicas educativas, dentro dessas três áreas de atuação pedagógica, Freire (1998, apud ROSSETTO JR., 2007, p. 16-18) apresenta a Metodologia Triangular do Esporte Educacional, que traz três princípios:

- **Ensinar esporte para todos:** independente da habilidade técnica, potencialidades e limitações, o fundamental é a inclusão e participação de todos.
- **Ensinar bem esporte para todos:** para além da compreensão da técnica e tática, mediar o conhecimento sobre o esporte, de maneira que todos o aprendam e possam, por meio dele, refletir sobre a prática e a aprendizagem.
- **Ensinar mais do que esporte para todos:** ensinar o esporte de forma que crianças e adolescentes se apropriem de conhecimentos referentes à cultura, à saúde, à cidadania, à comunidade e ao desenvolvimento do protagonismo.

Isto posto, a execução desse projeto trará oportunidade aos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba de conhecer e de praticar diferentes modalidades esportivas de forma específica e orientada. Com isso, tem-se o objetivo cumprir as legislações vigentes e ampliar o repertório de atividades esportivas educacionais, visando uma educação inclusiva e o desenvolvimento integral da criança e do adolescente nas dimensões cognitivas, socioafetivas e psicomotoras.

Assim, o projeto traz como objetivos específicos:

- Ampliar a agenda esportiva para os estudantes matriculados no Ensino Fundamental Anos Iniciais (3º ao 5º ano) e Finais (6º ao 9º ano);
- Ofertar prática esportiva educacional nas Instituições Educacionais no contra turno escolar;
- Ofertar práticas da cultura corporal do movimento humano;
- Fomentar o desporto educacional na Rede municipal de Ensino de Sorocaba;
- Conscientizar as crianças e os adolescentes sobre a importância da prática esportiva como atividade relevante para o bem estar individual e coletivo;
- Estimular a educação cidadã por meio da prática saudável do esporte educacional.

### 17.3.1 Público Atendido

Estudantes do Ensino Fundamental Anos Iniciais (3º, 4º e 5º) e Finais (6º, 7º, 8º e 9º ano).

### 17.3.2 Desenvolvimento

O projeto, desenvolvido nas Escolas Municipais que fizeram adesão e que atendem ao Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, contemplará os estudantes devidamente matriculados nas instituições educacionais. O período de realização será das 11h30 às 12h20 (1h/aula) e 12h20 às 13h10 (1h/aula) nos anos iniciais e, das 12h20 às 13h10 (1h/aula) nos anos finais.

A adesão das escolas se dá por meio da apresentação de projetos, em diferentes modalidades esportivas. O projeto deverá ser apresentado pelos professores(as) de Educação Física efetivos na instituição educacional, validado pelo(a) diretor(a) de escola e encaminhado à Secretaria da Educação, especificamente ao(a) coordenador(a) técnico do projeto, para conhecimento e acompanhamento do desenvolvimento das ações.

As aulas do projeto são atribuídas como carga suplementar aos(as) professores(as) de Educação Física efetivos da rede municipal de ensino.

Os recursos materiais serão adquiridos por meio de licitação e/ou pelo Fundo Rotativo da Escola (FRE). Estão previstas também, por meio do FRE, a locação de transporte para participação dos(as) estudantes nos eventos esportivos.

As ações formativas sobre o projeto seguirão o cronograma de formação em rede aos professores(as) de Educação Física sendo abordados, dentre outros, os temas: pedagogia do esporte, esporte educacional e práticas da cultura corporal.

As modalidades serão definidas e divididas conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), no eixo temático esportes nas seguintes categorias: Esportes de Marca; Esportes de Precisão; Esportes Técnico-Combinatório; Esportes de rede/quadra dividida ou parede de rebote; Esportes de campo e taco; Esportes de invasão ou territorial; Esportes de combate e demais práticas da cultura corporal do movimento humano.

### 17.4 Projeto Oficinas de Aprendizagem – Recuperação Paralela

As aulas do Projeto serão oferecidas para os(as) estudantes do Ensino Fundamental Anos Iniciais a partir do 2º e Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano) da rede municipal, nos componentes curriculares de Língua Portuguesa, com foco no processo de alfabetização, linguagem (leitura, interpretação e escrita de textos) e Matemática, no desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático.

Os(as) estudantes do Ensino Fundamental Anos Iniciais serão indicados para o Projeto das Oficinas de Aprendizagem a partir dos resultados das avaliações diagnósticas que apresentam desempenho insatisfatório em:

- Nos níveis de escrita pré-silábico ao alfabético - que escrevem apenas lista de palavras com sílabas canônicas - e/ou
- Na interpretação e produção de textos e/ou
- Que se encontram em processo de alfabetização matemática (não compreendem o sistema de numeração decimal e não resolvem situações-problema);

Os estudantes da Escola em Tempo Integral, serão atendidos por professor das Oficinas de Aprendizagem em conjunto com o professor regular da turma, de forma escalonada, em sua turma de referência, no horário da manhã, onde se prioriza a base curricular comum.

Os(as) estudantes do 6º ao 9º ano que apresentam desempenho insatisfatório na interpretação e produção de textos e no desenvolvimento das habilidades relacionadas ao raciocínio lógico-matemático.

A equipe pedagógica deve observar cuidadosamente o número de estudantes indicados para as Oficinas de Aprendizagem considerando que, pode ser um indicador que revela a necessidade de se rever e/ou aprimorar os caminhos e práticas que compõem a proposta pedagógica da escola.

[...] grande parte do mau desempenho dos alunos, agravado pelos problemas da reprovação e da preparação insatisfatória, prévia e em serviço, dos professores, é devido à insuficiência de diálogos e metodologia de trabalhos diversificados na sala de aula, que permitam a expressão de níveis diferenciados de compreensão, de conhecimentos e de valores (Parecer CNE/CEB Nº04/98).

Ao considerar que as Oficinas de Aprendizagem apresentam-se como um período em que a escola proporciona oportunidades a mais (e não as mesmas), de aprendizagem aos estudantes, é fundamental que ocorra acompanhamento por parte da equipe pedagógica (professores(as) da turma, professor(a) do projeto e suporte pedagógico), para que, constatados avanços do(a) estudante, reavalie-se a necessidade do mesmo permanecer ou redefinam-se as intervenções pedagógicas para otimização das aprendizagens. Os(as) estudantes só serão atendidos com a anuência dos familiares/responsáveis (termo de autorização), e desde que atendam aos critérios previstos no projeto.

As aulas acontecerão com até 15 (quinze) estudantes que serão atendidos 4 h/a semanais, divididos em 2 h/a na semana para cada componente curricular (Língua Portuguesa e Matemática).

O(a) professor(a) que atuará no projeto deverá participar de reuniões de formação, em local determinado pela Secretaria da Educação com professor(a) responsável pelo Projeto Oficinas de Aprendizagem da Secretaria Municipal da Educação sempre que convocado.

Para atendimento das especificidades de aprendizagem dos(as) estudantes do Projeto, as Oficinas de Aprendizagem deverão ser subdivididas em Oficinas de Língua Portuguesa e Oficinas de Matemática.

As ações planejadas para as Oficinas de Aprendizagem devem oportunizar aos estudantes e aos seus familiares/responsáveis a conquista da autoestima e da autoconfiança relacionadas ao processo de aprendizagem.

#### 17.4.1 Cabe aos(às) Docentes

- Apoiar a Orientação Pedagógica na constituição das turmas;
- Analisar as Atas de Conselho de Classe Ano/Série/Termo de 2025 para identificação das dificuldades de aprendizagem;

- Elaborar o Plano de Trabalho das Oficinas de Aprendizagem para a instituição educacional, em conjunto com os demais professores(as) e acompanhamento do(a) Orientador(a) Pedagógico;
- Realizar em conjunto com o(a) Orientador(a) Pedagógico(a) e professor(a) da classe, um plano de estudo individual dos estudantes, com metas e objetivos de aprendizagens;
- Dialogar com os(as) professores(as) sobre as percepções da semana de diagnóstico/sondagem;
- Priorizar as demandas específicas de aprendizagem dos(as) estudantes na Leitura, Escrita e na Matemática;
- Organizar os registros de Recuperação referentes: à frequência dos(as) estudantes e ao acompanhamento/monitoramento da aprendizagem, junto ao Orientador(a) Pedagógico(a);
- Preencher a documentação de acompanhamento do projeto indicada pela SEDU.

#### 17.4.2 Plano de Trabalho

- Considerar enquanto princípio norteador, para a construção do Plano de Trabalho das Oficinas de Aprendizagem, o disposto na LDB no Art. 3º: O ensino fundamental obrigatório terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- Os Eixos/Aspectos do desenvolvimento e aprendizagem a serem utilizados nas Oficinas de Aprendizagem, tanto para o planejamento do(a) professor(a), quanto para avaliação (contínua e formativa) do(a) estudante devem objetivar o resgate do desenvolvimento/aquisição de habilidades fundamentais e estruturantes das aprendizagens;
- As atividades planejadas, propostas e desenvolvidas pela equipe de professores(as) nas Oficinas de Aprendizagem, precisam ter como premissa a necessidade de se desenvolver os conteúdos por meio de diferentes estratégias, para que o fazer pedagógico se apresenta por meio de outros caminhos didáticos, viabilizando as possibilidades de desenvolvimento de cada estudante. Portanto, é fundamental que a equipe pedagógica use de criatividade, de conhecimentos e de posturas interventivas que atendam e atinjam os estudantes a partir das suas potencialidades;
- Orienta-se que as equipes pedagógicas realizem, assim que as turmas das Oficinas de Aprendizagem estejam organizadas, uma reunião com os pais dos estudantes envolvidos, com o propósito de esclarecer sobre a importância da participação e presença dos(as) respectivos(as) estudantes nas aulas do projeto.

#### 17.4.3 Acompanhamento dos Resultados

- A avaliação deve ser vista como acompanhamento investigativo da aprendizagem, portanto, contínua e formativa, com base em critérios que viabilizem, sobretudo, melhorar o desempenho do estudante, servindo de instrumento de reflexão e aprimoramento para o

trabalho do(a) professor(a) e não somente examinar o quanto o(a) estudante sabe, em função da produção de um resultado.

- A presença e ausência dos estudantes deverão ser registradas no diário de classe e planilha pré estabelecida pela Secretaria da Educação.
- Registrar o desempenho individual dos estudantes, com metas e objetivos de aprendizagens e indicar se o estudante continua a frequentar as Oficinas de Aprendizagem ou se a vaga será destinada a outro estudante.

### 17.5 Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP)

A Secretaria Municipal da Educação de Sorocaba, em parceria com o SEBRAE, desenvolverá nas escolas municipais com os estudantes do 1º ao 9º do Ensino Fundamental o Projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP). O JEPP visa desenvolver competências gerais da BNCC, reiteradas ao Currículo Paulista que consiste em:

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

O Projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP) é uma proposta pedagógica que promove vivências intencionais voltadas ao desenvolvimento da autonomia, da criatividade, do trabalho coletivo e do protagonismo estudantil, por meio de situações concretas de planejamento, tomada de decisão e organização de projetos.

Na Rede Municipal de Sorocaba, o JEPP não deve ser configurada como ação paralela, mas como prática articulada ao currículo e ao Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares

A partir de histórias, os estudantes são instigados a desenvolver o comportamento empreendedor, agir com autonomia e ser protagonista em busca dos próprios sonhos. O objetivo principal do JEPP é estimular a criatividade e o pensamento crítico, incentivando os estudantes a sonhar e a ter vontade de realizar seus sonhos.

#### 17.5.1 Formação dos professores

O SEBRAE, por meio do JEPP, capacita os professores a utilizarem práticas de aprendizagem que favoreçam a autonomia dos estudantes.

- A formação dos professores será em formato EAD, com material de estudo disponível, de forma assíncrona, na plataforma do SEBRAE;
- Toda a formação terá certificação;
- Os professores que realizaram a formação em anos anteriores, não precisarão realizar a formação no ano de 2026.

#### 17.5.2 Material

Os estudantes do 1º ao 9º ano receberão material individual - Livro do Aluno, que compreenderão os seguintes temas:

- 1º ano do ensino fundamental: O mundo das ervas aromáticas

- 2º ano do ensino fundamental: Temperos naturais
- 3º ano do ensino fundamental: Oficina de brinquedos ecológicos
- 4º ano do ensino fundamental: Locadora de produtos
- 5º ano do ensino fundamental: Sabores de cores
- 6º ano do ensino fundamental: Ecopapelaria
- 7º ano do ensino fundamental: Artesanato sustentável
- 8º ano do ensino fundamental: Empreendedorismo social
- 9º ano do ensino fundamental: Novas ideias, grandes negócios

### 17.5.3 Desenvolvimento e Metodologia

Na perspectiva histórico-crítica, o JEPP pode ser organizado a partir de um movimento pedagógico intencional que se desenvolve em etapas articuladas:

- Inicialmente, parte-se da prática social inicial, com o levantamento dos conhecimentos prévios e das experiências dos estudantes.
- Em seguida, a problematização promove o questionamento das práticas sociais relacionadas ao consumo, à produção e à organização coletiva.
- A etapa de instrumentalização possibilita a apropriação de conceitos, procedimentos e conhecimentos sistematizados, culminando na catarse, momento de síntese crítica do conhecimento apropriado.
- Por fim, a prática social final favorece a aplicação consciente e crítica do que foi aprendido em novas situações da realidade social.
- Esse movimento metodológico assegura a intencionalidade pedagógica do projeto, evitando ações fragmentadas ou meramente práticas. Para sua efetivação, o JEPP utiliza metodologias alinhadas às diretrizes do Currículo Paulista, tais como a aprendizagem baseada em projetos, o trabalho com situações-problema, o trabalho colaborativo e vivências práticas e contextualizadas, garantindo a articulação entre teoria e prática e o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes.

A Secretaria da Educação promoverá no final do ano a Feira JEPP para a finalização do projeto e contará com a participação das Instituições Educacionais.

Para informações referentes ao JEPP, os interessados poderão acessar o site do SEBRAE: [PORTAL SEBRAE](#).

Como meio de contribuir com o trabalho pedagógico das equipes gestoras, trazemos como sugestão um material facilitador para ser trabalhado em HTP, que está previsto para ser transmitido em HTPC de Rede, link do material abaixo:

<https://drive.google.com/drive/folders/1JBWSimRq0j40s3jcGCB0oCegE4J4aJbM?usp=sharing>

## 17.6 Projeto “Convivência - Práticas Restaurativas no Ensino Fundamental Anos Finais”

### 17.6.1. Histórico e contextualização

Em 2024, foi instituído o Grupo de Trabalho para Implantação e Implementação da Justiça Restaurativa (JR) nas instituições da rede municipal de ensino, por meio da Portaria SEDU/GS nº 13/2024, posteriormente alterada pela Portaria SEDU/GS nº 55/2025. O referido Grupo de Trabalho é composto por integrantes das equipes de suporte pedagógico formados como Facilitadores de Processos Circulares e gestores da Secretaria de Educação.

A Justiça Restaurativa, conforme estabelecido pela Resolução CNJ nº 225/2016, constitui um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades voltadas para a conscientização sobre fatores relacionais, institucionais e sociais que motivam conflitos e violências. Tal abordagem possibilita que conflitos que geram danos, concretos ou abstratos, sejam solucionados por meio de práticas estruturadas, pautadas em princípios como corresponsabilidade, reparação, participação, voluntariedade, imparcialidade, confidencialidade, consensualidade e urbanidade.

Desde 2024, o Grupo de Trabalho vem desenvolvendo e acompanhando as seguintes ações:

- Sensibilização dos profissionais das escolas piloto acerca da Justiça Restaurativa;
- Desenvolvimento de práticas restaurativas em situações conflitivas envolvendo estudantes encaminhadas pelas escolas municipais que atendem adolescentes (EF Anos Finais): EM Matheus Maylasky, EM Leonor Pinto Thomaz, EM Flávio de Souza Nogueira, EM Getúlio Vargas e EM Achilles de Almeida;
- Implementação e acompanhamento do Projeto “Convivência – Práticas Restaurativas no Ensino Fundamental Anos Finais”, com a realização de círculos preventivos nas turmas de 6º ao 9º ano das escolas mencionadas.

O Projeto Convivência é desenvolvido por professores que assumiram carga suplementar e concluíram os cursos de Introdução à Justiça Restaurativa e Formação de Facilitadores de Processos Circulares (agosto e novembro de 2024). O professor responsável pelo Projeto desenvolve rodas de conversa/círculos de diálogo com estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental, utilizando princípios e elementos da abordagem restaurativa para prevenção de violências como bullying, racismo, diferentes formas de preconceito e discriminações.

### 17.6.2. Justificativa e articulação com o currículo da rede

O Projeto Convivência está diretamente alinhado às diretrizes do Currículo Paulista e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente no que se refere à formação integral dos estudantes, ao desenvolvimento das competências socioemocionais e à promoção de uma convivência ética, democrática e respeitosa.

A BNCC, instituída pela Resolução CNE/CP nº 2/2017, define dez competências gerais voltadas à formação humana integral. Entre elas, destacamos:

- **Competência 8:** Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional,

compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

- **Competência 9:** Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, de forma harmônica, e a cooperação, fazendo-se respeitar, bem como promover o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
- **Competência 10:** Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões, com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Essas competências dialogam diretamente com os princípios da Justiça Restaurativa, que se fundamenta na escuta ativa, na corresponsabilidade, no cuidado e na reparação de danos.

Além do trabalho com as competências socioemocionais, a BNCC estabelece como eixo transversal contemporâneo o tema “**Cidadania e Civismo**”, o qual orienta a formação dos estudantes como sujeitos de direitos, participantes da vida social e comprometidos com a democracia e a justiça social. O Projeto Convivência contribui significativamente para essa formação, fortalecendo a cultura de paz, a equidade e o respeito aos direitos humanos, em consonância também com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

Em seu Art. 8º, §1º, a Resolução CNE/CP nº 2/2017 determina que os currículos incorporem temas transversais de forma integrada, como direitos humanos, diversidade cultural, educação ambiental, cidadania, ética e saúde, reforçando a necessidade de práticas educativas pautadas no interculturalismo e no respeito ao caráter pluriétnico e plurilíngue da sociedade brasileira.

Nesse sentido, o Projeto Convivência materializa o compromisso com a educação integral, ao promover experiências que fortalecem vínculos, potencializam o protagonismo dos estudantes e consolidam uma cultura escolar pautada no diálogo, no respeito mútuo e na corresponsabilidade.

### 17.6.3. Objetivos do Projeto

Objetivo geral:

Promover a construção de uma cultura de convivência ética, empática e democrática no ambiente escolar, por meio de práticas restaurativas que favoreçam o desenvolvimento das competências socioemocionais (BNCC/Currículo Paulista), o fortalecimento dos vínculos comunitários e a vivência cotidiana dos valores da cidadania, dos direitos humanos e do respeito à diversidade, alinhados ao tema contemporâneo transversal “Cidadania e Civismo”.

Objetivos específicos

- Desenvolver rodas de conversa mensais com todos os estudantes do EF Anos Finais, fundamentadas nos princípios e elementos das práticas restaurativas;
- Promover práticas de boa convivência e prevenir violências, bullying, racismo e quaisquer formas de preconceito ou discriminação;

- Contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes;
- Desenvolver competências socioemocionais previstas na BNCC e no Currículo Paulista;
- Estimular o diálogo e a escuta ativa como instrumentos de mediação e resolução pacífica de conflitos;
- Valorizar a diversidade e enfrentar preconceitos e discriminações, fortalecendo o respeito aos direitos humanos;
- Ampliar o sentimento de pertencimento e corresponsabilidade entre estudantes, professores e comunidade escolar;
- Construir um clima escolar acolhedor, seguro e pautado na ética do cuidado;
- Integrar o tema transversal “Cidadania e Civismo” aos diferentes componentes curriculares, favorecendo a vivência dos valores democráticos;
- Incentivar o protagonismo estudantil, criando espaços efetivos de participação e tomada de decisão;
- Contribuir para a formação integral dos estudantes, articulando conhecimentos, valores e atitudes essenciais para a vida em sociedade com consciência crítica e compromisso social.

## 18. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), lei nº 13.709/2018, tem como objetivo proteger informações pessoais para que seu uso não afete os direitos das pessoas ligadas a esses dados. Assim, ao mesmo tempo em que prevê direitos para essas pessoas, a Lei também apresenta os deveres de quem irá utilizar os dados. Considerando o cenário da educação, existem diversos procedimentos que envolvem o uso de dados pessoais (desde a coleta de dados para fins de matrícula até a saída do estudante da escola, e mesmo após sua saída, nos casos em que dados de estudantes, familiares, docentes, gestores e demais servidores precisarem ser guardados/armazenados por determinação legal, por exemplo). A seguir, disponibilizamos informações sobre a LGPD, no link: [Apresentação LGPD](#)

## 19. Orientações da Supervisão de Ensino

### 19.1 Plantão da Supervisão de Ensino

Nas dependências do Centro de Referência ocorre o atendimento do Plantão da Supervisão de Ensino. O plantão funciona de segunda a sexta das 08h às 17h. O município conta com o atendimento presencial ou via telefone pelos números (15) 32289518/ 32289519/ 32289520. Nos plantões presenciais, o relatório poderá ser redigido pelo próprio munícipe interessado ou transcrito pelo supervisor plantonista, com foco nos fatos apresentados. Quando na modalidade presencial, o munícipe assinará a folha de Relatório de Plantão e poderá anexar documentos que contribuam com a questão apresentada, bem como, se solicitado, levar cópia do registro.

## 19.2 Procedimento de Encaminhamento do Plantão da Supervisão

O registro do relatório de plantão é reportado ao supervisor da instituição educacional, que encaminhará ao diretor da escola e/ou ao setor responsável, para ciência, visando providências, registro das tratativas e arquivamento, quando necessário.

O atendimento do Plantão da Supervisão consiste em acolher, tirar dúvidas sobre procedimentos e determinações legais e orientar os munícipes a dialogar, em primeira instância, com a equipe gestora da instituição educacional. Quando a indicação da aproximação comunidade/escola não for exitosa, dá-se prosseguimento ao registro formal da questão apresentada.

O atendimento é uma mediação para orientações e encaminhamento de situações escolares, e preza pelo entendimento entre munícipes e escolas, não exclusivamente um canal de denúncia.

Independente da ação imediata, quando couber, a ser encaminhada aos setores ou chefias pelo supervisor plantonista, é indispensável o encaminhamento para a supervisão e direção da instituição educacional.

Principais informações que constituem o Relatório de Atendimento - Plantão da Supervisão:

- número de relatório, com sequência anual, data, supervisor plantonista, especificação da esfera do assunto (instituição educacional, Secretaria da Educação e outros);
- Identificação da instituição escolar, diretor, telefone da unidade, supervisor de ensino da unidade;
- Encaminhamentos para:
  - conhecimento e providências;
  - Formas de atendimento: via ligação telefônica ou presencial;
  - Assunto e descrição dos fatos;
  - Identificação do munícipe - endereço, contato telefônico, assinatura (se presencial);
  - Providências do supervisor de ensino;
  - Orientações iniciais;
- Encaminhamento à direção da escola;
- Encaminhamento ao setor responsável/SEDU;
- Providências da direção da escola ou do setor responsável da SEDU.

A equipe gestora verificará o teor da informação reportada ao Plantão da Supervisão e, quando houver suspeita de violação de direito da criança e do adolescente, o encaminhamento deve ser obrigatório para Escuta Especializada, Conselho Tutelar e para a gestora da SEDU responsável pela articulação com a rede de proteção.

Compete à equipe gestora contatar o mais breve possível o munícipe para esclarecimentos e agendamento de atendimento presencial (quando necessário), assim como estabelecer o diálogo com os setores acerca das principais demandas que envolvem o plantão registrado, tendo como diretrizes zelar pela comunicação interna na instituição educacional e a prioridade do diálogo entre munícipes e escola.

### 19.3 Termo de Orientações Gerais da Supervisão de Ensino

O Termo de Orientações Gerais da Supervisão de Ensino é um documento elaborado semestralmente, a partir de demandas identificadas nas unidades escolares e nos plantões. O documento trata de assuntos gerais relacionados aos aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos relevantes para o bom funcionamento das instituições de ensino. O termo de orientações gerais semestral não trata de questões individuais de cada instituição educacional, mas, sim, de temas que abrangem a rede municipal, com o objetivo de alinhar procedimentos e ações.

Em visita à escola, o(a) supervisor(a) de ensino dialogará com a equipe de suporte pedagógico acerca das orientações gerais, esclarecendo dúvidas e acrescentando informações que se fizerem necessárias, considerando a realidade de cada instituição.

O Termo de orientações gerais também é uma importante ferramenta de consulta e, juntamente com a Pasta “Supervisão - Orientações e documentos legais”, compõe um sólido referencial para embasar as tomadas de decisões referentes à gestão escolar.

### 19.4 Pasta Supervisão - Orientações e Documentos Legais

No início do ano de 2022 foi criada e compartilhada com as unidades escolares uma pasta no Google Drive, nomeada “Supervisão”, com Instruções, Comunicados e demais documentos relevantes para a organização pedagógica, administrativa e financeira das instituições de ensino. No final de 2023, a pasta foi alterada para “Supervisão – Orientações e Documentos Legais” e agora, além dos documentos já descritos, também contempla orientações da Supervisão de Ensino, dialogadas com a equipe gestora nas visitas técnicas da supervisão. Seguem os assuntos de algumas das orientações disponíveis, nas respectivas subpastas:

- Registro de atas;
- Alimentação escolar;
- Atividades de final de ano;
- Atividades extraclasse;
- Atribuição de turmas, classes e aulas;
- Banco de Horas;
- Compensação de Ausência;
- Conselho de Classe/Ano/Termo;
- Escrituração da vida escolar dos estudantes;
- Horário da equipe de suporte pedagógico;
- Hora de Trabalho Pedagógico;
- Proibição de comunicação mercadológica;
- Atrasos;
- Convocação;
- PDDE;
- APM;
- Liderança;
- Planejamento Pedagógico;
- A participação na escola pública.

Conforme a necessidade, orientações sobre demais assuntos serão inseridas na pasta. A organização das legislações e orientações no drive facilita o acesso e a consulta destes documentos que devem subsidiar as ações administrativas e pedagógicas e orientar os procedimentos a serem observados pelas equipes gestoras, nas tomadas de decisões que envolvam a rotina escolar.

Os integrantes do suporte pedagógico podem acessar a Pasta "Supervisão – Orientações e Documentos Legais" por meio dos emails institucionais da escola, do(a) diretor(a), do(a) vice-diretor(a) e do(a) orientador(a) pedagógico. Seguem abaixo o link e QR Code da pasta, sendo possível o acesso apenas se logado aos emails institucionais citados.

[Supervisão - Orientações e Documentos Legais](#)

## 20. Orientações específicas de Divisões e Seções

### 20.1 Divisão de Alimentação Escolar

#### 20.1.1 Seção de Apoio à Alimentação Escolar

A Seção de Apoio à Alimentação Escolar (SAAE) da Secretaria da Educação (SEDU) é a responsável pelo planejamento, desenvolvimento, operacionalização e fiscalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - FNDE em Sorocaba.

O PNAE, conforme disposto na Resolução CD/FNDE n° 06, de 08 de maio de 2020, visa atender e suprir as necessidades nutricionais dos estudantes da rede pública durante sua permanência na escola, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar e para a formação de bons hábitos alimentares, por meio da oferta de uma alimentação saudável, equilibrada e adequada para as crianças.

Segundo a Resolução CD/FNDE n° 06, de 08 de maio de 2020:

Art. 2º Entende-se por alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo.

Art. 3º A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado e será promovida e incentivada com vista ao atendimento das diretrizes estabelecidas nesta Resolução (grifo nosso).

A seguir, apresentam-se as principais orientações, documentos, controles, entre outros, essenciais na integração da instituição educacional com a SAAE, esperando contribuir para um bom atendimento aos estudantes da rede.

#### → CARDÁPIOS

Os cardápios da Alimentação Escolar são elaborados mensalmente pelas nutricionistas da SAAE, de acordo com as diretrizes e recomendações nutricionais estabelecidas pela *Resolução CD/FNDE n° 06, de 08 de maio de 2020*.

Os cardápios visam atender às necessidades nutricionais dos estudantes, considerando sua faixa etária e o tempo de permanência na escola, observando o emprego da alimentação saudável, adequada e variada, a partir da utilização de alimentos que fazem parte da cultura e dos hábitos

regionais, levando em consideração também os aspectos sensoriais (cores, sabores, texturas), combinação de alimentos e técnicas de preparo.

Os cardápios de todas as etapas de ensino serão publicados mensalmente no [site da SEDU](#).

Conforme preconizam as Leis Municipais nº 11.322, de 16/05/2016 e nº 12.010, de 29/05/2019, os cardápios deverão ser impressos pela equipe gestora da instituição educacional e divulgados à comunidade escolar.

#### ● SOLICITAÇÕES DE ALTERAÇÕES DE CARDÁPIOS

A entrega dos alimentos para execução dos cardápios é feita a partir de planejamento prévio, e a logística de entrega ocorre seguindo cronograma preestabelecido pela SAAE e pela empresa terceirizada. Sendo assim, qualquer necessidade de alteração de cardápio deve ser solicitada à SAAE com antecedência, pelo e-mail [alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br](mailto:alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br), acompanhada de justificativa (como, por exemplo, reunião, atividades extraclases, entre outros) para análise da viabilidade da alteração pela equipe técnica de nutricionistas da SAAE.

É importante salientar que **os supervisores nutricionistas da empresa terceirizada e as cozinheiras escolares não possuem autonomia para realizar alterações de cardápio sem autorização da SAAE.**

#### ● CARDÁPIOS COMEMORATIVOS

A fim de alinhar as ações previstas para toda a rede municipal, as datas para realização dos cardápios comemorativos em 2026 foram definidas pela SAAE e acordadas junto à Comissão de Calendário Escolar, e ocorrerão de maneira independente das atividades planejadas pelas unidades escolares. As datas definidas para ocorrência de preparações comemorativas levam em conta, além da data oficial do evento, o Calendário Escolar e a logística de entrega e de produção de alimentos, de forma a garantir a equidade do atendimento na rede municipal.

As preparações relacionadas ao cardápio comemorativo serão planejadas em consonância com as diretrizes da Alimentação Escolar (RESOLUÇÃO Nº 06, DE 08 DE MAIO DE 2020 – PNAE) no que diz respeito ao emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis.

Serão consideradas as seguintes comemorações, para fins de elaboração de cardápio:

- Semana Municipal de Combate e Prevenção à Obesidade Infantil e Dia Mundial da Saúde (Lei nº 8121, de 02 de abril de 2007) – cardápio previsto para dia 08 e 09 de abril;
- Dia do Tropeiro (Lei nº 11.171, de 16 de setembro de 2015) - cardápio previsto para dia 22 de maio;
- Aniversário de Sorocaba (15 de agosto) - cardápio previsto para dia 14 de agosto;
- Dia das Crianças (12 de outubro) - cardápios previstos para dias 07 a 09 de outubro;
- Dia Mundial da Alimentação Saudável (16 de outubro) - cardápios previstos para dias 13 e 14 de outubro;
- Confraternização de Final de Ano - cardápio previsto para dia 10 de dezembro;

As preparações definidas para cada comemoração serão apresentadas nos cardápios do respectivo mês, publicado no site da SEDU. Considerando a entrega de gêneros perecíveis, será permitida a troca de datas dos cardápios especiais apenas dentro das semanas em que estão apresentados.

Assim como nos demais dias letivos, qualquer necessidade de alteração de cardápio deve ser solicitada à SAAE com antecedência mínima de 10 (dez) dias, pelo e-mail [alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br](mailto:alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br), acompanhada de justificativa, para análise da viabilidade da alteração pela equipe técnica de nutricionistas.

### → OFERTA DE ALIMENTOS NÃO PREVISTOS EM CARDÁPIO

Conforme a Resolução FNDE nº 06/2020: “Entende-se por alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo”. Dessa forma, a oferta de qualquer alimento no ambiente escolar em período letivo, que não esteja previsto em cardápio (servidos em atividades, festividades/confraternizações ou eventos organizados nas unidades escolares), deve estar em consonância com as legislações, além de garantir a segurança alimentar, nutricional e física – inclusive aos estudantes com necessidades nutricionais especiais.

Para oferta de alimentos não previstos em cardápio, no ambiente escolar, a direção deverá entrar em contato com a SAAE por meio do e-mail [alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br](mailto:alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br).

Importante ressaltar que a oferta de alimentos preparados por terceiros (por exemplo em lanches coletivos) implica em riscos que devem ser considerados, tais como: risco de contaminação e intoxicação alimentar, ausência de controle sobre higiene e manipulação dos alimentos, risco de alergias alimentares, ausência de coleta de amostras. Sendo assim, não é permitida a oferta de alimentos sem controle de qualidade (caseiros) no ambiente escolar.

Considerando a escola como um ambiente de promoção de hábitos alimentares saudáveis, com notável influência na formação das crianças e adolescentes e, em conformidade com a Resolução FNDE nº 06/2020 e a Lei Ordinária nº 11.797 de 01 de outubro de 2018, que dispõe sobre a proibição de alimentos do tipo embutidos na alimentação escolar, a SAAE orienta que as unidades escolares não disponibilizem alimentos não saudáveis no ambiente escolar.

#### ● NECESSIDADES NUTRICIONAIS ESPECIAIS

A Seção de Apoio à Alimentação Escolar (SAAE), em conformidade com a Resolução FNDE nº06/2020, e a Lei Municipal nº 10.799, de 6 de maio de 2014, realiza o atendimento aos estudantes da rede pública municipal que apresentam necessidades nutricionais especiais, com preparações adaptadas e o fornecimento de gêneros diferenciados (como, por exemplo, diet, sem glúten, etc) para atendimento às diversas patologias.

Durante o tempo de permanência na escola, toda a comunidade escolar deverá responsabilizar-se pela garantia de atenção especial quanto à alimentação, visando a segurança alimentar daqueles que possuem necessidades nutricionais especiais.

A equipe escolar deve apoiar o estudante e facilitar a criação de atitudes positivas em relação à patologia, assim como colaborar na sua integração social, promovendo ações de inclusão e conscientização dos demais estudantes em relação à alimentação diferenciada dentro do grupo. Além disso, a manutenção de acompanhamento médico, a conscientização e a conduta familiar são também responsáveis pelo sucesso do tratamento.

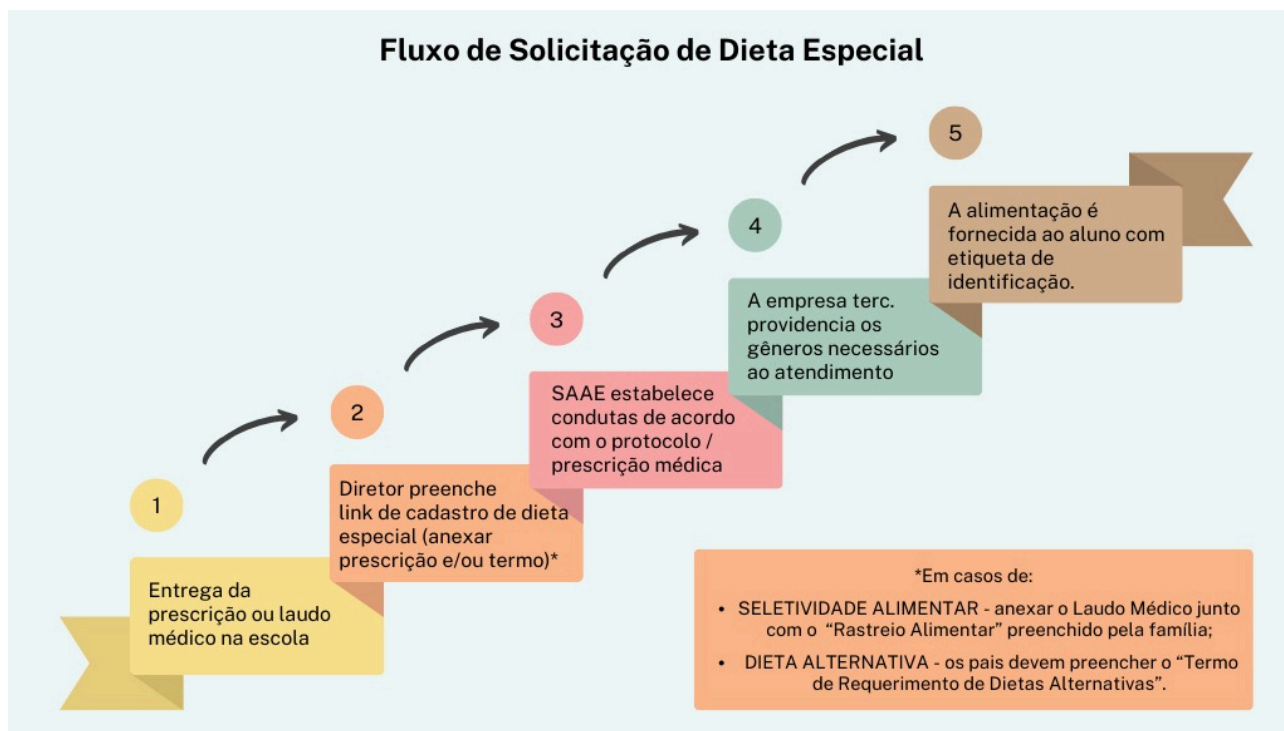
#### ● CADASTRO DE DIETAS ESPECIAIS

No início de cada ano letivo, a direção escolar deverá **realizar o (re)cadastro de todos os estudantes com necessidades nutricionais especiais matriculados**, através do preenchimento do formulário disponível no link de Solicitação de Dietas Especiais: <https://forms.gle/p7oJ48C29V89GSJc7> anexando a prescrição médica (digitalizada, em arquivo único, em formato PDF).

O banco de dados da SAAE é atualizado anualmente, portanto, para que o atendimento seja realizado, é imprescindível a realização do cadastramento online, inclusive dos estudantes já cadastrados em anos anteriores.

Recomenda-se que as prescrições médicas sejam atualizadas anualmente, a fim de garantir o atendimento adequado. Para tanto, a família deve ser orientada a apresentar documentação médica atualizada. No entanto, na impossibilidade desta atualização, a prescrição médica já apresentada deve ser recadastrada no sistema, até que a nova documentação seja apresentada pela família.

O atendimento de dieta especial ocorre conforme o fluxo apresentado abaixo:



Fonte da imagem: Secretaria da Educação, 2024.

A empresa terceirizada, após recebimento das condutas, inicia o atendimento (fornecimento de gêneros alimentícios, utensílios, orientação e treinamento da equipe da cozinha) em um prazo de até 5 dias úteis.

Para o cadastro de estudantes com seletividade alimentar relacionada a transtornos/patologias de base, é necessária a inserção, no [link](#) de dietas especiais, do laudo médico atestando o transtorno/patologia, juntamente do documento “Rastreo alimentar” ([disponível no site da SEDU](#)) preenchido pelo responsável, descrevendo os hábitos alimentares da criança em casa.

No caso de dietas alternativas (vegetarianas e por motivos religiosos), os responsáveis devem preencher o “Termo de Requerimento de Dietas Alternativas” ([disponível no site da SEDU](#)) ou enviar o receituário médico ou nutricionista, se houver. A direção escolar insere o documento apresentado no [link](#) de solicitação de dietas especiais. A SAAE recomenda que a adoção de qualquer tipo de dieta alternativa deva ser acompanhada individualmente por profissional médico ou nutricionista, a fim de prevenir os desequilíbrios metabólicos e garantir a saúde integral do estudante.

Alta médica e alterações de prescrição devem ser formalizadas pelo mesmo [link](#) de Solicitação de Dieta Especial (anexar a prescrição médica/alta médica digitalizada em arquivo único em formato PDF).

- **ATENDIMENTO DE DIETA ESPECIAL**

O atendimento de dieta especial somente pode ocorrer após cadastro no [link](#). Orientações e prescrições médicas entregues diretamente na cozinha não poderão ser acatadas pelas cozinheiras escolares. As adequações necessárias na alimentação dos estudantes somente podem ser definidas pela nutricionista da SAAE e orientadas pela supervisora da empresa terceirizada.

A empresa terceirizada não está autorizada a realizar atendimento especial de estudantes que não estejam cadastrados no [link](#) de Dietas Especiais.

Para atendimento de estudantes com seletividade alimentar relacionada a transtornos/patologias de base, serão realizadas adaptações nos cardápios de forma a atender às adequações informadas pela família, desde que viáveis e previstas no rol de gêneros alimentícios fornecidos pela Alimentação Escolar, e de forma a atender às diretrizes da Resolução FNDE nº06 de 08 de maio de 2020. Na impossibilidade do atendimento a partir dos alimentos, contratualmente, disponíveis na Alimentação Escolar, será feito alinhamento individualizado pela nutricionista responsável.

Reuniões com famílias/responsáveis para fins de alinhamento sobre as adequações alimentares e atendimento da alimentação escolar somente poderão ocorrer na presença de uma nutricionista da SAAE. As supervisoras da empresa terceirizada não têm autorização para realizar reuniões com famílias/responsáveis de estudantes.

As preparações destinadas ao atendimento de dietas especiais são identificadas através de etiquetas de identificação, preenchidas pela cozinheira escolar, com o objetivo de evitar qualquer

erro durante a distribuição das refeições. A equipe escolar compartilha da responsabilidade na distribuição da alimentação especial aos estudantes.

Para agendamento de reunião com familiares/responsáveis ou para esclarecimentos sobre quaisquer intercorrências em relação ao estudante, como: dificuldade na aceitação da dieta especial, pendências no atendimento da empresa terceirizada, entre outras, devem ser realizadas por meio do e-mail [dietaespecial@sorocaba.sp.gov.br](mailto:dietaespecial@sorocaba.sp.gov.br).

- **EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL (EAN)**

Educação Alimentar e Nutricional (EAN) consiste em uma das diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Mais do que oferecer refeições, o PNAE busca formar hábitos alimentares saudáveis através da EAN, estimulando a autonomia dos estudantes e sua formação integral. O Ministério da Educação, através do FNDE, orienta que a EAN deve ser integrada de forma transversal e contínua aos currículos escolares, fortalecendo sua articulação com o processo pedagógico.

Para isso, a equipe técnica da SAAE propõe, ao longo do ano letivo, ações de EAN para serem desenvolvidas em parceria com as equipes pedagógicas. Ações de EAN podem também ser propostas pelas equipes escolares. Para tanto, a equipe técnica da SAAE está à disposição para auxiliar no planejamento de atividades relacionadas à promoção alimentação sustentável e saudável, por meio de apoio técnico, elaboração e seleção de materiais para atividades, orientações, sugestões e análise da viabilidade da atividade, entre outros.

Encontros formativos, reuniões e palestras, com temáticas relacionadas à alimentação escolar, para equipe gestora, educadores, familiares/responsáveis e estudantes, podem ser solicitadas pela gestão escolar.

As solicitações de EAN deverão ser feitas por meio do e-mail [alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br](mailto:alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br), sendo atendidas conforme disponibilidade da equipe técnica.

- **QUANDO SOLICITAR REUNIÃO COM NUTRICIONISTA?**

As reuniões ou encontros devem ser solicitados pela direção escolar, quando houver demandas sobre alimentação, tais como:

- estudantes com dificuldades alimentares na escola (com ou sem laudo médico);
- orientação para equipes pedagógicas;
- esclarecimento de dúvidas recorrentes sobre o atendimento da Alimentação Escolar;
- palestras sobre conceitos de alimentação saudável e escolar;
- outras demandas pertinentes.

As solicitações devem ser feitas à SAAE através do e-mail [alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br](mailto:alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br).

**• DESAFIOS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS**

A alimentação na educação infantil pode ser desafiadora, uma vez que a aceitação das crianças oscila, e, por conta disso, os estímulos adequados são essenciais para que estas oscilações não se tornem uma problemática. A recusa alimentar é um exemplo dessa oscilação e, por isso, o incentivo deve ser constante. Apresentar o alimento em diferentes contextos, incentivar, brincar, explorar, oferecer, são estratégias que aumentam o interesse da criança pelo alimento.

**Estratégias cotidianas que podem melhorar a relação da criança com os alimentos nas unidades:**

- Estabelecer rotina alimentar com refeições em horários adequados, respeitando-se o intervalo mínimo de 2 horas entre uma refeição e outra;
- Realizar refeições em local adequado (refeitório), inclusive a colação da tarde;
- Procurar manter o local das refeições calmo, limpo e agradável;
- Estar presente, oferecer ajuda e atenção às crianças durante todo o horário das refeições - bebês jamais devem ser deixados mamando sozinhos em berços ou bebê conforto;
- Garantir que as crianças estejam sentadas corretamente, com as costas bem apoiadas;
- Nunca alimentar um bebê deitado ou inclinado (no bebê conforto) para evitar engasgo;
- Ter paciência ao servir as crianças, para que consigam comer satisfatoriamente;
- Ao servir, nomear cada alimento oferecido, um a um. Incentivar seu consumo, estimulando a curiosidade das crianças;
- Estimular a autonomia da criança em todas as etapas da refeição (do comer até o descarte de possíveis restos e devolução do prato);
- Entender o momento da refeição como oportunidade de aprendizado e socialização, não apenas como uma etapa da rotina;

As crianças que apresentam dificuldades na hora da alimentação podem necessitar de orientações individualizadas, para isso, a equipe técnica da SAAE deverá ser acionada pela gestão escolar para reunião com familiares e/ou equipe pedagógica.

As solicitações devem ser feitas à SAAE através do e-mail [alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br](mailto:alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br).

**• INTERCORRÊNCIAS NO ATENDIMENTO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

Qualquer intercorrência relacionada à alimentação escolar (como falta de gêneros alimentícios, vazamento ou falta de gás, falta de cozinheiras escolares, solicitação de manutenção de equipamentos ou reposição de utensílios, entre outros), deverá ser comunicada à SAAE, pelo e-mail [alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br](mailto:alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br), para providências cabíveis e verificação da possibilidade de adequações.

Na ocorrência de falta de água, a SAAE deverá ser informada com urgência, para que a empresa terceirizada providencie o envio de água para o preparo dos alimentos. A água utilizada

para outros fins (inclusive para higienização da cozinha, equipamentos e utensílios) deve ser solicitada ao setor de manutenção da SEDU, para providências.

**OBSERVAÇÕES:** Ocorrências relacionadas à:

- Solicitação de dedetização das cozinhas e dependências;
- Solicitação de limpeza de caixas d'água;
- Problemas estruturais (entupimento de caixa de gordura da cozinha, falta de azulejos nas paredes e pisos, trocas ou vazamentos de torneiras e sifões, queda de cubas da pia, trocas de lâmpadas, telas de proteção nas janelas, toldos nas janelas, problemas ou adequações na parte elétrica da cozinha, entre outros);

Devem ser encaminhadas para o setor de manutenção da SEDU (DALO):

[escolasmanutencao@sorocaba.sp.gov.br](mailto:escolasmanutencao@sorocaba.sp.gov.br).

#### • **SOLICITAÇÃO PARA O USO DA COZINHA**

Os espaços das cozinhas, lactários e despensas das unidades escolares, bem como os equipamentos e utensílios (freezers e geladeiras) são destinados exclusivamente para o preparo da alimentação escolar, e estão cedidos contratualmente à empresa terceirizada, responsável pelo fornecimento, conservação e manutenção de equipamentos, utensílios e gás. As cozinheiras escolares são funcionárias da empresa terceirizada e não poderão exercer serviços que não sejam de suas atribuições de preparo da alimentação escolar.

O uso da cozinha para outros fins, somente poderá ocorrer após solicitação e liberação da SAAE, por meio do e-mail [alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br](mailto:alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br).

#### • **FATURAMENTO DAS REFEIÇÕES SERVIDAS**

A medição do serviço contratado ficará sob a responsabilidade da direção escolar, que poderá designar um funcionário público efetivo para realizar o controle e deverá ser acompanhado por funcionário da empresa contratada. No caso das entidades conveniadas e compartilhadas, designar um funcionário da entidade para realizar o controle.

A medição diária do serviço contratado, realizada pela instituição educacional, refere-se:

- a) Educação Infantil: registrar diariamente na planilha a frequência de estudantes, por tipo de refeição, por faixa etária/turma, nas unidades de período integral, semi-integral e parcial, respeitando-se o limite máximo de estudantes matriculados;
- b) Ensino Fundamental Integral, Ensino Fundamental Parcial e Educação de Jovens e Adultos (EJA): registrar diariamente na planilha a quantidade servida de cada tipo de refeição e por tipo de atendimento, aos estudantes. Para esse controle, haverá três tipos de fichas, em cores distintas: Ficha de Refeição, Ficha de Repetição da Refeição e Ficha de Sobremesa/Fruta

Deverão ser registradas nas planilhas, se for o caso, as eventuais ocorrências constatadas na sua prestação, dentro do período de medição, como por exemplo: falta de gêneros previstos no cardápio, falta de repetição suficiente a todos os estudantes, trocas de cardápios sem autorização da SAAE, entre outras.

A direção da instituição educacional enviará a medição do serviço executado quinzenalmente à SAAE, por meio do sistema GIER, onde deverá lançar/registrar o total de refeições (pratos) consumidos pelos estudantes, em até 03 (três) dias úteis após cada quinzena. A reabertura do sistema, para lançamentos após o prazo mencionado acima, deverá ser solicitada pela direção via e-mail, o sistema será reaberto para lançamentos mediante justificativa (férias, atestado médico etc.).

O(A) diretor(a) deverá emitir um relatório quinzenal para cada tipo de lançamento realizado no Sistema GIER (um relatório para cada tipo de ensino). Esses relatórios deverão ser em formato PDF e enviados via e-mail: [relatoriorefeicao@sorocaba.sp.gov.br](mailto:relatoriorefeicao@sorocaba.sp.gov.br) e [recebimento.af@grupoanga.com.br](mailto:recebimento.af@grupoanga.com.br).

- **CONTATOS:**

Telefone: (15) 3228-9500 - Ramal 9615

E-mail: [alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br](mailto:alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br)

Para mais informações e detalhes sobre a Alimentação Escolar, acesse o Site da Secretaria de Educação, através do link: <http://educacao.sorocaba.sp.gov.br/destaques/alimentacao-escolar>:

- Dieta Especial - formulário de solicitação de dieta especial, dieta alternativa (vegetariano, vegano, religioso), Rastreamento Alimentar de criança com TEA ou outros transtornos relacionados à seletividade alimentar, Leite materno na Escola);
- Cardápios Escolares;
- Controle de refeições;
- Manuais e Procedimentos internos;
- Material de apoio para Educação Alimentar e Nutricional;

### 20.1.2. Seção de Apoio aos Programas de Saúde Escolar

A Seção de Apoio aos Programas de Saúde Escolar tem como objetivo contribuir para o fortalecimento de ações voltadas ao desenvolvimento integral dos estudantes, promovendo a participação da comunidade escolar em programas e projetos que visam à promoção da saúde e à prevenção de doenças.

Considerando que a escola constitui um espaço privilegiado para a implementação de práticas de promoção da saúde e de prevenção de agravos, torna-se fundamental a articulação permanente entre as unidades escolares e as Unidades Básicas de Saúde (UBS). Essa parceria possibilita o adequado encaminhamento dos estudantes e a definição de procedimentos a serem adotados pelas instituições diante de situações relacionadas à saúde escolar.

Às unidades escolares compete identificar demandas relacionadas à saúde dos estudantes, orientar as famílias, acionar a rede de saúde quando necessário e observar os fluxos e procedimentos estabelecidos, em articulação com a Seção de Apoio aos Programas de Saúde Escolar e com a rede municipal de saúde.

A Seção de Apoio aos Programas de Saúde Escolar atua como instância articuladora entre a escola, a família e a rede de saúde, contribuindo para a organização de fluxos, orientações técnicas e encaminhamentos adequados às demandas apresentadas.

As ações desenvolvidas pela Seção abrangem, entre outras situações, demandas relacionadas a condições crônicas de saúde, afastamentos prolongados, campanhas preventivas, ações educativas e orientações às unidades escolares diante de ocorrências relacionadas à saúde dos estudantes.

Nesse contexto, a Seção de Apoio aos Programas de Saúde Escolar, por meio da parceria entre a Secretaria da Educação (SEDU) e a Secretaria da Saúde (SES), desenvolve e apoia as seguintes ações:

- Programa Saúde na Escola (PSE);
- Ações de promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos;
- Distribuição de materiais informativos e educativos em campanhas de vacinação e de combate à dengue, em parceria com a Vigilância em Saúde (Divisão de Vigilância Epidemiológica e Zoonoses);
- Sistematização e orientação das ações das unidades escolares frente a situações que envolvam a saúde escolar, em articulação com a Vigilância em Saúde (Divisão de Vigilância Epidemiológica e Zoonoses);
- Promoção da saúde bucal no ambiente escolar, por meio da parceria entre a Seção de Apoio aos Programas de Saúde Escolar e a equipe de Odontologia da Secretaria da Saúde.

#### 20.1.2.1 Encaminhamentos aos Serviços de Saúde

Quando o profissional da educação observar alteração no aspecto físico do estudante, como por exemplo: bolinhas e manchas pelo corpo, olhos inchados ou lacrimejantes, dificuldade para enxergar e/ou ouvir ou sintomas como dores intestinais, febre, diarreia; este deverá comunicar à família/responsáveis e encaminhar o estudante para o serviço de saúde, por meio do impresso **Escola Saudável**, com o objetivo de avaliar a saúde dos estudantes e possibilitar que tenham atendimento em sua Unidade Básica de Saúde (UBS) de referência.

O impresso **Escola Saudável** pode ser obtido na página da Seção de Apoio aos Programas de Saúde Escolar, disponível no portal da Secretaria da Educação da Prefeitura de Sorocaba, por meio do link [Secretaria da Educação – Prefeitura de Sorocaba - Página da Saúde Escolar](#).

#### 20.1.2.2 Acidentes

Visando assegurar o adequado atendimento aos estudantes, orienta-se que, diante de qualquer intercorrência, a unidade escolar entre em contato com os responsáveis legais por meio dos números de telefone disponíveis. Deverá, ainda, ser preenchido o impresso “Escola Saudável” e, quando necessário, acionados o SAMU (192) ou o Corpo de Bombeiros (193).

Na impossibilidade de contato com os responsáveis, as tentativas realizadas deverão ser registradas em ata, devendo a unidade escolar encaminhar e-mail ao Conselho Tutelar e realizar contato telefônico para informar o ocorrido, a fim de que o referido órgão proceda ao contato com a família.

Nos casos em que houver acionamento do SAMU ou do Corpo de Bombeiros, o estudante deverá estar acompanhado por seu responsável legal ou, na ausência deste, por um(a) servidor(a) da unidade escolar.

Por fim, a unidade escolar deverá registrar o ocorrido em ata, preencher o link indicado e anexar cópia da ata e do impresso “Escola Saudável”.

O **Formulário de Ocorrência**, bem como o impresso **Escola Saudável** pode ser obtido na página da Seção de Apoio aos Programas de Saúde Escolar, disponível no portal da Secretaria da Educação da Prefeitura de Sorocaba, por meio do link [Secretaria da Educação – Prefeitura de Sorocaba - Página da Saúde Escolar](#).

### 20.1.2.3 Atestados Médicos

Os afastamentos médicos deverão ser rigorosamente respeitados, sendo que o estudante não poderá frequentar a escola neste período.

Os estudantes em recuperação de saúde (membros imobilizados por gesso, curativos e suturas) poderão frequentar a escola, desde que apresentem atestado médico de aptidão para as atividades escolares.

### 20.1.2.4 Medicamentos

Toda medicação prescrita em receituário médico aos (as) estudantes da Rede Municipal de Ensino deverá ser administrada pelos familiares/responsáveis, em casa, de forma que os horários sejam programados fora do período escolar.

Caso um ou mais horários destinados à administração do medicamento coincidam com o horário de permanência do estudante na escola, desde que não esteja afastado por atestado médico, os pais ou responsáveis poderão administrar o medicamento no ambiente escolar, com prévia autorização da Equipe Gestora, com o intuito de garantirmos o trabalho pedagógico e a rotina escolar.

As orientações sobre o uso de medicamentos que exigem cuidados e procedimentos específicos estão disponíveis na página da Seção de Apoio aos Programas de Saúde Escolar, disponível no portal da Secretaria da Educação da Prefeitura de Sorocaba, por meio do link [Secretaria da Educação – Prefeitura de Sorocaba - Página da Saúde Escolar](#).

### 20.1.2.5 Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD)

Considerando os estudantes impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique no afastamento igual ou superior a 120 dias, a Secretaria da Educação instituiu o Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD).

Para a solicitação do Atendimento Pedagógico Domiciliar, a unidade escolar na qual o estudante está matriculado deverá encaminhar ofício à Seção de Apoio aos Programas de Saúde Escolar, requerendo o referido atendimento ao estudante. O pedido deverá estar acompanhado dos Anexos VI, VII e VIII devidamente preenchidos, bem como de relatório médico que contenha, além do diagnóstico clínico, a justificativa da necessidade do Atendimento Pedagógico Domiciliar, com informações sobre a condição de saúde do estudante e a previsão de afastamento das atividades escolares por período igual ou superior a 120 dias.

O APD será disponibilizado mediante análise da solicitação da unidade escolar por comissão constituída.

Os documentos referentes ao APD podem ser obtidos na página da Seção de Apoio aos Programas de Saúde Escolar, disponível no portal da Secretaria da Educação da Prefeitura de Sorocaba, por meio do link [Secretaria da Educação – Prefeitura de Sorocaba - Página da Saúde Escolar](#).

### 20.1.2.6 Doenças de Notificação Compulsória

São consideradas doenças de Notificação Compulsória:

- Síndrome Mão-Pé-Boca;
- Varicela;
- Parotidite/Caxumba;
- Escarlatina;
- Meningite;
- Sarampo;
- Rubéola;
- Diarreia;
- Conjuntivite;
- Coqueluche;
- Intoxicação Alimentar;
- Hepatite A;
- Covid-19;
- Acidentes por Animais Peçonhentos;
- Exantema Súbito;
- Monkeypox.

A equipe da unidade escolar, diante de casos confirmados, tanto para estudante como funcionário(a), deverá notificar a Vigilância Epidemiológica, por meio de e-mail, preenchendo a ficha de notificação imediata e enviando cópia do atestado médico para [epidemiologica@sorocaba.sp.gov.br](mailto:epidemiologica@sorocaba.sp.gov.br) com cópia para [saudeescolar@sorocaba.sp.gov.br](mailto:saudeescolar@sorocaba.sp.gov.br).

Após o envio das informações, a Vigilância Epidemiológica fará as devidas orientações à unidade escolar.

A **Ficha de Notificação Imediata** pode ser obtida na página da Seção de Apoio aos Programas de Saúde Escolar, disponível no portal da Secretaria da Educação da Prefeitura de Sorocaba, por meio do link [Secretaria da Educação – Prefeitura de Sorocaba - Página da Saúde Escolar](#).

Além disso, na mesma página encontra-se disponível um Manual com a descrição detalhada das doenças e as orientações específicas para atuação da unidade escolar em cada situação, servindo como material de apoio complementar às notificações e às condutas institucionais.

### 20.1.2.7 Demais Assuntos

No site oficial da Prefeitura de Sorocaba, na página destinada à Saúde Escolar, estão disponíveis orientações complementares sobre temas específicos e de maior complexidade, que não são abordados de forma detalhada neste caderno, mas que podem ser necessários no cotidiano das unidades escolares.

Entre os assuntos disponíveis, destacam-se:

- Engasgo;
- Parada Cardiorrespiratória (PCR);
- Convulsão;
- Quebra de dente;
- Uso de medicamentos que exigem orientações específicas;;
- Utilização de repelentes;
- Uso de esmaltes e maquiagens infantis;
- Cuidados com cremes para assaduras;
- Pediculose;
- Entre outros temas relacionados à saúde e ao cuidado no ambiente escola

Esses conteúdos têm como objetivo apoiar as equipes escolares na adoção de condutas adequadas, com orientações atualizadas e alinhadas às diretrizes da área da saúde.

As informações citadas podem ser consultadas na página da Seção de Apoio aos Programas de Saúde Escolar, disponível no portal da Secretaria da Educação da Prefeitura de Sorocaba, por meio do link [Secretaria da Educação – Prefeitura de Sorocaba - Página da Saúde Escolar](#).

## 20.2 Divisão de Administração e Finanças

### 20.2.1 Seção de Estágio e Apoio Funcional

É responsável pela gestão dos(as) estagiários(as) que atuam na Secretaria da Educação, pelo **Projeto Envolver para (Des)Envolver**, além de manter contato e tramitar documentos junto à SERH - Secretaria de Recursos Humanos.

Também realiza convênio com Instituições de Ensino Superior para a realização do estágio obrigatório não remunerado dos cursos de licenciatura na área da educação, seguindo o Decreto Municipal nº 26.869 de 21 de janeiro de 2022.

### 20.2.1.2 Estágio Remunerado

#### Cabe à direção da escola e supervisor de estágio:

- Promover momentos de acolhimento, integração e diálogo entre docentes, estagiários(as) e toda equipe de suporte pedagógico;
- Entregar toda a documentação dos(as) estagiários(as), conforme solicitações periódicas da SEDU/DAFIN/SERH conforme orientações e dentro dos prazos estabelecidos;
- Manter o arquivo de documentos dos(as) estagiários(as) organizado e disponível para consulta;
- Realizar a avaliação periódica dos(as) estagiários(as), seguindo as orientações da SEDU;
- Garantir que os(as) estagiários recebam informações sobre o PPP, o Regimento Escolar e demais orientações pertinentes, registradas em livro ATA;
- Manter cadastro atualizado e prontuário físico e digital de cada estagiário(a);
- Informar à Seção de Estágio e Apoio Funcional qualquer ocorrência de conduta ética, moral ou funcional inadequada, apresentando orientações por escrito e registro em livro ata;

**Importante:** após 2 (duas) orientações formais registradas, o(a) estagiário(a) poderá ser desligado(a) a pedido do(a) supervisor(a), por não atender ao projeto.

#### Cabe aos(às) estagiários(as) – Estágio Remunerado

- Estar regularmente matriculado(a) e frequente nos cursos de licenciaturas em Pedagogia, Letras, Matemática, Educação Física ou Educação Especial;
- Participar das atividades do projeto “Envolver para (Des)Envolver”;
- Desenvolver as ações definidas no plano de atividades;
- Cumprir a carga horária de 5h diárias e 25h semanais e os horários estabelecidos no Termo de Compromisso de Estágio (contrato), de segunda-feira a sexta-feira;
- Comunicar à Equipe Gestora ou ao(a) Supervisor(a) de Estágio qualquer intercorrência no andamento do projeto;
- Participar das ações formativas promovidas pela Secretaria da Educação conforme cronograma divulgado;

#### Vagas e Atribuição de estagiários(as)

- A quantidade de vagas é definida pelas Divisões de Educação Especial (estagiários(as) NEE) e RH - SEDU (estagiários(as) Volante);
- As atribuições são realizadas em conjunto com o CIEE (Centro de Integração Empresa Escola) ao longo do ano, sempre oferecendo todas as vagas disponíveis.

**Carta de apresentação**

- Quando o processo de contratação estiver concluído, o(a) estagiário(a) receberá da SERH a Carta de Apresentação, que deverá ser entregue no primeiro dia de atuação;
- Nenhum estagiário(a) poderá iniciar suas atividades sem esta carta (a entrega da Carta de Apresentação - excluir);
- A Carta de Apresentação deve ser preenchida, assinada pela equipe gestora e estagiário(a) e enviada digitalizada (PDF) pela Instituição Educacional à Seção de Estágio e Apoio Funcional em até 48h.

**Frequência Diária de Estagiários(as)**

- Deve ser acompanhada pela equipe gestora e assinada diariamente (entrada e saída) pelos(as) estagiários(as).
- Os registros devem seguir rigorosamente a hora relógio (padrão utilizado no ponto eletrônico);
- Deve ser somado o total de horas realizadas no decorrer do mês e assinadas e carimbadas pela Equipe Gestora e estagiário(a) ao final de cada mês.
- Não é permitida a troca de horário sem a autorização da Secretaria da Educação / Seção de Estágio e Apoio Funcional.
- Estagiários(as) não podem realizar banco de horas, portanto, não há compensação de horário;
- Apenas as convocações expedidas pelo Tribunal de Justiça Eleitoral ou pelo Poder Judiciário, devidamente comprovadas, abonam faltas e atrasos. As demais declarações e/ou atestados servem exclusivamente para fins de justificativa, não gerando direito ao abono.

**Frequência Mensal de Estagiários**

- Deve ser preenchida dentro do prazo estabelecido no Comunicado Mensal;
- Após o prazo somente serão aceitos os apontamentos mediante Ofício;

**Dia de Prova**

- O(a) estagiário(a) têm direito ao cumprimento de 50% de sua carga horária em dias de provas;
- O calendário de provas deve ser apresentado com, no mínimo, 7 dias de antecedência.
- A carga horária realizada nesses dias (2h30) deve ser registrada na folha de frequência diária, com a observação "Dia de Prova"

**Rescisão de Contrato**

Para efetivar a rescisão, devem ser enviados digitalizados separadamente em PDF:

- Solicitação de Rescisão

- Frequência Diária
  - TRE - Termo de Realização de Estágio
- Prazo: os documentos devem ser encaminhados em até 2(dois) dias úteis após a solicitação, para evitar pagamentos indevidos.

**Tipos de Rescisão:**

- A pedido do(a) estagiário(a): deve conter a assinatura do(a) estagiário(a).
- A pedido do(a) supervisor(a) por não atendimento ao projeto: exige no mínimo 02(duas) orientações registradas em ata;
- A pedido do(a) supervisor(a) por abandono: mínimo de 5(cinco) faltas consecutivas sem aviso prévio, não é necessária a assinatura do(a) estagiário(a);
- Término de vigência: deve conter a data do término da vigência e assinatura do(a) estagiário(a)

**Observações importantes**

- Devem ser enviadas as frequências do mês da rescisão e as anteriores até que constar o último dia de atuação.
- O TRE deve ser impresso em 04(quatro) vias:
  - Estagiário(a);
  - Instituição de Ensino Superior;
  - Instituição Educacional;
  - Cópia de segurança arquivada até o retorno da via assinada pela IES;
- Todas as informações necessárias constam na planilha de frequência mensal.
- A data de início no TRE deve ser a do contrato, e não a de início na unidade;
- Quando houver atuação em mais de uma escola, deve-se usar a Avaliação de Desempenho da unidade anterior para somar as horas;

**Outras Informações Importantes**

- Nos termos da Lei nº 11.788/2008, a duração do estágio não poderá exceder 2 (dois) anos na mesma parte concedente, exceto quando se tratar de estagiário(a) com deficiência (art. 11).
- Não haverá recesso no mês de julho. O recesso se dará a partir do 1º dia de recesso de Dezembro, conforme calendário escolar, em tempo proporcional ao tempo de atuação;
- É assegurado ao(à) estagiário(a) o direito ao seguro contra acidentes pessoais, durante todo o período do estágio.
- O acesso aos holerites e ao Informe de Rendimentos ocorre por meio do portal da CONAM (<https://portal.conam.com.br/rhsorocaba/login.php>). No primeiro acesso, utiliza-se a data de nascimento. Para emissão ou redefinição de senha, o(a) estagiário(a) deverá encaminhar solicitação ao e-mail [esocial@sorocaba.sp.gov.br](mailto:esocial@sorocaba.sp.gov.br).

### 20.2.1.3 Estágio Obrigatório(Não Remunerado)

#### Cabe à gestão escolar e ao(à) supervisor(a) de estágio

- Solicitar a autorização expedida pela Secretaria da Educação e o Termo de Compromisso de Estágio com todas as assinaturas, para início das atividades;
- Manter um livro ata específico para registros de frequência do estágio obrigatório;
- Informar a Seção de Estágio e Apoio Funcional qualquer ocorrência ética, moral ou funcional inadequada;
- Acompanhar e avaliar as atividades em campo, emitindo o relatório de desempenho do(a) estagiário(a).

#### Cabe aos(às) Estagiários(as) – Estágio Obrigatório

- Comparecer à Secretaria da Educação nos dias definidos na Portaria SEDU/GS nº74, de 09/10/2023, apresentando a documentação necessária para autorização;
- Entregar à Instituição Educacional onde atuará, uma cópia do Termo de Compromisso de Estágio juntamente com a autorização expedida pela SEDU;
- Respeitar as regras da escola durante o período de atuação;

#### [Documentos referentes a Seção de Estágio e Apoio Funcional.](#)

### 20.3 Divisão de Apoio Técnico Pedagógico

#### 20.3.1 Seção de Apoio às Políticas Educacionais

##### 20.3.1.1 PDDE

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) consiste na destinação anual, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de recursos financeiros, em caráter suplementar, às escolas públicas e privadas de educação especial, que possuam estudantes matriculados na educação básica, bem como aos polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que oferecem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação.

Atualmente, o PDDE é regido pela [Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 de setembro de 2021](#), que dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, além de definir as diretrizes de fiscalização e monitoramento na execução do Programa, em conformidade com o disposto na [Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009](#).

- **Objetivo do Programa**

Contribuir para o provimento das necessidades prioritárias das unidades escolares, de modo a concorrer para a garantia de seu funcionamento, a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica, bem como incentivar a autogestão escolar e o exercício da

cidadania com a participação da comunidade no controle social dos recursos repassados pelo programa, devendo ser empregados:

- na aquisição de material permanente;
- na realização de pequenos reparos, adequações e serviços necessários à manutenção, conservação e melhoria da estrutura física da unidade escolar;
- na aquisição de material de consumo;
- na avaliação de aprendizagem;
- na implementação de projeto pedagógico;
- no desenvolvimento de atividades educacionais.

**Em que empregar os recursos - Guia com orientações:** [Apresentação PDDE 2024](#) (Páginas 42 – 46)

É vedada a aplicação dos recursos do PDDE e Ações Integradas em:

- Implementação de outras ações que estejam sendo objeto de financiamento por outros programas executados pelo FNDE, exceto aquelas executadas sob a égide das normas do PDDE e Ações Integradas;
- Gastos com pessoal;
- Pagamento, a qualquer título, a:
  - a. agente público da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;
  - b. empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;
- despesas de manutenção predial como aluguel, telefone, água, luz e esgoto;
- despesa de caráter assistencialista;
- Cobertura de despesas com tarifas bancárias;
- Dispêndios com tributos federais, distritais, estaduais e municipais quando não incidentes sobre os bens adquiridos ou produzidos ou sobre os serviços contratados para a consecução dos objetivos do PDDE e Ações Integradas.

**Em que Não empregar os recursos - Guia com orientações:** [Apresentação PDDE 2024](#) (Páginas 47 – 48)

- **Ações Integradas**

Além da Conta do PDDE Básico, existem as Ações Integradas, que utilizam duas contas específicas para o repasse de recursos financeiros destinados a Programas Educacionais do Ministério da Educação – (MEC). A transferência e a gestão desses recursos seguem os mesmos moldes operacionais do PDDE Básico. Essas contas são denominadas *PDDE Equidade* e *PDDE Qualidade*.

É importante destacar que, embora as transferências e a gestão dos recursos repassados a essas contas sigam os mesmos moldes operacionais do PDDE Básico, cada Programa Educacional

possui finalidades, objetivos e públicos-alvo específicos, definidos em suas respectivas Resoluções. Essas normas devem ser rigorosamente seguidas para garantir a correta aplicação dos recursos e a efetividade dos programas, visando promover a melhoria e uma educação de qualidade para todos.

**Atenção:** A publicação da [RESOLUÇÃO Nº 17, DE 15 DE AGOSTO DE 2024](#), refere-se ao PDDE Equidade, criado em substituição ao PDDE Estrutura, que abrange as ações já existentes e cria ainda um novo programa, o PDDE Diversidades.

Desse modo, atualmente, os recursos estão sendo transferidos a três tipos de contas, sendo: a conta do PDDE Básico; e as outras duas, a conta do PDDE Equidade; e a conta do PDDE Qualidade.

CONTA PDDE BÁSICO: PDDE Básico - 1ª e 2ª Parcelas; PDDE Parcela Desempenho.

CONTA PDDE EQUIDADE: Programa Sala de Recursos Multifuncionais, Programa Água, Esgotamento Sanitário e Infraestrutura nas Escolas em áreas rurais e Programa Diversidades.

CONTA PDDE QUALIDADE: Programa de Inovação Educação Conectada; PDDE Emergencial; Programa Brasil na Escola; Programa Itinerários Formativos; Programa Primeira Infância na Escola, Programa Cantinho da Leitura, Programa Escola das Adolescências, Programa Ensino Médio Mais, e Programa Escola e Comunidade.

Para saber mais sobre as Ações Integradas que atualmente estão sendo repassadas, clique abaixo:

[PDDE EQUIDADE](#)

[PDDE QUALIDADE](#)

- **Transferência dos Recursos:**

Os recursos financeiros do PDDE Básico serão repassados em duas parcelas anuais, devendo o pagamento da primeira parcela ser efetivado até 30 de abril e o da segunda parcela até 30 de setembro. Na hipótese de haver disponibilidade financeira os recursos serão repassados em parcela única até 30 de abril.

O pagamento dos programas das Ações Integradas será efetuado apenas se o Plano de Aplicação Financeira (PAF), elaborado pela UEx, for devidamente enviado e aprovado pelo FNDE.

[PDDE INFO - Consulta Escola](#) – Consulta dos valores e categorias

Consulte os valores previstos ou transferidos pelo PDDE e Ações Integradas, os valores repassados para as categorias econômicas de custeio e de capital, os dados bancários dos repasses (banco, agência e conta-corrente), a situação cadastral da entidade, a situação do mandato do dirigente, a situação da abertura de conta, se há pendências na prestação de contas das entidades e os saldos em conta.

Links úteis:

[Guia de acesso às funcionalidades do Sistema PDDE Info](#) (Páginas 23 – 31)

[PDDE INFO - Consulta Escola](#)

[PDDEWeb](#) - Condição para receber os recursos do PDDE Básico e Ações Integradas:

- ✓ Realizar o cadastro ou atualização cadastral, a cada exercício, por meio do sistema PDDEWeb, até o dia 31 de outubro de cada exercício;
- ✓ Estar com o mandato do dirigente da UEx vigente no ano de repasse. O mandato deve estar dentro do prazo de validade tanto no Sistema PDDEWeb quanto na Agência Bancária;
- ✓ Não possuir inadimplência com prestação de contas de recursos do PDDE, recebidos em anos anteriores.

Links úteis:

[Acesso ao Sistema PDDEWeb](#)

[Guia de Adesão e Atualização Cadastral do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE](#)

(Páginas 23 – 31)

- **Execução do PDDE**

Guia com orientações: [Apresentação PDDE 2024](#)

[Guia de Execução dos Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE \(Versão 2023\)](#)

[Execução do PDDE – Apresentação Webinar PDDE 2024](#)

- **Categorias Econômicas: Custeio e Capital**

#### **GASTOS COM CUSTEIO**

As despesas com custeio correspondem a gastos para manutenção dos serviços que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. São exemplos de despesas de custeio: aquisição de material de consumo, contratação de terceiros para a execução de serviços e manutenção de equipamentos.

#### **GASTOS COM CAPITAL**

As despesas com capital, também conhecidas como investimentos, correspondem a gastos para a produção ou geração de novos bens ou serviços que serão incorporadas ao patrimônio, ou seja, que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital. São exemplos de despesas de capital: aquisição de equipamentos e de materiais permanentes.

A Portaria nº 448/2002, apresenta em seu conteúdo um rol com a classificação de diversos materiais, no entanto, esse rol não esgota todas as possibilidades de aquisição com os recursos do PDDE e das Ações Integradas; também não significa que todos os produtos descritos no rol possam ser adquiridos. Por isso, é necessário observar na resolução específica de cada programa, em quais objetos seus recursos devem ser empregados.

Considerando que, mesmo após consultar o MCASP – 9ª edição (2022) e a Portaria nº 448/2002, a entidade continue com dúvidas quanto à classificação dos materiais, recomenda-se a solicitação de auxílio do setor de prestação de contas da Entidade Executora – EEx.

Links úteis:

[Acesse a Portaria nº 448/2002.](#)

[Acesso o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 9ª Edição.](#)

Guia com orientações: [Apresentação PDDE 2024](#) (Páginas 30 - 33)

[Guia de Execução dos Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE \(Versão 2023\)](#) (Páginas 23 - 31)

Atenção: É vedado utilizar recursos de capital em despesas de custeio e vice-versa. Se isso acontecer, a entidade deve submeter justificativa à avaliação do órgão responsável pela análise de sua prestação de contas.

- **BB Gestão Ágil**

A [RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 7, DE 2 DE MAIO DE 2024](#) institui a Solução BB Gestão Ágil como ferramenta de comprovação da execução dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. A ação visa tornar a prestação de contas dos recursos destinados à educação mais integrada, ágil e transparente.

A plataforma BB Gestão Ágil é uma solução desenvolvida pelo Banco do Brasil para atender às demandas da autarquia e já utilizada por outros órgãos da administração pública. Entre as novidades que o novo sistema oferece estão:

- Integração de dados: A BB Gestão Ágil centralizará as informações de receitas, gastos e documentos de despesas, proporcionando um acompanhamento mais detalhado e em tempo real;
- Agilidade no processo: A nova ferramenta permitirá que estados e municípios enviem suas informações de maneira mais rápida e simplificada;
- Transparência reforçada: Com a atualização contínua dos dados, será possível ter um controle mais efetivo sobre a execução financeira, garantindo maior transparência em todo o processo.
- Melhoria – Com a implementação da ferramenta, espera-se uma melhoria significativa na gestão dos recursos educacionais, o que facilitará a rotina de gestores municipais e estaduais e garantirá que cada real investido seja devidamente contabilizado e aplicado com eficiência.

Além disso, a mudança traz benefícios operacionais substanciais e reforça o compromisso do governo federal com a transparência e a eficácia na administração dos recursos públicos, assegurando uma aplicação mais responsável e visível das verbas educacionais.

[PORTARIA Nº 786, DE 13 DE SETEMBRO DE 2024](#) - Altera o Anexo I da [Portaria nº 681, de 15 de agosto de 2024](#) - Estabelece novas categorias de despesas no Sistema BB Gestão Ágil. Substitui a Portaria nº 681.

Atenção: O sistema permanece aberto para que as Unidades Executoras (UEX) continuem realizando o registro das notas fiscais, visto que esse procedimento é contínuo.

**Links úteis:**

[FAQ BB Gestão Ágil - Banco do Brasil](#)

[Prestação de Contas Gestão Ágil](#)

- **Prestação de Contas**

A prestação de contas do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) deve ser feita segundo os procedimentos e normas estabelecidos pelo Ministério da Educação e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

As prestações das Ações Integradas (PDDE Equidade e PDDE Qualidade) devem seguir os mesmos moldes operacionais e regulamentares do PDDE Básico. A instituição educacional deverá apresentar uma prestação de contas para cada ação integrada (PDDE Equidade e PDDE Qualidade), sendo que, os programas que tiverem recursos depositados na mesma conta bancária, pode ser apresentada uma prestação apenas. (Exemplo: recursos dos Programas Educação Conectada e Cantinho da Leitura geralmente são depositados na mesma conta (PDDE Qualidade), portanto, pode ser apresentada uma prestação de contas referente aos dois programas).

Para realizar a prestação de contas adequadamente, é necessário seguir algumas etapas:

- a) A Unidade Executora (UEx), deve reunir todos os documentos comprobatórios das despesas realizadas com os recursos do PDDE. Isso inclui notas fiscais, recibos, extratos, entre outros.
- b) A UEx deve preencher os formulários fornecidos pelo FNDE, com informações detalhadas sobre as despesas e os pagamentos realizados.

**Links úteis:**

[Formulários](#)

[Guia de Perguntas e Respostas sobre a Prestação de Contas do PDDE](#)

**Resoluções Atuais:**

- [Resolução CD/FNDE/MEC nº 11, de 3 de julho de 2024](#) - Altera a Resolução CD/FNDE nº 15, de 16 de setembro de 2021. Permite que instituições de ensino que não estavam recebendo recursos do programa devido a pendências na prestação de contas junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) tenham acesso ao dinheiro, a partir de representação do gestor municipal junto ao Ministério Público Federal (MPF).
- [Resolução CD/FNDE/MEC nº 7, de 2 de maio de 2024](#) - institui a Solução BB Gestão Ágil como ferramenta de comprovação da execução dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.
- [Resolução CD/FNDE/MEC nº 3, de 7 de março de 2024](#) - altera o Anexo I da Resolução CD/FNDE nº 15, de 16 de setembro de 2021, que dispõe sobre o aumento dos valores repassados pelo PDDE para escolas indígenas, quilombolas e rurais, estabelecendo um valor fixo anual de R\$ 5.550.
- [Resolução CD/FNDE/MEC nº 6, de 4 de maio de 2023](#) - dispõe sobre a autorização para a utilização dos recursos financeiros disponíveis nas contas bancárias vinculadas ao Programa Dinheiro Direto na Escola e Ações Integradas para o apoio às ações voltadas à proteção no ambiente escolar e

revoga a Resolução CD/FNDE/MEC nº 14, de 16 de setembro de 2021 e a Resolução CD/FNDE/MEC nº 04, de 19 de maio de 2022.

- [Resolução CD/FNDE/MEC nº 5, de 18 de abril de 2023](#) – altera o Anexo I da Resolução CD/FNDE nº 06, de 27 de junho de 2022, e a Resolução CD/FNDE nº 15, de 16 de setembro de 2021, referente ao reajuste de 48% no valor fixo anual do PDDE, e inclui a utilização dos recursos do PDDE Básico nas ações voltadas à promoção da segurança no ambiente escolar, de todas as unidades escolares participantes do programa.
- [Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 de setembro de 2021](#) - dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE Básico, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.
- [Resolução CD/FNDE/MEC nº 9, de 1º de outubro de 2015](#) – estabelece os documentos legais exigidos para efetivação das transferências de recursos oriundos do orçamento fiscal e da seguridade social da União, no âmbito do FNDE.

- **Sistema PDDE interativo**

O PDDE Interativo é o ambiente informatizado (plataforma), utilizado pelas escolas públicas, Secretarias de Educação e pelo MEC, onde é realizado o plano de aplicação financeira das ações integradas como por exemplo: Educação Conectada, Sala de Recursos, Cantinho da Leitura, entre outros.

O sistema é uma ferramenta de planejamento da gestão escolar disponível para todas as escolas públicas. Foi desenvolvido pelo Ministério da Educação em parceria com as secretarias estaduais e municipais e sua principal característica é a natureza autoinstrucional e interativa de cada tela.

Como acessar?

- Para acessar o PDDE Interativo é preciso solicitar cadastro no endereço [HTTP://pddeinterativo.mec.gov.br](http://pddeinterativo.mec.gov.br) (usar navegador Firefox);
- Após a solicitação é preciso ter o cadastro ativado pela equipe da Secretaria da Educação.

Observação: O acesso ao PDDE Interativo é realizado pela plataforma Gov.br, com o mesmo procedimento utilizado nos canais digitais do Governo Federal.

### 20.3.1.2 Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) compreende um conjunto de ações voltadas para a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, destinados aos estudantes e professores (as) das escolas públicas de educação básica, como também de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

Trata-se, portanto, de um Programa abrangente, constituindo-se em um dos principais instrumentos de apoio ao processo de ensino e de aprendizagem nas escolas participantes.

A Rede Municipal de Educação de Sorocaba participa do PNLD e recebe os materiais de forma gratuita.

[Legislação PNLD](#)

- **Desfazimento de livros:**

Para desfazimento de livros, é necessária identificação e levantamento de materiais irre recuperáveis/obsoletos, formalização em ata, e destinação via doação (APM, entidades, reciclagem) ou descarte sustentável, seguindo a [Instrução Normativa SEDU/GS nº 14/2025](#) ou [diretrizes do FNDE](#) priorizando a responsabilidade ambiental e o cumprimento dos ciclos do PNLD, conforme diretrizes de Portarias e Projetos de Lei que visam a gestão criteriosa do acervo escolar.

**Atenção em Anos Eleitorais:** A doação de material didático deve ser suspensa em anos de eleição, conforme a legislação eleitoral (Lei nº 9.504/97).

Contatos:

E-mail: [pdde@sorocaba.sp.gov.br](mailto:pdde@sorocaba.sp.gov.br)

Telefone: (15) 3228-9521

#### 20.4 Divisão da Educação Básica

A Divisão de Educação Básica composta pelas Seções de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Tecnologia e Estatística Educacional é responsável pela gestão de atendimento aos estudantes, entre as principais ações:

- Realizar e monitorar os registros da vida escolar, da Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, EJA (Educação de Jovens e Adultos) e salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado);
- Fazer estudos da projeção do Ensino Fundamental e Educação Infantil para o ano subsequente, verificando as demandas de vagas e a necessidade de ampliações e novas construções;
- Gerenciar e realizar o suporte em relação a vagas nas unidades escolares da rede municipal, conveniadas, gestão compartilhada e privadas;
- Gerenciar as vagas de creche por meio do Decreto Municipal nº 30.526 de 06/11/2025 e Edital SEDU;GS nº 07/2025;
- Acompanhar e fiscalizar os contratos de transporte escolar para os estudantes regularmente matriculados na rede municipal;
- Acompanhar e fiscalizar o contrato do sistema GIER, responsável pelo gerenciamento de matrículas, transferência de alunos e frequência escolar e disponibilização de vagas em creche;

- Cadastrar e monitorar as demandas de transporte escolar, nas modalidades de transporte fretado, passe escolar e passe social (fornecido aos familiares/responsáveis), para os estudantes da rede municipal, registrando as solicitações, bem como as baixas por transferências dos estudantes e analisar casos omissos por meio de comissão formada por membros da Secretaria da Educação;
- Por intermédio de comunicados sobre a Educação Infantil, informar sobre o calendário de inscrições, divulgações, matrículas e solicitações de transferência da Educação Infantil, que estará disponível durante o ano letivo no site <https://educacao.sorocaba.sp.gov.br>, nas etapas creche e pré-escola;
- Informar as Unidades Escolares, por meio de comunicados e ofícios, datas importantes, com base na Resolução SEDUC 115 de 13/08/2025, do Estado de São Paulo, que estabelece critérios e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar- 2026, com vistas ao pleno atendimento à demanda do Ensino Fundamental e Ensino Médio, na rede pública de ensino do Estado de São Paulo que estará disponível durante o ano letivo no site <https://educacao.sorocaba.sp.gov.br>, na etapa Ensino Fundamental;
- Assistir a administração no que se refere ao funcionamento dos sistemas, SED, GIER, ACTO, EDUCACENSO e PRESENÇA, realizando atividades relacionadas à demanda de vagas, matrículas, transferências, remanejamentos, projeções, aberturas e fechamento de turmas/classes e escolas;
- Por meio dos registros nos sistemas, fomentar dados para programas federais tais como: Censo Escolar - Educacenso e Auxílio-Brasil, propulsores de recursos financeiros a serem aplicados em políticas públicas na educação do município, garantindo assim, uma educação de qualidade para todos;
- Responsável administrativamente pelas autorizações de escolas particulares, conforme Deliberação CMESO 01/2008;

**Contatos para atendimento das unidades escolares e público em geral:**

[deb@sorocaba.sp.gov.br](mailto:deb@sorocaba.sp.gov.br)

[creche@sorocaba.sp.gov.br](mailto:creche@sorocaba.sp.gov.br)

[stee@sorocaba.sp.gov.br](mailto:stee@sorocaba.sp.gov.br)

[transporteescolar@sorocaba.sp.gov.br](mailto:transporteescolar@sorocaba.sp.gov.br)

**Telefones e whatsapp:**

STEE 153228-9512

Educação Infantil 3228-9513/153228-9516

Ensino Fundamental 153228-9517

## 20.5 Divisão da Educação Especial

### 20.5 Divisão de Educação Especial

A Rede Municipal de Ensino de Sorocaba atende aos princípios descritos na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a qual tem por objetivo assegurar a inclusão escolar dos estudantes elegíveis aos Serviços da Educação Especial (deficiência física, sensorial, intelectual e múltipla, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação), conforme definidos na Lei Brasileira de Inclusão, [Lei nº 13.146 de 15 de julho de 2015](#).

Nesse sentido, objetivando acompanhar, promover e implantar políticas públicas educacionais que garantam e fomentem a educação na perspectiva inclusiva em nosso município, foi instituída a Divisão de Educação Especial (DEE), composta pela Seção de Apoio à Educação Especial e pela Seção de Apoio Multidisciplinar para efetivação da garantia dos direitos de acesso, permanência, plena participação e aprendizagem de todos/as os/as crianças/estudantes.

#### 20.5.1 Seção de Apoio à Educação Especial

A Seção atua na organização, controle do quantitativo, orientação e monitoramento das atividades realizadas pelos profissionais de apoio (profissional de apoio escolar, enfermeiro, técnico de enfermagem, intérprete de Libras, estagiário).

A Lei nº 13.146/15 em seu Art. 28, incisos XI e XVII, institui que:

Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio; XVII - oferta de profissionais de apoio escolar.”(L13.146 Art.28)

Assim, com o intuito de garantir o direito ao acesso, permanência, plena participação e à aprendizagem de Estudantes Elegíveis aos Serviços da Educação Especial, a Rede Municipal de Ensino de Sorocaba oferta, sempre que observada ou apontada a necessidade, o profissional de apoio.

Ademais, esta seção faz a gestão do quantitativo de profissionais de apoio para o atendimento nas unidades escolares e análise das solicitações quanto ao profissional a ser disponibilizado para o atendimento, havendo a necessidade.

A Seção de Apoio à Educação Especial também é responsável pelo controle das vagas das entidades conveniadas da Educação Especial, análise, autorização, e fechamento mensal do quantitativo de estudantes matriculados.

Atualmente, são sete entidades conveniadas com a Prefeitura Municipal de Sorocaba, instituições para atendimento educacional aos Estudantes Elegíveis aos Serviços da Educação Especial (deficiência física, sensorial, intelectual e múltipla, transtorno global do desenvolvimento

e altas habilidades/superdotação), tendo em vista a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. São elas:

#### INSTITUIÇÕES CONVENIADAS COM A PREFEITURA DE SOROCABA

**AMAS** – Associação Amigos dos Autistas de Sorocaba;  
**APAE** – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sorocaba;  
**Associação Educacional Santa Rita de Cássia**;  
**Fundação Melanie Klein**;  
**Instituto Maria Claro**;  
**Integrar** – Instituição Terapêutica de Grupos de Habilitação e Reabilitação;  
**PRÓ-EX** – Associação Educacional Pró-Ex de Sorocaba.

##### 20.5.1.1 Profissional de Apoio Escolar

São profissionais que subsidiam a realização de ações de locomoção, higiene, alimentação, comunicação e registros (se necessário), conforme Termo de Referência, prestando auxílio, individualizado ou a pequenos grupos de estudantes que apresentam limitações funcionais de caráter temporário ou permanente.

O encaminhamento desses profissionais ocorre considerando as especificidades apresentadas pelo estudante e relacionadas à funcionalidade no ambiente escolar, e não apenas pela condição de deficiência. Após efetuada a solicitação do profissional de apoio, ocorre uma análise conjunta do caso pela instituição educacional e a Seção de Apoio à Educação Especial, a fim de verificar a real necessidade de apoio e o profissional mais indicado para cada caso.

##### 20.5.1.2 Enfermeiro

O enfermeiro é responsável por planejar, organizar e avaliar os serviços da assistência de enfermagem (técnicos de enfermagem).

Realiza a triagem no atendimento dos estudantes orientando a equipe de técnicos de enfermagem em relação aos procedimentos.

##### 20.5.1.3 Técnicos de Enfermagem

No contexto educacional, o Técnico de Enfermagem desempenha funções essenciais para atender às necessidades específicas de saúde dos estudantes, garantindo sua segurança e bem-estar durante o período escolar.

##### 20.5.1.4 Intérprete de Libras

O intérprete de Libras é o profissional responsável por mediar a comunicação entre pessoas com deficiência auditiva e ouvintes por meio da Língua Brasileira de Sinais e a língua oral corrente (Português Brasileiro).

O intérprete de Libras pode ser encaminhado para o apoio aos estudantes com Surdez ou Deficiência Auditiva, que se utilizam da Língua Brasileira de Sinais. O estudante deve ter, pelo menos, nível intermediário de conhecimento da língua. O acompanhamento pode ser realizado em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, com o objetivo de viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à aprendizagem.

#### 20.5.1.5 Profissional de Apoio Escolar com Libras

O profissional de apoio com Libras desempenha um papel multifuncional, combinando as atribuições de um profissional de apoio escolar e de um intérprete de Libras, com o objetivo de garantir o pleno acesso à educação dos estudantes com deficiência auditiva combinada a outras deficiências.

#### 20.5.1.6 Estagiário

Entendendo a necessidade de conferir maior suporte pedagógico para alguns estudantes com deficiência, para além de proporcionar a flexibilização curricular, quando necessário, a rede municipal de ensino disponibiliza um estagiário de Pedagogia e/ou outra(s) licenciatura(s), atuando sob a tutela do professor regente da turma, a fim de potencializar os avanços na aprendizagem dos Estudantes Elegíveis aos Serviços da Educação Especial.

As súmulas de atuação e planos de atividades dos profissionais podem ser acessados [aqui](#).

### 20.5.2 Seção de Apoio Multidisciplinar

Essa seção organiza e acompanha os trabalhos desenvolvidos pela Equipe Multidisciplinar e pelos professores(as) do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs), bem como o trabalho de apoio pedagógico realizado na Classe Hospitalar (CH) no Hospital GPACI.

#### 20.5.2.1 Equipe Multidisciplinar

A Equipe Multidisciplinar, lotada na Seção de Apoio Multidisciplinar, atualmente, é composta por Assistentes Sociais, Fonoaudiólogas, Nutricionista, Pedagogas, Psicólogos e Terapeutas Ocupacionais.

A atuação da Equipe Multidisciplinar está alinhada ao arcabouço legal que direciona a Educação Especial Inclusiva na Rede Municipal de Ensino de Sorocaba, cujos princípios contribuem para a valorização e o respeito à diversidade humana, o aprendizado com significado, o princípio de equidade e o desenvolvimento integral da criança/adolescente.

Esta atuação visa apoiar as Instituições Educacionais no movimento de resignificação cultural-histórico-educacional que, comumente, atribuía a resolução de queixas escolares persistentes à intervenção clínica, tradicionalmente centrada em condições orgânicas, individualizantes e medicalizantes da criança/adolescente.

Ademais, objetiva promover acessibilidade, permanência, participação e aprendizagem das crianças/adolescentes, principalmente daqueles com deficiência por meio da eliminação/mitigação de barreiras, em todas as suas formas.

Esta equipe desenvolve um trabalho educacional formativo, preventivo e interventivo junto às Instituições Educacionais, em articulação com outros setores da Secretaria da Educação, a comunidade escolar e as demais redes de serviços.

As demandas das Instituições Educacionais levantadas via Formulário AME, ao longo de 2025, direcionaram a formulação do Plano de Trabalho 2026, que será realizado na perspectiva da Consultoria Colaborativa<sup>11</sup> contemplando todas as Instituições Educacionais, em formato coletivo, com acolhimento das demandas para análise da situação institucional, proposição, implementação e monitoramento de ações em conjunto com as equipes gestoras, seguindo cronograma estabelecido no calendário de ações. Portanto, a solicitação de apoio desta equipe não será via Formulário AME.

O plano de trabalho com a organização da atuação da Equipe Multidisciplinar tem documento próprio e pode ser acessado [aqui](#).

#### 20.5.2.2 Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Aos estudantes elegíveis aos serviços da educação especial no município, conforme definido nos marcos normativos, é ofertado em turno oposto ao do ensino regular, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), complementar ou suplementar, o qual objetiva:

[...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. O AEE complementa ou suplementa a formação do estudante, visando sua autonomia na escola e fora dela [...] (BRASIL, 2006)

No sistema de ensino da rede municipal de Sorocaba, o AEE é disponibilizado, em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) instaladas em Instituições Educacionais desta rede, que são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos para a oferta do AEE. E, a fim de atender estudantes da creche e do ensino em tempo integral, passou a ser ofertado o Ensino Colaborativo em 2024.

Além da oferta do AEE nas SRMs, também há a oferta do AEE como Classe Hospitalar, que em nosso município ocorre no Hospital GPACI.

- **Salas de Recursos Multifuncionais - SRMs**

<sup>11</sup> Conceito fundamentado em MENDES, Enicéia Gonçalves (org.). *Consultoria colaborativa escolar: o apoio dos profissionais da equipe multidisciplinar à educação inclusiva*. 1. ed. Campos dos Goytacazes, RJ: Encontrografia Editora, 2025 e explanado no Plano de Trabalho da Equipe Multidisciplinar 2026.

O atendimento nas salas de recursos multifuncionais é ministrado por professores(as) integrantes do quadro efetivo do magistério público municipal, com formação complementar em Educação Especial/Inclusiva e ocorre prioritariamente para os estudantes que fazem parte do Público Elegível aos Serviços da Educação Especial. O(a) Professor(a) do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é responsável por identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, em articulação com o(a) Orientador(a) Pedagógico, o(a) professor(a) da sala comum, o(a) professor(a) de Educação Física e a Divisão de Educação Especial, garantindo a participação dos(as) estudantes em contexto escolar.

O ingresso do(a) estudante elegível ao AEE poderá ocorrer em qualquer período do ano letivo, bastando à equipe gestora o encaminhamento das famílias/responsáveis para uma das SRM em que haja vaga. Ressalte-se que, no AEE, o(a) estudante poderá ser atendido em qualquer uma das SRMs em que haja vaga disponível, não sendo obrigatória a matrícula/atendimento na mesma unidade em que estuda, caso a mesma conte com uma SRM.

Cabe ao(à) Orientador(a) Pedagógico(a) articular junto aos(às) professores(as) do AEE, da sala de aula comum, de Educação Física e demais professores(as) de disciplinas do Ensino Fundamental - Anos Finais, assim como os demais profissionais no atendimento ao estudante elegível aos serviços da educação especial, o preenchimento do Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) - modelo da rede municipal de ensino – e o acompanhamento das ações propostas nele, bem como realizar sua atualização com frequência, em parceria com os profissionais já mencionados.

As atribuições do(a) professor(a) do Atendimento Educacional Especializado estão descritas na [Instrução Normativa SEDU/GS nº 11/2025](#).

#### [Instituições Educacionais com Atendimento Educacional Especializado - AEE 2026](#)

As orientações para o AEE nas Instituições Educacionais podem ser acessadas [aqui](#).

- **Classe Hospitalar**

Desde 2012 o município de Sorocaba conta com o Atendimento Educacional Especializado no formato da Classe Divisão **de Educação Especial** Hospitalar (CH) que é situada no Espaço Família do Grupo de Pesquisa e Assistência ao Câncer Infantil (GPACI).

Este atendimento é destinado às crianças e adolescentes atendidos no GPACI que estão impossibilitados temporária ou permanentemente de frequentar as aulas em razão de situação de saúde que implique em internação hospitalar ou atendimento ambulatorial contínuo para tratamento de saúde. O acompanhamento pedagógico é feito conforme possibilidade, pois deve ser levado em consideração o estado de saúde do estudante/paciente.

Aos estudantes da rede municipal que estão em tratamento no Hospital GPACI e são atendidos pelo AEE/CH, os docentes que atuam neste serviço, farão o acompanhamento pedagógico conforme planejamento/material enviado pela unidade de matrícula desses estudantes. É imprescindível o contato da unidade de matrícula do(a) estudante com a equipe da

Classe Hospitalar, pois um dos objetivos é a manutenção do vínculo escolar dessas crianças e adolescentes.

A [Instrução Normativa SEDU/GS nº 12/2025](#) disciplina o formato dos atendimentos realizados nesse espaço.

## 20.6 Divisão de Gestão e Controle de Convênios

### 20.6.1 Seção de Apoio a Editais e Controle de Convênios

#### 20.6.1.1 Gestão Compartilhada

Projeto submetido pela Secretaria da Educação (SEDU) em 2018 visando implementação de uma gestão compartilhada para atendimento da educação infantil em Sorocaba, para crianças de 0 a 3 anos, regulamentada pela Deliberação CMESO nº06/2020, que estabelece diretrizes para apreciação de propostas e colaboração na área educacional.

Tem como objetivo garantir o atendimento e assegurar que todas as crianças nessa faixa etária tenham acesso a uma educação de qualidade. O projeto propõe uma colaboração entre a administração pública e entidades privadas ou organizações da sociedade civil, para a gestão e execução das atividades educacionais,

Em prédio Municipal dos Centros de Educação Infantil, em conformidade com as Diretrizes Pedagógicas do Município de Sorocaba, Plano de Trabalho e Proposta de Preço, apresentados pela Instituição, Edital de Chamamento Público SEDU/GS e Projeto Básico.

#### 20.6.1.2 Gestão Conveniada

Tem como objetivo a parceria para concessão de vagas em instituições privadas de Educação Infantil, para atendimento na modalidade de Educação Infantil (Creche), em período integral, à criança de zero a três anos de idade encaminhadas pela Secretaria da Educação através do Cadastro Municipal Unificado em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos linguísticos e sociais, em prédio próprio da INSTITUIÇÃO e em conformidade com as Diretrizes Pedagógicas do Município de Sorocaba, Plano de Trabalho e Proposta de Preço, apresentados pela INSTITUIÇÃO, Edital de Chamamento Público SEDU/GS e Projeto Básico.

#### Contatos:

E-mail: [dgcc@sorocaba.sp.gov.br](mailto:dgcc@sorocaba.sp.gov.br)

### 20.6.2 Seção de Gestão do Fundo Rotativo e do PDDE

O Fundo Rotativo da Escola – FRE foi instituído pela Lei Municipal nº 12.277/2021, regulamentado pelo Decreto Nº 27.407/2022 e compreende a realização de Termos de Colaboração, construídos e celebrados em consonância com a Lei Federal nº 13.019/2014,

Decreto nº 27.407/2022 e Instrução nº 01/2020, atualizada pela Resolução n.º 11/2021, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

O FRE tem a finalidade de prestar assistência financeira às Associações de Pais e Mestres - APMs com o objetivo de promover a ampliação da gestão financeira descentralizada das unidades escolares municipais, para a execução de intervenções prediais, serviços de manutenção, reparos e conservação do prédio escolar, bem como aquisição de materiais de consumo e materiais permanentes nas unidades escolares a elas vinculadas.

Para mais informações e orientações consultar o Manual Técnico Operacional do Fundo Rotativo da Escola - FRE disponível no [site da Secretaria da Educação](#).

### 20.7 Divisão de Obras, Manutenção Escolar e Apoio Logístico

A Divisão de Obras, Manutenção Escolar e Apoio Logístico tem por finalidade: planejar, coordenar, acompanhar, controlar e orientar as atividades que envolvem as Seções da Divisão.

Tem como objetivo contribuir para a garantia do direito dos estudantes, dos profissionais da educação e da comunidade a qual se insere, de frequentar uma escola bonita, higienizada, com acessibilidade, equipamentos e infraestrutura adequada.

#### Contatos:

E-mail: [dalo@sorocaba.sp.gov.br](mailto:dalo@sorocaba.sp.gov.br) / [limpezaescolar@sorocaba.sp.gov.br](mailto:limpezaescolar@sorocaba.sp.gov.br)

Telefone: (15) 3228-9506 / 3228-9511

#### 20.7.1 Seção de Apoio Administrativo a Equipamentos e Materiais Escolares

##### 20.7.1.1 Solicitação de Materiais

A Secretaria da Educação, por meio da Divisão de Obras, Manutenção Escolar e Apoio Logístico/Seção de Apoio Administrativo a Equipamentos e Materiais Escolares orienta que as requisições de materiais de consumo, escritório e mobiliários sejam encaminhadas no e-mail: [saemat@sorocaba.sp.gov.br](mailto:saemat@sorocaba.sp.gov.br) entre os dias vinte (20) a trinta (30) de cada mês.

Com a finalidade de facilitar os processos desenvolvidos pela Seção, os itens e as quantidades deverão ser listados no corpo do e-mail (evitar listagem anexa).

Informamos que todos os e-mails serão respondidos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis. Os materiais de consumo e escritório disponibilizados poderão ser retirados na data pré-estabelecida, no Almoarifado do CRE/SEDU, sito na Alameda Itanhaém, 281 - Jd. Saira.

Os materiais permanentes (mobiliários e equipamentos: ventiladores, máquina de lavar roupas e secadora de roupas) disponibilizados serão entregues na instituição educacional.

### 20.7.1.2 Transferência de Materiais Permanentes

A transferência de materiais permanentes será realizada mediante o envio do Termo de Transferência de Materiais preenchido com os dados da instituição educacional de origem, instituição educacional de destino e a descrição dos materiais a serem transportados.

Este documento físico deverá acompanhar os materiais durante o transporte.

Assim que a unidade destino receber os materiais, o responsável da unidade deverá realizar a conferência e assinar o Termo.

O Termo de Transferência de Materiais retornará a esta Seção com ambas assinaturas, onde será encaminhado para realização da baixa patrimonial.

Após a finalização das etapas anteriores, o Termo de Transferência de Materiais será encaminhado para o e-mail de ambas unidades escolares para conhecimento.

#### Contatos:

E-mail: [saemat@sorocaba.sp.gov.br](mailto:saemat@sorocaba.sp.gov.br) Telefone: (15) 3228-9535

### 20.7.2 Seção de Apoio Administrativo e Operacional

#### 20.7.2.1 A Seção de Apoio Administrativo e Operacional tem por finalidade:

- Transmitir via e-mail informações, ofícios, comunicados, convocações e demais documentos de caráter normativo interno da Secretaria da Educação para as unidades escolares municipais, de gestão compartilhada, conveniadas e rede particular;
- Acompanhamento e controle das reservas do Auditório do Centro de Referência em Educação;
- Responsável pelo Protocolo da SEDU.
- A retirada de documentos poderá ser realizada pelo(a) Diretores(as), Vice-Diretores(as), Orientadores(as) Pedagógicos(as) e Supervisores(as).
- **A retirada por outros servidores(as) da unidade escolar** : A autorização deve ser enviada por um membro da equipe gestora, via e-mail institucional, para [protocolosedu@sorocaba.sp.gov.br](mailto:protocolosedu@sorocaba.sp.gov.br), informando o nome do(a) servidor(a) e especificar se a permissão é para uma retirada única ou válida para todo o ano vigente.

#### 20.7.2.2 Destinação de inservíveis das instituições educacionais:

A Subcomissão de Desfazimento de Móveis e Equipamentos Escolares da Secretaria da Educação, considerando a publicação da **Instrução Normativa SEDU/GS nº 26 de 12/12/2025**, e o **Comunicado n.º 01/2026 – SEDU/SDMEES**, orienta sobre os novos procedimentos para a destinação dos móveis e equipamentos inservíveis das unidades escolares, conforme segue:

- Caberá ao Diretor/Vice-Diretor responsável pela unidade escolar, identificar os itens inservíveis e preencher os formulários Anexo I e/ou Anexo II, contendo fotos e a descrição detalhada de cada item identificando claramente o motivo que o torna irrecuperável.

a) Para itens **com patrimônio** utilizar:

- Anexo I - A: Relação dos itens;
- Anexo I - B: Placas de patrimônio dos itens, seguindo a ordem que está na tabela do Anexo I - A
- Anexo I - C: Fotos e descrever o motivo que o torna o item inservível, seguir a ordem que está na tabela do Anexo I - A

b) Para itens **sem patrimônio** utilizar:

- Anexo II - A: Relação dos itens descrever o material conforme indicado no formulário.
- Anexo II - B: Fotos e descrever o motivo que o torna o item inservível, seguir a ordem que está na tabela do Anexo II - A
- Os formulários e as placas de patrimônio, **deverão ser armazenados na unidade escolar**, podendo ser solicitados pela Subcomissão de Desfazimento de Móveis e Equipamentos Escolares (SEDU) e/ou pela Comissão de Materiais Permanentes (SEAD), a qualquer tempo;
- Os formulários (Anexo I e II), deverão ser assinados e encaminhados digitalmente para a Subcomissão de Desfazimento de Móveis e Equipamentos Escolares, apenas pelo e-mail [inserviveis@sorocaba.sp.gov.br](mailto:inserviveis@sorocaba.sp.gov.br);
- As solicitações serão validadas quando recebidas nos 05 (cinco) primeiros dias de cada mês. As solicitações enviadas após esse período serão analisadas no mês subsequente, as solicitações incompletas serão devolvidas para complementação, suspendendo-se a contagem do prazo;
- O processo de desfazimento deverá ser validado pela Subcomissão de Desfazimento de Móveis e Equipamentos Escolares (SEDU) e pela Comissão de Materiais Permanentes (SEAD). Concluída essa etapa, os itens listados nos Anexos I e II serão destinados, via doação, à Associação de Pais e Mestres (APM) da respectiva unidade escolar;
- A doação será formalizada por meio de dois documentos: o **Anexo IV** (Termo de Doação de Bens) e o **Anexo V** (Recibo), que serão encaminhados à unidade escolar via SEI-Cidades;
- Após assinatura dos Anexos IV e V, caberá a Associação dos Pais e Mestres (APM) da Unidade Escolar, comprovar a destinação final dos bens doados pela Subcomissão, documentado em ata, termos de doação ou documento de venda (itens doados e/ou comercializados);
- Caberá ao Diretor, **no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos**, após o recebimento dos Anexos IV e V, encaminhar à Subcomissão de Desfazimento de Móveis e Equipamentos Escolares da SEDU, pelo e-mail [inserviveis@sorocaba.sp.gov.br](mailto:inserviveis@sorocaba.sp.gov.br), a Ata de Desfazimento de Bens, com descrição da qual destinação foi dada aos itens doados a Associação dos Pais e Mestres (APM);

- Novas solicitações da unidade escolar ficarão suspensas até que o processo de desfazimento seja devidamente regularizado;
- Se no ato da destinação houver algum item que não esteja listado nos termos de retirada, o mesmo **não poderá ser movimentado**, sob pena de abertura de procedimento para apuração de responsabilidade funcional pela movimentação indevida;
- Os materiais inservíveis que não forem considerados materiais permanentes (sucatas de alvenaria, sucatas de hidráulica, sucatas de material de consumo, lâmpadas, portões, portas, pneus, totens, alambrados, colchões, tatames, etc.) poderão ser encaminhados diretamente para descarte sem a necessidade da análise da Subcomissão, desde que sua destinação final respeite os princípios da Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- Devido ao aumento expressivo dos casos de dengue na cidade de Sorocaba, solicitamos atenção quanto ao armazenamento adequado dos itens.

### 20.7.2.3 Informações complementares sobre descarte de inservíveis:

- **Bens permanentes:** armários, mesas, cadeiras, bancos, estantes, playground, brinquedos patrimoniados, lousas verdes/brancas, painéis, Rádio, TV, DVD, aparelho de som, videocassete, microfone, caixa de som, geladeira, máquina de lavar, micro-ondas, ventilador, bebedouro, fogão, tanquinho, etc.

#### Utilizar:

**ANEXO I – Termo de Retirada de Sucata com patrimônio**, para itens com número de patrimônio;

**ANEXO II – Termo de Retirada de Sucata sem Patrimônio**, para itens sem número de patrimônio.

- **Mesa positivo, lousa digital antiga (Comunicado n.º 101/2022 – SEDU/GPE):**

Enviar para: [edutec@sorocaba.sp.gov.br](mailto:edutec@sorocaba.sp.gov.br)

Utilizar o arquivo nomeado como **ANEXO SEAD – SUCATA COM PATRIMÔNIO** para itens com número de patrimônio e **ANEXO SEAD – SUCATA SEM PATRIMÔNIO** para itens sem número de patrimônio.

- **Equipamento informática:**

Computador, impressora, scanner, aparelho de fax, aparelho de telefone, periféricos (mouses, teclados, leitores de código de barras), monitores, notebooks, tablets, cabos de vídeo, estabilizador, nobreaks).

Atender as orientações encaminhadas pelo **INFORM@TIC**

Preencher o Formulário Termo de disponibilização de materiais de informática e enviar para o e-mail [informatica@sorocaba.sp.gov.br](mailto:informatica@sorocaba.sp.gov.br) com cópia para [edutec@sorocaba.sp.gov.br](mailto:edutec@sorocaba.sp.gov.br).

- **Materiais a disposição:** (itens que estão sem utilidade na unidade, porém tem condições de uso em outra escola).

Utilizar o arquivo nomeado como **Anexo III – Termo de Disponibilidade de Materiais** e enviar para o e-mail [saemat@sorocaba.sp.gov.br](mailto:saemat@sorocaba.sp.gov.br) (além de informar a classificação, pedimos enviar fotos para que possamos realizar a divulgação).

- **Descarte de lâmpadas e pilhas:**

**Metareciclagem** - Endereço: Avenida Dr. Armando Sales de Oliveira, 762 – Trujillo  
Horário: 08h às 16h - Telefone: (15) 3417-3825

- **Descarte de pneus:**

Os pneus poderão ser doados em borracharias, pois eles fazem o descarte corretamente.

Cooperativas que realizam descarte de pneus em Sorocaba:

→ **RECICLANIP - SOROCABA** : Av. Paraná, 2.128 - Cajuru do Sul – Sorocaba - Telefone (15) 3235-4600

→ **Ecoponto Predador Pneus**: R. Benedito dos Santos, 231 - Quintais do Imperador, Sorocaba - SP - Telefone: (15) 98180-0265

- **Descarte de colchões,**

Recomenda-se o descarte em Eco Ponto, mais informações podem ser obtidas junto à Divisão de Limpeza Urbana e Resíduos da SERPO, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, pelo telefone: (15) 3238-2358 ou pelo e-mail: [dlur@sorocaba.sp.gov.br](mailto:dlur@sorocaba.sp.gov.br).

Os Ecopontos funcionam de segunda a sexta-feira, das 7h às 17h, e aos sábados, das 7h às 12h.

Endereços:

→ Ecoponto Vila Helena – Rua Roque Sampaio, 100.

→ Ecoponto Cajuru – Rua Mário Monteiro de Carvalho, s/n.

→ Ecoponto Júlio de Mesquita Filho – Avenida Domingues Martins, s/n.

→ Ecoponto Vila Isabel – Rua Lourenço Molinero, 200.

→ Ecoponto Zona Leste – Rua Lourenço Molinero, Altura do n.º 65 – Vila Isabel

Em caso de dúvidas, encaminhar e-mail para a Subcomissão de Desfazimento de Móveis e Equipamentos Escolares da Secretaria da Educação pelo e-mail para [inserviveis@sorocaba.sp.gov.br](mailto:inserviveis@sorocaba.sp.gov.br) .

#### **Contatos:**

E-mail: [protocolosedu@sorocaba.sp.gov.br](mailto:protocolosedu@sorocaba.sp.gov.br) Telefone: (15) 3228-9504

### 20.7.3 Seção de Apoio à Próprios Escolares

#### 20.7.3.1 Programa Escola Linda de Verdade

- Realizar a manutenção contínua e preventiva das instituições educacionais;
- Serviços de hidráulica, elétrica, civil, vidraçaria e pintura;
- Serviço de roçagem e poda de árvores;
- Limpeza de reservatórios de água;
- Revitalização de reservatórios de água;
- Desinsetização, desratização e descupinização;
- Controle e manejo de pombos;
- Aquisição de filtro central;
- Visita técnica para estudos de ampliação, reforma, vistoria de estrutura do prédio e garantia de obras.

**Contatos:** E-mail: [escolasmanutencao@sorocaba.sp.gov.br](mailto:escolasmanutencao@sorocaba.sp.gov.br)

Telefone: (15) 3228-9511 ou (15) 99667-3745(número institucional).

#### 20.7.4 Seção de Logística e Suporte às Tecnologias Educacionais

A Seção de Logística e Suporte às Tecnologias Educacionais tem por finalidade:

- Receber, controlar, distribuir equipamentos de tecnologia educacional e informática entre unidades escolares;
- Acompanhar as solicitações relacionadas a impressoras/toner;
- Acompanhar as solicitações de manutenção nas redes de internet e telefonia;
- Acompanhar as solicitações de retirada de equipamentos de informática e de tecnologia educacional considerados como inservíveis;
- Acompanhar e auxiliar as solicitações de suporte técnico em relação ao uso de equipamentos de informática;
- Atualizar os grupos de e-mail e criação de novos usuários.

**Contatos:** E-mail: [edutec@sorocaba.sp.gov.br](mailto:edutec@sorocaba.sp.gov.br)

Telefone: (15) 3228-9525 [Suporte EDUTEK \(google.com\)](http://Suporte.EDUTEK.google.com)

## 21. Referências

AÇÃO EDUCATIVA et al. (Coord.). **Indicadores de qualidade na educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2013. 4.ed.

BONDÍA, J. L. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. Tradução João Wanderley Geraldi. Revista Brasileira de Educação, n. 19, p. 20-28, jan./fev./mar./abr. 2002. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n19/n19a03.pdf>> Acesso em 09 de jan. 2026.

BOURDIEU, P. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura**. In: Nogueira, M. A. & CATANI, M. (orgs). *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BRASIL. Casa Civil, Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº05, de 17 de dezembro de 2009.** Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF, 17 dez. 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares\\_2012.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf)> Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 5 out. 1988. [Versão atualizada até a emenda n. 103, de 12 nov. 2019]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4281.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm)>. Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm)> Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023.** Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11556.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11556.htm)> Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 ago. 1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.938%2C%20DE%2031%20DE%20AGOSTO%20DE%201981;text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,Lei%2C%20com%20a%20fundamento%20no%20art.>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.938%2C%20DE%2031%20DE%20AGOSTO%20DE%201981;text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,Lei%2C%20com%20a%20fundamento%20no%20art.>)>. Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8.069, de 17 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990 – Seção I. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm)>. Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 9.981, DE 14 DE JULHO DE 2000.** Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9981.htm#:~:text=LEI%20No%209.981%2C%20DE%2014%20DE%20JULHO%20DE%202000.&text=Altera%20dispositivos%20da%20Lei%20n,Art](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9981.htm#:~:text=LEI%20No%209.981%2C%20DE%2014%20DE%20JULHO%20DE%202000.&text=Altera%20dispositivos%20da%20Lei%20n,Art)> Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Estabelece a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm)>. Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014 – Edição Extra. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014.** Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015). Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm)> Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)> Acesso em 09 de jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm)> Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 14.254, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021** Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. 2021. Disponível em: <[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%2014.254-2021?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2014.254-2021?OpenDocument)> Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 14.402 de 08/07/2022.** Institui o Dia dos Povos Indígenas e revoga o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943.2022. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/36062439#:~:text=Institui%20o%20Dia%20dos%20Povos,%200de%20junho%20de%201943.&text=CRIA%C3%87%C3%83O%20%2C%20LEI%20FEDERAL%20%2C%20DIA%20NACIONAL,%20%20REVOGA%C3%87%C3%83O%20%2C%20DECRETO%20LEI%20FEDERAL%20>> Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. MEC/SEB/DICEI. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** In: Brasil. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 496-513.

\_\_\_\_\_. MEC/SEB. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Organização do Trabalho Pedagógico /** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2014. p. 72.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** MEC, Brasília, DF, 2017. Disponível em:

<[https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf)>  
Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Resolução no 4, de 2 de outubro de 2009**. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192). Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. MEC, SEESP, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>> Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 7/2010, de 4 de abril de 2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de julho de 2010, Seção 1, Pág.10.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000 e Resolução CNE/CEB nº 01/2000** – Diretrizes Nacionais para Educação de Jovens e Adultos. 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parecer CNE nº 5/2020, de 29 de maio de 2020**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category\\_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192)> Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano de ações Articuladas (PAR): instrumento de campo**. Brasília. MEC, Secretaria Executiva, s/d.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducapespecial.pdf>> Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Portaria n. 931, de março de 2005**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. Brasília: MEC, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Resolução CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020**. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13511-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-6,-de-08-de-maio-de-2020>>. Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 4/2010, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017 (\*)**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. MEC, Brasília, DF, 2017. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192) . Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Elementos conceituais e metodológicos para definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização (1, 2 e 3 anos) do Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEB, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria Executiva. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018.

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CEB nº 4/2017**, aprovado em 4 de julho de 2017 – Diretrizes Operacionais para os procedimentos administrativos de registro de dados cadastrais de pessoa natural, referentes aos estudantes e profissionais de educação que atuam em instituições públicas e privadas de ensino de Educação Básica e de Educação Superior em todo o território nacional. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=67801-pceb004-17-pdf&category\\_slug=julho-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=67801-pceb004-17-pdf&category_slug=julho-2017-pdf&Itemid=30192)> Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **Portaria MEC nº 470 de 2024** institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). 2024. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-470-de-14-de-maio-de-2024-559544343>> Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNJ Nº 225 de 31/05/2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2289>> Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **RESOLUÇÃO Nº 1, DE 15 DE JANEIRO DE 2018**. Institui Diretrizes Operacionais para os procedimentos administrativos de registro de dados cadastrais de pessoa natural referentes aos estudantes e profissionais de educação que atuam em instituições públicas e privadas de ensino em todo o território nacional. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=80991-rceb001-18-pdf&category\\_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=80991-rceb001-18-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192)> Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008; decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. ed., rev. e atual. – Brasília, 2011. 100 p. Disponível em:

<[https://www.urbs.curitiba.pr.gov.br/pdf/acesibilidade/Convencao\\_PessoascomDeficiencia.pdf](https://www.urbs.curitiba.pr.gov.br/pdf/acesibilidade/Convencao_PessoascomDeficiencia.pdf)> Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **Currículo na perspectiva da inclusão e da diversidade: as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e o ciclo de alfabetização**. Caderno 01 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015. p. 96.

BUENO, Salvador Toro; RESA, Juan A. Zarco. **Educación Física para niños y niñas con necesidades educativas especiales**. Málaga: Aljibe, 1995.

CAMPOS, Maria Malta. **Crítérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. 6.ed. Brasília: MEC, SEB, 2009.

CANDAU, Vera Maria. **Mudanças culturais e redefinição do escolar: tensões e buscas**. Contemporaneidade e educação, Rio de Janeiro, Ano III, p. 14-26, 1998.

CERASOLI, J.F. **As novas tecnologias e a intensificação do trabalho docente na universidade**. Educação e Filosofia, v. 24, n. 47, p. 171-190, jan./jun. 2010.

- CHICON, José Francisco. Educação física na escola: caminhos para a inclusão. In: MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia (orgs.). **Educação especial inclusiva: Legados históricos e perspectivas futuras.** São Carlos, SP: Marquezini & Manzini: ABPEE, 2015, p. 209-224.
- COROACY, Joana. **O planejamento como processo.** In Revista Educação, Ano I, nº4. Brasília, 1972.
- CURY, C. R. J. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença.** In: *Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas.* São Paulo: Autores Associados, N. 116, p. 245-262, jun. 2002.
- \_\_\_\_\_. **A Educação Básica como Direito.** *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 134, maio/ago. 2008. p. 293-303.
- DALBEN, Ângela I. Loureiro de Freitas. **Conselhos de Classe e Avaliação: Perspectivas na Gestão Escolar.** Campinas: Papirus, 2004.
- DARIDO, Suraya Cristina. **Temas transversais e a educação física escolar.** In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. **Caderno de formação: formação de professores didática geral.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 76-89, v. 16. Disponível em <<http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/41550>> . Acesso em 09 de jan. 2026.
- EDWARDS, Carolyn, FORMAN George, GANDINI Leila. **As cem linguagens da criança.** Porto Alegre, Penso Editora, 2012.
- ESTEBÁN, M. T. **Avaliação: momento de discussão da prática pedagógica.** In: GARCIA, R. L. (org.). *Alfabetização dos alunos das classes populares.* São Paulo: Cortez, 1997.
- FOCHI, Paulo Sergio. **Afinal, o que os bebês fazem no berçário? comunicação, autonomia e saber-fazer de bebês em um contexto de vida coletiva.** Porto Alegre: Penso, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Abordagem da documentação pedagógica na investigação praxiológica de contextos de educação infantil.** 2016. 217 f. Relatório de qualificação de tese (Doutorado em Educação) – Universidade
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Edição de João Barreto. Porto: Afrontamento, 1972.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da Indignação.** São Paulo: UNESP, 2000.
- FREITAS, L. C. [et. Al.]. **Avaliação Educacional: caminhando pela contramão.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- FUSARI, José Cerchi. **A Educação do Educador em Serviço: o Treinamento de Professores em Questão.** Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1988.
- GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. **Educação especial no contexto de uma educação inclusiva.** In: GLAT, R. (Org.). *Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar.* Rio de Janeiro: Ed. Sette Letras, 2007a.
- GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; FONTES, Rejane de Souza. **Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade.** Educação, Centro de Educação: UFSM, v. 32, n. 02, 2007b. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/678>>. Acesso em 09 de jan. 2026.
- GUZZO, R. S. L.; TIZZEI, R. P. **Olhar sobre a criança: perspectiva de pais sobre o desenvolvimento.** In: GUZZO R. S.L, et al. **Desenvolvimento infantil: família, proteção e risco.** Campinas, SP: Alínea, 2007.p.35-57.
- GUZZO, R. S. L. et al. **Práticas Promotoras de Mudanças no Cotidiano da Escola Pública: Projeto Ecoar.** *Revista de Psicologia da IMED*, Passo Fundo, vol. 11, n.1, p. 153-167, janeiro-junho, 2019.
- HOYUELOS, Alfredo. **A estética no pensamento e na obra de Loris Malaguzzi / Alfredo Hoyuelos;** tradução Bruna Heringer de Souza Villar; - 1. ed. - São Paulo : Phorte, 2020.
- LAGAR, Fabiana; SANTANA, Bárbara Beatriz de; DUTRA, Rosimeire. **Conhecimentos Pedagógicos para Concursos Públicos.** 3. ed. – Brasília: Gran Cursos, 2013.

- JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004. 243p.
- LAPOUJADE, David. **Existências Mínimas**, São Paulo, N-1 Edições, 2017.
- LEITE, S. A. da S. Bases teóricas do grupo do afeto. In LEITE, S. A. da S. (Org.). **Afetividade: As marcas do professor inesquecível**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2018.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo, Cortez, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática**, SP: Heccus Editora, 2018a, p. 127.
- LIBÂNEO, José Carlos et. al. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. Coleção Docência em Formação. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- LIBÂNEO, José Carlos. FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira. **A pesquisa: repercussões de políticas educacionais na escola e na sala de aula**. In: \_\_\_\_\_. Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, p. 23-44, 2018b.
- LIBÂNEO, José Carlos. FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira (Org.). **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018c.
- LIEBERMAN, Lauren J. **Strategies for Inclusion: a handbook for Physical Educators**. Champaign: Human Kinetics, 2002.
- LIMA, Erisevelton Silva. **O diretor e as avaliações praticadas na escola**. Brasília-DF: Kiron, 2012.
- LITWIN, Edith (Org.) **Tecnologia Educacional: política, histórias e propostas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér; LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista. **A escola que queremos para todos**. Curitiba: CRV, 2022.
- MASCARO, C. A. A. de C. **O atendimento pedagógico na sala de recursos sob o viés do plano educacional individualizado para o aluno com deficiência intelectual: um estudo de caso**. 2017. 152 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017
- MAUDONNET, J. **Adaptação acolhedora**. 2010. Disponível em: <<http://pedagogiacomainfancia.blogspot.com/2010/05/adaptacao-x-acolhimento-ouadaptacao.html>> Acesso em 09 de jan. 2026.
- MELLO Suely Amaral, BARBOSA, Maria Carmen Silveira e FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **Documentação Pedagógica: teoria e prática**. São Carlos: Pedro e João Editores. 2017.
- MUNSTER, Mey de Abreu van. Educação física especial e adaptada. In: Centro Universitário Claretiano de Batatais (SP). **Caderno de referência de conteúdo: unidade 2 e 3**. Batatais, SP: Centro Universitário Claretiano, 2011.
- MUNSTER, Mey de Abreu van; LIEBERMAN, Lauren J.; GRENIER, Michelle. Universal Design for Learning and Differentiated Instruction in Physical Education. **Adapted physical activity quarterly: APAQ**, Jun., 36(3):1-19, 2019.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.
- ORTIZ, Cisele. **Adaptação e Acolhimento: Um cuidado inerente ao projeto educativo da instituição e um indicador de qualidade do serviço prestado pela instituição**. 2000. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1eM-dVxPjtYgfBCEdh3BaUpLs3NYKkNSN/view?usp=sharing>>. Acesso em 09 de jan. 2026.

- PAULA, B.B. et al. **Análise da crescente influência da cultura maker na educação:** revisão sistemática de literatura. Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico, v.7, e134921, 2021.
- PESSOTTI, Isaias. **Deficiência mental:** da superstição à ciência. São Paulo: EDUSP, 1984. 204p.
- PINAZZA, Mônica Appezato; FOCHI, Paulo Sérgio. **Documentação Pedagógica: observar, registrar e (re)criar significados.** Revista Linhas. Florianópolis, v. 19, n. 40, p. 184-199, maio/ago.2018
- PINO, A. **As Marcas do Humano. Às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski.** 01. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Violência, Educação e Sociedade: Um Olhar Sobre o Brasil Contemporâneo.** Campinas: *Educação e Sociedade*, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 763-785, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0728100.pdf>. Acesso em 09 de jan. 2026.
- PINTO, M.; SARMENTO, M.J. (Coord.). **As crianças: contextos e identidades.** Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 1997.
- PLETSCH, Márcia Denise; FONTES, Rejane de Souza. **La inclusión escolar de alumnos con necesidades especiales: directrices, prácticas y resultados de la experiencia brasileña.** Revista *Educar*, Jalisco, México, n. 37, p. 87-97, 2006.
- POKER, Rosimar Bortolini et al. **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado.** São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília : Oficina Universitária, 2013.
- PUCCI, Bruno. **A escola e a semiformação mediada pelas novas tecnologias.** Piracicaba: PPGE/UNIMEP, Congresso Internacional Teoria Crítica e Educação, 2004. Disponível em: <https://silo.tips/download/a-escola-e-a-semiformacao-mediada-pelas-novas-tecnologias>> Acesso em 09 de jan. 2026.
- RODRIGUES, D. (Org.). **Atividade motora adaptada:** a alegria do corpo. São Paulo: Artes Médicas, 2006.
- ROSSETTO JR, A. J. et AL. **Jogos Educativos: estrutura e organização da prática.** São Paulo: Phorte Editora, 2005.
- SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações.** 6ª Edição. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. Campinas: Editora Autores associados, 199 p.
- SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Paulista.** São Paulo: SEE, 2019.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 7854, de 16 de agosto de 2006,** da Câmara Municipal de Sorocaba. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política municipal de educação ambiental e dá outras providências. 2006. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/lei-ordinaria/2006/785/7854/lei-ordinaria-n-7854-2006-dispoe-sobre-a-educacao-ambiental-institui-a-politica-municipal-de-educacao-ambiental-e-da-outras-providencias>> Acesso em 09 de jan. 2026.
- \_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO Nº 11/2021 SEI Nº 0007766/2020-77 Aprova alterações nas Instruções nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Disponível em: [https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/legislacao/Resolu%C3%A7%C3%A3o\\_11-2021.pdf](https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/legislacao/Resolu%C3%A7%C3%A3o_11-2021.pdf) . Acesso em 09 de jan. 2026.
- SHERRILL, C. **Adapted physical activity, recreation and sport:** cross disciplinary and lifespan. 5. ed. Boston: McGraw-Hill, 1998.
- SILVA, F. D. A. **Planejamento e avaliação educacional no exercício profissional docente.** Revista Partes, São Paulo, ago., 2008.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Cuidados com o bebê - Unhas cuidados e alterações frequentes.** Disponível em:

<<https://www.sbp.com.br/especiais/pediatria-para-familias/cuidados-com-o-bebe/unhas-cuidados-e-alteracoes-frequentes/>> Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **Cuidados com a saúde, uso de cosméticos.** Disponível em: <<https://www.sbp.com.br/especiais/pediatria-para-familias/cuidados-com-a-saude/uso-de-cosmeticos-em-criancas-o-que-os-pais-devem-saber/>> Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **Os cuidados no uso de repelentes em crianças.** Disponível em: <[https://www.sbp.com.br/fileadmin/user\\_upload/2012/12/Repelentes-2015.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2012/12/Repelentes-2015.pdf)>. Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **Guia de Saúde Oral Materno-Infantil.** Disponível em: <[https://www.sbp.com.br/fileadmin/user\\_upload/Guia-de-Saude\\_Oral-Materno-Infantil.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Guia-de-Saude_Oral-Materno-Infantil.pdf)> Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **Manual de Orientação. #Menos Telas #Mais Saúde.** Disponível em: <[https://www.sbp.com.br/fileadmin/user\\_upload/24604c-MO\\_MenosTelas\\_MaisSaude-Atualizacao.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/24604c-MO_MenosTelas_MaisSaude-Atualizacao.pdf)> Acesso em 09 de jan. 2026.

SOROCABA. Conselho Municipal de Educação. **Deliberação CMESO nº 03/2020.** Estabelece os documentos estruturantes que orientam as práticas pedagógicas, recursos, ações formativas e formulação das políticas públicas no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba e dá outras providências. Disponível em:

<[https://www.cmeso.org/wp-content/uploads/2020/06/Deliberacao\\_CMESO\\_03\\_2020.pdf](https://www.cmeso.org/wp-content/uploads/2020/06/Deliberacao_CMESO_03_2020.pdf)>

Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. Conselho Municipal de Educação. **Indicação Conjunta nº 01/2024.** Releitura do Parecer CME nº 01/2002 frente às últimas atualizações da legislação, em especial da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/1996. Disponível em <<https://conselhos.sorocaba.sp.gov.br/conselhos-municipais/wp-content/uploads/2024/12/conselhos-municipais-indicacao-conjunta-cmeso-no-012024-indicacao-conjunta-cmeso-no-01-2024-releitura-do-parecer-cme-no-012002.pdf>> Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. Conselho Municipal de Educação. **Deliberação CMESO nº 02/2018, de 09 de maio de 2018.** Fixa normas para apreciação pelo Conselho Municipal de Educação de Sorocaba de projetos, programas, convênios, parcerias, cessões, concessões, cooperações, terceirizações, quarteirizações, parcerizações, edificações, ações ou correlatos da Prefeitura de Sorocaba em matérias direta ou indiretamente vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino no Município de Sorocaba, bem como de suas alterações e/ou encerramento. Disponível em: [https://www.cmeso.org/wp-content/uploads/2018/05/Deliberacao-CMESO-02\\_2018.pdf](https://www.cmeso.org/wp-content/uploads/2018/05/Deliberacao-CMESO-02_2018.pdf) . Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. Conselho Municipal de Educação. **Deliberação CMESO n.º 02/2024, de 19 de setembro de 2024.** Categorização dos padrões utilizados pelo IBGE – branco, pardo, preto, amarelo e indígena nas fichas de matrículas dos estudantes da rede municipal de Sorocaba. Disponível em: <https://conselhos.sorocaba.sp.gov.br/conselhos-municipais/wp-content/uploads/2024/10/conselhos-municipais-deliberacao-022024-de-19-de-setembro-de-2024-deliberacao-categorizacao-cmeso-2024.docx.pdf> . Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. Conselho Municipal de Educação. **Parecer CMESO n.º 01/2024, de 17 de setembro de 2024.** Categorização dos padrões utilizados pelo IBGE – branco, pardo, preto, amarelo e indígena nas fichas de matrículas dos estudantes da rede municipal de Sorocaba. Disponível em:

<https://conselhos.sorocaba.sp.gov.br/conselhos-municipais/parecer-01-2024-de-17-de-setembro-de-2024/>. Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **DECRETO Nº 26.249, DE 15 DE JUNHO DE 2021.** (Dispõe sobre o procedimento de averiguação preliminar para apuração de infração disciplinar de que tratam os §§ 1º e 2º, art. 170, da Lei nº 3.800, de 2 de dezembro de 1991 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Sorocaba, o procedimento de averiguação preliminar nos casos de assédio moral previstos na Lei nº 9.026, de 22 de dezembro de 2009 e sobre as providências a serem adotadas no caso de atos que configurem improbidade administrativa). Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/decreto/2021/2625/26249/decreto-n-26249-2021-dispoe-sobre-o-procedimento-de-averiguacao-preliminar-para-apuracao-de-infracao-disciplinar-de-que-tratam-os-1-e-2-art-170-da-lei-n-3800-de-2-de-dezembro-de-1991-estatuto-dos-servidores-p-ublicos-municipais-de-sorocaba-o-procedimento-de-averiguacao-preliminar-nos-casos-de-assedio-moral-previstos-na-lei-n-9026-de-22-de-dezembro-de-2009-e-sobre-as-providencias-a-serem-adoptadas-no-caso-de-atos-que-configurem-improbidade-administrativa>. Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **DECRETO Nº 26.869, DE 21 DE JANEIRO DE 2022.** Dispõe sobre a regulamentação de estágio não remunerado a estudantes de instituições de ensino superior, ensino médio, ensino técnico e ensino profissionalizante e dá outras providências). Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/decreto/2022/2687/26869/decreto-n-26869-2022-dispoe-sobre-a-regulamentacao-de-estagio-nao-remunerado-a-estudantes-de-instituicoes-de-ensino-superior-ensino-medio-ensino-tecnico-e-ensino-profissionalizante-e-da-outras-providencias>. Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **DECRETO Nº 27.470, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022.** Dispõe sobre as Compras Eletrônicas, e a utilização do "Sistema Eletrônico de Compras", para contratações por meio de dispensa de licitação com fundamento nos incisos I, II e III, artigo 75, da Lei Federal nº [14.133](#), de 1º de abril de 2021 e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/decreto/2022/2747/27470/decreto-n-27470-2022-dispoe-sobre-as-compras-eletronicas-e-a-utilizacao-do-sistema-eletronico-de-compras-para-contratacoes-por-meio-de-dispensa-de-licitacao-com-fundamento-nos-incisos-i-ii-e-iii-artigo-75-da-lei-federal-n-14133-de-1-de-abril-de-2021-e-da-outras-providencias>. Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.483, de 23 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao bullying escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas municipais de educação básica, 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.515, de 23 de março de 2011.** Dispõe sobre a notificação compulsória de casos de "bullying" pelas escolas públicas municipais e dá outras providências. 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei Municipal nº 10.799, de 6 de maio de 2014.** Dispõe sobre a obrigação dos estabelecimentos de ensino municipais em manterem em sua merenda alimentação diferenciada e adequada aos alunos portadores de diabetes e dá outras providências. 2014. Disponível em: <http://www.camarasorocaba.sp.gov.br/propositura.html?id=5e3f0e0905d7040f28b452b6&print=1> Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.133, de 25 de junho de 2015.** Aprova o Plano Municipal de Educação - PME do Município de Sorocaba. Jornal Município de Sorocaba, Sorocaba, SP, 26 jun. 2015, p. 5-9. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-municipal-de-educacao-sorocaba-sp>. Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **Leis Municipais nº 11.322, de 16/05/2016 e nº 12.010, de 29/05/2019.** Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação do cardápio da merenda escolar. 2016. Disponível em:

<<http://www.camarasorocaba.sp.gov.br/propositura.html?id=5e3f0e0d05d7040f28b457fa>>.

Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **Lei Ordinária nº 11.797 de 01 de outubro de 2018.** Dispõe sobre a proibição de alimentos do tipo embutidos na alimentação escolar e dá outras providências. 2018. Disponível em: <<http://www.camarasorocaba.sp.gov.br/propositura.html?id=5e3f0e0c05d7040f28b4570b>>

Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. **Lei Municipal nº 12.277, DE 8 DE JANEIRO DE 2021.** Institui o Programa Municipal Fundo Rotativo da Escola - FRE e dá outras providências. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/lei-ordinaria/2021/1228/12277/lei-ordinaria-n-12277-2021-institui-o-programa-municipal-fundo-rotativo-da-escola-fre-e-da-outras-providencias> >

Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. **Caderno de Orientações SEDU nº 01.** Diretrizes do Conselho de Classe/ Ano/ Série/ Termo da rede Municipal de Sorocaba. Sorocaba: SEDU, 2014. Disponível em: <https://educacao.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/caderno-de-orientacoes-sedu-n-01-ano-2014-diretrizes-para-o-conselho-de-classe-ano-serie-termo-da-rede-municipal-de-sorocaba.pdf> . Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. **Caderno de Orientações SEDU nº 03.** Diretrizes pedagógicas para escola de ensino fundamental integral. Sorocaba: SEDU, 2016. Disponível em: <https://educacao.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/caderno-de-orientacoes-sedu-n-03-ano-2016-caderno-escola-de-ensino-fundamental-em-tempo-integral.pdf> . Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. **Caderno de Orientações SEDU nº 04.** Diretrizes para Documentação Pedagógica na Educação Infantil da Rede Municipal de Sorocaba. Sorocaba: SEDU, 2016. Disponível em: <https://educacao.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/caderno-de-orientacoes-sedu-n-04-ano-2016-verso-atualizada-novembro-de-2016-diretrizes-para-documentacao-pedagogica-na-ed-infantil-d.pdf> . Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. **Caderno de Orientações SEDU nº 05.** Diretrizes para construção do Projeto Político pedagógico nas instituições educacionais de Sorocaba. Sorocaba: SEDU, 2015. Disponível em: <https://educacao.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/caderno-de-orientacoes-sedu-n-05-ano-2015-diretrizes-para-a-construcao-do-projeto-politico-pedagogico-das-instituicoes-educacionais-de-1.pdf> . Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. **Caderno de Orientações SEDU nº 15.** Currículo da EJA. Disponível em:

<[https://drive.google.com/file/d/1khGvxGvakidZZoj\\_AEnOcUWBsm5Ge8F/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1khGvxGvakidZZoj_AEnOcUWBsm5Ge8F/view?usp=sharing)>

Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. **Caderno nº 16.** Regimentos Escolares. Rede Municipal de Ensino de Sorocaba. Disponível em <<https://educacao.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/caderno-no-16-regimentos-escolares.pdf>> Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. **Instrução Normativa SEDU/GS nº 01/2025.** Orientações para elaboração do Calendário Escolar 2025. Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/1ePW-SqGjkpoJys58bC1lF65t\\_i7lv6v/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1ePW-SqGjkpoJys58bC1lF65t_i7lv6v/view?usp=sharing)> Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. **Marco Referencial da Rede de Ensino Municipal**. Sorocaba: SEDU, 2017. Disponível

em: <https://educacao.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/marco-referencial-2017.pdf> . Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. Portaria SEDU/GS nº74 de 09/10/2023. Dispõe sobre a revogação da Portaria SEDU/GS Nº 14, de 15 de fevereiro de 2019 que organiza o Estágio Obrigatório na Rede Municipal de Ensino de Sorocaba. Disponível em:

<https://noticias.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2023/10/noticias.sorocaba.sp.gov.br-333-0-10-de-outubro-de-2023.pdf> . Acesso em 09 de jan. 2026.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. **Portaria SEDU nº13, de 07 de março de 2024**. Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para implantação e implementação da Justiça Restaurativa nos estabelecimentos educacionais. Disponível em:

<[https://drive.google.com/file/d/1jFzBV7zoxiFz66PNgEJiqa\\_AJeZe7Unr/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1jFzBV7zoxiFz66PNgEJiqa_AJeZe7Unr/view?usp=sharing)> Acesso em 09 de jan. 2026.

STENZEL, Giandréa R. **A Educação Infantil na Produção dos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil**: Indicações Pedagógicas para a Educação da Criança de 0 a 3 anos. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

TREVISAN, Rita. **O que são os campos de experiência da educação infantil?** Disponível em: <<https://novaescola.org.br/bncc/conteudo/58/o-que-sao-os-campos-de-experiencia-da-educacao-infantil>>. Acesso em 09 de jan. 2026.

UNESCO. **Declaração da IV Conferência Internacional de Ministros, Altos Funcionários Encarregados da Educação Física e do Esporte - MINEPS IV**. Atenas, Grécia, 2004.

VEIGA, I.V. (org). **Lições de Didática**. São Paulo: Papyrus, 2006.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. 8ª ed. Campinas: Papyrus, 2010.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de F. (org.). **Virando a escola do avesso por meio da avaliação**. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. 2ªed. Campinas: Papyrus, 2011.